U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO MEDIAÇÃO PATRIMONIAL

Seguindo as contas do Rosário

Identidade e representações da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro no Museu Regional Casa dos Ottoni

Ana Cláudia Caseiro de Oliveira

M

2021

Ana Cláudia Caseiro de Oliveira

Seguindo as contas do Rosário
Identidade e representações da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro no Museu Regional Casa dos Ottoni

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Ana Cláudia Caseiro de Oliveira

Seguindo as contas do Rosário
Identidade e representações da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro no Museu Regional Casa dos Ottoni

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Dedico este trabalho àqueles que foram fundamentais nessa caminhada:

à minha mãe Regina e ao meu pai Pagério, pelo seu apoio incondicional;

aos meus irmãos Paulo Henrique e Vinícius, por me ensinarem a partilhar;

ao Rangel, pelo amor e cuidado diários e por topar

embarcar comigo nessa aventura além-mar

Sumário

Declaração de honra 8
Agradecimentos 9
Resumo 11
Abstract 12
Índice de Figuras 13
Índice de Apêndices 15
Lista de abreviaturas e siglas 16
Introdução 17
1. Património Cultural e Museus: entre a materialidade e a imaterialidade 20
1.1. Sobre as noções históricas de património 20
1.2. A (aparente) dicotomia entre material e imaterial 29
1.3. Museus e património (i)material 38
1.4. Património, museus e comunidade 48
2. O espaço: Território, Museu e Festa 56
2.1. O Serro: espaço e território 59
2.2. O MRCO no contexto da política museológica brasileira: breve histórico institucional 71
2.2.1. Os Ottoni 73
2.2.2. Um pouco de história institucional: de Casa dos Ottoni a MRCO 75
2.3. Seguindo as contas do Rosário: história e significados da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Sero 86
2.3.1. O catolicismo em Minas Gerais e o papel das Irmandades 86
2.3.2. O Congado 95
2.3.3. A Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro 101
3. Identidades e representação da Festa do Rosário do Serro no MRCO 118
3.1. Do Rosário ao MRCO: antecedentes e projetos futuros 118
3.2. Para lá do museu: propostas exploratórias 131
3.2.1. Inventário participativo 133
Considerações Finais 143
Documentação consultada 150
Materiais pedagógicos 151
Referências Bibliográficas 151
Anexos 161

Anexo 1 – Página do jornal “A voz do Serro”, na qual consta o “Hymno cantado por ocasião da inauguração do ‘Asylo e Lyceu da Casa dos Ottonis’, na cidade do Serro, a 6 de janeiro de 1913” 161
Anexo 2 – Correspondência relativa à abertura de uma maternidade no “solar dos Ottoni” 162
Anexo 3 – Termo de Doação da Foto Panorâmica do Serro 163
Anexo 4 – Ficha de Inventário de Nossa Senhora do Rosário 164
Anexo 5 – Relação de fotos da exposição “Faces do Serro” 165
Anexo 6 – Projeto de modificação expográfica para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni (2012) 167
Anexo 7 – Publicação no Diário Oficial da União, de 16 de outubro de 2014 178
Anexo 8 – Planta de modificação expográfica [2017?] 179
Apêndices 181
Apêndice 1 – Festeiros da Festa do Rosário do Serro e suas funções para a festividade 181
Apêndice 2 – Calendário de eventos relacionados à Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro 182
Apêndice 3 – Síntese dos instrumentos e orientações disponibilizados no “Kit de recolha de património imaterial” 183
Apêndice 4 – Etapas para a realização de um inventário participativo de acordo com o manual “Educação patrimonial: inventários participativos” 185
Apêndice 5 – Modelos de fichas disponibilizados no manual “Educação patrimonial: inventários participativos” 186
Apêndice 6 – Enquadramento lógico do projeto “Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro” 188

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Serro, 28/09/2021

Ana Cláudia Caseiro de Oliveira

Agradecimentos

Agradeço às minhas orientadoras, Prof.ª Dr.ª Inês Amorim e Prof.ª Dr.ª Alice Semedo, por me guiarem nessa caminhada, sempre de forma profissional, respeitosa e compreensiva. Mais do que orientadoras, foram um exemplo de competência e uma inspiração para mim. Sem elas, este trabalho não teria sido possível.

Sou grata, também, a todos os professores do mestrado, pela sua contribuição para o meu desenvolvimento académico, por meio dos debates em sala de aula, as leituras sugeridas e os questionamentos, sempre pertinentes.

Muito obrigada aos grandes amigos que fiz no curso, com quem compartilhei as descobertas e as incertezas dessa jornada. Em especial, a Roberta Zuanazzi Hahn e Leandro da Silva, companheiros de preciosos momentos de trocas de impressões, auxílio mútuo e amizade. Agradeço ainda a Cristina Carnelos pela ajuda na formatação do trabalho.

Também agradeço à Prof.ª Dr.ª Clotildes Avellar Teixeira, minha amiga, com quem pude dividir inseguranças e debater várias questões do trabalho. Com carinho e experiência, sempre mostrou confiança na minha capacidade e contribuiu para que eu encontrasse os caminhos para a pesquisa. Nossa amizade teve início no Serro e reencontrá-la no Porto foi realmente muito especial.

Expresso minha gratidão aos familiares portugueses pelo incentivo e pelo apoio durante a primeira etapa desta empreitada. Sem o seu auxílio e afeto, esse momento teria sido, certamente, muito mais desafiador.

Agradeço ao IBRAM e a Paulo Amaral, presidente da autarquia à época, pela licença que me possibilitou residir em Portugal durante o primeiro ano do curso.

Em particular, sou imensamente grata aos meus colegas do Museu Regional Casa dos Ottoni, sobretudo ao diretor Carlos Alberto Silva Xavier, por compreenderem que o momento exigia grande dedicação da minha parte e se mostrarem sempre flexíveis e pacientes.

Agradeço a Ariel Lucas Silva, Cláudio Ferreira e Rubens Alexon Bruno, pela disposição em ceder materiais de pesquisa sobre a Festa do Rosário que se mostraram fundamentais para o trabalho. Da mesma forma, agradeço a Joyce Costa, por esclarecer várias dúvidas e dividir um pouco do seu conhecimento e das suas memórias sobre a festa.

Por fim, muito obrigada a Maria Regina de Carvalho Caseiro de Oliveira, pela leitura e revisão do texto, e a Rangel de Carvalho e Vinícius Caseiro de Oliveira, pelo auxílio no *abstract*.

Resumo

Ao longo dos anos, no Ocidente, a noção de património cultural tem sido objeto de escrutínio teórico e metodológico por parte dos profissionais do campo e estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Tais debates são, de forma dialógica, produtores e produtos das transformações pelas quais o conceito tem passado, nomeadamente a problematização do *ethos* conservacionista, um maior interesse pelos seus aspetos imateriais e o seu papel na criação de vínculos identitários. Esta dissertação procura abordar essas questões no âmbito do contexto dos museus, tendo como estudo de caso o Museu Regional Casa dos Ottoni (MRCO), localizado no município brasileiro do Serro, e a Festa do Rosário, uma das manifestações culturais mais significativas da cidade. Assim, procurou-se compreender como essas três condicionantes se entrelaçam e de que forma esse processo reverbera as questões concernentes à constituição de identidade, à presença dos patrimónios imateriais em museus e à relação entre estes e as comunidades. A revisão bibliográfica e a pesquisa documental forneceram os meios para a análise proposta e permitiram constatar um movimento, por parte do MRCO, de trazer a Festa do Rosário, em especial o Congado, para a sua prática museológica. Tais ferramentas metodológicas foram também utilizadas para fazer a reconstituição histórica da festa e de seus símbolos, de modo a subsidiar a reflexão sobre a forma como ela é representada no MRCO. Dessa forma, o trabalho apresenta um estudo crítico sobre as estratégias adotadas, no museu, para o alcance desse objetivo. A observação de certos limites nas abordagens adotadas levou à investigação dos inventários participativos enquanto ferramentas de trabalho possíveis, no esforço de construir representações da Festa do Rosário dentro do MRCO. Como corolário, foi elaborado um plano de inventário participativo alinhado com as realidades e especificidades do estudo de caso em questão.

Palavras-chave: património cultural imaterial, museus, inventários participativos, Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, Brasil

Abstract

Through the years, in the West, a notion of cultural heritage has been object of theoretical and methodological scrutiny by professionals in the field and scholars from different areas of knowledge. Such debates act, in a dialogical way, as producers and products among transformations the concept has undergone, namely the problematization of the "conserve as found" ethos, a greater interest in its intangible aspects and its role in the creation of identity bonds. This dissertation seeks to address these issues within the context of museums, taking as a case study the Ottoni's House Regional Museum (from Portuguese: Museu Regional Casa dos Ottoni – MRCO), located in the Brazilian municipality of Serro, and the Feast of the Holy Rosary, one of the most significant cultural events of the city. Thus, it is important to understand how these three conditions intertwine and how this process reverberates as issues regarding the constitution of identity, the presence of intangible heritage within museums and the relationship between museums and communities. A bibliographical review and a documental research provided the means for the proposed analysis and make it possible to verify a movement, under the responsability of MRCO, to bring the Feast of the Holy Rosary, especially the *Congado*, into its museological practice. Such methodological tools were also used to make the historical reconstruction of the festival and its symbols, in order to support the reflecting on the way it is represented in MRCO. Therefore, the work presents a critical study of the goals adopted, in the museum, to achieve this objective. The observation of certain limits in the approaches adopted leads to the investigation of participatory inventories as possible work tools in the effort to build representations of the Feast of the Holy Rosary within the MRCO. As a corollary, a participatory inventory plan was created, aligned with the realities and the specificities of the case study.

Key-words: intangible cultural heritage, museums, participatory inventories, Feast of the Holy Rosary of Serro, Brazil

Índice de Figuras

Figura 1- Mapa do Brasil (atual) com destaque para as regiões 61

Figura 2 - Mapa de Minas Gerais (atual), com destaque para os municípios que surgiram em decorrência dos primeiros achados de ouro 62

Figura 3- Mapa turístico do Serro 69

Figura 4- Árvore genealógica (resumida) da família Ottoni 74

Figura 5- Planta do 1º Piso do Museu Regional / Casa dos Ottoni (1º Módulo) 77

Figura 6- Planta do 2º Piso do Museu Regional / Casa dos Ottoni (1º Módulo) 77

Figura 7- Primeiras páginas do Livro de Assinaturas do MRCO (1991) 79

Figura 8- Planta atual do 1º Piso do Museu Regional Casa dos Ottoni 80

Figura 9- Planta atual do 2º Piso do Museu Regional Casa dos Ottoni 80

Figura 10- Salas de exposição do primeiro pavimento (MRCO) 81

Figura 11- Salas de exposição do segundo pavimento (MRCO) 81

Figura 12- Reprodução de páginas do Compromissio da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario na Freguezia Da Conceyção da Villa Do Príncipe do Serro Do Frio no Anno de 1728 92

Figura 13- Mapa da África em que se assinalam a África Banto e o Reino do Congo 100

Figura 14- Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Serro/MG 102

Figura 15- Calendário da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, 2019 103

Figura 16- Marujada 104

Figura 17- Caboclada durante a Embaixada 106

Figura 18- Catopês 107

Figura 19- Matina 108

Figura 20- Matina / Café da manhã 109

Figura 21- Procissão da Bandeira 110

Figura 22- O Reinado percorre as ruas dos Serro 113

Figura 23- Após o desfecho da Embaixada o Reinado, conduzido pelo pároco, segue para a porta da igreja, onde haverá uma missa campal 113

Figura 24- Almoço servido pelo Primeiro Juiz 114

Figura 25- Fotografia panorâmica do Serro exposta na recepção do MRCO 120

Figura 26- Detalhes da fotografia panorâmica do Serro referentes à Festa do Rosário ... 120

Figura 27- Imagem de Nossa Senhora do Rosário 121
Figura 28- Texto que narra a lenda de Nossa Senhora do Rosário 124
Figura 29- Fichas que acompanham os objetos referentes aos grupos de Congado 125
Figura 30- Membros do Congado se apresentam no MRCO durante a abertura da exposição "Faces do Serro" 129
Anexo 1- Página do jornal "A voz do Serro", na qual consta o "Hymno cantado por ocasião da inauguração do 'Asylo e Lyceu da Casa dos Ottonis', na cidade do Serro, a 6 de janeiro de 1913" 161
Anexo 2- Correspondência relativa à abertura de uma maternidade no "solar dos Ottoni" 162
Anexo 3- Termo de Doação da Foto Panorâmica do Serro 163
Anexo 4- Ficha de Inventário de Nossa Senhora do Rosário 164
Anexo 5- Relação de fotos da exposição "Faces do Serro" 165
Anexo 6- Projeto de modificação expográfica para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni (2012) 167
Anexo 7- Publicação no Diário Oficial da União, de 16 de outubro de 2014 178
Anexo 8- Planta de modificação expográfica [2017?] 179

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Festeiros da Festa do Rosário do Serro e suas funções para a festividade 181

Apêndice 2 – Calendário de eventos relacionados à Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro 182

Apêndice 3 – Síntese dos instrumentos e orientações disponibilizados no "Kit de recolha de património imaterial" 183

Apêndice 4 – Etapas para a realização de um inventário participativo de acordo com o manual "Educação patrimonial: inventários participativos" 185

Apêndice 5 – Modelos de fichas disponibilizados no manual "Educação patrimonial: inventários participativos" 186

Apêndice 6 – Enquadramento lógico do projeto "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro" 188

Lista de abreviaturas e siglas

ACCU-UNESCO ..... Centro Cultural da Ásia e do Pacífico para a Unesco

AHD ..... authorized heritage discourse

Apm ..... Arquivo Público Mineiro

CGI's ..... comunidades, grupos e indivíduos

IBGE ..... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM ..... Instituto Brasileiro de Museus

ICOFOM-LAM ..... Comitê Internacional de Museologia na América Latina e Caraíbas

ICOM ..... Conselho Internacional de Museus

IEPHA-MG ..... Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMC ..... Instituto dos Museus e da Conservação

INRC ..... Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN ..... Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

MG..... Minas Gerais

IEPHA ..... faculdade de letras da universidade do porto

MRCO ..... Museu Regional Casa dos Ottoni

PCI ..... património cultural imaterial

PNM ..... Política Nacional de Museus

REDUF ..... Raízes da Educação para o Futuro

SPHAN ..... Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

UNESCO ..... Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

Este trabalho de conclusão de mestrado assenta no estudo sobre interações possíveis entre património cultural, em especial a sua dimensão imaterial, e museus. A análise se desdobra tendo como estudo de caso o Museu Regional Casa dos Ottoni (MRCO), localizado no munício brasileiro do Serro, e a Festa do Rosário, uma das manifestações culturais mais significativas da cidade.

A justificativa para seguir essa linha temática está ancorada na atuação profissional da autora da dissertação, que exerce a função de historiadora no museu desde 2012. Na sua perspetiva, existe uma discrepância entre o discurso impresso nos objetivos estratégicos da instituição e a prática museal desenvolvida. Em especial, destacam-se os objetivos, manifestos em seu Plano Museológico (2019, p.38), de "proporcionar múltiplas visões do processo histórico do museu e da cidade do Serro" e de "reforçar e ampliar os vínculos entre a instituição e a comunidade em seu entorno". Para a autora, esses princípios devem ser alvo da análise crítica em sua conceção e na sua transposição para a prática. A que múltiplas visões se faz referência? Estaria o museu disposto a dar visibilidade a essas múltiplas visões? Quais? O que se entende por comunidade nesse contexto em específico? O termo comunidade reaparece em outro dos objetivos estratégicos: "buscar maior interação com a comunidade local a partir da integração das manifestações culturais serranas no âmbito do trabalho desenvolvido no MRCO". Que tipo de interação se espera desenvolver com a comunidade serrana? Quais os métodos para que ela se desenvolva? Como o museu se integra e identifica com e nesse processo?

Por outro lado, nota-se a presença difusa e pouco sistematizada da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro (e do Congado) na prática museológica da instituição. É preciso dizer que a autora só tomou consciência da dimensão dessa festa no contexto da cidade do Serro após alguns anos de vivência no local. A devoção à Nossa Senhora do Rosário e o Congado são presenças constantes em Minas Gerais e em outros estados brasileiros, pelo que não houve nenhum interesse específico imediato quando foi informada sobre a festa e seus ritos. Vivenciar a festa, no entanto, representou uma experiência única. Desde então, uma pergunta passou a interpelar-nos: como um museu, que afirma ter como objetivo integrar as manifestações culturais serranas, diz tão pouco sobre a Festa do Rosário do Serro? No

decorrer do curso, especialmente durante a escrita da dissertação, apercebemo-nos de que a distância entre o MRCO e a Festa do Rosário não era tão grande quanto se pensou no início. Nesse processo de reflexão, outro questionamento se formou: qual seria – ou poderia vir a ser – o papel do MRCO no contexto dessa festa?

A investigação sobre essas questões levou a autora a um caminho que se inicia nos debates teóricos acerca das conceções de património e de museu, de representações e de identidade, na sua articulação com a Festa do Rosário no MRCO. O enfoque recaiu na discussão sobre a intangibilidade do património e na constituição dos chamados patrimónios culturais imateriais. Em relação ao museu, estes foram pensados sob o ponto de vista das suas transformações conceptuais, em especial a sua posição atual de agente de desenvolvimento social. De seguida, foram apresentados o Serro, o MRCO e a Festa do Rosário, de modo a apresentar as condicionantes que motivaram a investigação. Por fim, é apresentado um projeto prático de inventário participativo como ferramenta para alcançar os objetivos desse trabalho. É preciso referir que o desenvolvimento da proposta foi guiado por uma perspetiva participativa, na qual os portadores da Festa do Rosário tivessem protagonismo no proceso de inventariação.

Em termos metodológicos, priorizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, balizada pela leitura de obras que apresentassem a discussão teórica e alguns instrumentos normativos, relativos ao campo da proteção patrimonial no Ocidente. Foi dado algum relevo às questões patrimoniais no contexto brasileiro, diante da sua pertinência no estudo de caso apresentado. Ademais, foi necessária a revisão bibliográfica acerca da constituição histórica da Festa do Rosário, cujas especificidades se localizam no passado colonial de Minas Gerais e nas manifestações do Catolicismo nesse território. O estudo da Festa do Rosário do Serro calcado em um passado recente e no presente foi igualmente realizado. Por seu turno, a pesquisa sobre o MRCO seguiu um viés documental no arquivo do escritório técnico do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, responsável pela sua gestão até 2009, e de outros documentos administrativos mais recentes.

Dessa forma, a presente dissertação se desenvolve em três capítulos. O primeiro deles, intitulado "Património Cultural e Museus: entre a materialidade e a imaterialidade", busca apresentar as balizas teóricas e os conceitos que permeiam o restante do trabalho. A partir da obra de Laurajane Smith e de Marc Guillaume foi possível traçar um panorama das

transformações pelas quais tem passado a noção de património, tendo como foco a sua natureza simbólica. Mário Chagas e Ana Carvalho foram lidos de modo a trazer o debate sobre imaterialidade no âmbito dos museus. Por fim, Bennedict Anderson, Sheila Watson e Elizabeth Crooke contribuíam para se pensar a relação entre museus e comunidades.

O capítulo 2, "O espaço: Território, Museu e Festa", tem como objetivo localizar o MRCO não apenas geograficamente, mas contextualmente. Para tanto, é preciso entender as características do Serro, seu passado e seu presente. O MRCO foi tratado desde a sua formação conceptual, cujos antecedentes datam a meados do século XX, passando por questões relativas ao seu acervo, à vinculação institucional e à sua situação atual. Seguindo essa lógica, a Festa do Rosário do Serro faz-se presente enquanto manifestação histórica e cultural, o que leva à visita do contexto colonial de Minas Gerais e do Serro e ao estudo sobre como a festa acontece nos dias de hoje.

Por sua vez, o terceiro capítulo, cujo título é "Identidades e representação da Festa do Rosário do Serro no MRCO", discorre sobre a presença da Festa do Rosário no âmbito do museu. Assim, foi apresentado um levantamento sobre o acervo da instituição, em busca de peças associadas à festa, e sobre as ações realizadas no museu que a tivessem como tema. A partir da constatação de um desejo, por parte do museu, de trazer para dentro de portas essa manifestação, foi elaborado um projeto de inventário participativo que buscou apresentar um caminho futuro, viável para alcançar esse objetivo.

Como encerramento do trabalho, as contribuições finais buscam sintetizar as discussões apresentadas ao longo da dissertação, relacionando os aspetos teóricos e práticos que caracterizam o estudo de caso. À luz dessa análise, são destacados os contributos desta investigação, assim como alguns de seus limites e desdobramentos possíveis.

1. Património Cultural e Museus: entre a materialidade e a imaterialidade

Neste primeiro capítulo, o objetivo é apresentar as discussões sobre património cultural, tendo como referência as transformações às quais esse conceito foi submetido. A ênfase, no trabalho, recai sobre a as mudanças de perspetivas no que tange à materialidade e imaterialidade do património cultural como elemento fundamental nesse processos. A partir dessa ótica, procurou-se analisar mais detidamente os impactos nos museus e verificar como eles se imprimem na teoria e na prática museológica, sobretudo em relação ao trabalho junto às comunidades.

1.1. Sobre as noções históricas de património

Património, enquanto conceito institucional, remonta aos séculos XVIII e XIX e é associado às grandes mudanças políticas, económicas e sociais da época, tendo como contextos importantes a Revolução Francesa, a emergência dos nacionalismos na Europa e a Revolução Industrial, dentre outros (Smith, 2006; Guillaume, 2003). Em "Uses of Heritage", Laurajane Smith, ao citar David Harvey,[1] salienta que a relação entre passado e a construção de identidades individuais é intrínseca à natureza humana e que, portanto, permeia a história das sociedades. A tendência de associar o termo ao período supracitado deriva da redução do conceito às práticas de conservação e preservação contemporâneas, desconsiderando essa simbiose entre poder, identidade e autoridade. Nesse sentido, a autora considera que o discurso universalista de património, predominante no século XXI, a que chama "discurso autorizado do património" (*authorized heritage discourse*[2] - AHD), é derivado da noção

[1] Harvey, D. (2001) "Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies"(319-338), in *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), apud Smith, L., 2006, p.16-17.

[2] Para delimitar o conceito de discurso adotado, Smith recorre ao trabalho de Michel Foucault – (1991), "Governmentality", in G. Burchell, C. Gordon and P. Miller (eds) *The Foucault Effect*, London: Wheatsheaf Harvester – e à teoria *Critical Discourse Analysis* (CDA, em português, Análise Crítica do Discurso). A autora assinala que o enfoque de Foucault se direciona para o discurso em si – sua construção e prática – e, sobretudo, para as relações de poder intrínsecas aos discursos dominantes. Contudo, seus críticos apontam esses limites tão restritos ao discurso como ponto fraco relevante de sua teoria: se, por um lado, há certa negligência a fatores que lhe são externos (materiais, económicos e estruturais) e que o influenciam diretamente, por outro, percebe-se que a existência de ideias e contextos está totalmente condicionada. A CDA reconhece a existência de elementos extrínsecos ao discurso, os quais o compõem, sendo ou não do conhecimento daqueles que o reproduzem. Ademais, é associado ao discurso um papel mais ativo, de não apenas refletir o ideário social como, também, de o influenciar. Smith, incorpora as contribuições da CDA em sua aceção de discurso, sobretudo no que diz respeito ao seu papel de refletir e constituir práticas sociais (Smith, 2006, p.14-16).

clássica que se constituiu nos séculos XVIII e XIX, em especial este último (Smith, 2006, p. 16 e 17).

Segundo Smith, a origem geográfica do discurso dominante acerca do património localiza-se, principalmente, nos países europeus de Inglaterra, França e Alemanha. A racionalidade foi a tónica do Iluminismo, bem como os ideários considerados, à época, progressistas e a teoria evolucionista darwinista. Tudo isso incutiu a noção de que os países europeus ocidentais eram os mais altos representantes do desenvolvimento humano, seja técnica, cultural ou intelectualmente. O nacionalismo emergente, como consequência da Revolução Francesa e da urbanização associada à Revolução Industrial, inaugurou novas formas de coesão social e de formação das identidades comuns, ao determinar um vínculo entre as pessoas e o território nacional. Na esteira dessas transformações, o movimento liberal pela educação propunha que esta deveria ser pública e destinada à criação da carga simbólica de nação por meio da transmissão do ideário cívico. A constituição dos museus públicos, a partir da transferência de propriedade de coleções privadas para o Estado, atribuiu a essa instituição um papel importante enquanto auxiliares na divulgação desse *establishment* concernente à identidade nacional e social (Smith, 2006, p. 17 e 18 e Semedo, 2004, p. 132 e 133).

Foi nesse contexto que começaram a ser elaboradas as primeiras políticas voltadas para a conservação de objetos antigos e edifícios históricos, inaugurando uma prática patrimonial particular e inédita. Marc Guillaume, no livro "A Política do Património", argumenta que as sociedades simbólicas do passado se relacionavam com a materialidade de forma totalmente diferente da de hoje (cujas raízes se encontram nas práticas surgidas no século XIX). Segundo o autor, a nítida indiferença dedicada aos suportes materiais possibilitou o seu desaparecimento, destruição ou adaptação porque havia uma ideia de eternidade.[3] Assim, Guillaume destaca que, para essas sociedades, antigo e novo não se opõem ou se anulam, pelo contrário, existem de forma simultânea, sendo o presente permanentemente ligado ao passado, porque existe uma estrutura simbólica viva, uma "transcendência" (Guillaume, 2003, p. 34 e 35).

3 Como exemplo, é citada a atitude do Papa Júlio II, que, no século XVI, autorizou a destruição da Igreja de São Pedro em Roma, construída já há 12 séculos.

Laurajane Smith (2006, p. 45-48), de certo modo, aborda essa questão ao relatar a sua experiência durante o Waanyi Women's History Project, desenvolvido na região norte de Queensland, Austrália, no ano 2000. Motivadas por garantir o seu reconhecimento perante os gestores do Boodjamulla National Park e do governo australiano, algumas mulheres Waanyi procuraram a autora e duas colegas, arqueólogas de formação, para que pudessem ampliar suas vozes, enquanto coletividade e enquanto sujeitos relevantes no que diz respeito à gestão daquele território. A participação das pesquisadoras se deu, então, no intuito de dar mais credibilidade ao projeto diante das esferas de poder envolvidas no processo e não no sentido de determinar a natureza, os objetivos e os resultados da iniciativa, os quais foram elaborados pelas mulheres Waanyi. O ponto central do projeto foi o registo de memórias e histórias contadas oralmente pelas participantes e o que chamou a atenção de Smith foi justamente a natureza da interação que essas mulheres mantinham com aquele espaço: ele não representava, por si só, o património; mais significativo que o lugar eram a troca de conhecimentos, o relembrar e o contar histórias de antepassados à geração seguinte.[4] Sobre essa questão, Marc Guillaume afirma que "sendo a Essência do Ser imaterial e invisível, o que importa do passado não pertence à ordem das coisas e do visível. (...) Essa presença simbólica do passado liberta da preocupação da sua conservação material" (2003, p.34). A liberdade de não se preocupar com o passado não representa, contudo, anular a importância da materialidade, uma vez que os objetos e os sítios são imbuídos de significados para a sociedade. O objetivo do Papa Júlio II, ao permitir que se destruísse a antiga igreja de São Pedro, não era outro senão a edificação de uma nova igreja, adaptada às necessidades e ao espírito da época. Afinal, ao prédio em si não foi dada tanta importância, mas ao que ele evoca, sim.[5]

Em oposição a essa forma de se relacionar com o passado, Marc Guillaume cita o modelo de conservação patrimonial da sociedade da Idade Moderna, a primeira a considerar a mudança e a valorização do tempo como traços culturais fortes (2003, p. 34 e 35). O corte abrupto com

4 A situação apresentada por Laurajane Smith é interessante para dar ênfase ao facto de que a lógica patrimonial pertencente à dita "sociedade simbólica do passado" existe em outras sociedades, inclusive do presente. Assim, seria mais pertinente pensar nessa forma de se relacionar com o passado como uma questão social e cultural, ao invés de temporal.

5 De maneira semelhante, Smith não nega a importância da materialidade no caso das mulheres Waanyi, ressaltando que "enquanto o sítio [Boodjamulla National Park] era intrinsecamente importante para as mulheres, foi o seu uso que fez dele um património, não o mero facto da sua existência" (Smith, 2006, p.46).

o passado faz com que a memória histórica ocorra dentro de um viés heterológico, ou seja, trata-se de um saber sobre o outro, no caso, um grupo, uma coletividade que habitou o passado. Para o autor, "os mortos já não assombram com a sua presença o mundo dos vivos" (Guillaume, 2003, p.35) e, assim, a materialidade ganha destaque como uma presença constante, que lembra os tempos idos a todos, sustentando "uma ficção da presença do passado no tempo presente" (Guillaume, 2003, p.35). Alice Semedo (2004, p.135) aponta que os museus se inserem nesse cenário enquanto instituições que possibilitam ao público ter contacto e elaborar a "compreensão dos contextos de tempo-espaço enquanto ao mesmo tempo reproduziam a noção de tempo moderna, linear e progressivo". Dessa forma, no entender da autora contribuiriam ainda para minimizar o efeito de "descolamento" existente em relação ao passado e produziriam um senso de reconhecimento das origens (Semedo, 2004, p.136).

Essa percepção acerca do passado tem como um contexto mais amplo o desenvolvimento industrial e, mais recentemente, a cultura de consumo, a qual tem como estratégia importante a obsolescência programada dos produtos. Se efémero e duradouro aparentemente se opõem, é de ressaltar que ambos existem dentro de dois conceitos mais alargados: a duração (curta e longa, respectivamente) e, em última instância, o tempo. Dessa maneira, Guillaume afirma que a efemeridade se mistura com a estratégia patrimonial, característica manifestada na ação de conservar objetos do passado recente e, até mesmo, do presente como forma de compensar a deterioração que o uso e o tempo breve irão lhes impor. Ao fazer tal análise, o autor associa alguns elementos mais característicos do século XX, como a sociedade de consumo, porém, destaca ainda as raízes desse processo na constituição da política do património surgida no período anterior (Guillaume, 2003, p.36).

As primeiras leis de proteção patrimonial, no Ocidente, colocaram como porta-vozes oficiais do património arquitetos e arqueólogos, pois seriam estes os profissionais donos da *expertise* necessária para identificar os bens e monumentos[6] a serem conservados. Ademais, cabia também, a eles, educar as pessoas acerca do património, seguindo um senso de "conservação

6 Segundo Laurajane Smith, o termo monumento tem uma importância particular no contexto europeu, uma vez que diretamente relacionado ao registo oficial de poder, constituído, em simultâneo, uma "testemunha da história e uma obra de arte" (Choay, 2001, como referido em Smith, 2006, p.19).

ethic" (Smith, 2006, p.19), ou seja, dos *experts*, reconhecidos oficialmente como autoridades do conhecimento, para o público, considerado ignorante sobre o assunto. Também faz parte desse contexto ideológico a noção de herança, na qual se embute o dever de manutenção do bem nas mesmas condições em que foi recebido, para garantir que ele seja passado para as gerações futuras. De origem francesa, esse senso de preservação encontrou respaldo no *ethos* conservacionista inglês e passou a compor o conjunto de regras pertinentes à gestão patrimonial da época (Smith, 2006, p.19 e 20).

Laurajane Smith afirma que os princípios conservacionistas europeus espalharam-se para outras partes do mundo e passaram a ser adotados quer em países independentes, como os Estados Unidos da América, quer em países colonizados, como parte da política de domínio colonial. As cartas de Atenas (1931)[7] e de Veneza (1964)[8] contribuíram para a naturalização internacional desse ideário, que passou, então, à condição de senso comum (Smith, 2006, p. 21). Na Europa, a influência do Romantismo foi o grande motor para a preservação do património histórico e natural, imbuído de um senso idílico que levou à criação de parques nacionais de proteção à natureza. Na esteira da conservação romântica de paisagens ditas naturais, está também a identificação de casas de campo da elite inglesa como bens patrimoniais a serem preservados. Nesse sentido, a autora salienta que o discurso de monumentalidade e herança não foi balizado, no século XIX, por narrativas nacionalistas e românticas quaisquer; pelo contrário, tratou-se de ressaltar aspetos específicos concernentes à legitimidade de poder da elite social e política. Para Guillaume, esse movimento se trata da "pro-dução de uma memória do poder (ou a serviço do poder)" (Guillaume, 2003, p.108).

A década de 1970, no entanto, representou um período de mudança para o conceito de património. A Convenção do Património Cultural e Natural da Unesco,[9] de 1972, ampliou a

7 Sobre a Carta de Atenas, ver: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf e Cabral, R. C. (2015). A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931: as contribuições da delegação italiana. In Arquitextos, ano 15, n. 179.04, disponível em https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531. Acesso em fevereiro de 2021.

8 Sobre a Carta de Veneza, ver: Kühl, B. M. (2010). Notas sobre a Carta de Veneza. (287-320). In Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 18(2). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008. Acesso em fevereiro de 2021.

9 A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é um órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU) cujo propósito consiste em promover a paz por meio da educação, da ciência e da cultura. Uma das linhas de atuação da Unesco é a política de preservação patrimonial, considerada

característica de monumentalidade do património fornecendo-lhe o estatuto de universal. Contudo, Laurajane Smith destaca que o senso de "conservação ethic" foi reforçado, como demonstra a manutenção da primazia de arqueólogos, arquitetos e conservadores em relação ao reconhecimento do que é património. Ademais, a carta trouxe à tona a ideia de autenticidade como característica fundamental para a lógica de conservação patrimonial, o que corrobora a necessidade de profissionais da área para identificar os bens que devem, por esses fatores, ser identificados e classificados como de interesse cultural. Nos anos seguintes, sociedades, cujos princípios culturais não se alinhavam com os valores ocidentais, desafiaram a pretensa universalidade do património e do discurso tradicional que sobre ele se criou. Uma segunda linha de crítica diz respeito à inserção do património cultural no mercado como mera *commodity*, o que levou à "Disneyfication" do turismo de massa. Como reação, a Unesco adotou, então, em 2003, a Convenção de Salvaguarda do Património Cultural Intangível (Smith, 2006, p.26-28).

Pode dizer-se que o movimento de preservação patrimonial, no Brasil, foi sempre balizado por tais elementos de formação. Embora o século XIX tenha contado já com algumas práticas conservacionistas, nomeadamente a criação de alguns museus (Museu Nacional, Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi) e a formação de sociedades arqueológicas, históricas, entre outras, a constituição do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi um marco significativo na sua história. É interessante ressaltar o contexto do nacionalismo e a intenção de se inventar um discurso identitário que despertasse na população um sentimento de pertencimento que também despoletaram as políticas patrimoniais, tal como ocorreu na Europa, como atrás se referiu. No caso brasileiro, o movimento intelectual relacionado a essa conjuntura foi o Modernismo, cujos expoentes tinham como preocupação máxima a busca da essência do ser brasileiro, de forma a integrar o Brasil no "concerto [internacional] das nações cultas" (Moraes, 1988, p.231).[10]

---

um relevante mecanismo para a construção da convivência pacífica entre os povos a partir do reconhecimento da diversidade cultural. No bojo dessa ideia está também a necessidade de empreender estratégias de desenvolvimento sustentável pautadas no respeito aos direitos humanos de alcance global. Ver: https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco (Acesso em fevereiro de 2021).

10 Em "Modernismo Revisitado", Moraes aponta que o conceito de modernidade se desenvolveu, no Brasil, segundo uma lógica específica caracterizada pela valorização do passado. No entanto, qual passado importava para os modernistas brasileiros? Para o autor, se no primeiro momento, a preocupação residia sobre a

Em termos teóricos, a prática patrimonial desenvolvida no Brasil também se insere nos processos mencionados por Laurajane Smith e Marc Guillaume. A importância dada à materialidade e à conservação artificial dos bens patrimoniais, de forma a mantê-los inalterados ao longo dos anos, faz-se presente na criação do instrumento do tombamento (recenseamento e inventariação). É por meio deste que o património edificado é considerado um bem cultural significativo, a ponto de ser salvo da deterioração. Quais são, então, os critérios que determinam essa escolha? No primeiro momento, a identificação com o barroco mineiro e o período colonial eram pré-requisitos para o tombamento, sobre o qual eram feitos diversos estudos pelo corpo técnico do órgão, em maior parte composto por arquitetos. Percebe-se então a formação e aplicação de um discurso predominante, que centraliza a capacidade de decidir o que é ou não património por alguns *experts*. Nesse sentido, destaca-se o senso de "conservação ethic" como um ideário fortemente presente na preservação patrimonial brasileira.

No sentido de assinalar a transformação do conceito de património ao longo do século XX, no Brasil, vale a pena fazer uma referência a dois artigos federais que tratam dessa matéria. O primeiro deles, de 1937, compunha o Decreto-Lei nº 25,[11] que criou o SPHAN:

> Art. 1º Constitue o património histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a factos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, 1937)

necessidade de se atualizar a produção cultural no país, em busca de um lugar entre as nações civilizadas, a segunda fase (cujo marco inicial é a publicação do Manifesto Pau-Brasil, por Oswald de Andrade, em 1924) caracterizou-se pela reflexão acerca da identidade brasileira. Chagas mostra como, sob a ótica de Mário de Andrade, esse olhar sistêmico, direcionado para o passado e para a tradição, poderia delinear qual seria o papel do Brasil, enquanto um ator original, dentro de um contexto artístico e cultural global moderno: "o dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica de uma nova combinação de qualidades humanas" (trecho de carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, citado por Chagas, 2006, p.62). Nesse sentido, Moraes e Chuva (2003) concordam que, tendo como referencial a Europa (a própria ordem moderna), o estilo barroco, amplamente empregue durante o período colonial, seria o passaporte do Brasil para integrar a história da arte universal. Essa constituição identitária, assim, foi a âncora para o desenvolvimento da noção de brasilidade, essa sim, a verdadeira essência do ser brasileiro, autêntica, moderna e, ao mesmo tempo, antiga.

[11] Brasil. (1937). Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Essa foi a definição oficial de património até a promulgação da Constituição de 1988,[12] em vigor atualmente, a qual propõe o alargamento na definição do que pode ser considerado património cultural brasileiro, incluindo já o património imaterial, antes mesmo da aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, de 2003, e qual o papel do Estado e da sociedade em relação a ele:

> Art. 216. Constituem património cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I. as formas de expressão;
> II. os modos de criar, fazer e viver;
> III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o património cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
> § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
> § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
> § 4º Os danos e ameaças ao património cultural serão punidos, na forma da lei.
> § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (Brasil, 1988)

O primeiro dos artigos, de 1937, já começa por especificar o termo património com os adjetivos histórico e artístico, o que, por si só, delimita bastante o conceito. Além disso, associa a ele características como vinculação a factos memoráveis e/ou valores arqueológicos, etnográficos, bibliográficos e artísticos. A segunda proposta de definição traz a referência à identidade e à memória e relaciona-os à materialidade e à imaterialidade. Ademais, importa ressaltar o papel mais ativo que dá à sociedade, que passa a ter a dupla função de validar o património, assim como de promover e incentivar sua preservação. É claro que ambos os artigos apresentam uma aceção geral para o termo e não abarcam a multiplicidade de legislações municipais, estaduais, ou mesmo federais, através de portarias, por exemplo. Tampouco revelam a dinâmica e pluralidade características da prática profissional ou da vivência cotidiana do património enquanto morador de uma cidade

[12] Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp, Acesso em fevereiro de 2021.

tombada ou turista. Contudo, são interessantes enquanto exemplos de representações do discurso autorizado sobre o património (AHD) de que trata Smith (2006, p.29-34).

Um dos aspetos relacionados com o AHD é o facto de que se define quem são os porta-vozes oficiais do passado, uma vez que o restringe a um conjunto de objetos (materialidade) cujo valor intrínseco exige que alguém tenha a *expertise* necessária para reconhecê-lo. Dessa forma, nega-se a noção simbólica, imaterial, inerente a todo bem patrimonial, e impede-se que a comunidade possa integrá-lo na sua experiência enquanto, citando Guillaume, "objeto de sutura" (2003, p.36). O autor indica que, ao se retirarem os vestígios do passado de suas posições iniciais da história (metaforicamente, uma posição de pontos do acolchoado) estes passam a exercer o papel de pontos/objetos de sutura. Deslocados no tempo (e, comumente, no espaço, dado que deixam de servir ao uso cotidiano e passam a compor outros sítios e com outros encargos), eles passam a ter a função de remendar o rasgo no tecido temporal causado pela ruptura brusca com o passado.

A ideia de herança, de algum modo, apresenta um limite para a já mencionada noção de "ponto de sutura", na medida em que ela determina que o património deve ficar intocado, para ser preservado ao máximo. Assim, guardado em um baú, a sete chaves, talvez um determinado objeto chegue, bastante íntegro, às mãos de alguém. Mas qual será o significado que terá para aquela pessoa, que, por vezes, não consegue enxergar nenhuma ligação entre a sua vida e a trajetória daquele objeto? Talvez nenhum e, eventualmente, o distanciamento que o ato de guardar cuidadosamente causou possa ser a ruína desse objeto, pois essa pessoa, não reconhecendo nele qualquer valor, pode simplesmente dispensá-lo na primeira oportunidade.

Outra estrutura com a qual o património possui forte ligação é a identidade. Ressaltando o caráter ficcional da identidade, Peralta e Anico afirmam que "ao selecionarmos símbolos e representações para nos categorizarmos a nós próprios e nos apresentarmos aos outros, imaginamo-nos colectivamente" (Peralta e Anico, 2006, p.2). Assim, é possível haver várias identidades sobre um grupo, bem como é possível construir um novo conceito auto-referente através da negociação e da reconstrução dos seus significados. Nesse sentido, os bens patrimoniais ativam um senso de pertencimento comunitário, provocam identificação seja entre indivíduos, seja entre as pessoas e o tempo – passado, presente e, até mesmo, futuro

(Peralta e Anico, 2006; Smith, 2006). Assim, identidades e, por conseguinte, património são constantes arenas de disputas e conflitos da mais diversa natureza. Smith denuncia que o AHD, para criar apenas uma narrativa identitária, ignora a diversidade cultural, centrando seu discurso em apenas um grupo, geralmente, a elite política e económica (e os valores a ela relacionados). A crítica a esse posicionamento, perpetrada por grupos excluídos por critérios diversos (tais como os de género, raciais, económicos, sociais e culturais), tem ecoado dentre as teorias e políticas de património. O artigo 216 da Constituição Federal brasileira, atrás citado, é um exemplo da tentativa de incorporar no discurso oficial tais questionamentos.

1.2. A (aparente) dicotomia entre material e imaterial

Parece evidente que a problemática do património cultural tem simultânea e inerente em si duas dimensões: a material e a imaterial. No caso brasileiro, os agentes e gestores que atuam no campo do património cultural se veem, tão logo iniciam as suas atividades profissionais ou académicas, às voltas com dois termos fundamentais na prática jurídica da preservação patrimonial: o tombamento e o registo. O estatuto do tombamento foi instituído ainda no já referido Decreto-Lei nº 25, o qual, além de instituir o SPHAN e conceituar o que se entende por património cultural brasileiro (nesse caso, restrito às categorias histórica e artística), procurou determinar os mecanismos legislativos pelos quais determinados bens seriam classificados como de interesse público. Assim, o parágrafo 1º, artigo 1º institui que

> Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do património histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (Brasil, 1937)

Os capítulos II e III do decreto, intitulados "Do tombamento" e "Dos efeitos do tombamento", respectivamente, procuram detalhar o ato e estabelecem os Livros do Tombo:

> Art. 4º. O Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:
> 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º [monumentos naturais, sítios e paisagens].
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (Brasil, 1937)

É possível observar, a partir da descrição dos bens que poderiam ser inscritos em um dos Livros do Tombo e amparados pelas diretrizes da preservação patrimonial, a ênfase dada ao caráter material.

Nesse contexto inicial da constituição do SPHAN e das diretrizes legislativas que oficializavam e forneciam o suporte para a prática de proteção do património cultural no país, salienta-se também a atuação de Mário de Andrade,[13] com destaque para a elaboração do "Anteprojeto para a criação do Serviço do Património Artístico Nacional". Chuva (2003), Chagas (2006), Pelegrini (2008) e Teixeira (2014) destacam o facto de Mário de Andrade ter introduzido, no seu Anteprojeto, a necessidade de se preservar o folclore e as manifestações populares, de acordo com uma perspetiva alargada de arte e cultura. Ao sistematizar a proposta de classificação patrimonial existente no projeto, em "Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade", Mário Chagas afirma se tratar de um sistema composto por oito categorias – arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicada nacional e aplicada estrangeira –, todas provenientes da ideia de "arte". Tais bens estariam organizados em cinco Livros do Tombo: arqueológico e etnográfico, histórico, das belas-artes e das artes aplicadas (Chagas, 2006, p.104). Percebe-se, assim, uma concepção alargada de cultura, que englobava as ideias de diversidade e de regionalismo. Esta, todavia, representava um desafio para o discurso de contribuição brasileira para a arte universal, tão caro ao movimento modernista, uma vez que descortinava a existência de vários "Brasis". Conforme Márcia Chuva assinala em seu artigo "Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado", essa preocupação encontrou ressonância na atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade,[14] principal responsável pela redação do Decreto-Lei nº 25, e junto ao Ministério da Educação e Saúde, repartição à qual o SPHAN estaria vinculado após a sua criação (2003, p.317). Ademais, talvez por uma

[13] Mário de Andrade (1893-1945) foi um grande expoente do modernismo brasileiro e teve contribuição em diversos campos do movimento, tais como literatura (poesia e romance), música e arte (história da arte, crítica e fotografia). Ver: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade (Acesso em janeiro de 2021).

[14] Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi advogado, jornalista e escritor. Entre os anos de 1930 e 1935, exerceu o cargo de chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, época em que se envolveu com a criação do SPHAN, o qual presidiu de 1937 a 1967. Ver: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24770/rodrigo-melo-franco-de-andrade (acesso em janeiro de 2021).

necessidade operacional, hipótese levantada por Chagas (2006, p.107) ao assinalar a impossibilidade de se preservar tudo, ou por ser uma ideia precoce para a época, a dimensão do intangível passou ao largo da normativa de 1937.

Enquanto instrumento jurídico exclusivo na prática de preservação do património cultural brasileiro, o tombamento foi empregado por décadas pelo SPHAN e os demais órgãos estaduais e municipais[15] com atuação na área. Em 2000, doze anos após o alargamento da noção de património cultural brasileiro promovido pela Constituição Federal de 1988, foi assinado o Decreto nº 3.551[16] que estabeleceu normas para a preservação do chamado património imaterial. Nele foi instituído o Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial, dentre outras providências relativas à matéria, como mecanismo de proteção patrimonial. Seguindo o modelo já adotado anteriormente, a legislação criou quatro Livros de Registo, a saber:

> "Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
> I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
> II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
> III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
> IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas."
>
> (Brasil, 2000)

Na política brasileira de preservação do património cultural, os dois decretos, de 1937 e de 2000, possuem papéis complementares. Contudo, ainda que não propositadamente, a existência de dois instrumentos jurídicos diferentes, sendo um voltado para os aspetos tangíveis e outro para os intangíveis, e o lapso temporal entre eles acabam por demarcar uma separação entre património material e imaterial. Destarte, interessa observar que, não raro,

---

[15] Em termos administrativos, o Brasil é composto por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pessoas jurídicas autônomas, as quais possuem autogoverno e têm seus direitos e deveres relacionados na Constituição Federal do Brasil. Os Municípios são a menor unidade territorial e administrativa do país, já os Estados e o Distrito Federal são equivalentes entre si. Sobre o tema ver: https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html e https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil#Subdivis%C3%B5es (acesso em janeiro de 2021).

[16] Brasil. (2000). Decreto-Lei n° 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem património cultural brasileiro, cria o programa nacional do património imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

verifica-se uma "confusão" geral no que diz respeito ao tema e aos conceitos de tombamento e registo, denotando, por vezes, certa oposição entre essas dimensões.[17] Retomando aqui o Artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, Ulpiano Meneses, salienta, em "O campo do património cultural: uma revisão de premissas", que a maior novidade apresentada nesse ordenamento jurídico é a inclusão formal do papel participativo da sociedade e a valorização das práticas sociais nos processos de classificação patrimonial. Todavia, o autor destaca o que chama de "prática esquizofrênica" (Meneses, 2009, p.34) como característica das ações relativas ao património cultural no Brasil. Para ele, consolidou-se a impressão de que as novas diretrizes apenas teriam validade se aplicadas aos ditos patrimónios imateriais, enquanto aqueles reconhecidos como património material ainda estariam sob a égide das antigas noções de preservação, centrada da atuação de *experts*, o que descortina esse descompasso entre materialidade e imaterialidade na prática patrimonial brasileira.

[17] Exemplo disso acontece em relação ao "Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre, em Minas Gerais", registado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2008. Uma rápida pesquisa na Internet mostra que o termo registo e tombamento são, eventualmente, utilizados de maneira arbitrária quando se fala no tema. Em matéria de 2014 sobre o lançamento da marca do queijo produzido na Serra da Canastra, o site informativo Globo, de ampla divulgação no país, publicou o título "Queijo tombado como Patrimônio Imaterial Brasileiro vira marca em MG" (Disponível em http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2014/12/queijo-tombado-como-patrimonio-imaterial-brasileiro-vira-marca-em-mg.html, acesso em janeiro de 2021). No mesmo ano, a página Agron, direcionada para o agronegócio, explica que "O Modo artesanal de fazer queijo em Minas Gerais é um patrimônio cultural imaterial brasileiro, conforme tombamento concedido em 15 de maio de 2008 pelo Conselho Consultivo do IPHAN" (Disponível em https://www.agron.com.br/publicacoes/mundo-agron/cultura-e-variedades/2014/08/19/040615/modo-artesanal-de-fazer-queijo-em-minas-gerais.html, acesso em janeiro de 2021). Já em 2019, a plataforma digital Turismo de Minas, especializada em viagens, publicou a matéria "7 patrimónios imateriais de Minas Gerais", na qual apresenta bens "tombados" pelo IPHAN e pelo IEPHA-MG, dentre eles o modo artesanal de fazer queijo de Minas (Disponível em https://turismodeminas.com.br/o_que_fazer/patrimonios-imateriais-minas-gerais/, acesso em janeiro de 2021). Por seu turno, os artigos "Registro Patrimônio", de autoria de maria Coeli e publicado no site Queijo do Serro (Disponível em http://www.queijodoserro.com.br/index.php/registro-patrimonio, acesso em janeiro de 2021), e "Queijo do Serro", disponível na página Descubra Minas (disponível em http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=19&cod_pgi=2031, acesso em janeiro de 2021) procuram conceituar os termos tombamento e registo, diferenciando-os entre si e aplicando seu uso ao tema..

Tendo em vista esse percurso do debate acerca do património cultural e direcionando o olhar para a atualidade, é possível afirmar a existência de uma relação entre as esferas tangível e intangível dos bens patrimoniais? E, em caso afirmativo, qual seria a sua natureza?

Meneses (2009) chama a atenção para o aspeto subjetivo do património cultural ao afirmar que

> "aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores." (Meneses, 2009, p.32)

Nesse mesmo sentido, Elsa Peralta e Marta Anico caracterizam o património como um amálgama de símbolos cuja preservação se deve ao seu potencial de despertar os sentidos de identificação (2006, p.3). Também para as autoras, o debate sobre o património cultural assenta sobre a noção de valores, os quais não se restringem aos conceitos de autenticidade, ancestralidade ou genialidade. Então, quais seriam eles? Meneses elenca cinco elementos que compõem o valor cultural: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. O primeiro deles diz respeito, essencialmente, ao viés intelectual, a partir do qual o bem patrimonial pode ser visto como um documento, ou seja, uma fonte de informação e de conhecimento. Já o valor formal assenta no potencial de propiciar percepções subjetivas apenas pela forma. Trata-se de um efeito sensorial provocado pela existência e pelo impacto visual daquele bem e que se conecta com as experiências, memórias e valores próprios do indivíduo que vivencia esse momento de fruição. Os valores afetivos, por sua vez, estão muito ligados às noções de identidade e pertencimento e relacionam-se, sobretudo, com as memórias despertadas pelo bem e com o imaginário social a ele vinculado. O quarto tipo de valor, de caráter pragmático, não reside apenas no valor de uso do bem, mas, sim, naquelas qualidades que dão maior ressonância às práticas sociais, atribuindo-lhes significados. Por fim, os valores éticos, que perpassam as formas com que tais bens são inseridos nas relações económicas, políticas e sociais, de maneira a despoletar o diálogo e o respeito entre pessoas, modos de vida e a transformação. Tais fatores são fundamentais para constituir uma sociedade plural, cujas bases estejam ancoradas na convivência pacífica e democrática (Meneses, 2009, p.35-38).

Tantos elementos, é preciso dizer, não existem isoladamente; pelo contrário, estão presentes nos diversos bens patrimoniais em proporções diferentes (Meneses, 2009, p.35). Unidos pelas substâncias intangíveis e viscosas da identidade, do autorreconhecimento, das "imagens social e politicamente negociadas, bem como histórica e culturalmente construídas sobre um determinado colectivo humano" (Peralta e Anico, 2006, p.3), compõem uma ficção - ideia já presente no título do livro organizado por essas autoras: "Património e identidades: ficções contemporâneas". Ou, por que não dizer, uma quimera,[18] esse ser mitológico composto por partes de diferentes animais e cujo nome é sinônimo de ficção, fantasia e utopia?

Porém, há que se lembrar que, ao se enquadrar na categoria das feras, a quimera também representa um perigo de morte. Terá essa característica alguma relação com o conceito de património cultural? Em "E tudo o fumo levou: as memórias e identidades", Manuel Ramos chama a atenção sobre a tragédia da "morte pelo mito" (2003, p.49 e 57), risco que perpassa o discurso do património e ameaça, contraditoriamente, as práticas de preservação dos bens culturais. Segundo o autor, o fenómeno encontra respaldo na antropologia clássica, responsável por criar uma visão idealizada e anacrónica dos povos tradicionais. Tal ponto de vista, principalmente devido à influência de Lévi-Strauss[19] na Unesco, encontrou ressonância na constituição dos conceitos e práticas conservacionistas do organismo internacional. Tomando como ponto de partida a problemática que envolve o estabelecimento de parques nacionais em África e a situação social de populações San, que vivem no entorno dessas áreas de preservação, Ramos destaca a falta de reconhecimento desses indivíduos enquanto representantes de povos ancestrais bosquímanos, uma vez que não viviam de acordo com um modelo idílico baseado nas técnicas de caça e coleta para a sobreviver e na linguagem de cliques para se comunicar. No entanto, essa percepção se mostra totalmente descolada dos processos de colonização e de dominação a que essas populações foram submetidas, os quais exigiam, justamente, que tais características, por representarem atraso social, cultural e

[18] Bulfinch destaca que os monstros mitológicos, além de possuírem proporções sobrenaturais e frequentemente serem compostos por partes de diferentes animais, tais seres eram ferozes como os animais e sagazes como os seres humanos (2002, p.150-151). Acreditava-se que a quimera era formada por um corpo de leão, duas cabeças, uma de leão e a outra de cabra, e cauda de serpente e soltava fogo pelas ventas.

[19] O francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) teve atuação fundamental para a consolidação da Antropologia no campo acadêmico e é o principal nome da Antropologia Estruturalista. Ver: https://www.comunidadeculturaearte.com/as-teorias-e-conceitos-de-claude-levi-strauss/ (acesso em fevereiro de 2021).

económico, fossem esquecidas e substituídas pelo uso do inglês e da agricultura. O dinamismo inerente à vivência humana não é bem vindo para esse modelo conservacionista, que submete os processos sociais ao "mito em que estão embebidos como moscas no âmbar", uma referência à quinta parte do documentário "A Kalahari Family (1951-2001)"[20] (Ramos, 2003, p.49).

Uma situação parecida se desenrola no contexto brasileiro, em relação aos seus povos orginários. O episódio "Quem são eles?", primeiro da série intitulada "Índios no Brasil",[21] procura refletir sobre os estereótipos dos indígenas para a população brasileira. Chama a atenção a fala de vários entrevistados que demonstram que, para eles, a imagem dos indígenas está associada a conceitos cristalizados. Alguns deles indicam também que, ao frequentar a cidade, estudar, fazer uso de carro e de outras tecnologias, o indígena passa a ser "branco".[22] Nesse mesmo sentido, no documentário "Índios somos nós",[23] Zahy Guajajara inicia a sua fala afirmando que muitos brasileiros possuem uma ideia equivocada sobre os povos indígenas. Para ela, essa imagem é pautada sobretudo pelos livros didáticos utilizados nas escolas, os quais apresentam os índios que habitava o território há 500 anos, quando da chegada dos portugueses ao Brasil. Como contraponto, as duas produções mostram que ser indígena, antes disso, é um senso identitário. Assim, é possível transitar pelos vários espaços associados aos "brancos" (idioma, atuação profissional, estudo, esportes, cidades, entre

[20] "A Kalahari Family (1951-2001)" foi um documentário sobre os bosquímanos Ju/'hoansi, habitantes da região Nyae Nyae (Namíbia) desde 1952, quando a família Marshall teve contacto pela primeira vez com tal povo. O documentário procura mostrar, do ponto de vista de ≠Oma Tsamkxao e sua família, aspetos da história dos Ju/'hoansi, tais como seu passado coletor e caçador, seu esforço para sobreviver ao Apartheid e suas tentativas de reestruturação por meio do estabelecimento de assentamentos agrícolas. Ver: https://www.der.org/kalfam/about-the-series.html (acesso em fevereiro de 2021)

[21] A série "Índios no Brasil", em dez episódios, foi produzida pela organização não governamental Vídeo nas Aldeias para a TV Escola, canal de televisão do Ministério da Educação (Brasil). O primeiro episódio pode ser acedido por meio do link https://www.youtube.com/watch?v=SAM7IazyQc4, acesso em setembro de 2021. Sobre a série, ver http://ailtonkrenak.blogspot.com/2008/03/srie-ndios-no-brasil.html, acesso em setembro de 2021.

[22] A palavra "branco", aqui, não diz respeito à cor da pele, mas ao modo de vida ocidental.

[23] O documentário foi realizado pela TV Brasil, por ocasião da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizados em 2015, na cidade brasileira de Palmas. O documentário está disponível no link https://www.ebc.com.br/especiais/indios-somos-nos, acesso em setembro de 2021. Sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, ver http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/53719-perguntas-e-respostas-conheca-os-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas, acesso em setembro de 2021.

outros) sem que se perca a origem indígena. Não obstante, as ameças aos direitos indígenas são uma constante para esses povos.[24] O temor ao fogo da quimera é, portanto, legítimo.

No artigo "O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial", Alice Duarte (2010) destaca que a análise do arcabouço legislativo da Unesco concernente à preservação patrimonial aponta para o crescente reconhecimento da dimensão imaterial do património. Antes da já mencionada Convenção de Salvaguarda do Património Cultural Intangível, de 2003, a Unesco adotou a Recomendação sobre a Proteção da Cultura Tradicional e Popular (1989)[25] e lançou o programa Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade (1997). Para a autora, tal movimento buscou preencher algumas falhas na prática patrimonial, as quais dizem respeito ao reconhecimento de manifestações culturais como música, linguagem, tradições populares, dança, dentre outras, e à inclusão das comunidades locais, atribuindo a elas importância fundamental nos processos de valorização, classificação e preservação dos bens patrimoniais (2010, p.46). Contudo, assim como Smith (2006) e Guillaume (2003), Duarte reafirma a manutenção do senso de "conservação ethic" na medida em que o temor ao desaparecimento continua a ser a tónica central do discurso acerca do património cultural. Em direção contrária a esse ponto de vista, a autora diz que

> a deslocação do PCI do seu território original não pode ser visto como um mal em si mesmo, e se algo precisa ser preservado é fundamentalmente o processo social (...). Neste sentido, um qualquer processo de manutenção patrimonial, mais do que ser vítima, cruzar-se-á com processos como o da globalização ou o do turismo, podendo surgir revitalizado da subsequente hibridação cultural que daí resulta. (Duarte, 2010, p.47)

Considerando, então, a inevitabilidade da transformação dos processos sociais e culturais ao longo do tempo, verifica-se que a prática preservacionista pode trazer em seu bojo,

---

[24] O episódio mais recente, ainda em curso, diz respeito à votação do projeto de lei 490, que altera o Estatuto do Índio, institui o Marco Temporal, permite a exploração de terras demarcadas por garimpeiros e flexibiliza a proteção de povos isolados. A alteração proposta passa a exigir a comprovação de posse para a demarcação das terras indígenas. Na prática, são consideradas terras indígenas apenas aquelas que estavam ocupadas pelos povos tradicionais em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal brasileira em vigor. Sobre o projeto de lei 490, ver https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311 e https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/19/interna_politica,1297425/entenda-o-que-e-o-pl-490-e-os-impactos-sobre-as-terras-indigenas.shtml, acesso em setembro de 2021.

[25] O texto da "Recomendação sobre a Proteção da Cultura Tradicional e Popular, está disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf, acesso em fevereiro de 2021.

contraditoriamente, a destruição daquilo que se quer conservar. Na medida em que é balizado pela autenticidade e pelo temor da perda, o *ethos* conservacionista não permite, às manifestações culturais, os ajustes necessários para torná-las mais adequadas à realidade política, social, económica e ambiental das comunidades a que dizem respeito. Por conseguinte, essa condição provoca paulatinamente o abandono de atividades e hábitos considerados anacrónicos e descolados do contexto da sociedade. O paradoxo ganha ainda mais complexidade ao se verificar que a tentativa de preservação levada a cabo sob os auspícios dessa perspetiva preservacionista provoca, por si mesma, transformações no bem ou manifestação cultural a que é destinada por meio do seu "congelamento" artificial (Duarte, p.51).

Há que se reconhecer que se abrem alternativas dissonantes para o campo patrimonial, a despeito de toda essa crise pela qual tem passado. Smith aponta, em primeiro lugar, para as iniciativas de incluir as comunidades e os discursos não tradicionais de património. Nessa perspetiva, reconhece-se a importância do papel da sociedade para a gestão e conservação do património. Esse contexto é também influenciado pelo questionamento em relação à forma deliberada como o passado é ou não é usado para legitimar outras visões de identidade e cultura destoantes das ocidentais. Por fim, há também a crítica à universalidade do património, uma vez que esse confronta diretamente o reconhecimento da multiplicidade enquanto valor. Os desafios que se colocam nesse contexto centram-se, principalmente, em conseguir abandonar uma lógica *top-down*, que, segundo Laurajane Smith (2006, p.35-38) aponta, ainda é bastante comum, e adotar estratégias de negociação consistentes, para que a prática patrimonial se transforme, verdadeiramente, em ação. Também nesse sentido, Duarte (2010, p.51) propõe uma nova postura por parte dos especialistas do património, na qual estes passam a ter um papel de acompanhamento ativo dos processos de transformação e reapropriação de tradições. Para ela, a aceitação da transitoriedade e da negociação serão os elementos fundamentais dessa mudança de paradigma que terá efeitos sobre o campo do património cultural, independente das suas dimensões material ou imaterial.

Em segundo lugar, como discurso dissonante, Smith (2006, p.38-42) dá relevo à Indústria Cultural e à Indústria do Património. Nessa linha, a autenticidade do património tem sido alvo de duras críticas, em função do crescimento de iniciativas de reconstrução e de dramatizações

do passado, chamadas pejorativamente de “parques temáticos do património”. Tais práticas desafiam os discursos autorizados de património a partir do entendimento de que não há uma visão ideológica inerente em relação ao património. Outro ponto destacado é a visão de que os visitantes/usuários não são meros expectadores e carregam consigo uma carga de memória específica que, por vezes, é capaz de alterar completamente a relação desenvolvida com o bem patrimonial específico. Essa ideia também apresenta desafios para os profissionais envolvidos, agora um leque mais alargado que abarca artistas performáticos, designers, chefs de cozinha, etc., além dos tradicionais arquitetos, arqueólogos e conservadores.

Talvez se possa sugerir que no contexto do Património Cultural Imaterial (PCI), os valores tradicionalmente estabelecidos (antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade) para o património móvel e imóvel não são mais aplicáveis. A dimensão mais inovadora reside na mudança do paradigma clássico de proteção do património com base no trauma da perda, na procura pela autenticidade, na conservação e preservação. Metodologicamente, o PCI mudou o foco de “bens” para os processos, ou seja, o foco está nos processos sociais, técnicos, simbólicos, etc. que estão na sua origem. Ao mesmo tempo, move-se dos objetos para as pessoas, tentando identificar não apenas os agentes que os fazem ou os utilizam, mas sobretudo dar voz e protagonismo aos seus portadores - comunidades, grupos e indivíduos (Costa, 2013, p.107).

1.3. Museus e património (i)material

Os museus se constituem como um tipo de instituição em que a temática patrimonial possui destacada ressonância. Segundo Patrícia Raffaini (1993, p.163), os séculos XVI e XVII foram amplamente marcados pelo culto à antiguidade clássica, o contacto direto com o Império Otomano e as Grandes Navegações, que revelaram povos e natureza completamente desconhecidos até então. Assim, a cultura da curiosidade se manifestou no hábito do colecionismo de objetos raros, exentricidades mantidas nos chamados “gabinetes de curiosidades” (ou “câmaras das maravilhas”), antecessores dos museus modernos. Estes constituíam um microcosmos, uma vez que traziam em seu bojo a tentativa de alcance da totalidade. Para tanto, seus organizadores buscavam objetos, exemplares únicos, que representassem toda uma cultura ou um aspecto do conhecimento, de modo a compor um “compêndio do universo” (Raffaini, 1993, p.160). A autora assinala ainda que o nascimento

do saber científico colocou fim à cultura da curiosidade, ao impor o método científico como premissa para a construção do conhecimento. Assim, essas coleções passaram a integrar acervos de universidades e demais instituições científicas

No entanto, a história dos museus teve, com a Revolução Francesa, a sua própria revolução, pois, a partir desse evento, passaram de meros espaços consagrados ao colecionismo para importantes instituições públicas (Soto, 2014, p.58-59). Essa transformação se deu como parte de um processo mais amplo caracterizado pela necessidade de se construir uma identidade nacional por meio do património, como herança coletiva da nação e pelo reconhecimento da importância da educação pública e universal, tal como apontado por Smith (2006) e Guillaume (2003). Assim, as coleções, antes de caráter particular, passaram a ser públicas e os museus se constituíram como equipamentos culturais e educativos.

De forma semelhante, a constituição do setor museológico brasileiro teve início a partir da instalação da Família Real e da corte portuguesa no Rio de Janeiro.[26] Seu marco inicial é a criação, em 1818, do Museu Real,[27] que teve como referência o modelo europeu vigente à época. Posteriormente, foram instituídos os museus do Exército (1864),[28] da Sociedade Filomática (1866),[29] da Marinha (1868), Paranaense (1876), e Paulista (1885). De acordo com

[26] A criação do Museu Real teve como precursoras duas experiências museológicas ocorridas no Brasil. A primeira delas se deu no século XVII, em Recife (Pernambuco), durante a presença dos holandeses no litoral nordestino. À época, um museu composto por jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico foi instalado no parque do Palácio de Friburgo, hoje inexistente. Já no século XVIII, foi criada no Rio de Janeiro a Casa de História Natural Xavier dos Pássaros, também voltada para a história natural. Sobre os primórdios dos museus no Brasil, ver Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus. (2010), p.20-21 e Chagas, 2006, p.37-44.

[27] Atualmente, o Museu Real é chamado Museu Nacional e é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui acervo composto por coleções relacionadas à história natural, provenientes da Casa Xavier dos Pássaros, das contribuições de naturalistas que viajaram pelo Brasil no século XIX, de doações de procedência variada, com destaque para aquelas feitas pela Imperatriz Teresa Cristina (1822-1889), esposa de D. Pedro II (1825-1891). Em 2018, ano do seu bicentenário, foi lugar da maior tragédia do setor museológico brasileiro: um incêndio de grandes proporções destruiu a quase totalidade do acervo da instituição. Sobre o Museu Nacional, ver http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html e https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_(Rio_de_Janeiro), acessos em fevereiro de 2021.

[28] Boa parte dos acervos dos Museus do Exército e da Marinha foram transferidos para o Museu Histórico Nacional, criado em 1922, dando origem às coleções dessa instituição (Chagas, 2006, p.43). Sobre o Museu Histórico Nacional ver http://mhn.museus.gov.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Hist%C3%B3rico_Nacional, acessos em fevereiro de 2021.

[29] O Museu da Sociedade Filomática, posteriormente, foi renomeado para Museu Paraense Emílio Goeldi, em homenagem ao zoólogo e naturalista suíço Émil August Goeldi (1859-1917). Este dirigiu a instituição de 1893 a 1907, período em que procurou consolidar o museu como um importante centro de referência para os estudos

Chagas, a criação de tais instituições museológicas procurava enaltecer a nação brasileira a partir de um discurso que valorizava o conceito de civilização e instituir como interlocutor principal os grandes centros culturais e museais europeus e americanos (2006, p.43-46).

A promulgação do Decreto 25, além de instituir o SPHAN, atribuiu a esse órgão a gestão do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes e a prerrogativa de organizar tantos museus nacionais quanto fossem precisos, no sentido de favorecer a política patrimonial posta em curso. Letícia Julião, no texto "O SPHAN e a cultura museológica no Brasil", salienta que a contribuição museológica do SPHAN foi bastante tímida se comparada com o esforço que o instituto dispensou para a preservação do património edificado, também chamado de "pedra e cal". Não obstante a criação de museus não ter sido a tónica da atuação institucional do SPHAN, este inaugurou experiências que a autora define como um divisor de águas para o campo (Julião, 2009, p.142). A principal característica do modelo museológico do órgão, segundo a autora, é o facto de ser "alicerçado em um corpus científico gerado e desenvolvido no interior da instituição" (Julião, 2009, p.146), originando um conjunto de profissionais técnicos, peritos em arte e afeitos à pesquisa histórica. Outro ponto de interesse é o facto de que a maior parte dos museus criados estava fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, as capitais brasileiras que abrigavam museus nacionais de grande porte. Os estados abarcados pela política museológica praticada entre os anos de 1930 e 1950 foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e, sobretudo, Minas Gerais, onde o barroco, como estilo artístico, era bastante presente. Tal como mencionado anteriormente, os modernistas localizaram na civilização mineradora e no barroco as matrizes histórico-culturais brasileiras e, assim, os bens concernentes a tais temáticas tinham a dupla função de representar o particular, o que há de melhor em termos artísticos no caso brasileiro, e servir ao espírito universalista que buscava inserir a cultura brasileira nos parâmetros artísticos e culturais ocidentais.

referentes à Amazônia. Sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi ver https://www.museu-goeldi.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Goeldi, acessos em fevereiro de 2021.

A criação dos Museus do Ouro,[30] da Inconfidência,[31] do Diamante[32] e Regional de São João del Rei[33] se deu, então, no sentido de conservar esse passado barroco e minerador. Assim, se os museus de Minas Gerais não possuíam a envergadura dos grandes museus nacionais, bem como uma proeminência internacional tão significativa, tiveram papel crucial no processo de reescrita do passado e da identidade nacional proposta pelo SPHAN. Julião indica não parecer apropriado classificar tais instituições como regionais, pois

> funcionaram, na dinâmica do jogo inevitável entre o discurso do saber e o uso político desse discurso, como documentos complementares ao conjunto dos monumentos de pedra e cal da arquitetura colonial, prestando-se a atestar a existência de uma civilização identificada como geradora da brasilidade. (Julião, 2009, p.155)

A autora chama a atenção ainda para o facto de que tais museus, tendo como enfoque temático o passado colonial, estavam associados a um domínio híbrido, no qual os interesses histórico, artístico e etnográfico coexistem.

Chagas (2006, p.29-31) afirma que o termo museu remete, em sua origem mítica, à palavra *mouseion*, que, na Grécia Antiga, era o templo das musas, filhas de Zeus, o deus supremo para os gregos, com Mnemosine, deusa da memória. Dessa forma, de acordo com o autor, se os museus são, pelo lado materno, espaços de memória, por parte de pai, constituem também lugares de poder. Tal génese demonstra que, longe de serem locais neutros e apolíticos, os museus são palco da disputa de poder que permeia as relações sociais e reproduzem os discursos ideológicos em voga ao longo de sua história institucional. Para o autor, os museus

---

[30] O Museu do Ouro localiza-se no município mineiro de Sabará. Instalado na Antiga Casa de Intendência e Fundição, na qual o ouro era fundido e quintado (termo derivado do imposto de 20%, ou seja, um quinto, que incidia sobre o minério), o museu tem um acervo voltado principalmente para a temática da mineração, cobrança de impostos (quinto do ouro) e da ourivesaria https://museudoouro.museus.gov.br/, acesso em fevereiro de 2021.

[31] Situado em Ouro Preto, Minas Gerais, o Museu da Inconfidência foi criado para celebrar a memória da Inconfidência Mineira, movimento separatista ocorrido em 1789. A instituição abriga os despojos dos líderes da insurreição, trazidos da África (para onde foram degredados) pelo governo de Getúlio Vargas, além de um vasto acervo composto por estatuária, pinturas, ourivesaria, mobiliário, fotografias da paisagem urbana, desenhos, gravuras e objetos de uso doméstico ou ligados à escravidão. Ver https://museudainconfidencia.museus.gov.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_da_Inconfid%C3%AAncia, acesso em fevereiro de 2021.

[32] O Museu do Diamante está localizado em Diamantina, Minas Gerais, na casa do inconfidente Padre Rolim (1747-1835). Seu acervo se constitui por objetos relacionados à mineralogia, com destaque para a exploração diamantes e ouro e à numismática, imaginária sacra e registos fotográficos da cidade e entorno, personalidades e garimpo. Ver https://museudodiamante.museus.gov.br/, acesso em fevereiro de 2021.

[33] O Museu Regional de São João del Rei situa-se na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. A instituição exibe peças decorativas e de arte sacra, bem como alguns objetos de uso cotidiano, representando uma vitrine para a arte barroca que se desenvolveu no período colonial no estado, a história de formação e constituição de Minas Gerais, sempre vinculada à mineração, e os hábitos e costumes atribuídos à cultura mineira. Ver https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/, acesso em fevereiro de 2021.

possuem um “sinal de sangue”, explícito ou não, que lhes dá uma dimensão especificamente humana, na medida em que “aquilo que se articula nos museus não é *a* verdade pronta e acabada, e sim *uma* leitura possível e historicamente condicionada” (Chagas, 2006, p.35, grifos originais).

Na esteira desse ponto de vista, Joaquim Pais de Brito (2006) salienta, no texto “Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente”, que património e identidade pressupõem sujeitos: se, por um lado, há aquele que classifica, por outro, há aquele a quem a identidade é atribuída ou que a reivindica. Enquanto seres independentes, tais sujeitos podem estar ligados a um mesmo bem a despeito de não compartilharem de um mesmo alinhamento ideológico. Nesse sentido, ele ressalta que o património é campo de transformações e gerador de conflitos dramáticos entre as sociedades e entre os indivíduos. Nesse contexto, o museu também se constitui enquanto instituição dual, uma vez que acolhe os discursos externos, mas, ao reproduzi-los, adiciona elementos, pontos de vista e problemáticas, contribuindo para sua transformação. Os questionamentos relativos à identidade perpassam os museus, dado que estes tiveram sua formação balizada por certos discursos identitários e pautada na eliminação ou, pelo menos, apaziguamento de tensões. Assim, Brito elenca várias perguntas que surgirão no âmbito dessa crise de identidade museológica: “Que vozes tem o museu? Que sujeitos exprime, evoca ou institui? (...) Com quem é feito o museu? Como hegemoniza (se é que o faz) ou como articula a pluralidade vozes/discursos identitários e desejos de apropriação das coisas do património?” (2006, p.49). O autor aponta também algumas hegemonias que tendem a apresentar limites à avaliação crítica do fazer museológico e uma delas é a hegemonia dos objetos, que não permite que sejam feitas pontes entre o objeto e aquele que o fabricou, usou, em quais circunstâncias isso acontecia, etc. Outra hegemonia, a do efeito identitário, manifesta-se pela reprodução de discursos identitários sem sujeitos, de forma a homogeneizar a sociedade, sem levar em conta as pessoas que a formam, os contextos que a caracterizam, as arenas de conflito que ela encerra, entre outras questões. Por tudo isso, o museu não pode se prender à ideia de que ao ter sido criado para reter o tempo, ele próprio deixou de estar inserido no tecido temporal, como se fosse uma instituição que paira sobre todos. É importante, para os profissionais da área, perceber que os museus são fruto de contextos sociais, políticos, culturais, económicos,

históricos e refletem, na sua existência, toda essa conjuntura específica, porém sem eliminar das suas reflexões a ficção que caracterizou sua própria invenção.

Tendo em conta tais elementos, Ana Carvalho, em "Os museus e património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas" posiciona os museus como instituições propícias para o esforço de salvaguardar o património cultural imaterial (2009, p.105). Tal ponto de vista é perceptível a partir do exame dos documentos oficiais elaborados no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM) nas primeiras décadas do século XXI. O encontro regional realizado pela representação do Comitê Internacional de Museologia na América Latina e Caraíbas, vinculado ao ICOM (ICOFOM-LAM), em dezembro de 2001, teve como tema "Museologia e Património Intangível" (Teixeira, 2014, p.33-34). As conclusões e orientações debatidas na ocasião foram reunidas na "Carta de Montevidéu",[34] que atribuiu à diversidade cultural um papel central para as práticas que envolvem museus e património, reconhece a presença de referências tangíveis e intangíveis em todos os objetos museais e evidencia que o fazer museológico deve ser balizado pelas dimensões afetiva e simbólica da memória e do património cultural. Em outubro do ano seguinte, ocorreu, em Shanghai, a 7ª Assembleia Regional da Aliança Regional do ICOM Ásia- Pacífico, na qual a relação entre museus e património intangível foi debatida. Desse encontro resultou a Carta de Shanghai,[35] que reconhece e evidencia a importância das práticas imateriais (idiomas, músicas, modos de vida tradicionais, entre outros) para a sociedade, estabelecendo que sua preservação deve ocorrer de forma coerente com as pessoas e grupos diretamente relacionados a tais bens e sem descurar do potencial que as novas tecnologias podem representar nesses contextos. Já em 2004, em consonância com essa temática, o ICOM propôs o tema "Museus e património intangível" para celebrar o Dia Internacional dos Museus, comemorado a 18 de maio. Assim, o órgão internacional reforçou a relevância do assunto dentre o meio museológico e procurou instigar a reflexão por parte dos profissionais atuantes na área. Na sequência, o tema foi novamente colocado em evidência na 21ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em Seul. A

[34] ICOFOM-LAM. (2001). Museología y Patrimonio Intangible en América Latina y el Caribe: actas del X Encuentro del Subcomité Regional del ICOFOM para América Latina y el Caribe. Disponível em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/lam_2001.pdf, acesso em fevereiro de 2021.

[35] ICOM-ASPAC. (2002). Shanghai Charter. Disponível em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Shanghay_Charter_Eng.pdf, acesso em fevereiro de 2021.

"Declaração de Seul",[36] como ficou conhecido o documento, endossa a Convenção de Salvaguarda do Património Cultural Intangível (2003) e reforça o papel participativo dos museus nesse propósito de salvaguarda. Em linhas gerais, a recomendação alerta para a necessidade de se documentar essas manifestações culturais e atribui ao ICOM um papel de responsabilidade na normatização de procedimentos concernentes à presença do património imaterial em museus e na capacitação de profissionais dessas instituições, no intuito de lidarem mais acertadamente com bens dessa tipologia. A autora destaca também a criação da "International Journal of Intangible Heritage", publicação dedicada ao assunto, além das ações desenvolvidas por comitês pertencentes ao ICOM (Carvalho, 2009, p.107-110).

No âmbito do Brasil, pode-se ter um panorama desse debate a partir do relatório de gestão publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que apresenta dados e iniciativas referentes ao intervalo compreendido entre 2003, quando foi instituída a Política Nacional de Museus (PNM),[37] e 2010, um ano após a criação do IBRAM, que se deu em janeiro de 2009. É digna de nota a segunda edição da Semana Nacional de Museus,[38] que estimulou a reflexão sobre o tema museus e património imaterial, proposto pelo ICOM para celebrar o Dia Internacional dos Museus. Participaram do evento 161 instituições, as quais desenvolveram 350 ações que colocavam em pauta a questão (Ministério da Cultura, 2010, ano, p.112). Nos anos seguintes, a partir de uma perspetiva internacional de reconhecimento da recém criada PNM, tornou-se evidente o interesse de promover intercâmbios voltados para a salvaguarda e gestão do património imaterial na esfera museológica. Esse foi o caso das parcerias instituídas com México, Panamá, ambas em 2007, e Países Baixos, em 2008 (Ministério da

[36] ICOM. (2004). Resolutions Adopted by ICOM's 21st General Assembly. Disponível em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_2004_Eng.pdf, acesso em fevereiro de 2021.

[37] A remodelação do Ministério da Cultura ocorrida em 2003 estabeleceu novos referenciais para as políticas públicas do setor cultural brasileiro. No mesmo ano foi criada a Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. A partir da discussão que contou com a participação de profissionais ligados à área museológica, foi construída a Política Nacional de Museus, a qual foi lançada em maio desse ano (Ministério da Cultura, 2010, p.26-27).

[38] A Semana Nacional de Museus é um evento criado em 2003 e promovido anualmente em comemoração ao Dia Internacional dos Museus. Cada uma das edições possui um tema - normalmente o mesmo proposto pelo ICOM para celebrar a data - que provoca a reflexão e norteia o desenvolvimento das ações que compõem a agenda dos museus participantes (Ministério da Cultura, 2010, p.11).

Cultura, 2010, p.128-129). No ano de 2009, a Lei 11.904, de 14 de janeiro, instituiu o Estatuto de Museus, no qual define como

> bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Ministério da Cultura, 2010, p.177)

No artigo 29 do instrumento jurídico, é ressaltado ainda que o caráter educativo dos museus deve se dar com o intuito de ampliar o acesso "às manifestações culturais e ao património material e imaterial da Nação" (Ministério da Cultura, 2010, p.179). Desta feita, a legislação brasileira específica do setor museológico procurou demarcar os museus como espaços abertos à salvaguarda do património imaterial.

Os antecedentes desse debate, no contexto brasileiro, já se manifestaram no anteprojeto de criação do SPHAN elaborado por Mário de Andrade. Segundo Chagas (2006, p.81-98), o modernista propôs um sistema museológico encabeçado por instituições de alcance nacional (Museu Nacional, Museu Histórico Nacional - ambos já em funcionamento -, Museu Nacional de Belas Artes e Museu de Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial - a serem instituídos) e, também composto por unidades nas esferas estadual e municipal. Na ótica de Mário de Andrade, os museus, sobretudo os municipais, deveriam estabelecer um diálogo com a população por meio de suas coleções, compostas também de objetos populares de grande significado social, não apenas os eruditos ou sofisticados, e elementos culturais representativos de técnicas, saberes, idioma, música, dentre outros.[39] Ademais, tais instituições cumpririam uma função pedagógica, por meio de visitas guiadas, de modo a não se tornarem um "cemitério de objetos". Nas décadas de 1970 e 1980, essas ideias voltaram à pauta do SPHAN, conforme aponta Karina Teixeira em "O Patrimônio Imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspetivas e rupturas" ao destacar a atuação da museóloga

[39] Ao longo de sua vida, Mário de Andrade se mostrou um grande entusiasta do colecionismo, ao reunir um acervo de mais de 25.000 itens variados, tais como pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, livros, objetos de culto religioso, etc. Parte relevante dessa coleção é dedicada à etnomusicologia, objeto de interesse do modernista que, sendo músico de formação, gravou cantigas populares e colecionou partituras e instrumentos musicais. O tema também perpassa sua obra literária: em "Macunaíma", considerado sua obra-prima, os protagonistas têm cada qual a sua coleção, uma de pedras e a outra de palavras-feias; em "O banquete", um dos personagens coleciona plantas e discos e o outro, gravuras pornográficas, as quais envia para a pinacoteca da cidade (Chagas, 2006, p.67-74).

Waldisa Rússio Guarnieri[40] e sua preocupação com os significados do património[41] e suas interfaces com a museologia e os museus (2014, p.33).

Essa guinada teórico-metodológica refletiu o contexto mais amplo de transformações pelas quais o campo museológico passava desde a década de 1960, as quais serviram de suporte ao surgimento da Nova Museologia. Segundo Smith, tal movimento se balizou fortemente pela crítica ao tradicional padrão curatorial caracterizado pela objetividade e pela exclusividade atribuída aos *experts* no que diz respeito aos processos de musealização (2006, p.195). Em "Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora", Duarte destaca que, na esteira das convulsões sociais ocorridas em maio de 1968, os museus foram alvos de questionamentos e acusados de serem instituições burguesas ao serviço da elite (2013, p.100-108). Tal contexto, pouco favorável aos museus existentes à época, demandou a remodelação da prática museológica, o que ocorreu a partir de duas vertentes: o desenvolvimento de uma linha de ação focada em tornar os museus um espaços democráticos e o entendimento de que as instituições museológicas devem sempre ser alvo de reflexão teórica e epistemológica. A primeira delas ganhou mais evidência junto aos pensadores franceses, em especial Georges Henri Rivière e Hughes de Varine-Bohan,[42] e traz

[40] Waldisa Rússio Guarnieri (1935-1990) criou o primeiro curso de pós-graduação em museologia do Brasil (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e é considerada uma das principais referências para o desenvolvimento da área no país. Sua contribuição teórica foi marcada por uma abordagem interdisciplinar e interpretativa dos objetos, entendendo-os como testemunhos de fenômenos e processos sociais, e pela defesa da democracia na prática dos museus. Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldisa_R%C3%BAssio, acesso em fevereiro de 2021.

[41] No texto "Museologia e identidade", de 1989, Waldisa Rússio utiliza a expressão "elementos perpétuos" para se referir aos significados atribuídos pelo ser humano aos bens patrimoniais. Na ótica da museóloga, o conceito de identidade tem intrínseco a si mesmo um "caráter orgânico (ou sistemático) de permanência, de resistência e de comunidade (jamais de eternidade), que impõe suas marcas, seus registos na memória coletiva" (Guarnieri, 1989, p.177). Segundo a autora, tal memória não diz respeito exclusivamente ao passado, mas também possui ressonância no presente e projeção para o futuro. Os "elementos perpétuos" apresentam uma permanência dinâmica e, assim, perpassam as transformações que o tempo e os contextos sociais impõem às narrativas identitárias. Ao se ocupar das relações entre identidade e património, Guarnieri fala também sobre a musealização de bens correlatos aos "elementos perpétuos", considerando suas dimensões materiais e imateriais (Guarnieri, 1989, p.177-182).

[42] Os museólogos franceses Georges Henri Rivière (1897-1985) e Hughes de Varine-Bohan (1935-) são considerados importantes expoentes da museologia francófona. Tiveram atuação fundamental para o movimento de renovação da museologia e o desenvolvimento do conceito de ecomuseus a partir da constituição do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e da sua observação como prática de um novo modelo museológico. Sobre Georges Henri Rivière, ver: https://historiadamuseologia.blog/autores/georges-henri-riviere/ e sobre Hughes de Varine-Bohan, ver: https://historiadamuseologia.blog/hugues-de-varine/. Sobre ecomuseu, ver: Brulon, B. (2015). A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. *Mana*, 21(2), 267-295, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200267.

como elemento basal o debate acerca da função social dos museus. Nessa linha, salienta-se a "Mesa Redonda Sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo",[43] em Santiago, Chile, que se constituiu como um espaço inovador de intercâmbio de ideias entre museólogos, cientistas e educadores. Dentre as suas determinações, destacam-se a percepção do museu como um espaço interdisciplinar e necessidade de garantir o acesso aos acervos museológicos, tanto para pesquisadores especializados, quanto para a população em geral. Já a segunda vertente ganhou mais relevo junto dos estudiosos anglo-saxónicos e se ancora principalmente na crítica ao cientificismo positivista e na valorização da interpretação. Além dos debates acerca da natureza e significados dos espaços museais e de suas coleções, nessa perspetiva, o museu é compreendido como um ponto de partida para suscitar reflexões contemporâneas, constituindo-se em uma instituição polifónica.[44] O movimento denominado "Nova Museologia" se constituiu na década de 1980[45] e, como herdeiro desses debates, propõe o alargamento das noções de objeto e de museu baseado na crítica permanente e na sua renovação enquanto espaço no qual a dimensão intangível do património cultural também é tida em conta, dentre outras questões.

Ainda nos dias de hoje, tais pressupostos representam um desafio para grande parte, se não a totalidade, das instituições museológicas (Smith, 2006, p.198, Carvalho, 2009, p.113 e Duarte, 2010, p.52), bem como a inclusão do património cultural imaterial nos museus. Essa inclusão, conforme apontam Carvalho (2009, p.113-126) e Duarte (2010, p.52-58), deve-se fundamentar no entendimento de que se trata de bens culturais vivos, cuja prática ocorre no seio das comunidades, e implica aceitar as transformações e adaptações que o contexto social lhes impõe. Dessa forma, trazê-los para o interior dos museus significa preservá-los? O que

[43] ICOM. (1972). Mesa Redonda Sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo. Disponível em: http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf., acesso em fevereiro de 2021.

[44] Duarte (2013, p.106 e 107) enfatiza o papel central da transformação epistemológica pela qual a antropologia passou nos anos de 1970 e 1980 e seu renovado interesse pela cultura material para a reaproximação entre esse campo do conhecimento e a museologia. Para a autora, a retomada desse diálogo, tendo como perspetiva o novo conceito de cultura focado na interpretação dos discursos sociais presentes nas ações humanas, influenciou sobremaneira essa linha de reflexão na esfera museológica. O assunto é tratado mais detidamente em Duarte, A. (1998). O museu como lugar de representação do outro. (121-140). In Antropológicas (2). Porto.

[45] Sua formação se deu a partir de alguns marcos importantes, com destaque para a Declaração de Québec (1984), a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (1985) e o lançamento do livro "A nova museologia", editado por Peter Vergo em 1989 (Duarte, 2013, p.109).

se entende por “preservar”, nesse caso? As duas autoras ponderam que esta não é uma tarefa simples e destacam que as práticas tradicionais não são capazes de abarcar a pluralidade e o dinamismo inerentes a tais bens culturais. Preservar, então, significa adotar uma nova abordagem aberta às metamorfoses que garantem a continuidade dessas manifestações, rejeitando a noção de autenticidade, tão cara ao *ethos* conservacionista. Assim, como é possível equilibrar musealização e transformação? Ainda que não exista um modelo estratégico definido, o caminho certamente passará pela tríade território-património-comunidade. Nessa aceção,

> as fronteiras intrínsecas a um edifício são substituídas por uma espécie de compromisso por um determinado território, as colecções na sua forma material serão apenas uma parcela de um património mais complexo (material, imaterial, móvel, imóvel e natural) desse território e, finalmente, os visitantes não serão apenas aqueles que visitam o museu, mas toda a população, que passa a ser o enfoque principal do museu. (Carvalho, 2009, p.124-125)

Para salvaguardar o património imaterial é preciso, portanto, que os museus promovam uma análise de si próprios, de sua concepção e de sua prática *top-down*. Não se trata apenas de reunir documentação, proceder à elaboração de inventários, adquirir acervos correlatos às manifestações culturais e exibi-los em suas exposições de longa duração. É preciso que as instituições museológicas estejam abertas ao dinamismo, à transmissão de conhecimentos e à comunidade na qual os bens culturais imateriais vivem e são vivenciados. A partir de uma postura *bottom-up*, o museu assume uma posição menos autocentrada e mais devotada à sua função social e ao papel de agente de desenvolvimento, constituindo-se não como um templo, mas, sim, como uma ágora.[46]

1.4. Património, museus e comunidade

Na esteira de tais reflexões relacionadas com o património cultural e museus, o conceito de “comunidade” tem ganhado relevância enquanto peça fundamental nesse grande quebra cabeças que reúne valores, identidades, cultura, conservação e vários outros aspetos teóricos. Para Hughes de Varine,

> o património, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o **húmus**, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. Suas raízes

[46] Nas urbes gregas antigas, a ágora era um espaço público de convivência social, comércio, cultura e exercício da cidadania por meio de debates políticos. Sobre a ágora, ver https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gora, acesso em fevereiro de 2021.

> devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no património: o solo, a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc. Como em todo fenómeno de crescimento, há a transformação do material disponível: destruição, modificação da estrutura ou da forma, aparição de novos objetos, criação de energia… A natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o património. Elas morrem muito mais depressa quando são apropriadas por especialistas. Estamos falando aqui de uma aplicação especial do conceito de "**subsariedade**": a gestão do património deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores desse património, de modo a não separá-lo da vida. (Varine, 2012, p.18-19, grifos originais)

Ao reafirmar as complexas e imbricadas redes associadas ao património cultural, o autor reforça o papel de agente de desenvolvimento atribuído à prática de preservação patrimonial, desde que ela contenha, em seu bojo, a participação efetiva da comunidade detentora do bem patrimonial.

Marc Guillaume (2003, p.127) afirma que, por algum tempo, a conservação foi vinculada quase que diretamente aos museus. No entanto, o contexto mudou e, hoje, a instituição museológica representa uma das componentes da preservação patrimonial. O autor cita duas linhas no campo museográfico: a primeira delas, chamada por ele de museo-conservação, diz respeito à proteção de objetos particulares; a segunda delas, nomeada de eco-conservação, prioriza a preservação de forma mais aberta à sociedade e às práticas culturais. Para ele, é impossível traçar uma fronteira nítida entre esses dois modelos, pois ambos coexistem e possuem uma ligação estreita entre si. Especificamente sobre a prática museológica, Guillaume (2003, p.128-132) destaca que a fortaleza dos museus tradicionais está no facto de se constituírem sistemas fechados, o que implica em certas facilidades em termos de gestão e conservação. Uma consequência disso é o facto de ações como selecionar, ordenar e hierarquizar estarem totalmente ao seu dispor e são usadas de forma deliberada, ou não, por essa característica, para representações com objetivos didáticos ou ideológicos. Contraditoriamente, ser fechado implica também um dos seus maiores limites, uma vez que não é possível transpor certas restrições, tais como espaço, público, acervos, dentre outras. Assim, na atualidade, foram propostos novos modelos, mais predispostos a interagir com o cotidiano e com a comunidade, os quais deveriam ser aplicados em maior ou menor escala pelos museus tradicionais.

A despeito da presença e relevância do tema "comunidade" nos discursos e nas práticas de preservação patrimonial, sejam elas desenvolvidas no âmbito de museus ou de outras instituições correlatas, é interessante perceber que o esforço de refletir sobre o termo, bem

como de conceituá-lo, não é empregado com o mesmo vigor que a sua simples utilização. Conforme apontam Sheila Watson, em "Museums and their communities" (2007, p.2), e Elizabeth Crooke, em "Museums and community: ideas, issues and challenges" (2007, p.27), a palavra "comunidade" aparece associada a valores morais positivos e a ideais democráticos e, de certa forma, sem que se tenha atenção à complexidade e aos paradoxos que o conceito carrega em si mesmo. Para a Watson, as noções de identidade e de senso de pertencimento são fundamentais na tentativa de definir e entender as nuances e os múltiplos sentidos que o vocábulo "comunidade" carrega em si mesmo:

> (...) para os nossos propósitos, aceitemos que o fator definidor essencial de uma comunidade é o sentimento de pertença que advém daqueles que dela fazem parte (Kavanagh, 1990: 68) e que, por meio da associação com as comunidades, os indivíduos conceptualizam a identidade. Essas identidades são relacionais e dependem de um senso não apenas de si mesmo, mas também de outros (Woodward 2002). Assim, uma comunidade é essencialmente autodeterminada. (Watson, 2007, p.3, tradução nossa)

Ao tentar entender a constituição e o desenvolvimento do fenômeno do nacionalismo, Benedict Anderson elabora a ideia de comunidade imaginada. Embora a expressão tenha sido empregada para definir "nação",[47] há alguns aspetos que, guardadas as devidas proporções, encontram ressonância para a compreensão das comunidades associadas às práticas patrimoniais. O primeiro deles é o caráter fraternal que o termo "comunidade" guarda em si: trata-se de uma relação horizontal entre indivíduos, não obstante todas as diferenças entre eles, a qual ganha corpo devido a certos elementos, substâncias viscosas que ligam as pessoas umas às outras (Anderson, 2008, p.34). Quais seriam os elementos capazes de criar tamanho vínculo? Ou, ainda, de que maneira eles se constituem? Tais questionamentos direcionam para o segundo ponto de interesse da ideia de Anderson, ou seja, o campo da imaginação. É impossível que todos os membros de grandes comunidades se conheçam pessoalmente, porém é esperado que se reconheçam, o que se dá a partir de certas marcas entendidas como sendo comuns (Anderson, 2008, p.32). Importa ressaltar que tais marcas não se restringem a características físicas ou aspetos materiais; ao contrário, estão fortemente relacionadas às experiências, tanto as que geram sentimentos positivos, quanto aquelas que, inconvenientes,

[47] A partir de um viés antropológico, Anderson define a nação como "uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (2008, p.32). Ao longo da obra, o autor procura demonstrar os principais elementos que, do ponto de vista histórico, contribuíram para o surgimento do sentimento nacionalista, com destaque para o capitalismo editorial e as raízes culturais.

devem ser esquecidas ou levemente modificadas para se tornarem aceitáveis. Esse processo de reconhecimento, portanto, ocorre no campo do imaginário, é um resultado da criação humana em torno dos sentidos de identificação.

Considerando a diversidade cultural humana, é de se supor que os vínculos que podem ser criados entre os indivíduos também são de múltiplas naturezas, ocasionando várias comunidades. Nesse sentido, Anderson (2008, p.33) afirma que o que caracteriza e diferencia as comunidades são as formas com as quais elas são imaginadas e não, propriamente, uma suposta autenticidade. Ora, o património cultural também é perpassado pelas substâncias viscosas da identidade e do reconhecimento sendo, portanto, impregnado de significados e pluralidade. Assim, as práticas profissionais que associam património, museus e comunidades devem ter em conta a complexidade e a pluralidade inerentes ao contexto.

Ao tratar especificamente de museus, Crooke (2007, p.23) procura diferenciar os termos "público" (de caráter mais geral, mero conjunto de pessoas), "sociedade" (uma referência à existência de um sistema mais estruturado) e "comunidade" (cujo significado recai majoritariamente sobre os interesses particulares que definem os grupos, o aspeto "imaginado"). Se museus e o património devem ser pensados como ferramentas importantes a serviço da comunidade (Crooke, 2007, p.23; Varine, 2012, p.19 e 171-174; Watson, 2007, p.13), é preciso, também, ter em conta as maneiras como isso ocorre. Nessa perspetiva, Crooke (2007, p.27-28) aponta três abordagens de análise para a relação museu/património e comunidade e, em cada uma delas, a dimensão comunitária ganha diferentes conotações e sentidos.

A primeira, denominada comunidade simbólica, é voltada para o estudo das relações entre as dinâmicas da comunidade e a formação da identidade e do senso de pertença. Nessa linha o enfoque se dá no sentido de tentar identificar e compreender as comunidades a partir dos valores e significados que as constituem, enfatizando e incorporando as suas multiplicidades na prática profissional. Por esse prisma, é pertinente ressaltar o espírito de autodeterminação inerente às comunidades, consequência direta das experiências em seu interior. Dessa forma, comunidade se constitui, simultaneamente, como processo e produto (Crooke, 2007, p.32). Em meio à prática patrimonial e museológica, essa perspetiva se reflete principalmente nos estudos que exploram os significados e valores representados pelos bens culturais, sobretudo

aqueles patrimonializados. A investigação a partir dessa via tem em conta a relação íntima entre bens culturais, identidade, senso de pertencimento e a ideia de nação (Crooke, 2007, p.29-32).

A segunda abordagem trata da comunidade cívica e sua relevância na vida pública, partindo da percepção de grupos comunitários como importantes ferramentas de governança. Crooke (2007, p.28) ressalta as práticas participativas como forma de privilegiar o desenvolvimento consciente, sustentável e comprometido com as pessoas. O enfoque, assim, recai sobre o desenvolvimento da autoconsciência e da confiança, favorecendo a capacidade de tomada de decisão sobre a própria vida e a justiça social. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a ausência de crítica no uso do termo comunidade, incorporando-o de maneira superficial ao discurso. Não basta, portanto, incluir a palavra nas ações propostas, é preciso desenvolver práticas que vão além da adoção do termo e que, de fato, sejam significativas para as pessoas. Assim, a partir da maior integração das práticas públicas, das comunidades e das instituições patrimoniais, cria-se um espaço profícuo para a construção de um contexto solidário às necessidades sociais e comprometido com os direitos coletivos (Crooke, 2007, 33-35).

A terceira perspetiva diz respeito à ação social e à comunidade política como forma de resistência e elemento fundamental para a democracia. A chave, nesse processo, está em desenvolver o empoderamento dos grupos que não se sentem representados nos círculos de poder já constituídos (Crooke, 2007, p.37). Para tanto, as ações que envolvem o património tanto podem promover a conscientização e a reflexão sobre o lugar social das pessoas e das suas comunidades e os processos que constituíram as hierarquias sociais, como podem ser uma via de protesto e apresentar novas formas de organização coletiva. Crooke (2007, p.38-

39) aponta as noção de hegemonia cultural gramsciana[48] e a pedagogia freireana[49] como referenciais relevantes para promover uma auto análise institucional e aproximar a prática patrimonial e museal das demandas emanadas dos movimentos sociais.

A sistematização das três abordagens acima procura diferenciá-las entre si para efeito de compreensão; é importante destacar que, na prática, elas se apresentam de forma articulada. A elas, adicionam-se outras categorias de análise, tais como as estratégias metodológicas, que podem adotar um viés mais *top down* ou mais *bottom up* (Crooke, 2007, p.34-35), e a perspetiva do interesse, que pode partir das instituições pertencentes ao setor oficial ou das próprias comunidades, em função de seus interesses e demandas (Crooke, 2007, p.8). Átila Tolentino, em "Entre políticos e mestres de cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus" apresenta dois exemplos museológicos nos quais pode-se constatar a complexidade com que tais elementos se apresentam na prática. O primeiro caso, o Museu Municipal de Borborema,[50] foi criado em 2009 e é centrado na "história oficial do município, com ênfase em aspectos como a chegada do trem na cidade, a arquitetura exuberante de alguns casarões e a vida política local" (Tolentino, 2014, p.50). O segundo exemplo, o Museu da Escola Viva Olho do Tempo - Evot,[51] surgiu a partir de uma exposição de objetos cotidianos da

[48] A ideia de hegemonia cultural perpassa a obra do filósofo Antonio Gramsci (1891-1937). Para ele, o grupo dominante legitima e reforça o seu poder em relação ao restante da sociedade por diversas vias - política, econômica, institucional e cultural. Crooke (2007, p.38) relaciona a ideia de hegemonia à de comunidade, na medida em que esta se utiliza de mecanismos semelhantes para se auto determinar e vê no passado um instrumento para validar a sua constituição. Sobre a ideia de hegemonia gramsciana, ver Martins, A. A. L., Marteleto, R. M. (2019). Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. (5-24). In *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 10 (1). Sobre Gramsci, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Gramsci, acesso em abril de 2021.

[49] A pedagogia freireana é uma metodologia pedagógica desenvolvida pelo educador Paulo Freire (1921-1997). Sua base fundamental é a de que, por meio do diálogo, ferramenta didática essencial no seu método, a educação deve promover a tomada de consciência do educando de modo a priorizar a sua autonomia e a formação de uma consciência crítica diante do mundo e da sociedade. Crítico dos métodos de ensino baseados na reprodução do saber e na transmissão acrítica do conhecimento, chamados por ele de "educação bancária", o pedagogo propõe uma visão da educação como prática de liberdade, comprometida com a criatividade e com a produção do novo.
Sobre a pedagogia freireana, ver Rocha, A. C. M.; Padilha, G. O.; Ferreira, J. B. M.; Mesquita, P. (2013) Teoria freireana de educação e a alfabetização de crianças. (22169-22185) In *XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE*. Pontifícia Universidade Católica - Paraná. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8983_6079.pdf, acesso em abril de 2021. Sobre Paulo Freire, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire, acesso em abril de 2021.

[50] Borborema é um município localizado no interior do estado brasileiro da Paraíba. Sobre Borborema, ver: https://borborema.pb.gov.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Borborema_(Para%C3%ADba), acesso em abril de 2021.

[51] A Congregação Holística Escola Viva Olho do Tempo - Evot é uma associação sem fins lucrativos voltada para a educação de crianças e adolescentes da zona e a preservação ambiental. Localizada no Vale do Gramame, zona

comunidade e, no ano de 2013, viveu uma modificação expográfica e a estruturação de um novo circuito expositivo "em que se buscou mostrar as referências culturais da região e os problemas causados pela poluição do rio Gramame, a partir do olhar dos mestres de cultura popular locais" (Tolentino, 2014, p.54). É interessante observar que as duas instituições foram geridas segundo metodologias bastante diferentes entre si: enquanto o primeiro pode ser classificado como um "museu tradicional", o segundo está mais alinhado com os conceitos e valores da Nova Museologia. Contudo, ambos trazem em seus discursos todo um conjunto ideológico e simbólico próprio das comunidades que participaram de sua criação (seja a partir de doações de acervo, da elaboração do circuito de visitação ou mesmo da institucionalização dos museus, dentre outros processos), bem como das comunidades a que eles se destinam, seus vários públicos. É preciso ter em conta que o património cultural é sempre um fenômeno social cujos valores encontram ressonância entre os atores/comunidades envolvidos e, portanto, instituições patrimoniais estão inseridas nesse mesmo contexto.

Entretanto, Watson (2007, p.9) chama a atenção para o caráter desigual dessa relação, dado o poder de influência associado ao património. A autora lembra que, apesar de museus serem espaços de poder nos quais normalmente estão representados os grupos socialmente privilegiados, são também instituições tidas como referências de conhecimento pela sociedade em geral (2007, p.10). De forma análoga, o património cultural também possui essa aura, constituindo-se "um valor em si mesmo" (Varine, 2012, p. 20). O desequilíbrio no relacionamento existente entre património, museus e comunidades é uma das dificuldades que se apresentam quando se procura estreitar esses laços. Como criar um espaço de participação mais amigável à participação ativa das comunidades? Outro desafio diz respeito aos consensos. Como foi assinalado por Anderson (2008, p.33), as comunidades são limitadas, ou seja, não englobam a totalidade das pessoas e possuem fronteiras, ainda que nem sempre bem definidas. Nessa seara, Watson (2007, p.3) e Crooke (2007, p.32) chamam a atenção para o facto de que, ao se perceber como uma comunidade, permeada por vínculos de natureza diversa, um grupo toma também consciência das suas similaridades e diferenças em relação aos demais. Dessa forma, podem concordar ou discordar sobre uma mesma questão,

rural de João Pessoa, capital da Paraíba, desenvolve um trabalho pedagógico a partir de uma visão integral e comprometida com os modos de vida dos moradores e com o sentimento de coletividade. Sobre a Evot, ver: http://www.olhodotempo.org.br/, acesso em abril de 2021.

apresentando diversos pontos de vista, interesses e entendimentos sobre uma gama enorme de temas. A qual desses grupos dar voz e por quê? Como definir qual ou quais os temas a serem colocados em evidência?

Não há respostas únicas para tais questionamentos, pois, não apenas cada caso é singular, como também pequenas mudanças nos contextos tornam inadequadas soluções anteriormente empregadas com sucesso no decorrer de um mesmo processo. É importante ter em conta que a relação entre património, museus e comunidades está sempre em construção e deve-se pautar por princípios como ouvir a comunidade para compreender suas características, demandas, dificuldades e potenciais, desenvolver parcerias com redes existentes e atores que possam impulsionar o trabalho e, sobretudo, ter a sensibilidade de reconhecer que comunidades são formadas por pessoas, as quais possuem variadas origens, trajetórias de vida, permanências e inquietudes (Watson, 2007, p.17). Não obstante tantos desafios, a prática patrimonial junto às comunidades constitui uma ferramenta fundamental para que ela seja instrumento de desenvolvimento para a sociedade e para as pessoas, verdadeiros detentores dessa ficção que é o património cultural.

As mudanças que perpassam as noções de património cultural e museu nos últimos tempos, tal como foi assinalado, exigem a constante reflexão crítica acerca da sua prática. Não é exagero dizer que trata-se de um contexto de crise para o setor, que se vê em um movimento constante de repensar suas funções, seus propósitos e o seu lugar na sociedade. Nem tudo, porém, são pedras. E talvez o principal ponto positivo de todo esse processo de autoanálise, seja a alteração do enfoque metodológico, que tem deixado de ser nos objetos e nas edificações para passar a ser as pessoas e os processos simbólicos inerentes a todo património cultural. Essa percepção nos traz para a realidade de que, sendo património uma ficção, este tem sua existência condicionada à sociedade humana e, não, o contrário.

2. O espaço: Território, Museu e Festa

Este capítulo tem como propósito apresentar os contextos específicos do estudo de caso para os quais serão apontadas as lentes do debate teórico apresentado no capítulo anterior. O presente trabalho centra-se na Festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece anualmente no município brasileiro de Serro, e na prática museológica do Museu Regional Casa dos Ottoni (MRCO), localizado na mesma cidade. Para melhor compreensão sobre essa manifestação cultural, é necessário contextualizar o leitor acerca do espaço em que ela se desenvolve. Antes de seguir adiante, é preciso, no entanto, tecer algumas reflexões sobre o conceito de espaço, na tentativa de delimitar melhor essa noção. A tradição matemática que vincula o termo espaço à geometria e os seus teoremas ou à filosofia, que o classifica como uma categoria *a priori*, não abarca a heterogeneidade de significados que o conceito pode representar. Longe de considerar o espaço um vazio matemático ou apenas um cenário, Lefebvre (2013) o define como um produto, o qual articula e condiciona a prática humana. Nessa perspetiva, de forma paradoxal, o espaço passa a ser produtivo e produtor de si mesmo, pois interfere na sua própria constituição. Assim, encontra-se ao sabor das sociedades, sendo, simultaneamente, meio e consequência dos processos deflagrados em seu contexto mais amplo. De acordo com esse ponto de vista, Bissio afirma que "o espaço é, portanto, para o homem, o suporte das práticas sociais, fundamento da organização, da disciplina; ele é concebido a partir e ao redor de uma rede de atividades e valores" (2009, p.80).

De forma semelhante, o conceito de território apresenta-se como passível de considerações. Para Silva e Tourinho (2017), a noção de território possui interfaces com a categoria de poder, seja ele político ou simbólico, e carrega em si a ideia de delimitação do espaço. Ao discorrer sobre aspetos concetuais da teoria elaborada por Pierre Bourdieu, Di Benedetto (1996, p.260) destaca que o espaço social se constitui como uma arena de disputa entre os capitais simbólico, económico, político e artístico. Assim, os recortes representados pelo território são produtos desse processo de conflito. São, também, fragmentos da sociedade que apresentam zonas de contacto entre si, seja por meio de sobreposição, complementaridade, cooperação, atrito ou choque, entre outras relações. Desse ponto de vista, o conceito de território está impregnado pelo caráter ficcional do património de que falamos no capítulo anterior e

relaciona-se com a autodeterminação das comunidades, revelando a sua heterogeneidade social.

Desafio parecido é o de definir museu. Assim como foi apresentado no capítulo anterior, essa noção mudou significativamente ao longo dos anos, acompanhando os debates teóricos acerca do património cultural e as problemáticas diretamente relacionadas com o setor museal. Segundo o ICOM, museu é

> uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.[52]

Já o ordenamento jurídico brasileiro, por meio da lei de criação do IBRAM, diz que

> Art. 2º Para os fins desta Lei, são consideradas:
> I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas:
> a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais;
> b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;
> c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
> d) o compromisso com a gestão democrática e participativa. (Brasil, 2009)

Desvallées e Mairesse (2016, p.23), no entanto, chamam a atenção para as diferentes perspetivas possíveis na tentativa de compreensão do que é o museu: abordagem conceitual, reflexão teórica e prática, funcionamento, atores envolvidos ou suas funções. Todos esses elementos compõem um complexo mosaico que se reflete nas definições acima citadas. Nos dois textos, observa-se a ênfase dada ao facto de o museu dever se constituir instituição ao serviço da sociedade. Para tanto, destacam-se como ferramentas fundamentais a

---

[52] Essa é a tradução presente no site do ICOM-Portugal, disponível em https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/, acesso em junho de 2021. Está em conformidade com o texto do Estatuto do ICOM modificado e adotado na assembleia extraordinária de 2017 (art.3, 1), ocorrida em Paris. O documento aprovado pela assembleia está disponível em https://icom.museum/en/about-us/missions-and-objectives/, acesso em junho de 2021. Como mostram Carvalho (2009, p.110) e Desvallées e Mairesse (2016, p.64), essa definição data de 2007, quando foi adotada na 22ª Assembleia-Geral do ICOM. Atualmente, o conselho tem trabalhado em uma nova conceptualização do termo museu e já iniciou uma consulta aberta para identificar conceitos e valores que devem ser contemplados pela definição a ser formulada. A previsão é de que a proposta seja votada em 2022. Sobre a nova definição de museu, ver: https://www.icom.org.br/?page_id=2173, acesso em junho de 2021.

investigação e a comunicação,[53] recursos preciosos para que o museu deixe para trás o seu *status* de templo das musas e se torne um agente comprometido com o desenvolvimento social.

Por fim, faz-se necessário delinear alguns princípios acerca do conceito de festa. De acordo com Perez (2002), a ideia de festa traz em si mesma vários princípios, dentre eles a *des-ordem*, na medida em que representa "um ato coletivo *extra-ordinário*, *extra-temporal* e *extra-lógico*" (2002, p.19, grifos originais). Dessa forma, constitui-se enquanto tempo de subversão da rotina e da vida social, dando lugar à exaltação dos sentidos, ao lúdico e à lógica do excesso, que passam a caracterizar a ação daqueles que participam do processo. Outro ponto que a autora aponta como característico da noção de festa é a *con-fusão*. Como foi dito, a festa é um ato coletivo e, portanto, pressupõe o engajamento de um grupo de pessoas a partir de um elemento em comum. Tal elemento pode ser desde a comemoração de um aniversário até celebrações cívicas, que exaltam a nação ou o próprio grupo que se faz presente na festividade, passando pelos ritos que embasam (e, paradoxalmente, ordenam) esse evento efémero (Perez, 2002, p.27). Portanto, além de representar esse hiato na ordem corriqueira da vida, a festa o faz de modo a construir e/ou reforçar elos entre os indivíduos e grupos sociais envolvidos. Em outras palavras, os dois polos mencionados se manifestam enquanto o profano (a efervescência da festa) e o sagrado (os elementos em comum e os ritos), duas dimensões que se complementam e que se apoiam no contexto festivo (Perez, 2002, p.23). Desta feita, enquanto fenómeno social e coletivo, entende-se que a festa é um campo fértil de estudos acerca da sociedade que a organiza e vivencia, uma vez que se constitui um microcosmos no qual estão refletidos território, crenças, alegrias, desafios, conflitos e, principalmente, identidade.

São esses, portanto, os pressupostos teóricos a partir dos quais se apresentam o *espaço* e o *território* relacionados com o Museu Regional Casa dos Ottoni e a Festa do Rosário: uma

[53] Entende-se que a comunicação em museus se dá por múltiplas vias, tais como publicações (de artigos, *folders*, catálogos, etc.), exposições, sejam elas de curta ou longa duração, experiências de mediação dos públicos, ações em ambiente virtual (redes sociais e sites, principalmente), participação em eventos científicos (congressos, seminários, encontros, entre outros) ou a sua realização pela instituição. Sobre comunicação em museus, ver Desvallées, A. e Mairesse, F. M. (2016). "Comunicação" (35-37). In *Conceitos-chave de Museologia*. (Soares, B. B. e Cury, M. X., Trad.). Belo Horizonte: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Superintendência de Museus e Artes Visuais; Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

amálgama de processos e de *dimensões* simbólicas que influencia as práticas sociais ao passo que, ao longo do tempo, se transforma e adquire outros significados. Quais seriam, então, os espaços e territórios da Festa do Rosário do Serro? Em que medida a pluralidade de sentidos se manifesta nas práticas a ela associados? Estão essas dimensões contempladas no fazer museológico do Museu Regional Casa dos Ottoni?

2.1. O Serro: espaço e territórios

A Festa do Rosário do Serro tem como cenário primeiro as ruas, o casario e a igreja de Nossa Senhora do Rosário do município do Serro, localizado no coração da cadeia montanhosa da Serra do Espinhaço, interior do estado brasileiro de Minas Gerais.

Localizado na região Sudeste,[54] Minas Gerais é, atualmente, o quarto maior estado do país (em área) e o segundo mais populoso.[55] Tem em seu contexto de formação a marca das descobertas de ouro e diamantes, ocorrida em fins do século XVII e início do XVIII, e a exploração desses minerais preciosos. Desde que foram encontradas jazidas de ouro e prata na América Espanhola, a procura por tais riquezas passou a ser objeto de interesse da Coroa portuguesa em relação ao Brasil. Ao mesmo tempo que o empreendimento açucareiro se consolidava no norte da colónia,[56] os habitantes da vila de São Paulo de Piratininga[57] se lançavam em longas viagens por territórios desconhecidos, genericamente denominados de

[54] O Brasil é dividido em cinco regiões, que agrupam os Estados de acordo com o seu posicionamento geográfico no território nacional: Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Nordeste (Alagoas Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe), Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). No mapa do Brasil (figura 1), as cores indicam as regiões do país.

[55] O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza esses e outros dados referentes ao censo realizado em 2010, o último realizado no Brasil, tais como faixa etária da população, indicadores socioeconómicos, como renda média, níveis de ocupação, Produto interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de escolarização, indicadores de saúde e ambientais. Para mais informações sobre o Estado de Minas Gerais, ver: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama. Acesso em abril de 2021.

[56] Segundo Schwarcz e Starling (2015, p.53-56), a introdução da cana-de-açúcar em território brasileiro aconteceu em princípios de 1530 e se espalhou por toda a colónia. Foi em Pernambuco e na Bahia (localizados na atual região Nordeste do país) que o cultivo prosperou e passou a ser a força motriz da economia e do povoamento na região. Assim, formou-se a "civilização do açúcar" (Schwarcz e Starling, 2015, p.72-73), uma sociedade que tinha impressa em suas bases sociais, económicas e culturais a empresa canavieira.

[57] A antiga Vila de São Paulo de Piratininga era o principal núcleo de povoamento da capitania de São Vicente, no extremo sul do território colonial português. Atualmente, é a cidade de São Paulo. Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo e https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_dos_Campos_de_Piratininga. Acessos em abril de 2021.

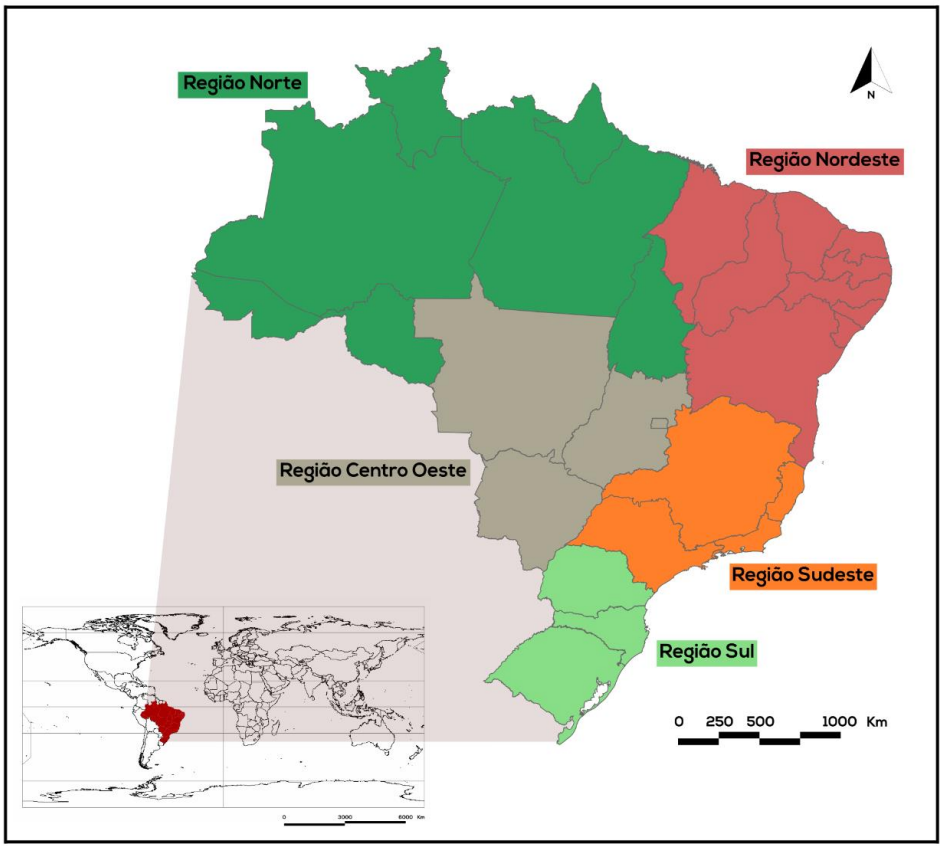
sertão. Seu objetivo principal não era encontrar metais preciosos, mas, sim, capturar indígenas para os vender como escravos. As chamadas "bandeiras", no entanto, foram responsáveis pelo reconhecimento do interior do país e, também, pela descoberta das minas de ouro que, como se constatou, eram gerais: o mineral era encontrado em uma longa e contínua cadeia de minas que se estendia desde o Arraial Novo do Rio das Mortes[58] às Minas do Serro do Frio (figura 2). Os diamantes, por sua vez, foram descobertos no Arraial do Tejuco,[59] localizado a nove léguas de distância da Vila do Príncipe, sede das Minas do Serro do Frio (Schwarcz e Starling, 2015, p.105-112; Furtado, 2003, p.29-30).[60]

[58] Atual cidade de São João del-Rei. Ver: https://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_del-Rei. Acessos em abril de 2021.

[59] O Arraial do Tejuco corresponde, atualmente, à cidade de Diamantina. Ver: https://diamantina.mg.gov.br/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Diamantina. Acessos em abril de 2021.

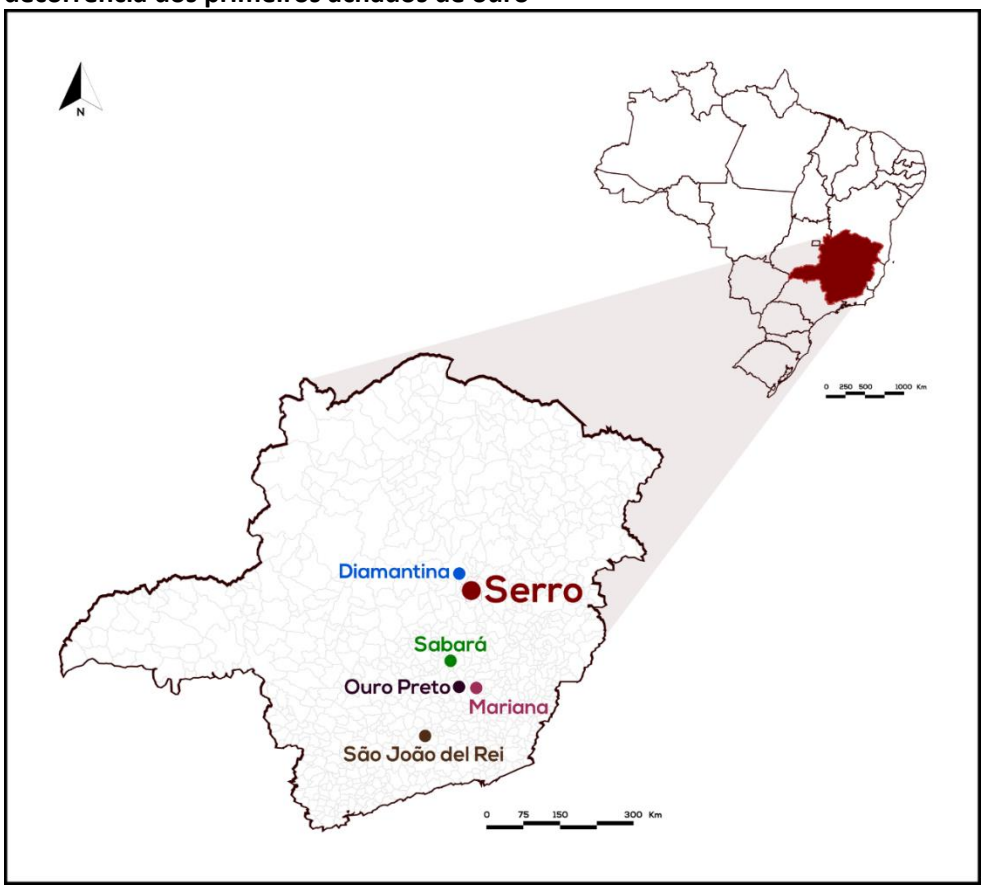
[60] Conforme o site Google Maps, seguindo o chamado Caminho dos Diamantes, que passa por localidades como Três Barras da Estrada Real, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, a distância entre as cidades é de cerca de 60 quilómetros. Ver: De Serro-MG a Diamantina-MG, Google Maps. (abril de 2021). Google. Consultado em https://www.google.com.br/maps/dir/Serro,+MG/Diamantina,+MG/@-18.4218847,-43.5275734,14.53z/data=!4m15!4m14!1m5!1m1!1s0xaee3a5a319e55d:0xdabe50c9414314f7!2m2!1d-43.3790446!2d-18.6033652!1m5!1m1!1s0xaeb9ab8f0c38ff:0x20f6a7aa673dbbe1!2m2!1d-43.6012135!2d-18.2474542!3e0!5i1. O Caminho dos Diamantes é um trecho da Estrada Real, via por onde se escoavam metais e pedras preciosas para o litoral do país, de onde seguiam rumo a Portugal. Atualmente, a Estrada Real é uma rota turística. Sobre o Caminho dos Diamantes e a Estrada Real, ver http://www.institutoestradareal.com.br/caminhos/diamantes/.

Figura 1: Mapa do Brasil (atual) com destaque para as regiões



Construído pela autora a partir dos mapas obtidos nos sites IBGE (Mapa do Brasil, disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama) e Mapas para colorir (Mapa Mundi, disponível em https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-mundi.php). Acesso em junho de 2021.

Figura 2: Mapa de Minas Gerais (atual), com destaque para os municípios que surgiram em decorrência dos primeiros achados de ouro



Construído pela autora a partir dos mapas obtidos no site do IBGE (Mapa do Brasil, disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama e mapa de Minas Gerais, disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serro/panorama). Acesso em junho de 2021.

Qualquer semelhança não é mera coincidência: a cidade que hoje recebe o nome de Serro é, precisamente, a antiga Vila do Príncipe, sede da comarca do Serro Frio, uma das quatro grandes unidades administrativas nas quais a capitania de Minas Gerais se dividiu.

Dentre os primeiros relatos de bandeiras na região, destaca-se a expedição de Fernão Dias Pais Leme (1608-1681), que, entre 1675 e 1781, atravessou o estado e alcançou o rio Jequitinhonha, ponto mais setentrional do Estado (Schwarcz e Starling, 2015, p.113). Antes disso, conforme aponta Furtado (2003, p.30), é possível que algumas expedições provenientes das capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo tenham atingido a região nos séculos XVI e XVII. Contudo, o povoamento da área se deu de forma efetiva a partir da ocupação da área central das Minas em fins de seiscentos. Encontra-se transcrito e publicado

na Revista do Arquivo Público Mineiro (APM)[61] o "Livro Primeiro da Receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira de que é guarda-mor explorador o cappitão Antonio Novaes Ferreyra", que assinala o início da tributação do ouro extraído na região no ano de 1702.

A fundação da Vila do Príncipe guarda, também, uma história curiosa. Furtado (2020, p.46-47) destaca que a versão oficial sobre o descobrimento das minas e a instalação do povoado que deu origem à vila se deu pela ação dos bandeirantes Antônio Soares Ferreira, João Soares – pai e filho – e Lucas de Freitas. No entanto, a negra mina[62] Jacinta de Siqueira aparece com um papel fundamental na origem dessa povoação. Em relato de autoria desconhecida sobre a fundação da Vila do Príncipe, encomendado por Caetano Costa Matoso, ouvidor de Vila Rica entre 1749 e 1752, é dito que

> Fundou-se e levantou-se "pelourinho no morro de Santo Antônio, duas "léguas distante do Tijuco, o qual foi mandado levantar pelo "ouvidor do Sabará Luís Botelho de Queirós, e passados poucos anos se mudou esta vila para o sítio em que hoje existe, distante do primeiro onze léguas e do Tijuco nove, pelo "juiz ordinário Antônio Quaresma, a instâncias de um a sua amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas. E para ali fez mudar o "pelourinho e tudo o mais que pôde, e se foi aumentando, e tem hoje bastantes moradores com Casas de Câmara e Cadeia (...). (Figueiredo e Campos, 1999, p.847)

As negras e mulatas forras tiveram grande importância nos primórdios das primeiras cidades mineiras. Conforme aponta Paiva (S/D, p.1), durante os séculos XVIII e XIX, havia uma crença entre os mineradores sobre a necessidade de se ter uma negra mina como concubina para

---

[61] O APM foi criado pela lei nº 126, de 11 de julho de 1895, com o intuito de "receber e a conservar debaixo de classificação systematica todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento scientifico, litterario e artístico do Estado de Minas-Geraes" (Artigo 1º, Lei nº 126, de 11/07/1895). Ainda nessa lei, ficou determinada a instituição de uma revista periódica a ser editada pela Imprensa Oficial do Estado: a Revista do Arquivo Público Mineiro, que trata de documentos dos períodos colonial, imperial e republicano, pesquisas sobre história de Minas Gerais e arquivologia, dentre outros. Atualmente, o APM é vinculado à Secretaria Estadual da Cultura de Minas Gerais e faz a gestão de um acervo composto pelos documentos da Administração Pública Estadual e documentos privados de interesse público. Para aceder o "Livro primeiro da receita da fazenda real destas Minas do Serro Frio e Tucambira (...)", ver: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=265&op=1. Sobre o APM e sua revista, ver:http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4 e http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicacoes/apresentacao.php. Consultados em abril de 2021.

[62] O termo nação é referente ao etnónimo atribuído aos escravos no momento do batismo, de acordo com certos elementos originários, tais como tribo, povo, língua, reino ou, ainda, o porto de embarque na África. A expressão *nação mina*, especificamente, designava os escravos embarcados na Costa da Mina (atual Gana), onde os portugueses haviam construído o Castelo de São Jorge da Mina, um importante porto de embarque de africanos escravizados. Os negros que seguiam para o Brasil a partir daquele ponto eram negociados na África e provinham de diversos reinos e povos africanos, possuindo crenças, línguas e hábitos de vida múltiplos (Furtado, 2020, p.2-3).

garantir o bom andamento das suas atividades de extração mineral. De facto, havia uma preferência geral pelos escravos minas, entre os portugueses, no que diz respeito à mineração (Paiva, S/D; Furtado, 2020). Tal favoritismo aconteceu em função do conhecimento acerca de técnicas de mineração que os escravos dessa nação possuíam, uma vez que já desenvolviam essa atividade na África. Dessa forma, a boa fortuna representada pelas negras minas era muito mais uma questão de traquejo e prática do que, propriamente, de sortilégio.

No que diz respeito às Minas, os primeiros anos do século XVIII foram pautados pela normalização política e administrativa por parte da Coroa portuguesa, especialmente durante o governo de D. Brás Baltasar da Silveira[63] (Miranda, 2006, p.111). Nesse sentido, certas povoações foram estrategicamente elevadas a vilas e, como tal, passaram a ser centros políticos importantes na estrutura administrativa da capitania. Foi o caso, em 1714, do pequeno arraial formado em torno das minas do Serro do Frio, que recebeu o nome de Vila do Príncipe (Miranda, 2006, p.111; Dias, 2011, p.4). Além da criação das vilas, foram também instituídas as comarcas, subdivisões administrativas e judiciais.[64] Em 1720, a Vila do Príncipe passou a ser a cabeça da comarca do Serro Frio e, como tal, sediava e Senado da Câmara, a Ouvidoria e a Intendência do Ouro, órgãos encarregados de colocar em prática os ordenamentos jurídicos, administrativos e tributários estabelecidos pela coroa portuguesa nos territórios sob sua jurisdição. É interessante ressaltar que, não obstante a importância política e administrativa da Vila do Príncipe, em termos populacionais, esta não apresentava o maior número de habitantes da região. Segundo Furtado (2003, p.41), já em 1732, dom Lourenço de Almeida (1680-1750), então governador das Minas, afirmou ser o arraial do Tejuco mais populoso que a cabeça da comarca do Serro Frio.

Já em meados do século XVIII, as Minas davam sinais de exaustão: o auge da produção se deu entre os anos 1737 e 1746 e, a partir de 1760, a queda na extração se mostrou irreversível (Schwartz, 2015, p.123). Assim, já em fins do setecentos, a rede de cidades que surgiu em torno da mineração sofreu um baque económico, tendo que voltar seus esforços para outras

[63] Fidalgo português, D. Brás Baltasar da Silveira (1674-1751) se destacou pelo serviço militar prestado e, posteriormente, pela sua atuação como governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

[64] Uma análise mais detida sobre a divisão administrativa e judicial da capitania das Minas pode ser verificada em: Val, A. V. C.; Soares R. V.; Soares S. K. & Viana C. K. R. (2010). Estudo Histórico da Divisão Administrativa, Judiciária e Eclesiástica das Minas Gerais: Nota Histórica. (p.13-20) In: *Revista Jurisprudência Mineira*, 195.

atividades, em especial, a produção de alimentos e sua comercialização. Meneses aponta que, além da exploração minerária, a agricultura de abastecimento alimentar foi uma "forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora" (2006, p.126) ainda no século XVIII. A análise de testamentos e de inventários *post mortem* permitiu ao pesquisador o acesso aos bens de 95 habitantes da comarca[65] e mostrou que 42,3% dessas pessoas eram proprietárias de terras, as quais usavam para a produção de alimentos, mesmo que de forma não exclusiva (Meneses, 2006, p.129). Durante o século XIX, o mercado de géneros diversos manteve a sua força enquanto actividade económica para a região, conforme assinalam Paiva e Godoy (2002), a partir de uma investigação que procurou cruzar relatos de viajantes que percorreram Minas Gerais na primeira metade do oitocentos,[66] o recenseamento de 1831/32[67] e a documentação "Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836". Os autores mostram que eram comercializados géneros diversos, tais como algodão, tabaco, cana-de-açúcar, animais, carnes, tecidos, ouro, diamantes e pedras preciosas, relacionando os produtos às suas localidades de origem e de destino (Paiva e Godoy, 2002, p.19 e p.24). À variedade da produção somam-se a complexidade dos fluxos comerciais e o grande número de

[65] Cinco dessas pessoas se incluíam nos dois tipos de documentos. A maioria delas residia no Arraial do Tejuco (atual Diamantina) que, à época, pertencia à Comarca do Serro Frio.

[66] Para Paiva e Godoy (2002, p.8), os relatos das excursões de viajantes estrangeiros no Brasil consistem em uma das fontes mais ricas de informações económicas do oitocentos. Para o trabalho, os autores analisaram os trabalhos dos seguintes viajantes: John Mawe (1764-1829), mineralogista britânico que esteve em Minas Gerais entre agosto de 1809 e fevereiro de 1810 - ver: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/429-john-mawe; o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que viajou pelo estado em cinco ocasiões, entre os anos de 1816 e 1822 - ver: http://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/matrizes-nacionais/figuras-de-viajantes/as-viagens-de-auguste-de-saint-hilaire/; John Luccock, comerciante inglês que visitou Minas Gerais entre 1817 e 1818 e registrou suas observações em "Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil" - ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Luccock; Spix (1781-1826, zoólogo) & Martius (1794-1868, botânico), uma dupla de viajantes alemães que percorreu o estado em 1818 - ver: https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/; Johann Pohl (1782-1834), mineralogista, médico e botânico austríaco que esteve em Minas Gerais em duas ocasiões, uma em 1818 e outra em 1820-21 - ver: https://plants.jstor.org/stable/10.5555/al.ap.person.bm000006597; e o naturalista inglês George Gardner (1812-1849), cuja viagem pelo estado aconteceu em 1840 - ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Gardner. Acesso em abril de 2021.

[67] Os autores indicam que o recenseamento de 1831/32 pode ser considerado um dos maiores inquéritos populacionais remanescentes da época, se não o maior (Paiva & Godoy, 2002, p.2). Sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, a documentação foi organizada por meio de uma parceria entre APM e Cedeplar/UFMG (Martins, 2015).

comerciantes e tropeiros[68] em Minas Gerais, outros indícios da importância dessa atividade económica para o contexto mineiro do século XIX.

Em 1838, a antiga Vila do Príncipe foi elevada à classificação de cidade e passou a ser denominada Serro,[69] nome que mantém até à atualidade. Não obstante a sua manutenção enquanto centro administrativo e jurídico da região, o Serro não conseguiu se integrar à rede ferroviária que começou a se desenvolver no país em fins do novecentos. Martins aponta que as dificuldades de acesso da região dificultaram a modernização dos transportes, por meio da implantação de ferrovias, e fizeram com que o "antigo sistema de circulação", caracterizado pelas tropas de comércio, perdurasse na zona até os anos de 1960 (Martins, 2006, p.166 e 167).[70] Assim, a não integração do Serro na malha ferroviária afastou do município atividades de produção em larga escala, fossem elas industriais ou agrárias, uma vez que esse modelo produtivo exige um sistema de escoamento mais eficiente, e consolidou uma economia baseada na produção agropecuária.

Esses aspetos históricos, económicos e políticos estão imbricados no processo de constituição da sociedade mineira. Para Andrade,

> (...) os descobrimentos [das minas], comportando-se como um rito de instituição social da realidade das Minas, encontram sua significação no meio das tradições culturais, normas político-jurídicas e práticas ordinárias do cotidiano dos coloniais. Nisso reside a invenção ou a fabricação das Minas Gerais do ouro. Foi uma invenção tanto no sentido de uma instituição política e econónima do Estado, quanto no sentido de uma criação afeita às práticas, manipulações e habilidades dos descobridores e de outros exploradores, bem como dos que se seguiram, os mineradores ou mineiros. (Andrade, 2008, p.16)

---

[68] Designação dada aos condutores de grupos de muares (chamados de "tropas") que conectavam as regiões de produção e os centros consumidores brasileiros. Durante séculos, foram eles os responsáveis por abastecer as povoações interioranas e metropolitanas, via terrestre, com itens de necessidade básica, tais como alimentos, gado, sal, tecidos, pólvora, dentre outros. Além disso, o ouro e os diamantes retirados dos leitos dos rios mineiros também eram transportados para o Rio de Janeiro via terrestre. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tropeiro, acesso em abril de 2021.

[69] Por meio de "Lei Provincial nº 93, de 6 de março de 1838 - Eleva a cidades as vilas de São João del Rei, do Sabará, do Príncipe e Diamantina, e determina que em cada uma delas se complete o número de nove vereadores pela maneira acima declarada" (Carrara & Machado, 2020, p.6).

[70] Diferentemente da Zona da Mata mineira (região localizada no sudeste do estado), que logo foi integrada pela malha ferroviária para o escoamento do café, o carro-chefe da sua economia no período, no Nordeste mineiro, houve apenas algumas tímidas tentativas. Perpetradas por particulares, tais tentativas fracassaram (Martins, 2006, p. 164 e 165). Em 1914, essa dificuldade foi ultrapassada com a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil a Diamantina. Motivo de disputa entre Serro e Diamantina, a estrada representou uma forma rápida e eficiente de escoar a produção. No entanto, não houve interesse por parte de governos ou de empresários no sentido de interligarem as outras cidades da região.

Assim, se a descoberta do ouro foi fundamental para o deslocamento das fronteiras do sertão desconhecido para o interior do Brasil colonial, a partir da formação de vilas e povoados, da abertura de caminhos, dos contratos de exploração, dentre outros, todos esses elementos se refletiram no cotidiano social daqueles que construíram, dia após dia, as suas vivências nesse território. Apresentar aqui algumas dessas condicionantes geográficas, políticas e económicas constitui uma tentativa de delinear o contexto em que todo um universo de práticas individuais e coletivas se desenvolveu e preparar o caminho para refletir sobre alguns de seus componentes, os quais, como veremos, verificam-se ainda nos dias de hoje.

Reconhecido como património cultural brasileiro pelo SPHAN em 1938, o Serro foi uma das primeiras cidades do país a ter o seu conjunto arquitetónico tombado por aquele órgão.[71] Como já referido no capítulo anterior, inicialmente, a ação do SPHAN se pautou pela lógica de considerar a sociedade que se formou como consequência da atividade mineradora como as matrizes histórico-culturais do Brasil, pelo que os primeiros processos de classificação se voltaram para as ditas cidades coloniais. Importante (re)lembrar que o património cultural reside no campo dos jogos de poder e da negociação e que, também no caso do Serro, o tombamento continua sendo palco de disputas e discordâncias. Conforme mostra Corrêa (2018, p.65), o orgulho pelo passado histórico convive com as dificuldades de ordem prática de se morar em um centro histórico, manifestadas, por exemplo, pela burocracia para empreender qualquer obra, seja ela de construção de imóvel ou de reforma (restauro) das edificações existentes, ou acessibilidade prejudicada pelo calçamento, e os anseios de crescimento e modernização.

De acordo com informação disponibilizada no sítio eletrónico da prefeitura municipal,[72] atualmente, o município se compõe da Sede (núcleo urbano principal), cinco distritos (Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Pedro Lessa, Três Barras da Estrada Real e Deputado

[71] Além do Serro foram também patrimonializadas em 1938 as cidades mineiras de São João del Rei, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e Diamantina. Uma lista com os bens tombados pelo IPHAN, dentre eles as cidades históricas, está disponibilizada em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123, acesso em abril de 2021.
[72] Ver: https://www.serro.mg.gov.br/portal/turismo/0/9/746/nossos-distritos, acesso em abril de 2021.

Augusto Clementino), além de dezenas de povoados e seis comunidades remanescentes de quilombos[73] reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares[74] (figura 3).

Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população da cidade era composta por 20.835 habitantes, distribuídos por uma área de 1.217,813 km².[75] Tomando como referência o contexto brasileiro, trata-se de um município considerado pequeno ou, até mesmo, rural.[76] Corrêa (2018, p.68) salienta que a ruralidade está presente na dinâmica social quando diz que mesmo os habitantes das áreas urbanizadas do município possuem vínculos grandes com o campo, seja por serem proprietários de uma fazenda ou de uma "roça" ou porque possuem parentes próximos que habitam em propriedades dessa tipologia.

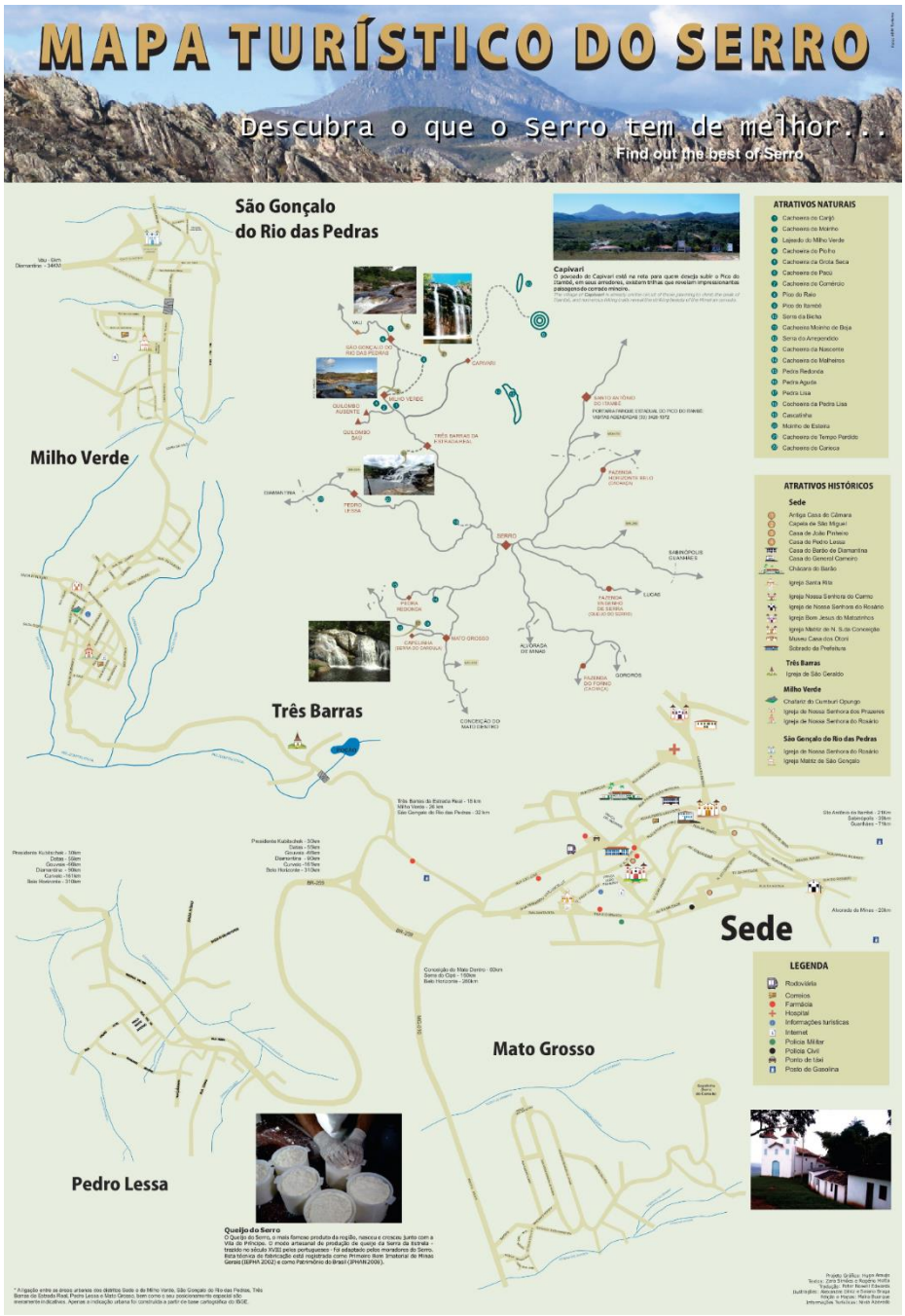
[73] O termo quilombo provém do idioma africano bantu e significa local de pouso. No Brasil, a palavra foi associada às comunidades formadas, sobretudo, por negros que fugiam da escravização, as quais existiram em todo o território brasileiro e foram importantes para a resistência negra ao regime escravocrata. Essas comunidades se localizavam próximas a cidades ou isoladas no campo, desenvolviam uma complexa rede de relações com outros grupos sociais e se dedicavam a diversas atividades económicas, tais como agricultura, pecuária, mineração, dentre outras. Schwarcz e Starling (2015, p.97-100) e Priore e Venâncio (2010, p.64) mostram que a coexistência pacífica das trocas comerciais e da prestação de serviços se conjugava às relações conflituosas do banditismo e dos saques. Para esses autores, os quilombolas (habitantes dos quilombos) estavam inseridos na sociedade colonial, o que dificultou sobremaneira as ações de combate dessas comunidades perpetradas pelas autoridades portuguesas. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu os direitos de grupos cuja origem remonta à existência dos quilombos, denominados "comunidades remanescentes de quilombos". Ver também: Silva, G. S & Silva, V. J. (2014). Quilombos brasileiros: alguns aspetos da trajetória do negro no Brasil. (191-200). In *Revista Mosaico*, 7(2) - disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120) - e https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo. Acesso em abril de 2021.

[74] O mapa das comunidades remanescentes de quilombos está disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551, acesso em maio de 2021.

[75] Os demais dados socioeconómicos sobre o município do Serro podem ser consultados em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serro/panorama. Acesso em abril de 2021. No mapa turístico apresentado (Figura 3), estão localizadas apenas duas delas, assinaladas por Quilombo Baú e Quilombo Ausente.

[76] Uma lista com os critérios de classificação das cidades brasileiras pode ser consultada em https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/10/06/criados-criterios-de-classificacao-do-espaco-urbano-e-rural.

Figura 3 - Mapa turístico do Serro



Fonte: Site da Prefeitura de Serro, disponível no link https://www.serro.mg.gov.br/portal/turismo/0/9/746/nossos-distritos, acesso em setembro de 2009

A atividade económica da cidade é caracterizada, principalmente, pela pecuária e produção de laticínios. O famoso queijo do Serro, além de ter sido classificado como património cultural

estadual e federal, tem angariado diversos prémios nacionais e internacionais,[77] o que atesta a sua qualidade e divulga o nome do município para o público mais alargado.[78] Nos últimos anos, outra atividade que movimenta a economia local e, ao mesmo tempo, serve de vitrine para a cidade, têm sido as produções audiovisuais filmadas na região: "O Segredos dos diamantes" (2014),[79] "Vazante" (2017)[80] e "Além do homem" (2018).[81] A despeito desse reconhecimento e do potencial turístico da cidade, o turismo ainda não se consolidou enquanto atividade económica de relevância. A cidade possui uma rede pequena para o atendimento ao turista e o fluxo maior acaba ocorrendo em dois de seus distritos: Milho Verde e São Gonçalo. Tais distritos encontram-se entre Diamantina e Serro (sede) e, como bem assinala Corrêa (2018, p.69-70), o fluxo de visitantes proveniente de Diamantina acaba por ficar nesses dois lugarejos, conhecidos por suas belezas naturais e gastronomia mineira tradicional.

[77] Em 2019, Minas Gerais teve 50 queijos premiados no Concurso Mundial de Queijo, realizado em Tours, na França. Desse total, os queijos do Serro ficaram com 12 medalhas ao todo (5 de prata e 7 de bronze).Ver: https://www.otempo.com.br/gastro/quentinhas/minas-gerais-conquista-50-medalhas-no-concurso-mundial-de-queijos-1.2191292. 2 anos antes, o Serro já havia obtido tal reconhecimento no mundial de queijos e no concurso nacional. Ver: https://serromg.blogspot.com/2009/02/queijos-do-serro-premiados.html#:~:text=%2D%20Medalha%20de%20Bronze%20%2D%20T%C3%BAlio%20Madureira,%2C%20maturado%2C%20Queijo%20do%20Gir.&text=No%20%22III%20Pr%C3%AAmio%20Queijo%20Brasil,do%20Serro%20foi%20novamente%20premiado.

[78] Ao caracterizar a economia oitocentista de Minas Gerais, Paiva e Godoy (2002) propõem uma divisão regional na qual o Serro não é mencionado. No entanto, ao se comparar o mapa atual e o apresentado pelos autores (Paiva e Godoy, 2002, p.20-23 e 25-31) constata-se que o Serro se encontra entre as regiões Diamantina e Mineradora Central-Oeste. Assim, o estudo dos mapas mostra que, desde o século XIX, já se criava gado e se produzia queijo na região.

[79] O "Segredo dos diamantes" é um filme infantojuvenil do género de aventura realizado pela produtora mineira Quimera Filmes e distribuído nacionalmente. Conta a história de três crianças que investigam o enigma de uma caixa com diamantes que teria sido escondida por um padre 200 anos antes. Sobre o longa-metragem, ver https://www.adorocinema.com/filmes/filme-226109/, acesso em junho de 2021.

[80] O drama histórico "Vazante" se passa no início do século XIX e retrata as tensões étnico raciais e de género entre brancos e negros escravizados que habitam uma fazenda imponente e decadente no interior diamantífero de Minas Gerais. A solidão e os conflitos gerados pelo isolamento da propriedade também são temas presentes na produção luso-brasileira. Ver https://www.adorocinema.com/filmes/filme-250246/ e https://pt.wikipedia.org/wiki/Vazante_(filme), acesso em junho de 2021.

[81] "Além do Homem" retrata a história de Alberto Luppo, um escritor brasileiro que mora em Paris há anos e retorna ao Brasil para descobrir o destino de um grande amigo francês que desapareceu no povoado de Milho Verde, Minas Gerais. Nessa busca, ele redescobre a cultura brasileira, que há anos renegava. O drama contou com a atuação de atores bastante conhecidos no Brasil, pois atuam em novelas e outras produções televisivas e foi distribuído nacionalmente. Ver https://www.adorocinema.com/filmes/filme-263202/, acesso em junho de 2021.

2.2. O MRCO no contexto da política museológica brasileira: breve histórico institucional

De que forma este espaço e território se plasmou no Museu Regional Casa dos Ottoni? Este foi o desafio e continua a ser. Localizado no Serro, o MRCO é uma das 30 instituições museológicas administradas pelo Instituto Brasileiro de Museus. Seu acervo é composto, atualmente, por 500 objetos inventariados. A instituição possui peças de tipologia variada: imaginária sacra, mobiliário, equipamentos para a extração de minério, coleção numismática e alguns documentos pertencentes à família Ottoni, dentre outras. Além disso, em regime de comodato, o museu abriga também peças pertencentes à paróquia de Nossa Senhora da Conceição.[82] Tais peças estiveram, no passado, em algumas das igrejas do município, tais como a Igreja de Santa Rita, a Igreja Bom Jesus do Matosinhos e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Segundo Maria Eremita de Souza, memorialista local, a história do prédio em que o MRCO se localiza remonta a fins do século XVIII, quando foi construído para servir de residência ao procurador do Senado da Câmara e sua esposa (Souza, 1999, p. 211). A transferência da casa para a família Ottoni, embora não seja documentada, deve ter ocorrido, provavelmente, ainda no século XVIII ou no início do XIX, uma vez que Teófilo Ottoni[83] teria ali nascido já em 1807 (Souza, 1999, p. 210 e 214). Antes de abrigar o museu, na edificação funcionaram outras instituições. A partir de documentos, em grande parte compostos por exemplares do jornal serrano "A Voz do Serro", datados do início do século XX, escrituras de venda referentes ao imóvel e documentos de gestão institucional existentes na Casa General Carneiro, onde funciona o escritório técnico do IPHAN, é possível fazer uma cronologia, ainda que com lacunas, referente ao percurso histórico do edifício para além da sua função de casa.

[82] É importante destacar que os 500 objetos inventariados não incluem as peças de propriedade da paróquia, uma vez que o MRCO apenas detém a sua guarda devido ao já referido acordo de comodato firmado entre MRCO e Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Assim, tais objetos não são, formalmente, parte do acervo da instituição museológica. Sobre a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ver: http://www.ipatrimonio.org/serro-igreja-matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao/#!/map=38329&loc=-18.60370400000003,-43.379093999999995,17. Acesso em maio de 2021.

[83] Teófilo Ottoni e sua família serão abordados de forma mais detida a seguir.

Conforme páginas do mencionado jornal, verifica-se que houve, em 1912, um movimento no sentido de instalar um asilo e liceu na Casa dos Ottoni, plano que veio a se concretizar em janeiro de 1913, conforme publicado pelo veículo: "Hymno cantado por ocasião da inauguração do 'Asylo e Lyceu da Casa dos Ottonis', na cidade do Serro, a 6 de janeiro de 1913".[84] A incorporação do imóvel ao património da União se deu em 1918, por intermédio de Júlio Benedicto Ottoni, filho de Cristiano Ottoni, para que nele fosse instalado o Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, o qual, tendo sido inaugurado em 1921 (Nery, 2006, p.17), fechou em 1930, após a morte de seu benfeitor e a despeito de sua vontade. Na escritura de compra, o benfeitor condiciona, explicitamente, a sua atitude à condição de que o imóvel fosse usado, para sempre, como patronato agrícola.[85] Segundo matérias veiculadas pela Voz do Serro, o estabelecimento acabou tendo suas atividades encerradas devido a fatores de ordem financeira. Nery (2006, p.18) aponta que, em 1924, o Patronato funcionava com apenas 1/3 de sua capacidade total, situação que pode ter influenciado o seu fecho. Quatro anos mais tarde foi aberta, conforme carta assinada pelo Provedor P. João Moreira da Silva e endereçada ao prefeito do Serro, no "solar dos Ottoni", uma maternidade administrada pela Santa Casa de Caridade dedicada ao atendimento de parturientes pobres.[86]

Em 13 de abril de 1944, pelo Decreto-Lei n. 6.418, o Ministério da Fazenda, por meio da Diretoria do Domínio da União, autorizou a alienação do imóvel via concorrência pública. Tal venda, no entanto, não ocorreu devido à intervenção de Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do SPHAN. Sua motivação está evidenciada em carta escrita em 5 de maio de 1944 e endereçada a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde. No documento, localizado no arquivo da Casa de General Carneiro, o diretor menciona a importância do edifício: "trata-se, efetivamente, da casa onde nasceram Elói Otoni, Teófilo Otoni e Cristiano Otoni, doada à União Federal por um de seus descendentes, a fim de perpetuar a memória daqueles grandes brasileiros". Assim, segundo Termo de Entrega datado do mesmo ano, a posse foi transferida para o órgão. A Casa dos Ottoni foi registada em 28 de abril de 1950, conforme o Livro do Tombo nº270, fl.46. Nos anos seguintes, o edifício passou a abrigar

[84] Ver Anexo 1.
[85] De acordo com Boas e Sanfelice, a instituição dos patronatos agrícolas foi promulgada em fevereiro de 1918 e se deu como uma solução para o problema das crianças desamparadas, transformando-as em jovens agricultores (Boas e Sanfelice, 2018, p. 172 e 173).
[86] Ver Anexo 2.

algumas peças de arte sacra provenientes da Igreja da Purificação,[87] que foi demolida nos anos de 1920. Ao longo das décadas que se seguiram, mais peças foram adquiridas para compor o acervo e a exposição do museu.[88]

2.2.1. Os Ottoni

O prestígio concedido por Rodrigo M. F. de Andrade ao prédio é um claro exemplo do culto à memória dos personagens ilustres, grandes homens que tiveram papel relevante para a história do Brasil, no caso, os membros da família Ottoni. Mas afinal, quem foram esses homens?

Laís Ottoni Ferreira, procurou traçar a genealogia da sua família, investigando as suas origens desde a Itália e mapeando todos os membros ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX (Figura 4). Segundo seus estudos, publicados na obra "Os Ottoni: descendentes e colaterais", o primeiro Ottoni a desembarcar no Brasil foi o genovês Manoel Ottoni, na década de 1720. Seu neto, Manoel Vieira Ottoni, foi o primeiro a viver na Vila do Príncipe, onde exerceu a função de ajudante de ensaiador e, posteriormente, ensaiador da Casa de Fundição. Tal cargo era de grande responsabilidade na época, pois dele dependia a qualidade do ouro quintado que era enviado à Coroa. Em 1763, ele se casou com Anna Felizarda do Prado Leme.

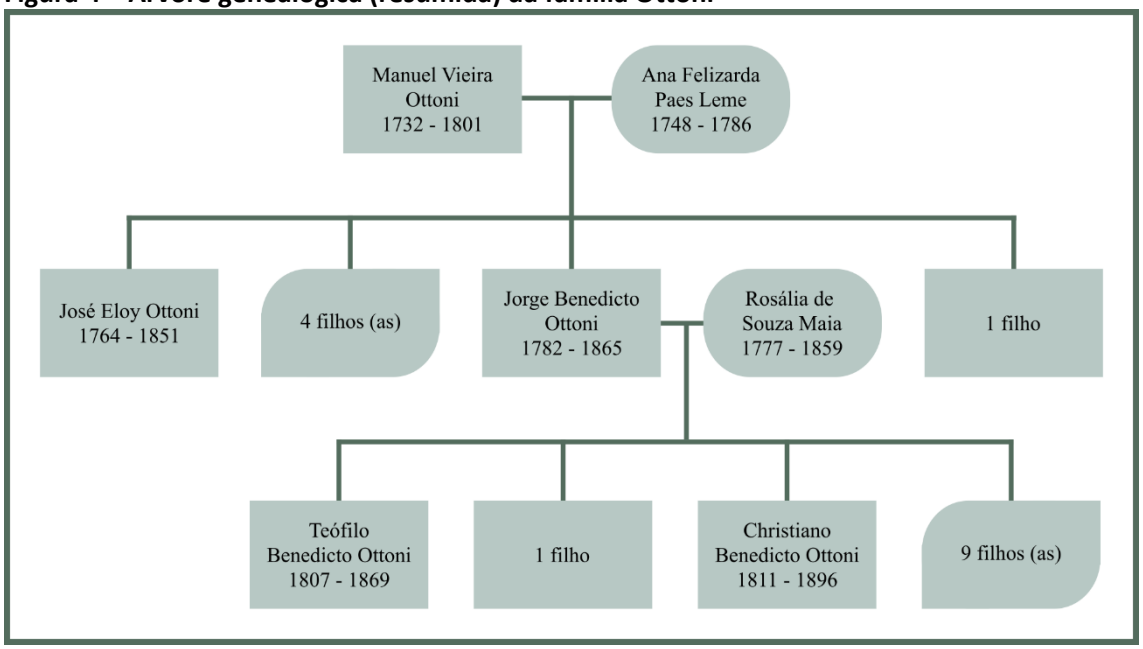
José Eloi Ottoni, primogénito do casal, exerceu vários cargos públicos e políticos no Brasil e na Europa, tais como professor, embaixador de Portugal na Espanha, oficial da secretaria da Academia da Marinha, entre outros; no entanto, é lembrado principalmente por sua poesia, largamente influenciada por poetas como Bocage e Bressani. Suas produções principais são "Poesias Avulsas", "Drama Alusivo ao Caráter e ao Talento de Bocage", "Ode aos Anos de Jorge IV da Inglaterra", "Anália de Josino", "O livro de Jó", além de algumas traduções e poesias avulsas. Era tio de Teófilo e Cristiano Ottoni, os quais foram políticos e grandes expoentes do movimento liberal brasileiro.

---

[87] Atualmente, pouco se sabe sobre a história da Igreja da Purificação. Uma busca no Google apresenta como resultados algumas poucas postagens que fazem referência a essa igreja. Pelo que se conta, a igreja teria sido edificada por Jacinta de Siqueira e, por negligência, teria se deteriorado de tal forma a ponto de ser demolida em 1926 (informações retiradas da página https://serromg.blogspot.com/2007/03/outras-igrejas-antigas-do-serro.html, consultado em maio de 2020).

[88] Sobre o acervo e exposição do MRCO, ver: https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/. Consultado em maio de 2020.

Figura 4 – Árvore genealógica (resumida) da família Ottoni



Desenhada a partir das informações obtidas no site Geni (https://www.geni.com/family-tree/html/start, acesso em maio de 2020)

Teófilo Ottoni (1807-1869) foi um dos primeiros brasileiros a defender a causa republicana, tendo criado, em 1930, o jornal "A Sentinela do Serro" no qual subscrevia os ideários republicano e liberal. Teve participação efetiva na Revolução Liberal de 1842, em Santa Luzia, pela qual foi preso. Após ter sido amnistiado por D. Pedro II, exerceu o mandato de Deputado Federal, afastou-se da política devido à derrota dos liberais para os conservadores e fundou, em 1848, a "Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri". Com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento económico da região, Theófilo Ottoni procurou ligar o sertão mineiro a um porto marítimo, através de uma rota composta por trechos terrestres e fluviais, incentivou a instalação de imigrantes europeus na região e desenvolveu um núcleo urbano que recebeu o nome de Philadelphia.[89] Em 1860, por motivos políticos, a Cia. Mucuri foi encampada pelo governo e Teófilo Ottoni retornou à política. Cristiano Ottoni (1811-1896) formou-se em engenharia e atuou como professor de álgebra e aritmética e engenheiro (foi responsável pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil). Tal como o irmão, foi um grande defensor do liberalismo e do republicanismo, além de ter exercido vários mandatos políticos. Em 1870, foi um dos

[89] Atualmente a cidade tem o nome de Teófilo Otoni.

signatários do Manifesto Republicano de Itu, em 1870, documento que criou o Partido Republicano brasileiro.

2.2.2. Um pouco de história institucional: de Casa dos Ottoni a MRCO

Segundo Reis e Martins, já no ano de 1940, diante do interesse de compra da casa por particulares, Rodrigo Melo Franco de Andrade ter-se-ia manifestado, em ofício ao chefe da Diretoria Regional do Serviço de Patrimônio da União, comunicando que o SPHAN estava procedendo a estudos para instalação de um museu no imóvel. Os mesmos autores utilizaram fontes orais que identificam a criação do museu durante a década de 40 do século XX, sendo que nos anos de 1960 e 1970 a Casa dos Ottoni já teria um funcionamento, ainda que informal, sendo aberta pelo Sr. José Olímpio de Moura, conhecido na cidade do Serro como "Seu" Olímpio.

Em 17 de outubro de 1984, foi assinado um convénio entre a Fundação Nacional Pró-Memória,[90] a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, o Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal do Serro e a Arquidiocese de Diamantina que visava implantar o Museu do Serro, cuja proposta era composta por três módulos – um museu sobre arte-sacra, um espaço destinado a exposições temporárias, atividades educativas, dentre outros, e um museu regional – a serem instalados, respetivamente na Igreja de Bom Jesus do Matosinhos,[91] na Chácara do Barão[92] e na Casa dos

[90] Em 1979, o IPHAN sofreu modificações em sua constituição e se transformou em Secretaria do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, cuja responsabilidade fundamental era garantir a preservação do acervo cultural brasileiro, constituindo-se o braço executivo e existiu até 1990. Sua extinção aconteceu no âmbito da formação do Instituto Brasileiro do Património Cultural (IBPC), a partir da fusão da SPHAN e da Pró-Memória. Anos mais tarde, em 1994 o IBPC passou a se chamar Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nomenclatura que ainda se mantém. Sobre a Fundação Nacional Pró-Memória e o IBPC, respetivamente, ver Dicionário do Patrimônio Cultural: Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990 - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Dicionário do Patrimônio Cultural: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) 1990-1994 - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ambos acessos em junho de 2021.

[91] Sobre a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos, ver http://www.ipatrimonio.org/serro-igreja-do-bom-jesus-de-matozinhos/#!/map=38329&loc=-18.592561841141922,-43.39243412017822,14, acesso em junho de 2021.

[92] Sobre a Chácara do Barão, ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Ch%C3%A1cara_do_Bar%C3%A3o_do_Serro. acesso em junho de 2021.

Ottoni. Nesse sentido, foi elaborado um projeto expográfico[93] que definia o conceito de cada um dos módulos que compunham o Museu do Serro:

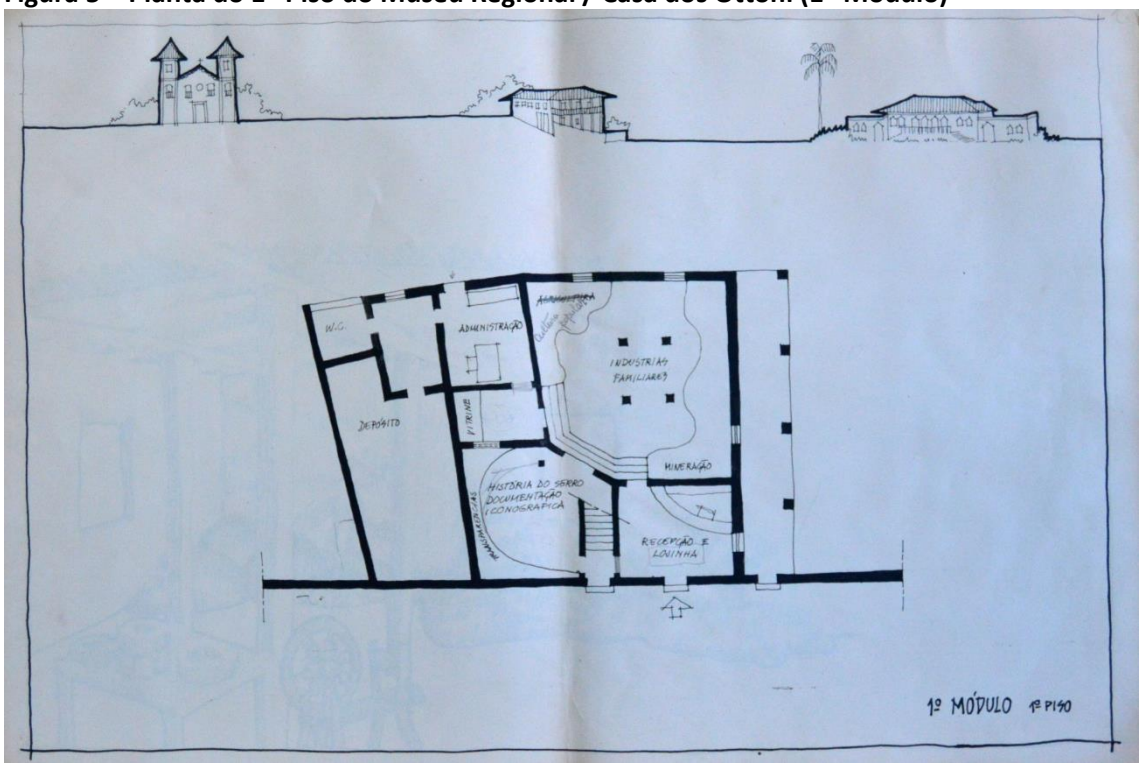
> 1º Módulo - Museu Regional / Casa dos Ottoni
> No pavimento inferior, a história da formação da cidade, a importância da mineração, a agricultura e as indústrias familiares.
> No piso superior, a exposição dedicada aos Ottoni, reconstituindo a residência no século XIX.
> 2º Módulo - Museu de Arte Sacra / Igreja de Bom Jesus de Matozinhos
> Exposição permanente do rico acervo de arte religiosa pertencente à comunidade. As antigas imagens de roca da tradicional "Procissão das Cinzas", apresentadas na nave da igreja em seus andores próprios. Nas naves laterais, pequenas peças de imaginária e prataria expostas em vitrines e, na capela mor, a valorização da pintura de Silvestre de Almeida Lopes [a quem foram atribuída a autoria dos painéis laterais da capela mor da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos].
> 3º Módulo - Centro de Atividades Culturais / Chácara do Barão do Serro
> Exposições temporárias, biblioteca, cursos, conferências, integração museu/escola/comunidade. (Projeto Expográfico do Museu do Serro, [1984?])

No documento, constam também as respetivas plantas referentes aos três módulos do museu a serem instalados na cidade. Para o contexto deste trabalho, destaca-se o projeto para a exposição do Museu Regional Casa dos Ottoni (Figuras 5 e 6).

O início das obras de restauro da Casa dos Ottoni aconteceu apenas em dezembro de 1989, conforme documentação localizada na Casa General Carneiro. Em comunicado interno enviado para Rui Mourão, então diretor do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais,[94] a museóloga responsável pelo Museu do Serro, Ariadne Motta, informa que o restauro teria início em 11 de dezembro daquele ano, com previsão de término de três meses.

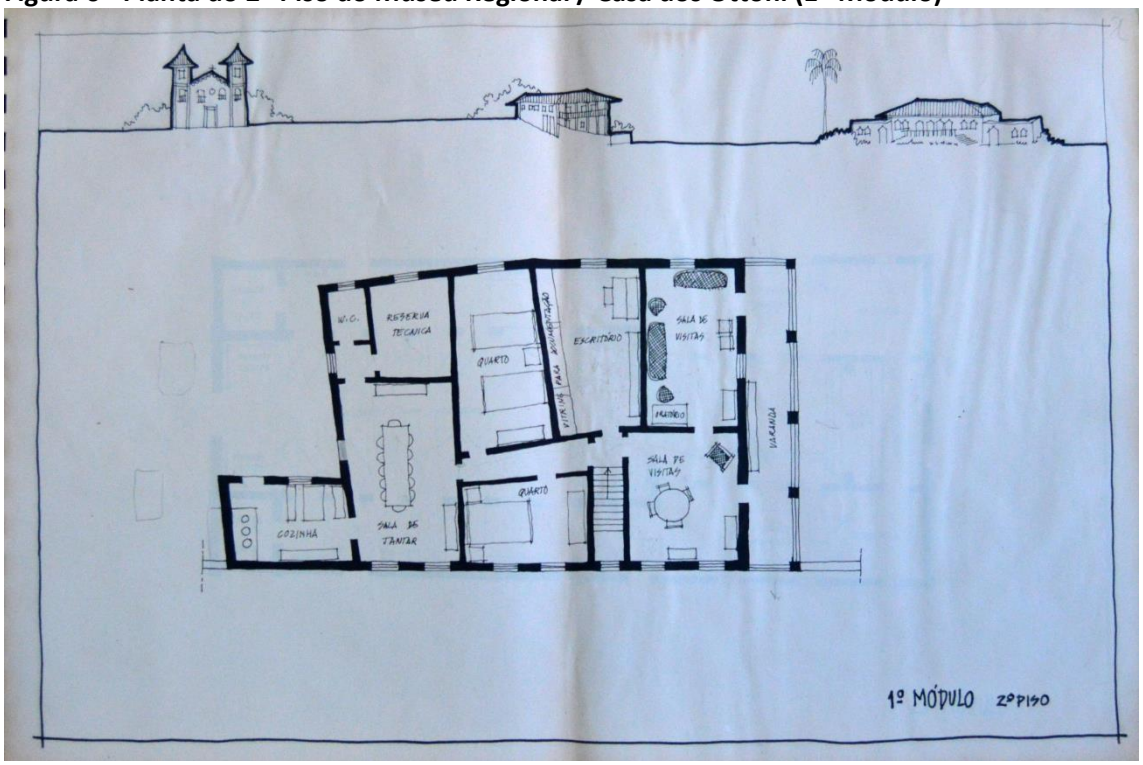
[93] O livro com o projeto expográfico proposto para o Museu do Serro não é datado e está desassociado de outros documentos referentes à implantação do Museu do Serro. Assim, não é possível afirmar a data de sua produção.
[94] Rui Mourão (1929-) é uma personalidade de destaque no cenário da preservação patrimonial de Minas Gerais e do Brasil. Por mais de 40 anos foi diretor do já mencionado Museu da Inconfidência. Devido a esse cargo, acumulou também a coordenação do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais (GMCH/MG) e do Programa Nacional de Museus, ambos vinculados à Fundação Nacional Pró-Memória. Sobre Rui Mourão, ver Barile, J. P. (2019, Junho). "Rui Mourão: o homem, suas histórias e a História de Minas" (Caderno). *Suplemento Literário*, Ed. Especial (1), 1-40. Disponível em http://bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/suplemento-litelario/edicoes-suplemento-literarios/edicoes-especiais-1/135--112. Acesso em junho de 2021.

Figura 5 – Planta do 1º Piso do Museu Regional / Casa dos Ottoni (1º Módulo)



@ Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021
Fonte: Acervo administrativo do MRCO

Figura 6 - Planta do 2º Piso do Museu Regional / Casa dos Ottoni (1º Módulo)



@ Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021
Fonte: Acervo administrativo do MRCO

Embora ainda estivesse em fase de implantação, o "Museu do Serro" já desenvolvia uma série de ações concentradas na Chácara do Barão. Parte do edifício, pertencente ao IEPHA-MG, havia sido cedido para a Fundação Pró-Memória e abrigou o acervo pertencente à Casa dos Ottoni. Além disso, foram organizadas exposições temporárias, como "Arte Religiosa - Crença e Cultura" e "Belmiro de Almeida: um ilustre desconhecido", ambas em 1989, e outros eventos, como um baile em comemoração aos 100 anos da Proclamação da República.[95] Conforme correspondência administrativa datada de agosto de 1991, o corpo de funcionários da 14ª Sub-Unidade Regional II[96] era composto por quatro guardas armados, um guarda de sala e um auxiliar administrativo. A eles somava-se um cargo técnico com função de coordenação geral da unidade. Os funcionários deveriam se dividir entre dois prédios, a Chácara do Barão e a Casa dos Ottoni, visto que a instalação do Museu de Arte Sacra, na Igreja de Bom Jesus de Matozinhos, havia sido suspensa devido à paralisação das obras de restauro da igreja.

Embora o projeto não chegasse a ser concluído, data dessa época a aquisição de parte do acervo que, adicionado às peças que se encontravam guardadas no prédio, compõe a coleção da unidade museológica. Em 1991, o museu foi oficialmente (re)inaugurado: o primeiro Livro de Assinaturas do MRCO tem início em 1991, quando houve uma exposição de trabalhos dos alunos das escolas estaduais do Serro (Figura 7). Apesar de se ter modificado ao longo desses anos, a exposição de longa duração do MRCO segue ainda uma lógica semelhante à proposta da década de 1990, bastante atrelada ao adjetivo "regional" que a instituição traz em seu nome. Seu percurso expositivo procura abarcar elementos da história do município, com destaque para a formação do município, religiosidade, família Ottoni e certas práticas cotidianas comuns na região.

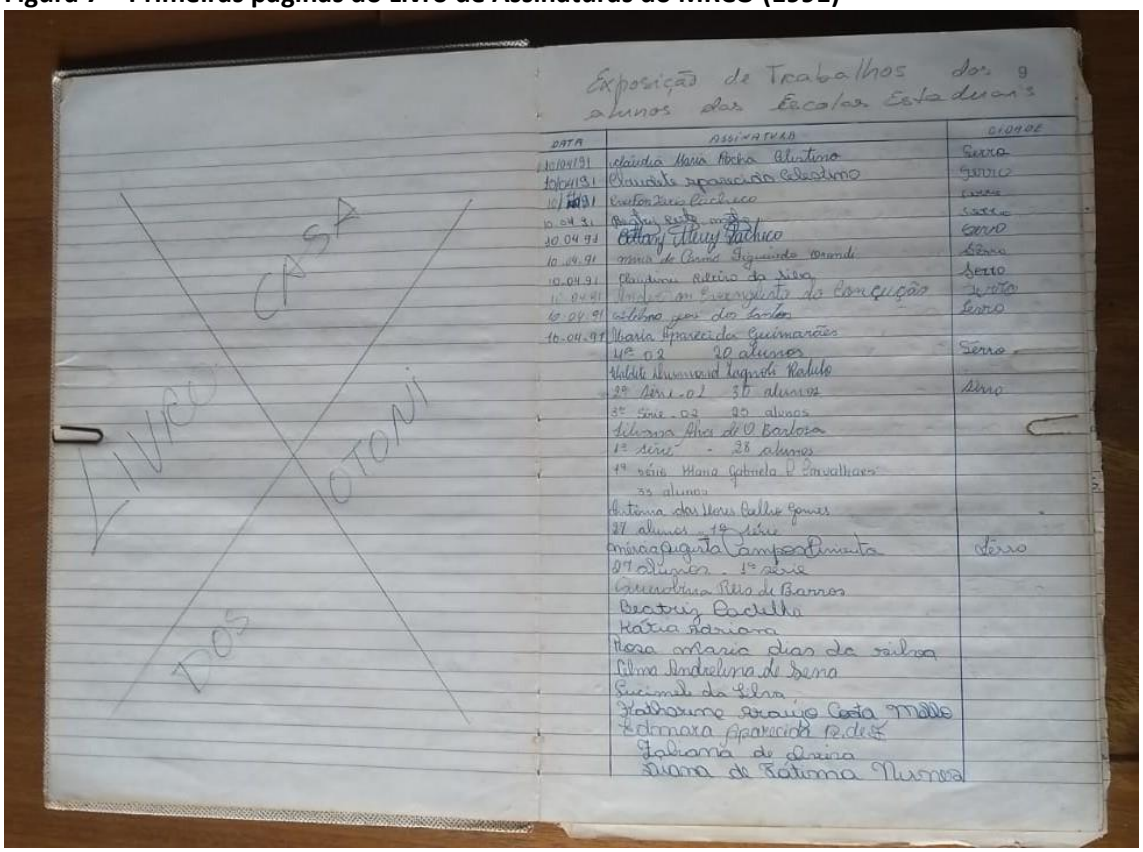
Talvez, a principal diferença conceptual entre as plantas mais recentes (figuras 8 e 9) e as da década de 1980 seja a existência, atualmente, de salas dedicadas à exposição de imaginária sacra. Essa tipologia de acervo, de acordo com o projeto anterior, estaria exposta no 2º Módulo - Museu de Arte Sacra. Todavia, com a suspensão desse núcleo, as peças, em sua

[95] A Proclamação da República, no Brasil, aconteceu em 15 de novembro de 1889.

[96] Após a criação do IBPC, o Museu do Serro e o Escritório Técnico, que era responsável pela análise e encaminhamento de propostas de intervenções arquitetónicas e fiscalização das obras aprovadas, passaram a compor um mesmo órgão chamado de 14ª Sub-Unidade Regional II.

maioria provenientes da Igreja da Purificação, retornaram para a Casa dos Ottoni. A ênfase, no entanto, não recai sobre os aspetos estéticos ou simbólicos das peças; a temática está inserida em um discurso que privilegia a imaginária sacra no contexto histórico mais alargado da formação e constituição da cidade do Serro. Feita essa observação, percebe-se que a organização se manteve bastante alinhada à proposta anterior: o primeiro piso dedicado aos aspetos históricos da cidade e o segundo piso voltado para a família Ottoni e reconstituição de uma moradia do século XIX (Figuras 10 e 11).

Figura 7 – Primeiras páginas do Livro de Assinaturas do MRCO (1991)



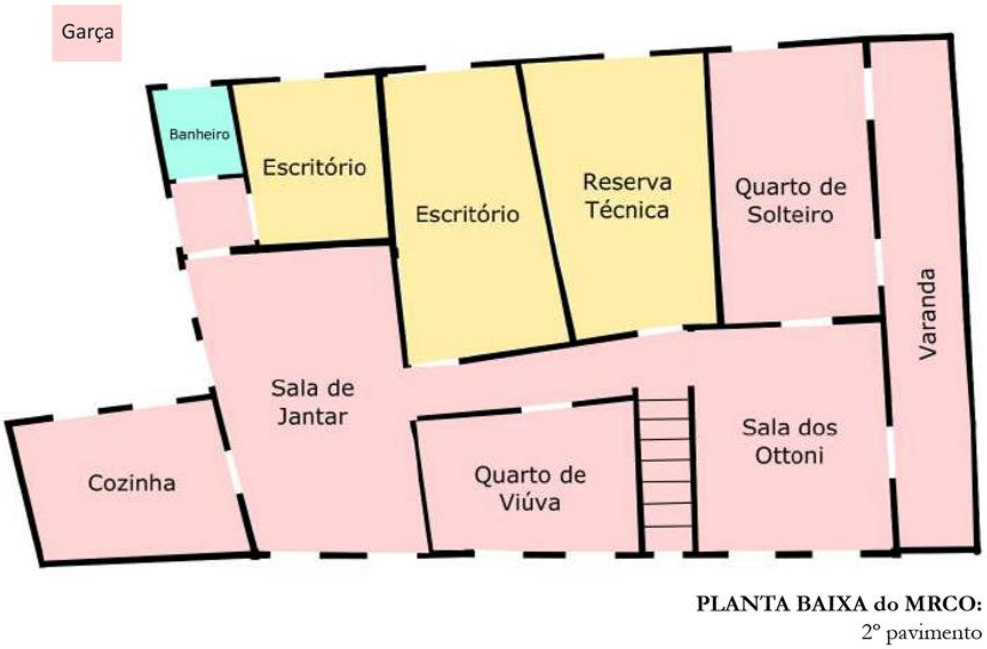
@ Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021
Fonte: Arquivo morto do escritório técnico do IPHAN no Serro

Figura 8 - Planta atual do 1º Piso do Museu Regional Casa dos Ottoni



Fonte: Oliveira,A. C. C.; Xavier C. A. S.; Assis, R. N.; Rodrigues, D. M. (2018, p.44)

Figura 9 - Planta atual do 2º Piso do Museu Regional Casa dos Ottoni



Fonte: Oliveira,A. C. C.; Xavier C. A. S.; Assis, R. N.; Rodrigues, D. M. (2018, p.45)

Figuras 10 - Salas de exposição do primeiro pavimento (MRCO)



À esquerda, “Sala“Imagens de Roca”, na qual aparecem o conjunto São Francisco recebendo a confirmação da regra, o Santo Papa e os cardeais e Senhor dos Passos ao fundo; à direita, “Sala Igreja Nossa Senhora da Purificação”, na qual estão expostos fragmentos de retábulos e balaustradas pertencentes à igreja, além de uma Urna dos Pré-Santificados (ao fundo).
Fonte: Oliveira,A. C. C.; Xavier C. A. S.; Assis, R. N.; Rodrigues, D. M. (2018, p.50)

Figuras 11 - Salas de exposição do segundo pavimento (MRCO)



À esquerda, “Sala de Jantar” com objetos que fazem referência aos hábitos alimentares (ao fundo estão itens utilizados para preparo da refeição de tropeiros); à direita, a“Sala dos Ottoni”, que representa uma sala de visitas e na qual estão quadros de membros da família Ottoni (na foto aparecem os quadros de Rosália de Souza Maia e Jorge Benedicto Ottoni, ambos de autoria de Jordão de Oliveira)
Fonte: : Oliveira,A. C. C.; Xavier C. A. S.; Assis, R. N.; Rodrigues, D. M. (2018, p.52 e 53)

A criação do IBRAM, em 2010, trouxe algumas alterações significativas para o contexto do MRCO, uma vez que foi acompanhada da realização de um concurso público para compor o corpo técnico da autarquia, o que incluiu os museus a ela vinculados. Assim, o MRCO recebeu cinco servidores, alocados nas seguintes áreas: administração (duas pessoas), museologia, história e educação. Atualmente, a instituição não apresenta em sua equipa nem museólogo, nem educador, pois estes foram transferidos para outras unidades do IBRAM. A ampliação do corpo técnico do museu representou também um ganho importante para o desenvolvimento de ações focadas nos públicos e de fortalecimento da imagem institucional junto aos serranos e outros setores da sociedade. Nesse contexto, foi possível elaborar e disponibilizar oficinas, exposições de curta duração, exibição de filmes, cursos, entre outras iniciativas.

O primeiro estudo de público no âmbito do MRCO, de natureza quantitativa, data de 2010 e mostra que, naquele ano, 1982 pessoas visitaram o museu. Destas, 1136 eram provenientes do Serro e, quase que exclusivamente, vinculadas às escolas da cidade: estiveram no MRCO, em 2010, 889 estudantes. Considerando a população total do município, contabilizada em 20.835 habitantes,[97] constatou-se que museu não se apresentava como alternativa de lazer para os moradores da cidade, em geral, constituindo-se apenas um local para visitação atrelada ao currículo escolar. Desse modo, estabeleceu-se como público alvo os moradores do Serro, com destaque para a Sede, em um esforço de construir uma relação mais próxima junto a essas pessoas. Em paralelo, o grupo estudantil também foi considerado prioritário, tendo em conta a demanda das escolas do município e o objetivo estratégico de estreitar laços com esse público para que, no futuro, continue a frequentar a instituição. Tendo como parâmetro a contagem de público efetuada em 2018, último ano em que ela foi feita na totalidade, pode-se dizer que a estratégia tem alcançado algum resultado positivo: foram contabilizados 7431 visitantes no total, sendo 4741 moradores do Serro e, destes, 2138 eram estudantes. Nos novos índices, a quantidade de serranos que visitaram o museu quadruplicou e o número de estudantes, embora tenha crescido, passou a representar 45% dessa parcela de público.

[97] Segundo os dados do IBGE, conforme já referido. Os dados completos estão disponíveis em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serro/panorama. Acesso em junho de 2021.

O planeamento de ações se desenvolveu em dois eixos, um voltado para a construção de parcerias entre o museu e os demais atores do poder público e outro voltado para a sociedade do Serro. O primeiro se desenvolveu principalmente no âmbito da prefeitura e das instituições escolares existentes no Serro. Uma das iniciativas é a participação do MRCO em conselhos municipais e estaduais,[98] uma realidade que ainda se mantém.[99] Essa participação possibilita que o museu estreite os laços com os atores participantes desses órgãos, sejam eles representantes do poder público ou da sociedade civil, e já rendeu frutos para a instituição museológica, tal como a inclusão de um projeto de restauro do museu e construção de um anexo que melhora a infra-estrutura disponível para os visitantes.[100] Outras consequências dessa iniciativa são a participação do museu em atividades relacionadas com a valorização patrimonial promovidas por entes públicos municipais, a utilização do espaço do MRCO para cursos, encontros e ações educativas e a disponibilização de um totem para recebimento dos visitantes.[101] As escolas também são consideradas instituições parceiras importantes para o MRCO: além das visitas à exposição de longa e/ou curta duração, a participação de estudantes e professores em oficinas, apresentações e demais ações é uma constante.

Em relação à sociedade serrana, foram propostas algumas ações voltadas para a valorização da memória local, com destaque para o projeto "Redescobrindo o Serro – Igreja da Purificação

---

[98] Os chamados conselhos de políticas públicas representam uma ferramenta constitucional para a participação popular na administração pública e na constituição de políticas públicas. Sua ação pode se dar em nível municipal, estadual ou nacional e pode ser de natureza deliberativa ou consultiva, a depender da lei que o regulamenta. São formados por representantes do poder público e da sociedade civil e têm função principal de proposição de políticas, fiscalização e administração de recursos financeiros sob sua responsabilidade. Sobre os conselhos, ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselhos_de_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas, acesso em junho de 2021.

[99] Segundo o Plano Museológico atualizado do MRCO (2019-2022), o museu tem assento em sete conselhos consultivos cujas temáticas passam por questões culturais, turísticas, sociais e ambientais, a saber: Conselho Municipal de Políticas Culturais; Conselho de Municipal de Patrimônio Cultural; Conselho Municipal de Turismo; Rede Sócio Assistencial - Centro de Referência de Assistência Social; Conselho de Segurança Pública; Conselho do Parque Estadual do Pico do Itambé e Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes.

[100] A ação se inclui no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um investimento do governo federal em obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Os recursos eram repassados aos municípios e, portanto, os projetos deveriam ser propostos pela administração municipal. Em 2009 foi lançado o PAC-Cidades Históricas, voltado para a preservação do património brasileiro e desenvolvimento económico e social das cidades participantes. O Serro teve onze ações contempladas, entre elas o "Restauro do casarão do Museu Casa dos Ottoni - Anexo e Acessibilidade", conforme informação no site do programa. Esse projeto será tratado mais adiante. Sobre o PAC-Cidades Históricas, ver http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas/mg/, acesso em junho de 2021.

[101] O totem em questão é um suporte para um computador com tela sensível ao toque, a partir do qual o visitante tem acesso informações turísticas sobre o município. Está situado na receção do museu.

e suas memórias", ocorrido em 2011.[102] Por meio de entrevistas orais, procurou-se lançar luz sobre as memórias que os serranos tinham sobre essa igreja, visto que parte do acervo do museu é composto por seus fragmentos e peças provenientes do templo. O projeto teve como resultado a exposição "Igreja da Purificação e suas memórias", na qual foram exibidas fotos antigas da igreja e santos de roca que compunham a extinta Procissão de Cinzas.[103] As memórias e depoimentos sobre a igreja inspiraram a elaboração de bandas desenhadas presentes na exposição, as quais foram utilizadas em ações educativas para as escolas que visitavam a exposição. Outro campo que ganhou atenção da equipa do MRCO foi o turismo, cuja valorização motivou a formação de uma rede que integrou donos de pousadas, bares, restaurantes, produtores de queijo e cachaça e outros profissionais ligados direta ou indiretamente ao turismo. Chamado de "Roteiro Turístico Independente", o projeto teve como objetivo principal fomentar a atividade turística do Serro e sensibilizar a população serrana sobre o seu potencial para a economia do município. No âmbito dessa iniciativa, o MRCO promoveu ainda cursos de capacitação sobre património cultural, atendimento ao turista e técnicas de vendas.

No que diz respeito aos aspetos formais do MRCO, é importante se referir ao plano museológico,[104] documento que estabelece as diretrizes principais para a gestão do museu. A primeira versão do plano museológico do MRCO data de 2007 e possuiu caráter experimental, pelo que foi revista já em 2008. Este mostra um diagnóstico geral da instituição, no qual são apontadas algumas alterações, como a reinstalação do fogão a lenha no interior da casa, a reformulação da reserva técnica e o início do investimento em materiais de

---

[102] Sobre o projeto "Redescobrindo o Serro – Igreja da Purificação e suas memórias", ver: https://pnem.museus.gov.br/projeto-redescobrindo-o-serro-igreja-da-purificacao-e-suas-memorias/, acesso em junho de 2021.

[103] Esta era de responsabilidade da Arquiconfraria do Cordão de S. Francisco da Vila do Príncipe, a qual não possuía templo próprio e estava instalada em altar lateral da Igreja da Purificação (Scarano, 1978, p.166). As imagens de roca que compunham essa procissão, atualmente, pertencem ao acervo do MRCO.

[104] Conforme o artigo 45 da lei brasileira que institui o Estatuto dos Museus "o Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade". Essa lei determina ainda que é dever de toda instituição museológica elaborar e manter atualizado o seu plano museológico, além de apresentar os programas que devem compor o documento. Sobre a Lei Nº 11.904, de janeiro de 2009, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm, acesso em junho de 2021.

divulgação do MRCO. Também está sinalizada a inexistência de programa de pesquisa e de um cronograma de atividades educativas, frisando a dificuldade de engajar a comunidade nas ações desenvolvidas e a necessidade de pessoal técnico especializado para o melhor funcionamento do museu. O Plano Museológico de 2012 reflete outro cenário, em que a equipa técnica do MRCO havia sido ampliada pelo concurso posterior à criação do IBRAM. O diagnóstico assinala os avanços na elaboração e disponibilização de ações educativas e culturais para os públicos do museu. Tendo como referencial a museologia social, os objetivos estratégicos elencados retomam a importância da interação com a comunidade apresentada no plano anterior e norteiam a elaboração dos projetos propostos para todos os setores do MRCO. Seguindo essa tónica, a versão atual do plano museológico, revisada em 2019, traça os seguintes objetivos:

> Proporcionar múltiplas visões do processo histórico do museu e da cidade do Serro, por meio de ações educativas e culturais;
> Buscar mais apoio e parcerias junto às representações institucionais locais, visando parcerias para desenvolvimento de atividades na instituição;
> Reforçar o papel do MRCO nos roteiros de visitação turística e de lazer;
> Garantir que a instituição continue representando um exemplo de museu voltado para comunidade e desempenhando um papel significativo para museologia social; e
> Reforçar os vínculos estabelecidos entre o MRCO e a comunidade local, possibilitando que o público local continue a se reconhecer, dialogar e questionar seu ser social, a cultura e o patrimônio local, assim como as suas formas de expressão. (Plano Museológico do MRCO 2019-2022, p.38)

Dessa forma, a integração com a comunidade está expressa, em boa parte, no ideário que deve ser observado na prática museológica da instituição. Esse valor, contudo, não se faz presente na missão atribuída ao MRCO, descrita como "preservação e divulgação do passado histórico e cultural do Serro e da família Ottoni, dedicando-se também a discutir o que possa se relacionar, nesse contexto, com os mais diversos aspectos da cultura" (Plano Museológico do MRCO 2019-2022, p.12). Não obstante essa contradição, a integração museu-comunidade perpassa os programas do plano, nomeadamente aqueles que dizem respeito à expografia, às atividades educativas e culturais, à comunicação e às questões socioambientais, entre outros. Dito de outro modo, do ponto de vista conceptual, o MRCO apresenta como objetivo valorizar o património histórico e cultural do Serro sem descurar a comunidade que o circunda, visando se tornar um agente de desenvolvimento social. A prática, todavia, apresenta desafios para essa realidade, os quais vão desde dificuldades financeiras até limitações de pessoal, passando pelas especificidades teóricas inerentes ao campo museal. A trajetória do MRCO se insere nos debates mais amplos da formação e desenvolvimento das

instituições museológicas desde finais do século XX até os dias atuais e, portanto, está em permanente construção.

2.3. Seguindo as contas do Rosário: história e significados da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro

Algumas das atividades que compõem o calendário educativo e cultural do MRCO têm como tema a Festa de Nossa Senhora do Rosário, como será explanado posteriormente. Essas iniciativas correspondem ao desejo de trazer para dentro de portas a expressão de um movimento mais amplo que se enraíza na religiosidade cristã, católica, e nas suas múltiplas manifestações, numa religiosidade que interpreta a ligação com o sagrado. Entender o porquê de o museu trazer o tema para a sua agenda passa por perceber melhor o que essa festa representa no contexto do Serro, que é o objetivo desta secção.

2.3.1. O catolicismo em Minas Gerais e o papel das Irmandades

Não há como pensar na constituição do Estado português sem se ter em conta o seu forte vínculo com a Igreja Católica. À época da expansão marítima portuguesa, o Padroado Régio constituiu uma forma de compromisso entre a Igreja de Roma e o Estado português e possibilitou, na prática, que os monarcas lusitanos pudessem exercer o poder político e religioso em todos os domínios sob sua jurisdição.[105] Ao incorporar ao reino os territórios ultramarinos, a Coroa portuguesa se deparou não apenas com a necessidade de povoar e administrar os novos domínios, mas também com a obrigação primeira de catequizar os indígenas que neles viviam. Segundo Boschi (1986, p.40 e 41), o Estado português transformou a Igreja em um instrumento de autoridade régia, demonstrando estar alinhado com a política ilustrada do século XVIII.

Ao longo do século XVII e XVIII, as ordens religiosas apresentaram uma certa tendência de crescimento, o que poderá refletir um aumento de cristianização (Santos, 2007, p.107). Todavia, outra realidade era a do clero paroquial, escasso por todo o território colonial, porque poucos eram os centros de formação existentes na América portuguesa e de baixa

[105] Sobre o Padroado Régio, ver com mais detalhe Azzi, 1977, 160-164.

qualidade era a educação a que os seminaristas tinham acesso. Outras preocupações se faziam também presentes: a falta de vocação para o sacerdócio e o comportamento escandaloso de grande parte dos membros do clero colonial. Nesse sentido, Azzi (1977, p.190) enfatiza o quão duvidosa era a moral que caracterizava a atuação do clero existente na colónia:

> É muito comum que durante o período colonial os clérigos sejam absorvidos por atividades profanas, seja de caráter comercial, seja de participação política. As côngruas dos clérigos nunca foram elevadas no período colonial. Era comum portanto que aqueles que desejassem levar uma vida de maior conforto se dedicassem a criação de gado ou a algum tipo de comércio. A partir do século XVIII, especialmente nos centros urbanos, muitos clérigos se envolvem em atividades políticas, sob a influência das ideias liberais e iluministas.

Em se tratando das Minas, a descoberta de metais preciosos provocou um intenso e indiscriminado fluxo migratório para a região, o que culminou em uma política de estado protecionista no que tange ao acesso às zonas de mineração. Nesse contexto, os membros do clero, que trafegavam por toda a colónia, passaram a representar inquietação e ameaça para os interesses régios. Mais grave que o comportamento escandaloso do clero, eram as desconfianças sobre o envolvimento deste com contrabando e desvio de ouro e diamantes. Desta monta, duas medidas administrativas da Coroa se destacam: a proibição da presença das ordens religiosas nas Minas e a exigência de licenças de autorização para o trânsito de sacerdotes pelas áreas de mineração. Estas eram de responsabilidade do bispado do Rio de Janeiro, ao qual estavam atrelados todos os elementos religiosos instalados em Minas Gerais. Em 1748, foi implantado um bispado em Mariana (o sexto da colónia), de modo a promover maior rigor no controle do clero na região das Minas, melhorar a preparação dos sacerdotes e obrigar à observância de uma postura mais condizente com a função eclesiástica.

O envolvimento do clero com questões políticas é também assinalado por Santos (2007, p.105-112). A autora destaca as práticas de abuso de poder entre os párocos que, sendo contratados pela comunidade para realizar serviços religiosos, por vezes cobravam valores mais altos que os definidos pela diocese, motivo de conflito entre sociedade civil e igreja. Havia também os membros do clero regular, considerados como os mais indesejáveis, do ponto de vista da Coroa, a orbitar as urbes mineiras: além de apresentarem comportamento indecoroso, rebelavam-se contra a cobrança de impostos e incentivavam os demais a adotarem essa postura diante da cobrança tributária. Um exemplo, um tanto quanto alegórico da condição moral do clero nas Minas, é o padre José da Silva e Oliveira Rolim (1747-

1835) que integrou a Inconfidência Mineira, movimento conspiratório ocorrido em 1789, nas Minas.[106] Schwarcz e Starling o descrevem como "uma mistura bizarra e explosiva de contrabandista, agiota, aventureiro violento e, de quebra, sedutor incorrigível" (2015, p. 142).[107] Certamente, a maioria dos padres não chegou a tal nível de insubordinação, mas é de se ressaltar que não seriam uma exceção entre o clero colonial (Azzi, 1977, 184-186).

Explanadas algumas das características do corpo eclesiástico que se desenvolveu na América portuguesa, é compreensível que a Coroa agisse no sentido de resguardar seus interesses, em especial no que tange à produção aurífera. Além de restringir o tráfego de clérigos na região, como já foi dito, fez parte do pacote de medidas protetoras a preferência pela contratação de párocos colados, que, por meio de concurso, tornavam-se titulares dos benefícios, pagando por isso direitos de mercê, e não nomeados pelo bispo. Assim, eram diretamente vinculados ao Estado português, que os remunerava com as côngruas, e acabavam por estar mais alinhados com os interesses reais (Santos, 2007, p.114). Os custos de manutenção dessa estrutura, no entanto, representaram um obstáculo a que fossem criadas paróquias e contratados párocos suficientes para responderem às necessidades eclesiásticas da sociedade mineira.[108]

Desta feita, as sociedades leigas passaram a ter uma importância fundamental para garantir que o culto ao divino e os serviços religiosos acontecessem de forma satisfatória. Para Boschi, o estudo da religiosidade no Brasil

---

[106] A Inconfidência Mineira foi uma revolta de caráter separatista ocorrida em Minas Gerais em 1789, devido à insatisfação em relação à política tributária da extração aurífera perpetrada pelas autoridades portuguesas. Sobre a Inconfidência mineira ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Inconfid%C3%AAncia_Mineira. Acesso em maio de 2021.

[107] Ao longo de sua vida, o clérigo esteve envolvido em vários tipos de fraudes que prejudicaram a Coroa portuguesa, tais como, contrabando de diamantes, suborno de autoridades, falsificação de moedas, dentre outras (Schwarcz e Starling, 2015, p.142). No que diz respeito à sua fama de sedutor, Furtado (2003, p.261-262) menciona ter ele vivido em concubinato com Quitéria Rita, com a qual teve 5 filhos. Sobre o padre Rolim, ver também: https://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-da-Silva-de-Oliveira-Rolim-Padre/6000000020169817927.

[108] A ausência do clero secular nas práticas religiosas pôde ser constatada, em Minas Gerais, ainda no século XIX, por Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês que percorreu o interior do Brasil nas primeiras décadas do novecentos. Em sua "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais", ocorrida entre dezembro de 1818 e setembro de 1817, o naturalista esteve na Vila do Príncipe (atual Serro) durante o período quaresmal e relata os ritos que presenciou. Sobre a Procissão das Almas, cujo objetivo era orar pelas almas no purgatório, o viajante ressalta que "nenhum padre as acompanha e elas são unicamente formadas pelos habitantes do país que possuem vozes muito agradáveis" (Saint-Hilaire, 1850, p.347; tradução nossa).

> não pode ter como parâmetro as normas e os padrões do catolicismo doutrinal, ditado pela teologia e pelo direito canônico. [...] Ao contrário, o que aqui se vê é um *catolicismo popular* marcado pela precariedade da evangelização e pela hipertrofia das constelações devocional e protetora. (Boschi, 1986, p.59 e 60, grifo original)

Assim, a devoção religiosa se manifestou por outras vias, guiada, sobretudo, pelos próprios colonos. Especialmente nas Minas, eram as irmandades que dominavam a prática religiosa cotidiana, por meio de suas ações: levantamento de templos, contratação de párocos, realização dos ritos religiosos. Nessa perspetiva, as irmandades leigas ganharam ainda mais relevância que no restante do território colonial e na Metrópole. Assim, para a Igreja, elas foram, em simultâneo, agentes da devoção, substituindo o clero nas suas obrigações como intermediários da religião, e sustento material do culto, uma vez que arcavam com os custos dos ofícios religiosos e dos sacramentos. Para o Estado, o arranjo também se mostrava conveniente, pois as irmandades, além de desenvolverem funções assistenciais entre os irmãos, também viabilizavam a aplicação dos dízimos eclesiásticos (Boschi, 1986, p.63-65). Conforme aponta Scarano, o direito do Padroado Régio vinculava as confrarias existentes na América portuguesa diretamente à Coroa. Esta se fez presente a partir de uma ação governamental atenta e ativa no que diz respeito à aprovação dos compromissos (documentos que instituíam as irmandades e ordens terceiras e orientavam as suas ações materiais e espirituais) e à concessão de direitos e de autorizações para as agremiações (Scarano, 1978, p.19-24).

As congregações de leigos se organizavam em torno da devoção de algum santo em comum e do compromisso de promover o seu culto, seja por meio de ritos religiosos até à construção de altares, capelas ou igrejas dedicadas a um orago. Azzi (1977, p.155-156) aponta que a Reforma Tridentina também se pautou pela valorização dos sacramentos[109] como um traço distintivo de respeito à fé católica e fundamentais à trajetória de vida do fiel. Ademais, segundo o mesmo autor, os aspetos visíveis da manifestação de fé (festas, procissões, romarias) também foram colocados em destaque no processo da contrarreforma. Nesse sentido, nas Minas, era praticamente impossível não pertencer a alguma dessas associações, dado que, na insuficiência do clero secular, eram elas as responsáveis por viabilizar as práticas

[109] Os sete sacramentos católicos são: Batismo, Crisma (ou Confirmação), Matrimónio, Confissão, Eucaristia, Extrema-unção e Ordem. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sacramentos_cat%C3%B3licos. Acesso em maio de 2021.

devocionais necessárias e a adequada aplicação dos sacramentos (Furtado, 2003, p.168). Dado o papel essencial do catolicismo para a vida cotidiana da época, em todas as camadas sociais, as irmandades agregavam não apenas os homens brancos, mas também negros e mulatos, livres ou escravizados. Assim sendo, as irmandades ecoavam a organização social do período e deveriam se constituir como espelho da estratificação social e racial vigente.

Várias foram as confrarias que se estabeleceram no Brasil: Misericórdias, Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de Santa Ifigênia, São Miguel e Almas, de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora da Purificação, Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, entre outras. As Misericórdias eram mais exigentes no que diz respeito aos critérios para filiação de membros, o que tornava a participação mais restrita, dado o número limitado de irmãos que previam, à imagem da Metrópole. Já as irmandades e ordens terceiras foram os espaços de exteriorização da fé da maior parte da população. Algumas delas, como as dedicadas ao Santíssimo e a São Miguel e Almas ou as Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, aglutinavam os membros da elite colonial. Já as de Nossa Senhora do Amparo, de Nossa Senhora da Purificação e de Nossa Senhora das Mercês apresentavam maior prevalência de pardos, mulatos e negros livres. Os negros organizavam-se prioritariamente nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de Santa Ifigênia (Azzi, 1977, p.234-240, Furtado, 2003, p.169-181, Scarano, 1978, p.26-34).[110] Para além das funções religiosas, essas confrarias tinham um importante papel social de apoio mútuo entre os seus membros, como proteção e aconselhamento (Scarano, 1978, p.79-80). No que diz respeito à oferta de serviços assistencialistas para a sociedade em geral (hospitais, dotes, engeitados e outros), destacava-se a ação das Misericórdias (Azzi, 1977, p. 235-236).

[110] À medida que a sociedade mineira se tornava mais complexa, o mesmo acontecia com as confrarias, que passaram a ser palco da ascensão social de negros forros e mulatos que enriqueceram com a extração de ouro. O enterro de Jacinta de Siqueira é um retrato disso: "seu corpo deveria ser amortalhado com hábito de São Francisco, enterrado na matriz da Vila do Príncipe e acompanhado da Irmandade das Almas, que, nos arraiais mineiros, reunia a elite local na primeira metade do século, e de Nossa Senhora do Rosário, das quais era irmã, com celebração de uma missa de corpo presente" (Furtado, 2003, p.181). Tal pompa e circunstância atestavam a honra conquistada em vida pela ex-escrava que não era uma exceção na sociedade mineira (Furtado, 2003, p.180).

É neste ambiente que se insere a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a qual ainda se faz presente na cidade de Serro, Minas Gerais. A primeira confraria organizada em torno do culto a Nossa Senhora do Rosário, em Lisboa, foi fundada na Igreja do Convento de São Domingos, provavelmente em fins do século XV, e, em 1565, era aprovado, por ordem régia, o compromisso[111] da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a primeira dessa tipologia, que teria se formado a partir da divisão da confraria previamente existente no convento dominicano (Reginaldo, 2009, p. 296). O culto ao Rosário se disseminou por todo o império português, chegando à Ásia (Goa, Chaul e Macau) e à África e, com o tempo, adquiriu feições populares principalmente entre os negros (Scarano, 1977, p.47). Já no Brasil, as primeiras irmandades dedicadas à Virgem se instalaram nas cidades de Rio de Janeiro, em 1639, Salvador, Recife, Olinda e Belém, estas últimas na década de 1680 (Lima, 2018, p.90). Já no Serro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário tem compromisso datado de 1728;[112] o documento original (Figura 12) encontra-se no Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina e está disponível para pesquisa, mediante agendamento.[113]

[111] Os compromissos eram documentos juridicamente reconhecidos, nos quais vinham prescritas as normas, os deveres e as obrigações que implicavam a associação a essas instituições. Cada irmandade possuía um compromisso próprio, com suas especificidades. Definição retirada de http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3114:irmandade-de-nossa-senhora-do-rosario&catid=2035&Itemid=215#_ftnref1. Acesso em maio de 2021.

[112] É possível, contudo, que a Irmandade do Rosário do Serro seja um pouco mais antiga. Conforme aponta Scarano (1977, p.48), as datas dos compromissos indicam o momento em que os grupos se organizaram formalmente, o que poderia acontecer anos após a sua existência.

[113] Segundo o site do Arquivo Arquidiocesano, a pesquisa presencial está temporariamente suspensa devido à pandemia de Covid-19. Ver: http://www.arquidiamantina.org/acervo/, acesso em junho de 2021.

Figura 12 - Reprodução de páginas do Compromissio da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario na Freguezia Da Conceyção da Villa Do Príncipe do Serro Do Frio no Anno de 1728





@ Tiago Geisler, s/d
Fonte: Silva, 2021, p.27 e 29

Em fins de junho de 2021, foi lançada a versão fac-similar do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario na Freguezia da Conceição da Villa do Príncipe do Serro do Frio (Silva, 2021). O livro apresenta fotos do documento e as transcrições semi-diplomáticas e atualizadas de cada uma de suas páginas, bem como de seus anexos.[114] A obra, organizada a partir do esforço de alguns irmãos do Rosário, reafirma o empenho no sentido de preservar e valorizar a memória dos antepassados e a história da devoção ao Rosário no Serro (Silva, 2021, p.7).

O Compromisso é composto por 21 capítulos e se inicia apresentando como principal razão de ser e obrigação da irmandade a celebração da festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, de modo a alcançar o bem para as almas dos agremiados. A celebração deveria ocorrer na primeira oitava do Espírito Santo, ou seja, por volta de 50 dias após a Páscoa.[115] Qualquer pessoa poderia integrar a Irmandade, desde que manifestasse essa vontade e

[114] Os anexos são referentes à aprovação do Compromisso (1729), diminuição do valor anual a ser pago pelos Irmãos (1756) e confirmação do documento (1767).
[115] No prefácio da obra da edição fac-similar, Campos (2021, p.14) indica ser provável que a festa se inserisse no primeiro dia da oitava de Pentecostes.

pagasse duas oitavas de ouro de entrada (Capítulo 1º). Além disso, era preciso que o irmão cumprisse com as obrigações de dar as esmolas mensais, estabelecidas pelo Compromisso, e respeitasse os critérios morais exigidos, sobretudo no que diz respeito à vida conjugal e ao uso de ervas ou à prática de feitiçarias (Capítulos 6º e 21º). No capítulo 4º está expressa a organização da Mesa da Irmandade, que seria formada por dois juízes, duas juízas, rei e rainha, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores e oito irmãos, cuja função era oferecer auxílio ao longo de todo o ano. Desses cargos, os de juiz, juíza, escrivão e tesoureiro eram eleitos pelos demais irmãos, sendo o procurador indicado pelos demais da Mesa. Não há referência sobre a forma de escolha do Rei e da Rainha.

Dentre os compromissos assumidos pelos Irmãos do Rosário, é dado grande destaque ao acompanhamento dos irmãos falecidos. Os Capítulos 3 e 15 sublinham a forma como deveriam ocorrer tais ritos e o aparato necessário, composto por esquife, um guião e uma cruz. A presença dos demais irmãos, cada um deles empunhando uma vela e portando uma opa branca, e de um Reverendo Capelão, bem como a oração do rosário e a encomenda de missas, eram fundamentais para a obtenção da graça pela alma do defunto. O amparo, todavia, não se restringia ao campo espiritual: era também obrigação dos irmãos auxiliar aqueles que alcançavam o direito à liberdade ou que estivessem sujeitos a maus tratos por parte de seus senhores (capítulo 17).

O Dossiê de Registo da Festa do Rosário do Serro aponta que esse compromisso sofreu modificações ao longo dos tempos (2016, p.21) e menciona controvérsias quanto à quantidade de reformas pelas quais o texto passou. A partir de informações obtidas do trabalho de Zara Simões, pesquisadora e irmã do Rosário, o Compromisso teria sido revisto em 1910 e 1979.[116] Daniel Magalhães (2009, p.107-108), musicólogo e estudioso do Congado, indica ter havido uma modificação no texto aprovada pelo Bispado Diamantinense em 1922. Sobre a versão de 1979, o dossiê de registo (2016, p.32-33) aponta a aceitação de brancos entre os irmãos como uma das mudanças mais significativas. Isso era algo que já acontecia, mas que não era bem esclarecido nos documentos anteriores. Como já foi referido, o compromisso de 1728 não impunha o critério racial como prerrogativa para ingressar na

[116] As informações disponibilizadas por Zara Simões se encontram na página http://portal.pucminas.br/pastoral/serroeguanhaes/indexRosario.html, acesso em junho de 2021.

confraria, apenas determinava que os dois juízes eleitos teriam de ser homens pretos (Capítulo 4º). O compromisso reformado de 1979 manteve as obrigações dos integrantes no que diz respeito aos seus deveres para com os irmãos falecidos, participação na festa e amparo aos demais irmãos quando necessário. A Mesa da Irmandade, com função administrativa, também foi preservada, porém apresentou mudanças na sua composição, que passou a ser: presidente, escrivão, tesoureiro, procurador e quatro juízes (Prefeitura Municipal do Serro, 2016, p.32). Diferentemente do livro de compromisso do século XVIII, que não especificava a forma como deveriam acontecer os festejos, foi dedicada atenção especial à festa e aos ritos:

> Essa preocupação pela memória e manutenção da festa fez com que, pela primeira vez, o livro de compromissos contasse, ao longo de seus dez artigos, os rituais de realização da festa, que é antecedida pela Novena de Nossa Senhora e pelo "Tríduo". Com duração de três dias, a festa se inicia com a Matina, seguido pelo momento do Mastro, formação do Reinado, Santa Missa, representação da Lenda de Nossa Senhora do Rosário, procissão e posse aos novos festeiros eleitos, finalizando o dia no jantar. O último dia é caracterizado pela transmissão dos cargos, descida do Mastro e despedida de Nossa Senhora do Rosário. Boa parte desses momentos se faz acompanhado de fogos de artifícios. Os principais pontos de encontro são a casa dos festeiros e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. (Prefeitura Municipal do Serro, 2016, p.35-36)

Atualmente, a versão que se encontra em vigor é o Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade do Serro, que data de 1990.[117] Conforme a ata de registo da reunião dos irmãos do rosário, na qual foram aprovadas as modificações, a motivação para a reforma foi a desatualização do estatuto vigente à época, que se expressava, inclusive, na data de realização da festa. O texto anterior, de 1979, determinava que a celebração acontecesse em 29 de junho; já a edição atualizada estabeleceu como data para os festejos o primeiro domingo de julho. Composto por 15 capítulos e 38 artigos, o documento trata tanto dos aspetos formais e administrativos da irmandade quanto do detalhamento da festa em si. De início, há uma breve explanação sobre a origem histórica dos festejos e é apresentada a lenda de Nossa Senhora do Rosário. De seguida são apresentadas as finalidades da Irmandade, que foram ampliadas desde 1728, quando esta se dedicava apenas a garantir o bem espiritual e a limpeza dos costumes (Silva, 2021, p.110):

[117] No artigo 38, o Estatuto faz referência ainda a um Compromisso reformado em 1972, cujas disposições não foram expressamente revogadas pela versão de 1990. De forma semelhante, o Estatuto atualizado não sobrepuja o Compromisso de 1728.

Art. 3º - A Irmandade tem por fim:

a) Promover anualmente, no 1º domingo de julho a Festa de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade de Serro;
b) Promover os valores humanos e cristãos das famílias dos associados e daqueles que desejarem, via da promoção do homem, da libertação integral da pessoa, via da ação apostólica;
c) Manter linha teológica libertadora, tendo em vista a origem da Irmandade, mantendo sempre o espírito histórico;
d) Promover estudos sobre aspetos históricos da Igreja, que está na Cidade de Serro;
e) Promover assistência social, cultural, filantrópica em relação aos seus associados e, se possível, em relação aos demais necessitados;
f) Não remunerar seus dirigentes e aplicar todos o seu património conforme seus objetivos, exclusivamente dentro do Brasil;
g) Promover todo ano, no mês de outubro, o Jubileu de Nossa Senhora do Rosário;
h) Promover em outubro de cada ano, a Festa do Rosário das Crianças. (Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Serro/MG reformado, 1990, p.3)

Da mesma forma que aconteceu com o compromisso de 1979, o estatuto de 1990 descreve os ritos da festa, os quais são apresentados com pormenores do artigo 26 ao 34. É provável que o intuito dessa representação textual seja o cuidado com a preservação das práticas ritualísticas associadas à devoção ao Rosário no Serro. Como se verá, Nossa Senhora do Rosário é adorada, ainda nos dias de hoje, a partir de uma prática cultural e religiosa singular: a formação do Reinado e/ou, em outras palavras, na manifestação do Congado.[118]

2.3.2. O Congado

A busca pelo termo Congado no Dicionário Online de Português apresenta ao curioso sobre o tema a seguinte definição: "Dança folclórica, de origem africana, em que há representação, entre cantos e danças, da coroação de um rei ou rainha; congada".[119] Já o site do Observatório do Património Cultural do Sudeste[120] acrescenta outros elementos conceituais na tentativa de tornar compreensível o fenómeno: a explicação do Congado como uma manifestação

[118] Os termos Reinado e Congado fazem parte, ambos, do universo das festas em honra a Nossa Senhora do Rosário. Apesar de, muitas vezes, serem usados como sinónimos, possuem significados diferentes entre si: "reinado pode ser adotado tanto em relação aos festeiros coroados de forma anual ou perpétua, como de forma mais abrangente em relação à comunidade religiosa abarcada pela coroa de Nossa Senhora do Rosário e outros Santos que reinam com seus devotos, especialmente com os negros. Congado, ou ainda Congada ou Congo, têm uso mais restrito associado aos grupos de dançantes, músicos e cantadores e também pode ser usado de forma mais ampla para se referir à manifestação cultural" (Corrêa, 2018, p.17). Quanto à Congada, outro termo utilizado, equivale a Congado. No Serro, contudo, não se usa comumente a forma feminina.

[119] Ver: https://www.dicio.com.br/congado/. Acesso em maio de 2021.

[120] Ver: http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/congado. O Observatório do Património Cultural do Sudeste é um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

cultural e religiosa afro brasileira, alguns elementos sobre a sua origem, os principais temas abordados em sua manifestação performática de fé. Assim, qual é o fio que liga a batalha de Lepanto à coroação do rei Congo e da rainha Jinga em uma mesma celebração? Como transcorrem essas manifestações? Quem são os seus protagonistas? Trata-se de uma dança ou de um teatro? E, então, diante da diversidade de roupas, personagens, cantos e ritos, é esperado que as dúvidas se façam maiores: o que é, *efetivamente*, o Congado?

Responder a essa pergunta não é simples; é plausível supor que não seja nem mesmo possível explicar completamente algo de tamanha complexidade. Um levantamento[121] feito pelo IPHAN, como parte do processo de registro das "Congadas de Minas" identificou a existência de 701 festas e 1174 grupos relacionados à manifestação.[122] Trata-se, portanto, de um universo vasto e multiforme. Porém, a estrutura em que ele se ancora é a mesma: a devoção principal à Nossa Senhora do Rosário.

Segundo a tradição católica, o Rosário enquanto ferramenta de manifestação de fé surge a partir de uma história mítica na qual a virgem Maria teria aparecido ao cónego São Domingos de Gusmão (1170-1221)[123] e lhe ter entregue o cordão mariano, uma corrente de contas ou nós, um Rosário. Este serviria como um instrumento guia para uma nova forma de oração, composta por Ave Marias e Padres Nossos e incluía a contemplação de passagens da vida de Jesus e da Virgem Maria, sua mãe. Posteriormente, outra narrativa mítica pontua a retomada da devoção ao Rosário: dessa vez o dominicano Nicolau Dias (1525-1596)[124] foi encarregado pela própria Virgem de recuperar a fé no Rosário de Maria, empresa na qual obteve sucesso. Outro capítulo da história de tal símbolo religioso o consagrou dentro da história da afirmação da defesa da igreja e práticas católicas. Em 1571, teve lugar a batalha de Lepanto (Grécia), em que uma coligação, a Liga Santa, que incluía a República de Veneza, o Reino de

[121] Ver: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/638. Acesso em maio de 2021.
[122] Segundo Corrêa (2018, p.18) a presença de grupos de Congado também é comum nos estados de São Paulo e Goiás. Nos demais, há apenas registos isolados.
[123] Fundador dos Dominicanos, entre contemplação e ação. Ver: São Domingos de Gusmão na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. Acesso em junho de 2021. Disponível em https://www.infopedia.pt/$sao-domingos-de-gusmao.
[124] Os Dominicanos em Portugal (1216-2016): testemunhos de um legado escrito. Exposição na Biblioteca Nacional de Portugal. Ver: http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1212%3Aexposicao-os-dominicanos-em-portugal-1216-2016-11-20-nov-16&catid=166%3A2016&Itemid=1231&lang=pt. Acesso em junho de 2021.

Espanha, Cavaleiros de Malta e Estados Pontifícios venceu o Império Otomano, assinalando o fim da expansão islâmica no Mediterrâneo. A vitória foi atribuída à intercessão da Virgem do Rosário, graça alcançada por meio das preces dos devotos que, em terra, rezavam o terço (Lima, 2018, p.77-82).

Scarano (1977, p.39) questiona quais seriam as circunstâncias pelas quais a santa foi a escolhida como protetora dos negros, uma vez que não lhe parecem evidentes. Para a autora, a intercessão de Nossa Senhora do Rosário na batalha de Lepanto a consagrou como "protetora dos homens do mar e milagrosa entre os marinheiros". Lima (2018, p.82), por sua vez, aponta para outro possível significado do mito. Por ocasião da vitória lusitana, houve a libertação de marinheiros portugueses feitos prisioneiros de guerra, associando a Santa à libertação dos cativos. Tal ponto de vista se mostrou alinhado às perspetivas dos negros escravizados que já habitavam Portugal e que estavam inseridos no contexto religioso da época, marcado pelo uso da evangelização como instrumento de poder. Não é demais realçar que, nesse momento, os portugueses também já tinham travado relações diplomáticas com reinos africanos e buscado expandir a fé cristã para o continente (Lima, 2018, p.79-80)

Por fim, outro acontecimento importa para chegarmos à narrativa mítica que guia o Congado: o resgate de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário no mar de Argel, relatado por frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), que teria originado o culto da Santa pelos negros (Scarano, 1977, p. 40). Eis, agora, a lenda de Nossa Senhora do Rosário, conforme está escrita no Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro, reformado em 1990:

> Diz uma lenda histórica que em certa época Nossa Senhora do Rosário apareceu sob as águas do mar. Imediatamente, os Caboclos, já devotos da Santa Virgem através de catequese dos Jesuítas, rezaram, dançaram, cantaram, tocaram seus instrumentos para que a Santa Virgem viesse até eles. Mas Ela não veio. Em seguida, os Marujos, também devotos, foram até a praia e empreenderam sua tentativa de trazer a Virgem do Rosário até eles. Após rezaram, dançaram, cantaram, tocaram seus instrumentos, não conseguiram trazê-la. Por último, vieram os negros ou Catopês até a praia e após louvarem a Virgem do Rosário, Ela veio até eles. (Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro (reformado) , 1990)

É essa a narrativa que permeia a fé do Povo do Rosário (Lima, 2018) e que perpassa todos os ritos presentes na festa: elevação do mastro, missa, procissões e andanças (quase) intermináveis, formação do Reinado, dentre outros. No caso específico do Serro, entre a novena e a formação do Segundo Reinado, são 11 dias de celebração, rituais que serão clarificados mais adiante.

Na tentativa de entender os homens que orientam a festa e vivenciam os ritos, Daniela Lima (2018) seguiu dois caminhos que têm interesse para este trabalho. No primeiro deles procurou perceber as origens africanas daqueles que, escravizados, viviam nas Minas. Por essa via, o esforço reside em compreender a natureza dos ritos e a resistência que eles representam para as pessoas que os reproduzem. A segunda perspetiva, alinhada à primeira, trata dos aspetos sagrados e dos significados que tais ritos possuem dentro da simbologia mítica do Congado.

Segundo a mesma autora, as raízes do Congado se encontram sobretudo entre os povos do braço linguístico bantu. Estes, eram povos de tradição monoteísta, cujo deus maior, Zambi, era alcançado pela intervenção dos antepassados e de outras divindades. Um sistema que, grosso modo, guarda semelhanças com o catolicismo e que poderia ser interpretado como se os bantus fossem menos refratários à catequização. Outro povo largamente encontrado nas Minas foram os sudaneses, aos quais se associam outras manifestações afro religiosas, como o Candomblé e a Umbanda. Estas, por terem uma identidade mais marcadamente afrobrasileira, foram consideradas, por muitos, mais representativas para os negros. No entanto, ainda no navio negreiro, bantus e sudaneses conviviam, trocavam conhecimentos e criavam identificações entre si a partir de experiências em comum, com destaque para o exílio forçado. A forma com que manifestavam suas crenças e modos de vida é que diferiam e, enquanto os terreiros de Candomblé e Umbanda eram combatidos, as manifestações pautadas pelo culto a santos católicos eram toleradas. Ainda assim, a lógica ritualística dos festejos congadeiros não corresponde, de todo, às manifestações religiosas de características europeias. A começar pela coroação do rei negro, o rei Congo, projeção de todos os grandes senhores do Congo e que está na raíz do termo Congado (Lima, 2018, p.36-42).

A coroação do rei do Congo remonta à relação dos portugueses quando chegaram à costa centro-ocidental africana. Em 1483, quando o navegador Diogo Cão, enviado pelo reino de Portugal, chegou à foz do rio Zaire, encontrou ali um reino forte e bem estruturado (figura

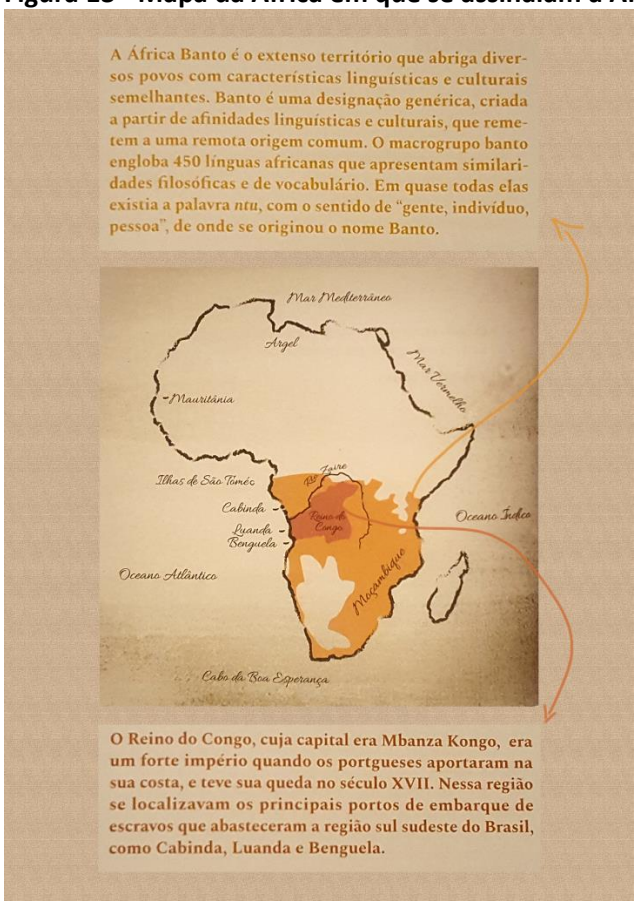
13). A história da cristianização do reino do Congo passou pelo episódio do batismo do rei do Congo, cuja leitura e interpretação tem merecido a atenção de alguns estudos.[125]

Os povos africanos que desembarcaram no Brasil não tinham a escrita como instrumento fundamental de registo de conhecimentos, da sua religiosidade, da sua percepção de mundo.[126] Junto aos indígenas que habitavam a América colonial, eram considerados atrasados e primitivos pelos portugueses, que tinham nos textos e documentos suportes físicos da informação, resistentes às distâncias e ao tempo. Para esses povos, a experiência, o exemplo e a oralidade são as principais formas de transmissão de saberes e a memória estaria "impressa nos corpos, nos ideais, nos afetos e no inconsciente de um povo, passada de geração em geração, resistindo por séculos" (Lima, 2018, p.66). Nessa perspetiva, a narrativa mítica ganha um significado profundo, de algo que ocorreu em tempos imemoriais, não o tempo marcado por calendários e relógios, em espaços e territórios que não estão nos mapas, mas existem no campo do simbólico e do subjetivo. É algo que, ao ser vivenciado, cristaliza a realidade e *acontece* novamente, constituindo uma oportunidade de aprendizado, atualização e memória para todos aqueles que estejam abertos à experiência (Lima, 2018, p.65-72). Dessa forma, os ritos não podem ser vistos como meras reproduções teatrais porque guardam, em si, as forças do passado e da modernidade, do sagrado e do profano. O Povo do Rosário não precisa de objetos de "sutura" (Guillaume, 2003, p.36).

[125] Sobre a coroação do rei do Congo, ver Souza, M. M. (2014). "A conversão da corte congolesa". (51-62). In Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG. Disponível em: https://www.academia.edu/40189903/REIS_NEGROS_NO_BRASIL_ESCRAVISTA_Hist%C3%B3ria_da_festa_de_coroa%C3%A7%C3%A3o_de_Rei_Congo, acesso em junho de 2021.

[126] Inseriam-se, pois, na categoria de sociedades simbólicas do passado, de que nos fala Guillaume (2003).

Figura 13 - Mapa da África em que se assinalam a África Banto e o Reino do Congo



Mapa adaptado pela autora.
Fonte: Lima, 2020, p.31-31

À medida em que o sagrado se institui, o profano se delimita, mas não enquanto oposição e, sim, como dimensão complementar (Lima, 2018, p.74). No caso da Festa do Rosário do Serro, o profano se manifesta nas barracas de comida, bebidas e produtos diversos, na presença de turistas e de pesquisadores da Festa, nos encontros e desencontros de serranos que moram em outras cidades e retornam à cidade para rever família e amigos e, por vezes, reverenciar a Virgem do Rosário.[127] Outra esfera do profano se apresenta nas disputas e diferenças presentes na própria Irmandade e nos grupos de Congado, representados pela Associação dos Congados, conforme mostra Corrêa (2018, p.85-95). As eleições dos festeiros[128] e

[127] Por essa razão, a festa também é conhecida pelo título de "Festa do Serrano Ausente" (Corrêa, 2018, p.75).
[128] Responsáveis por realizar a festa. O calendário da Irmandade regulamenta que, no primeiro domingo de maio, são eleitos os festeiros da festa do ano seguinte. Estes comporão o 2º Reinado, na festa que ocorre no ano de sua eleição.

Diretoria da Irmandade[129] e da presidência da Associação dos Congado[130] são circunstâncias que tornam mais latentes os vários conflitos existentes entre os indivíduos e grupos que realizam e compõem a festa.

2.3.3. A Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro

Como visto acima, as festividades do Rosário, no Serro, encerram uma complexidade de sujeitos e dinâmicas bastante alargada. Todos esses elementos se unem e se transformam, uma vez por ano, em devoção à Nossa Senhora do Rosário, o maior e mais importante compromisso firmado pelos irmãos do Rosário.

A população do Serro é maioritariamente católica. O Censo de 2010 mostra que cerca de 18.000 se declararam católicas, contra 2000 evangélicos e 66 espíritas. O calendário festivo do município conta com variadas festas religiosas, espalhadas pela sede, distritos e demais comunidades que o compõem. Corrêa (2018, p.73-74) mostra que, ao todo, são seis as festividades relacionadas à Nossa Senhora do Rosário, sendo duas delas na Sede: a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, que acontece no primeiro domingo do mês de julho[131] e o Jubileu de Nossa Senhora do Rosário. O presente trabalho centra-se apenas nos ritos e elementos integrantes da Festa do Rosário do Serro. Cabe realçar que os festejos guardam muitas similaridades entre si, tais como escolha de festeiros, alimentação, levantamento do mastro, dentre outras (Corrêa, 2018, p.73). Todavia, trata-se de territórios diferentes que se conectam e promovem intercâmbios entre os grupos congadeiros.

Parte importante dos ritos ocorre na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 14), cuja construção é do século XVIII. Scarano (1977, p.31) afirma que, em 1758 a Irmandade ainda estava instalada em um altar lateral da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Machado

[129] Composta por: vigário do Serro, presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, presidente da Associação de Congados, zeladoras da igreja de Nossa Senhora do Rosário e procurado da Irmandade em Belo Horizonte (capital do estado de Minas Gerais). Os membros são eleitos para mandatos de 4 anos (Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro (reformado), 1990, p.5).

[130] O presidente é eleito para mandato de 4 anos. Segundo Corrêa, a Associação dos Congados se formou na década de 1980, como um reflexo da valorização do Congado empreendida pelos governos militares a partir de 1664 (Corrêa, 2018, p.89-90).

[131] Essa data foi estabelecida no Estatuto reformado de 1990. O compromisso de 1728 determinava que a festa deveria ocorrer na primeira oitava do Espírito Santo e o de 1979 instituiu a data de 29 de junho para a sua ocorrência (Prefeitura do Serro, 2016, p.30).

Filho, citado por Corrêa (2018, p.76), indica que a construção da igreja teria sido concluída três ou quatro décadas após o Compromisso de 1728.

Figura 14 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Serro/MG



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

As informações sobre os ritos da Festa do Rosário terão como guia o calendário da festa ocorrida em 2019 (Figura 15) e serão baseadas no "Estatuto (reformado) da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Serro/MG", nos trabalhos de Daniela Lima (2018 e 2020) e de Joana Corrêa (2018) e nas observações da autora desta dissertação ao longo de seis Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, entre os anos de 2013 e 2018. Infelizmente, a situação sanitária deflagrada pela pandemia do novo coronavírus em princípios de 2020 não permitiu que a festa se realizasse naquele ano e foi impeditivo para que ela acontecesse também em 2021.

Figura 15 - Calendário da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro, 2019



Festa de Nossa Senhora do Rosário
Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Serro – MG
De 28/06 a 08/07/2019

Lema: Virgem do Rosário, Mãe que acolhe e educa

28/06 – Sexta-feira – Tema: Mãe que acolhe
12:00hs – Repique de Sinos e queima de fogos
18:30hs – Recitação do terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:00hs – Missa Solene de abertura da Novena

29/06 – Sábado – Tema: Mãe que educa
14:00hs – Cavalgada, conduzindo a Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Praça Pedro Lessa até a Igreja do Rosário
15:00hs – Missa do homem do campo, do produtor e criador rural
19:00hs – Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com orações próprias da Novena

30/06 – Domingo – Tema: Mãe que ensinar a rezar
18:30hs – Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:00hs – Missa com as orações próprias da Novena

01/07 – Segunda-feira – Tema: Mãe que corrige
19:00hs – Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com as orações próprias da Novena

02/07 – Terça-feira – Tema: Mãe que mostra o caminho
19:00hs – Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com orações próprias da Novena

03/07 – Quarta-feira – Tema: Mãe que escuta a palavra
19:00hs – Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com orações próprias da Novena
Após a Missa, os Catopês conduzem a Cruz da Irmandade para a casa do 1º Juiz.

04/07 – Quinta-feira - 1º dia do Tríduo - Tema: Mãe modelo de obediência
18:45hs – Os dançantes conduzem o 1º Juiz, com a Cruz da Irmandade, de sua casa até a Igreja do Rosário
19:00hs - Recitação do terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com as orações próprias da Novena.
Após a Missa, os Catopês conduzem o 2º Juiz, com a Cruz da Irmandade, da Igreja do Rosário até sua casa.

05/07 – Sexta-feira – 2º dia do Tríduo - Tema: Mãe que evangeliza
18:30hs – Os dançantes conduzem o 2º Juiz, com a Cruz da Irmandade, de sua casa até a Igreja do Rosário
19:00hs - Recitação do terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:30hs – Missa com orações próprias da Novena.
Após a Missa, os catopês levam o Rei, com a Cruz da Irmandade, da Igreja do Rosário até sua casa.

06/07 – Sábado – 3º dia do Tríduo – Dia do Mastro - Tema: Mãe que leva ao céu
05:00 – Liturgia da Matina na Igreja do Rosário. em seguida, visita às casas dos Festeiros para anúncio do início da festa e café da manhã
12:00hs – Repique de sinos e queima de fogos
14:00hs – Mini-Curso preparatório para os novos Irmãos do Rosário
18:30hs – Os dançantes conduzem o Rei, com a Cruz da Irmandade, de sua casa até a Igreja do Rosário
18:30hs - Recitação do Terço e Novena de Nossa Senhora do Rosário
19:00hs – Missa com as orações próprias da Novena. Posse dos novos Irmãos do Rosário
20:30hs – Procissão da Bandeira, do local definido pelo Mordomo, até a Igreja do Rosário.
Bênção da Bandeira e levantamento do Mastro. Espetáculo pirotécnico de fogos.

07/07 – Domingo – Festa de Nossa Senhora do Rosário – 1º Reinado Lema: Virgem do Rosário, mãe que acolhe e educa
06:00hs – Início da organização do Reinado pelos Catopês a partir da casa do 1º Juiz.
10 :00 hs – Chegada do Reinado e dançantes à Igreja do Rosário e, após Embaixada entre Caboclos e Marujos, Missa solene da Festa. Após a Missa, almoço nas casas dos Festeiros.
15:00hs – Missa dos Romeiros
16:30hs – Coroação de Nossa Senhora do Rosário, representação da Lenda da mesma Senhora pelos Dançantes em frente à Igreja do Rosário e solene procissão luminosa. Após a procissão, posse dos festeiros 2020 pela Irmandade. Em seguida, jantar nas casas das Festeiras.

08/07 – Segunda-feira – 2º Reinado
12:00hs – Início da organização do Segundo Reinado pelos Catopês a partir da casa do 1º Juiz
17:45hs - Terço dos homens na igreja do Rosário.
18:30hs Chegada do 2º Reinado na Igreja do Rosário, e Missa de encerramento da Festa. Após a Missa, despedida dos Dançantes, descida da bandeira e entrega dos novos Festeiros, com recepção para os Catopês em suas casas.

Fonte: Site da prefeitura de Serro, disponível pelo lin https://www.serro.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/1154/tradicional-festa-do-rosario-em-serro, acesso em setembro de 2021

A duração da festa é de 11 dias corridos, a contar do início da novena: por nove dias, os irmãos do Rosário e demais devotos se reúnem, ao fim da tarde e princípio da noite, para exaltarem a Senhora do Rosário por meio de orações. A participação dos grupos de Congado se dá a partir da quarta-feira que antecede a festa. Até então, tais grupos se reúnem apenas para ensaiar seus cantos, músicas e coreografias, vivendo e reaprendendo a louvar a Virgem do Rosário, segundo os papéis e significados de cada um deles.

No Serro, o Congado se organiza em quatro grupos. A Marujada (Figura 16), representa o homem branco português na luta contra os infiéis. Sua farda[132] é inspirada em uniformes militares e se compõe de calça, camisa e gorro ou capacete, enriquecidos por adereço como dragonas. As vestimentas são sempre brancas, com detalhes em azul ou vermelho e dourado. Por se apresentarem enquanto guerreiros em luta, portam também espadas. De acordo com o estatuto da Irmandade, seus chefes, chamados Patrão, Contra-Mestre, Mariguerra e

[132] Termo usado no Congado para se referir às vestimentas dos seus membros. Estes são chamados, genericamente, de dançantes. Outro termo usado para designar a farda é uniforme.

Piloto,[133] diferenciam-se dos demais pela indumentária e desfilam à frente e no meio dos demais marujos. Lima (2020,p.70), porém, indica uma hierarquia distinta de chefia para a Marujada que conta com os seguintes títulos: comandante geral, almirante, subcomandante, almirante-de-esquadra, vice-almirante, contra-almirante, capitão-de-mariguerra, capitão-de-fragata, capitão-de-corveta e capitão-tenente. Segundo a autora, essa hierarquia foi instituída pelo atual comandante do grupo, Joaquim da Silva.

Figura 16 - Marujada



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

A Marujada constitui o único grupo que permite, entre seus membros, a presença feminina. Em 1997, Joaquim da Silva registou o grupo separadamente, com o nome de Marujada Grupo Folclórico Marujada de Nossa Senhora do Rosário de Serro. Assim, os Marujos se desvincularam da Associação dos Congados e instituíram um regimento próprio, baseado no Estatuto. No entanto, a opção por acolher as mulheres destoa do Estatuto e dos demais grupos. Em depoimento fornecido por ocasião do registo da Festa do Rosário como

[133] Não foram encontradas informações sobre um simbolismo específico dessas denominações. Os termos contramestre e patrão são usados na marinha para designar, respetivamente, o profissional incumbido de coordenar o trabalho dos marinheiros da seção do convés do navio e um marinheiro encarregado, pelo governo, por uma pequena embarcação. Quanto a mariguerra e piloto, não se sabe o significado no contexto da marinha. É interessante observar, no entanto, a natureza marítima do vocabulário associado à festa, uma vez que o Serro se localiza a uma distância considerável do litoral. Dessa forma, tais termos não fazem parte do cotidiano da cidade, o que mostra que foram transplantados de um contexto e ganharam novas camadas de sentido no âmbito da festa. Dessa forma, são Sobre contramestre e patrão, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Contramestre e https://pt.wikipedia.org/wiki/Patr%C3%A3o_(n%C3%A1utica), acesso em junho de 2021.

património cultural do município, Joaquim da Silva menciona uma tentativa de permitir a participação feminina na Marujada quando ele estava há cerca de 15 anos no comando do grupo, posição em que se encontra desde 1961. A motivação teria sido a de atender aos pedidos de algumas pessoas, pelo que foi autorizada a entrada de doze meninas. Contudo, na época, a entrada feminina representou algumas dificuldades para a organização do grupo e, por isso, foi encerrada. Anos mais tarde, ao se tornar independente da Associação dos Congados, por meio do registo individual da Marujada, e diante de um nova conjuntura no que diz respeito à igualdade de géneros, a permissão para o ingresso de mulheres foi retomada (Dossiê de Registo, 2016, p.73-74). Outro ponto relativamente destoante é a liderança de Joaquim da Silva, um homem branco. Lima (2020, p. 70) conta que a entrada do atual chefe da Marujada se deu em 1960, no contexto de uma promessa a ser paga, um preceito fundamental entre os católicos e irmãos do Rosário. Pelos caminhos insondáveis da Virgem do Rosário, já no ano seguinte, Seu Joaquim acabou ocupando a posição de Mariguerra e seguiu sua trajetória até ser o líder dos Marujos do Serro. Para Lima (2020, p.73),

> no curso de sua história, a Marujada do Serro vem alterando de forma significativa a sua representação e sob o signo da transformação, vem rompendo os séculos. Talvez por uma estratégia de preservação e resistência, talvez pela firme convicção de tornar a Marujada um grupo inclusivo, que dê oportunidades a brancos e mulheres de prestarem suas homenagens à Senhora do Rosário através do canto e da música.

Assim, as transformações pelas quais a Marujada tem passado ao longo dos anos representam um papel fundamental para a sua relevância no cenário da Festa do Rosário do Serro. Essa importância se dá para além do aspeto formal (presença no estatuto e simbologia na festividade) e se revela nos novos significados que essas "atualizações" certamente imprimem ao grupo e à sua imagem junto aos demais participantes.

Os Caboclos (Figura 17) simbolizam os indígenas brasileiros, que habitavam o território antes da chegada dos portugueses e foram catequizados pelos Jesuítas. Portam uma farda exuberante, composta por saiote de penas, pulseiras, colares, um peitoral geralmente vermelho decorado com pedras artificiais, pedaços de espelhos e miçangas e um cocar repleto de penas coloridas.[134] Além das cores, sua marca registrada é uma flecha, cujo barulho

[134] O cocar recebe o nome de capacete.

compõe a música que os acompanha, sempre tocada por caixas[135] de madeira e couro e sanfonas. Sua coreografia é agitada, rápida, composta por giros e saltos. Assim como os marujos, também possuem quatro chefes: Caboclo Mestre, Pantalão, Zé de Freitas e Doutor. Atualmente, a chefia do grupo é exercida por Ildeu Rabelo, dando continuidade à história de seu pai, ex-chefe da Caboclada e já falecido. Devido à idade avançada, sua chefia é compartilhada com seus descendentes Marcos Rabelo, Fabiano Rabelo e Roberto Rabelo, todos chamados de Caboclos Mestres (Lima, 2020, p.60-61).

Figura 17 - Caboclada durante a Embaixada



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

Os Catopês (Figura 18), por sua vez, representam os negros escravizados, aqueles que sensibilizaram a Virgem do Rosário com suas orações e, assim, conseguiram resgatá-la do mar. Seu uniforme se assemelha ao dos Caboclos: capacete de penas coloridas e peitoral enfeitado com bijuterias e pedaços de espelho.[136] Ao invés de um saiote de penas possuem

[135] Tambores.

[136] Cada grupo organiza a confeção de suas fardas da forma como lhe for mais adequado. A Associação de Congados consulta os chefes dos grupos para fazer uma lista de materiais necessários para a confeção ou reforma de uniformes. Posteriormente, essas informações são encaminhadas para a Prefeitura do Serro, que efetua a compra. Corrêa (2018, p.200-204) fornece algumas informações sobre a confeção das fardas dos Catopês e dos Caboclos. No caso dos Catopês, essa responsabilidade recai com mais intensidade na Rainha Conga e pode ser dividida com outras pessoas, como alguns membros do grupo ou seus familiares. A situação dos Caboclos se assemelha à dos Catopês, sendo que, no entanto, não possuem nenhum cargo feminino formal.

uma capa feita, normalmente, com um tecido chamado chitão, que possui várias estampas e cores. O Estatuto determina que apenas Caboclos em idade avançada podem ser Catopês, no entanto, existem alguns jovens no grupo. Lima (2018, p.95-106) relata em seu trabalho, o comovente ritual fúnebre de Nandim, príncipe Catopê de apenas 12 anos, filho de um chefe Catopê e neto da Rainha Conga Dona Cesárea, ambos já falecidos.

Figura 18 - Catopês



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

Sua chefia é dividida entre Mestre e Contramestre e, atualmente, é compartilhada entre "Seu" Nelson e o filho, Nelson Júnior. A rainha Conga, um cargo vitalício, sempre acompanha os Catopês.[137] Provavelmente pelo papel de responsabilidade que assumem nos ritos, sua postura guarda solenidade e contrição. Os sorrisos não são soltos como os dos Caboclos e dos Marujos, o grupo é numericamente inferior aos demais, pelo que acabam possuindo uma imagem menos exuberante. A seriedade do semblante Catopê é uma mescla de respeito,

As vestes são de propriedade dos grupos e nem sempre são suficientes para a quantidade de dançantes que os compõem. Em relação aos Caboclos, as fardas devem ficar guardadas no galpão em que o grupo ensaia. No entanto, alguns dançantes possuem farda própria.

[137] Por décadas, o cargo foi ocupado por Dona Cesária. Com o seu falecimento em 2015, a coroa passou para sua neta Rosiane Lourdes Silva pelo critério de consanguinidade. A passagem, no entanto, não aconteceu sem conflitos, pois um grupo da Irmandade, sob alegação de que a posição deveria ser relacionada ao envolvimento direto na festa, como era o caso de Dona Cesária e, não, o de Rosiane. A despeito das objeções, Rosiane ainda se mantém no cargo e vem assumindo os compromissos inerentes à posição (Corrêa, 2018, p.176-177).

orgulho e concentração: são eles os guardiões do Reinado, sobre o qual falaremos mais tarde. Já a contrição do grupo pode estar relacionada à humildade e à posição de representar pessoas privadas de sua liberdade.

Por fim, resta falar da Caixa de Assovios, aquela que abre os festejos propriamente ditos. O último dia da novena, o sábado, se inicia com a Matina (Figura 19), rito que ocorre na porta da igreja do Rosário, às 5 horas da manhã (em ponto, como sempre frisa "Seu" Jadir Canela, responsável pela Caixa de Assovios). Até então, todo o rito tem como objetivo preparar o terreno espiritual para festejar Nossa Senhora do Rosário e é no sábado de manhã que a Caixa de Assovios pede a benção da Virgem para homenageá-la. Conforme assinala Lima (2018, p.126), o grupo é uma particularidade do Congado do Serro. Não possui farda própria, porém o Estatuto define que seus membros devem usar calça, paletó sem gravata, chapéu, camisa, sapatos ou tênis. O som do pífaro representa, simbolicamente, os gemidos dos negros nas senzalas, como está assinalado no material distribuído pela Irmandade aos irmãos, de modo que estes possam acompanhar o rito. Por três vezes o instrumento é tocado; na terceira, as portas da igreja se abrem, e todos adentram o recinto. Após a liturgia, a Caixa de Assovios guia centenas de participantes pela cidade: o café da manhã será servido pelos festeiros, em suas respetivas casas (Figura 20).

Figura 19 - Matina



@ Rangel de Carvalho, 2015
Fonte: Acervo próprio

Figura 20 - Matina / Café da manhã



@ Rangel de Carvalho, 2015
Fonte: Acervo próprio

No Serro, a Festa do Rosário possui seis festeiros (que serão tratados mais adiante) e um mordomo. A atribuição fundamental do mordomo é ornamentar a Bandeira que será hasteada no Mastro e garantir o repique de fogos por ocasião do seu levantamento. O Mordomo é um cargo que pode ser exercido por mais de uma pessoa; em 2015, por exemplo, foi uma família que se responsabilizou pelo rito (Corrêa, 2018, p.254). Ademais, é a única posição de destaque em que se é permitido que pessoas fora da Irmandade possam participar. A Bandeira é acompanhada por procissão da casa do Mordomo até a frente da igreja do Rosário, onde será hasteada (Figura 21). O levantamento do Mastro é uma importante função dos Caboclos e ocorre na noite do sábado que antecede o primeiro domingo de julho. Lima (2020, 65-68) mostra que o hasteamento da Bandeira liga céu e terra e anuncia a todos que a permissão foi concedida: é tempo de festejar!

Figura 21 - Procissão da Bandeira



@ Rangel de Carvalho, 2015
Fonte: Acervo próprio

É chegado o grande dia de celebrar a Rainha do Rosário. É nesse dia que, finalmente, todo o Congado ostenta as fardas que estiveram guardadas ao longo do ano anterior especialmente para esse momento e que o mito de Nossa Senhora do Rosário se faz realidade. O domingo se inicia cedo, antes da luz do dia, com a formação do Reinado. Os Catopês se reúnem com a Caixa de Assovios e percorrem as casas dos festeiros, seguindo a ordem cerimonial: Primeiro Juiz, Primeira Juíza, Segundo Juiz, Segunda Juíza, Rei e Rainha.

Aqui vale abrir parênteses em relação aos festeiros. Para configurar como festeiro do Rosário, é preciso que a pessoa faça parte da Irmandade e seja eleita em assembleia que acontece no primeiro domingo de maio. Após eleitas, essas pessoas passam o ano seguinte se preparando para cumprir seus papéis cerimoniais e cuidar do grupo que é de sua responsabilidade. O compromisso do primeiro juiz e da primeira juíza é com os caboclos; já o segundo juiz e a segunda juíza são responsáveis pelos Marujos; o rei e a rainha cuidam dos Catopês. Cada um desses festeiros se instala em uma casa que, não necessariamente, corresponde à sua residência pessoal. O local da casa é de escolha de cada festeiro, podendo ser compartilhado

entre dois deles, caso seja um casal.[138] Dado o volume de pessoas que visita as casas dos festeiros durante os ritos, geralmente é dada preferência para se instalar em uma escola do município, de modo a oferecer uma infraestrutura adequada e confortável aos "visitantes". O Apêndice 1 apresenta uma tabela na qual está sintetizado o papel de cada um dos festeiros e do mordomo no contexto dos festejos do Rosário no Serro.

Um dos maiores compromissos dos festeiros, ao assumir a festa, é o de garantir comida com fartura a todos os participantes: "faltar comida é o pesadelo das famílias festeiras; fazer sobrar é uma obrigação" (Corrêa, 2018, p.283). A preparação dos festeiros se inicia logo após a sua posse e uma das suas tarefas mais fundamentais é reunir os meios para realizar os banquetes necessários ao longo da festividade, uma vez que a comida é distribuída gratuitamente para todos, sejam dançantes ou não. A antropóloga Joana Corrêa (2018, p.281) assinala a importância da alimentação no contexto do Congado, destacando o simbolismo do ato de servir alguém. Além dessa noção, há também as ideias de partilha e de agregação que o ato de *comer juntos* carrega em si. Assim, forma-se em torno de cada festeiro uma rede de pessoas que o ajudam, alguns de forma voluntária, outros mediante pagamento, a angariar fundos e preparar as refeições que são oferecidas a centenas de pessoas nas casas.[139] Também há distribuição de carne para os pobres na manhã de sábado (Corrêa, 2018, p.284).

Pois bem, seguindo a ordem cerimonial, os Catopês visitam cada um dos festeiros com o objetivo de "tirá-los" de suas casas para compor o cortejo cujo destino é a Igreja do Rosário. Trata-se de uma longa caminhada, sempre acompanhada por cânticos de louvor a Nossa Senhora do Rosário.[140] Corrêa demonstra o quão extenuantes podem ser os trajetos de

---

[138] Em 2014, por exemplo, o segundo juiz e a segunda juíza, por serem casados, receberam o Congado e os demais visitantes na mesma casa.

[139] Sobre a questão do Congado e da alimentação, não é algo restrito ao Serro. Outros trabalhos mostram o quão fundamental é essa relação. Ver também: IEPHA-MG. (2013). Dossiê de registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/3/bens-registrados-festa-de-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio-dos-homens-pretos-de-chapada-do-norte e Costa, O. A. (2016). *Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, disponível em: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia (ufg.br). Ambos acesso em julho de 2021.

[140] Sobre os cantos do Rosário ver Lima, 2018 e 2020, p.121-131 e Corrêa, 2018.

formação do Reinado. Por seguir uma rota ritual,[141] por vezes é preciso sair de um local, ir a outro e passar pelo mesmo lugar de onde se saiu para chegar a um terceiro sítio. A antropóloga retrata, em um mapa, os "giros" do Reinado em 2015 e afirma que poucos são os que acompanham todo o percurso (Corrêa, 2018, p.258-263). Os Marujos aguardam o Reinado na casa do Rei, já os Caboclos, na casa da Rainha, a última delas. Quando o Reinado *tira* o rei, os Marujos se unem ao cortejo e seguem para buscar a Rainha. Nesse encontro entre a Marujada e a Caboclada, enquanto o Reinado é recebido pela rainha, há a encenação de uma luta entre os dois grupos que tem fim com o roubo de uma criança cabocla (Caciquinho) pela esquadra portuguesa. A esse momento dá-se o nome de Embaixada.[142]

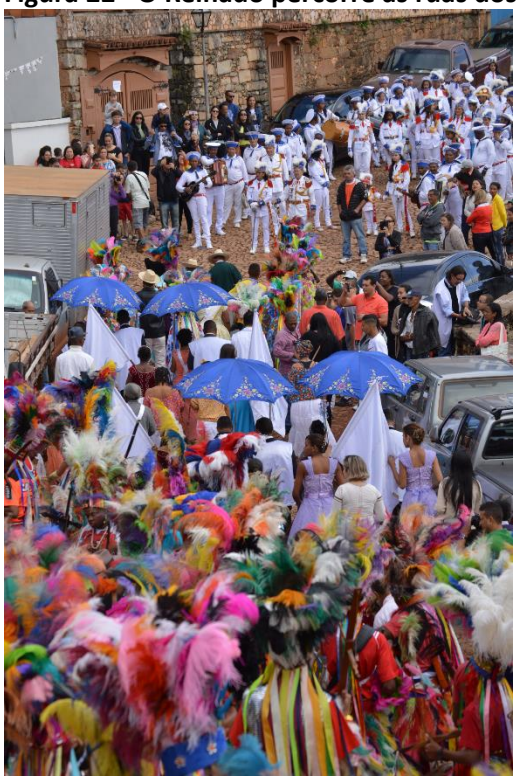
Reinado completo, segue-se para a igreja do Rosário, onde se chega por volta de 11 horas. Ali tem lugar o desfecho da Embaixada e o Caciquinho é devolvido ao seu grupo de origem. Logo em seguida, acontece a missa, que também pode ser chamada de missa conga, dada a participação dos grupos de Congado (Figura 23). Após a liturgia, nas casas dos homens festeiros (Juízes e Rei), é servido o almoço aos grupos e a todos os participantes (Figura 24). O Reinado, obrigatoriamente, faz a sua refeição[143] na casa do Rei.

[141] Tal rota é diferente em todos os anos, uma vez que o festeiro é livre para escolher a sua casa.

[142] Em geral, os participantes se encontram nas semanas que antecedem a festa para ensaiar os cantos, ritos e danças. Esses ensaios, no entanto, não são feitos de forma conjunta com os demais grupos sendo que cada um destes se prepara de acordo com cronograma e organização definidos pelas respetivas chefias. Corrêa (2018, p.172-200) descreveu em seu trabalho os ensaios dos Catopês e dos Caboclos, mostrando a sua importância como elemento de iniciação devocional e ritual dos dançantes.

[143] Quanto ao que é servido nas refeições, não há um prato específico. Seguindo uma das principais composições da culinária brasileira, sua base é arroz, feijão e carne, que pode ser de boi (a mais nobre), de porco ou frango, a depender dos recursos reunidos pelos festeiros. Geralmente, há duas opções de carne, as quais são preparadas assadas ou cozidas. Além disso, são servidas saladas variadas e frutas.

Figura 22 - O Reinado percorre as ruas dos Serro



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

Figura 23 - Após o desfecho da Embaixada o Reinado, conduzido pelo pároco, segue para a porta da igreja, onde haverá uma missa campal



@ Rangel de Carvalho, 2016
Fonte: Acervo próprio

Figura 24 - Almoço servido pelo Primeiro Juiz



@ Rangel de Carvalho, 2015
Fonte: Acervo próprio

Por volta de 16 horas, os festeiros, que ainda estão na casa do Rei, formam novamente o Reinado e seguem para a igreja do Rosário. Uma vez lá, a imagem da santa em seu andor é retirada do templo e todos seguem em mais uma longa caminhada pelas ruas do Serro, a Procissão Luminosa. Durante esse rito, ocorre a encenação da lenda de Nossa Senhora do Rosário encontrada no mar e a coroação da Virgem. A devolução da imagem da santa à igreja marca o fim da procissão e, assim, todos seguem para as casas das festeiras (Juízas e Rainha) para jantar.[144] Ao final, os Catopês ainda entregam os festeiros em suas casas, porém seguem um percurso menos cerimonial e mais breve.

A segunda-feira da festa, feriado municipal, encerra os festejos em honra de Nossa Senhora do Rosário. Menos exigente que o domingo, ainda assim, possui seus ritos próprios, com destaque para a formação do Segundo Reinado. Seguindo um percurso parecido com o da manhã do dia anterior, agora os Catopês acompanham a transferência da coroa para os festeiros do ano seguinte, aqueles que irão reinar na próxima festa. A caminhada tem início no princípio da tarde e todos os grupos são recebidos com fartas mesas de doces pelos

[144] O cardápio e a organização do jantar são semelhantes aos do almoço.

festeiros. Como nos outros dias, há também a distribuição entre a população. Formado o Segundo Reinado, o cortejo segue novamente para a igreja do Rosário, onde ocorre a missa de despedida. Ao final, os caboclos descem a Bandeira do Mastro e, após a bênção do Pároco, seguem para a casa do Mordomo do ano seguinte para entregá-la. Os Catopês, da mesma forma que no dia anterior, entregam o Segundo Reinado em suas casas seguindo o trajeto simplificado. A chegada dos dançantes às casas dos festeiros é recebida com uma farofa[145] e, só então, tem fim os festejos de Nossa Senhora do Rosário no Serro. O apêndice 2 apresenta um esquema do calendário da Festa do Rosário do Serro.

Em 2016, a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro foi reconhecida como património cultural do município do Serro. Como mostra Corrêa (2018, p.109-111), o processo de patrimonialização do bem se justificou principalmente por razões económicas. O processo de preservação patrimonial é composto de vários órgãos e ações distribuídas entre as esferas municipais, estaduais e federais, seguindo a lógica da divisão administrativa do país. Em cada um desses níveis, há uma série de ações e procedimentos a serem tomados por parte do poder público para que haja repasse de recursos. No que diz respeito à política patrimonial do município do Serro, sua principal fonte de recurso financeiro é o aquele repassado pelo Estado de Minas Gerais, a partir do programa de redistribuição de receitas públicas chamado ICMS Património Cultural.[146] Para integrar o programa é preciso seguir o regulamento que mensura as ações postas em prática por meio de pontos, que, acumulados, compõem um quantitativo anual referente à preservação patrimonial nos municípios mineiros. Uma das exigências do sistema é a aplicação dos recursos em bens patrimoniais classificados, um dos

[145] A farofa é um prato muito comum na culinária do Brasil e pode ser comido como acompanhamento ou como prato principal. Sua base é a farinha de mandioca ou de milho (mais comuns no país), à qual podem ser adicionados diversos outros ingredientes: carne (boi, porco e/ou frango), ovos, vegetais variados. Há até mesmo algumas versões com frutas frescas, como banana e abacaxi, ou secas, como uva passa. Em termos técnicos, trata-se de um refogado rápido, com baixo grau de umidade e com consistência solta, desagregada. Extremamente versátil, o prato admite inúmeras receitas, a depender da disponibilidade de alimentos e do gosto de quem o prepara. No caso da Festa do Rosário do Serro, devido ao facto de a farofa ser servida como prato principal, há a preocupação em cozinhá-la em versão mais completa. Sobre a farofa ver: https://www1.folha.uol.com.br/comida/2021/04/se-nao-e-farofa-nao-e-comida-diz-autora-de-livro-tematico.shtml e Narciso, D. e Rolim, D. (2021). *Farofa*. São Paulo: Editora Senac São Paulo. Versão para visualização disponível em: Farofa - Daniela Narciso, Danilo Rolim - Google Livros.

[146] O programa é gerido pelo Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Mais informações sobre o ICMS Património Cultural está disponibilizada na página http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#o-que-%C3%A9. Acesso em maio de 2021.

mecanismos previstos no programa para coibir desvios de verbas.[147] Assim, ao investir em patrimónios culturais reconhecidos pelo município, o poder público garante também mais pontos para o seu saldo anual. Pontos estes que serão convertidos em recursos financeiros: segundo matéria veiculada pelo IEPHA-MG, em comemoração pelos 25 anos do programa, os recursos disponibilizados entre 2015 e 2019 totalizaram 450 milhões de reais.[148] Corrêa assinala como média financeira anual do Serro, até 2018, a quantia de R$600.000,00, uma quantia significativa dentro do orçamento municipal de cerca de 40 milhões de reais (Corrêa, 2018, p.109). No último ano, a cidade bateu o recorde de pontuação, alcançando o 4º lugar no estado e garantindo um aumento de cerca de 30% no fundo repassado por meio do ICMS.[149]

Se, inicialmente, a Festa do Rosário do Serro era realizada unicamente a partir de doações, a dimensão que o evento passou a ter nos últimos anos fez com que os festeiros, por meio da Irmandade do Rosário, e os grupos de Congado, representados pela Associação dos Congados, passassem a solicitar recursos financeiros do poder público. O registo, dessa forma, tornou-se uma alternativa interessante para os dois lados, pois age como um gerador de recursos para o município e um suporte para a realização da festa, que, ainda assim, é bastante dispendiosa para os seus organizadores. Corrêa (2018) aponta que o processo de patrimonialização da Festa do Rosário não se deve à desarticulação ou desaparecimento da festa enquanto manifestação cultural. Pelo contrário, foi uma consequência do eco de pertencimento deflagrado por ela, uma vez que demonstra o esforço da sociedade em buscar caminhos de sustentabilidade para o bem, como forma de garantir a sua sustentação.

---

[147] Dentre os investimentos diretos em bens patrimoniais, apenas são pontuados aqueles que se destinam a bens inventariados ou classificados pela municipalidade. Há uma regra de referência no programa que exige que pelo menos 50% de todo o recurso repassado deve ser utilizado pelo município no ano corrente, do contrário perdem-se pontos. É preciso destacar, no entanto, que a lei estabelece que todos os recursos devem ser empregues exclusivamente para a ação cultural vinculada à preservação do património municipal, não podendo figurar em outras áreas administrativas. A comprovação se dá por meio de prestação de contas. O normativo mais atual do ICMS está descrito na Portaria IEPHA n° 06, de 31 de março de 2021, disponível em http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/ICMS_Como_funciona/Portaria_IEPHA_06_2021_ICMS_Patrimonio_Cultural_site.pdf. Acesso em maio de 2021.

[148] A informação consta na página http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/512-programa-icms-patrimonio-cultural-celebra-25-anos-de-existencia. Acesso em maio de 2021.

[149] Conforme o disposto em https://www.serro.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/1571/. Acesso em maio de 2021.

O capítulo procurou apresentar algumas das problemáticas relacionadas com a Festa do Rosário do Serro. Dada a complexidade dos atores e desse território habitado por eles, é importante frisar que estas notas são apenas de caráter introdutório e redigidas em certa medida a partir de um olhar estrangeiro sobre a festa e seus processos. As referências usadas foram, principalmente, estudos sobre essa manifestação cultural e não, propriamente, fontes primárias, tais como depoimentos daqueles que dançam, prestam suas homenagens e vivenciam a devoção a Nossa Senhora do Rosário de maneira mais directa. Se, por um lado, cada um que vivencia a festa desenvolve um vínculo com os festejos, por outro é fundamental assinalar que esses atores se envolvem de modos distintos, ancorados em suas vivências e percepções. Ademais, o universo múltiplo da festa permite que qualquer aproximação seja, curiosa e paradoxalmente, estrangeira e familiar em relação a ela. A devoção ao Rosário, por si só, representa a essência da Festa do Rosário do Serro? Teria o Congado ou a Irmandade, individualmente, posição de exclusividade nos ritos de homenagem a Nossa Senhora do Rosário? Em que medida o processo histórico determinou o presente dessa manifestação e tem relevância para o seu futuro? Sagrado e profano, significado e significante, passado e presente ao mesmo tempo que se opõem, complementam-se.

Conforme assinala Lima (2018, 83-84), a linguagem simbólica, manifestada por meio dos mitos, das danças, dos cantos e da vivência festiva em questão é também uma síntese de significados, valores, conhecimentos, histórias e redes de sociabilidade tecidas no seu entorno. Por detrás do espetáculo, há gerações de preparação física e espiritual que se intensificam nos dias anteriores ao primeiro domingo de julho, quando todos esses elementos são catalisados e vivenciados nesse *espaço-território*, seja dançando para Nossa Senhora do Rosário, acompanhando os cortejos, consumindo os vários produtos vendidos na feira, reencontrando amigos e parentes, trabalhando arduamente na organização dos festejos, fotografando ou observando o movimento aumentado da cidade. A escrita dessas páginas faz pensar que a Festa do Rosário do Serro, para além de suas condicionantes históricas, culturais e patrimoniais deve ser vista, principalmente, como uma experiência. E é a partir dessa perspetiva que se propõe a restante reflexão deste trabalho, que tratará sobretudo de uma proposta de mediação dessa festa.

3. Identidades e representação da Festa do Rosário do Serro no MRCO

A Festa do Rosário do Serro tem surgido, de forma recorrente, na agenda do MRCO, seja em exposições ou outros tipos de ações. Como se verá, são iniciativas que passam ao largo da exposição de longa duração da instituição e, de certa forma, da sua prática museal cotidiana. De maneira geral, enquadram-se na categoria de ações temporárias, por vezes motivadas por propostas culturais mais amplas, a exemplo dos eventos em nível nacional que compõem o calendário desenvolvido pelo IBRAM.[150] Contudo, interrogamo-nos se essas iniciativas serão capazes de representar a real dimensão da efervescência da Festa. Como trazer para o interior do MRCO a perspetiva do património vivo, que definimos no capítulo anterior, e evitar a "cristalização" da Festa do Rosário?

3.1. Do Rosário ao MRCO: antecedentes e projetos futuros

A pesquisa realizada na documentação administrativa do Museu do Serro demonstra que os antecedentes da relevância da Festa do Rosário enquanto objeto de interesse da prática museal da instituição remontam à década de 1980. Em correspondência datada de 7 de junho de 1989 e endereçada ao prefeito do Serro, a museóloga responsável pelo Museu do Serro solicitava o seu apoio no sentido de disponibilizar um lugar de exposição (barraca)[151]na feira que se realiza por ocasião da festa, de modo a possibilitar que fosse desenvolvida atividade cultural sobre o festejo. No ofício é dito que essa iniciativa acontecia todos os anos, sem afirmar claramente desde quando, mas sinalizando a recorrência dessa ação. Naquele ano, a proposta era exibir um painel com textos e ilustrações sobre os temas irmandade, história e lenda de Nossa Senhora do Rosário, aspetos culturais e sociais e desenvolvimento dos festejos, além de apresentar vídeos. O pedido pela barraca se justificou pelo objetivo de integrar a atividade ao ambiente da festa. Ou seja, era o Museu que "ia à Festa". Os reflexos

[150] Além da já referida Semana Nacional de Museus, o IBRAM promove anualmente a Primavera dos Museus, sempre em setembro, no início da estação homónima. Ambas compõem importantes ações para o calendário museológico brasileiro.

[151] A distribuição das barracas da festa do Rosário fica a cargo da prefeitura municipal. O processo prevê a cobrança de uma taxa para permitir o direito de instalação e de utilização do espaço, dado que é para uso comercial. Na situação relatada, a museóloga solicitou a cedência gratuita de uma barraca.

desta iniciativa são desconhecidos, bem como a sua regularidade (se todos os anos, até quando e que programação).

Ao lançarmos um olhar sobre o espólio do Museu, um ponto de partida fundamental para a análise da presença da Festa do Rosário no MRCO, verifica-se a pouca representatividade que ela possui ao se considerar as peças abrigadas na instituição. Foram localizados apenas dois objetos que contêm uma referência mais explícita aos festejos. Um deles é o quadro com uma fotografia panorâmica do Serro, cuja autoria é do serrano Felix Tolentino (Figura 25).[152] Doada ao museu em maio de 2019, a foto foi tirada por volta de 2005, em um dia de Festa do Rosário, o que pode ser constatado pela presença dos Caboclos no pátio da Escola Ministro Edmundo Lins, tradicionalmente usada como casa de festeiro por ocasião da festividade. A partir desse detalhe da imagem, não é possível saber ao certo se o momento aconteceu no domingo ou na segunda-feira, mas sabe-se que foi em um desses dias dado o facto de que os Caboclos se encontram fardados (Figura 26-A). Outro elemento associado à festa que também pode ser visto são as barracas e brinquedos que se distribuem ao longo da Avenida Dom André, uma das vias que dão acesso à Igreja do Rosário, e formam a feira que se organiza por ocasião dos festejos (Figura 26-B). O quadro não está inventariado no acervo da instituição e, nos documentos, foi localizado apenas o Termo de Doação que foi assinado pelo presidente da Associação de Amigos de Serro (AASER).[153] Atualmente, a foto está exposta na recepção do museu, acompanhada de uma ficha na qual constam o título, a autoria e a informação sobre a doação.[154]

[152] Félix Tolentino é nascido no Serro e se define como "meio pedreiro, eletricista, mecânico, meio técnico em eletrônica, fotógrafo, cinegrafista e editor de vídeo". Organizou a exposição "Serro Sem Retoque", que aconteceu no Museu Inimá de Paula, localizado em Belo Horizonte. Sobre Félix Tolentino e sua exposição ver, respetivamente: https://encontro.presslab.com.br/20181201/um-homem-motivado-consegue-mais-vitorias-do-que-um-inteligente.html e http://museuinimadepaula.org.br/exposicoes/serro-sem-retoque-fotografias-de-felix-tolentino/, ambos acesso em julho de 2019.

[153] A Associação de Amigos do Serro é uma entidade civil criada em fins da década de 1990 para unir pessoas em torno do objetivo de promover ações voltadas para cultura, meio ambiente, educação e assistência social, bem como apoiar o desenvolvimento do Serro. Sobre a associação, ver: https://www.aaser.com.br/, acesso em julho de 2021.

[154] Ver o Anexo 3 - Termo de Doação da Foto Panorâmica do Serro, presente nesta dissertação.

Figura 25 - Fotografia panorâmica do Serro exposta na recepção do MRCO



@Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021

Figura 26 - Detalhes da fotografia panorâmica do Serro referentes à Festa do Rosário

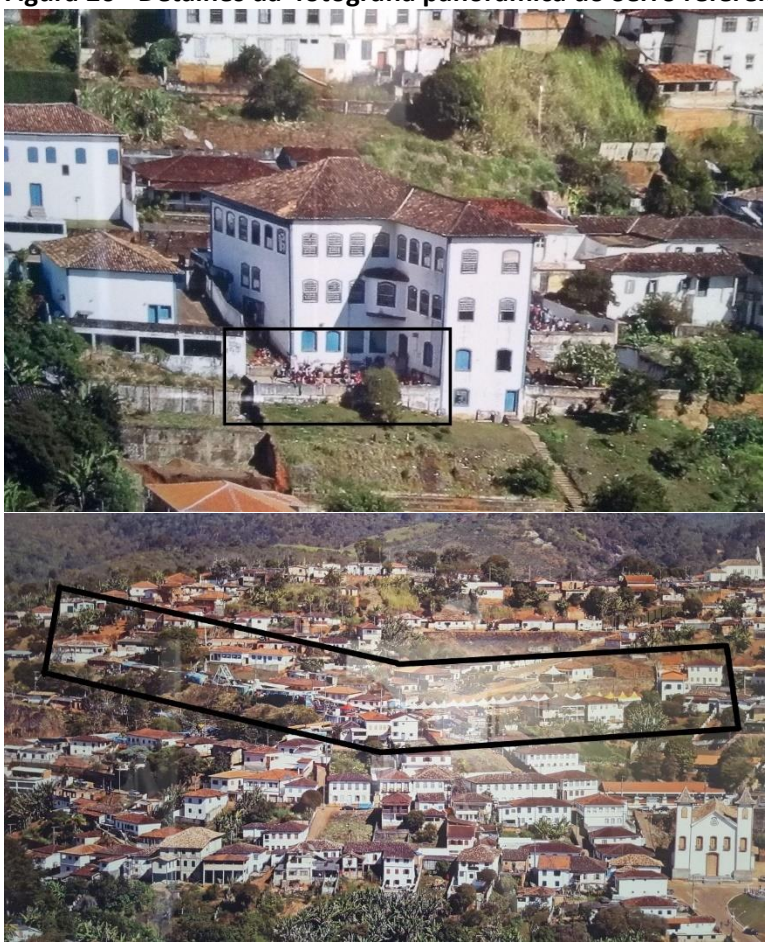


Imagem acima (A): Caboclos na Escola Ministro Edmundo Lins; imagem abaixo (B): detalhe da feira na Avenida Dom André

@Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021

Outra peça que se encontra no MRCO é uma imagem de Nossa Senhora do Rosário (Figura 27), a qual pertence ao acervo da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, localizada no Serro. Faz parte do acervo daquela igreja que se encontra no MRCO, a título de comodato firmado entre a Paróquia Nossa Senhora da Conceição e o museu. Atualmente, a peça compõe a exposição de longa duração, fazendo conjunto com um oratório na sala "Quarto de Solteiro".[155] Como complemento, a ficha que acompanha a peça traz as seguintes informações: nome (Nossa Senhora do Rosário), autoria (não identificada) e época (século XVIII).[156]

Figura 27 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário



@Ana Cláudia Caseiro de Oliveira, 2021

[155] Todo o inventário do MRCO está disponibilizado *online* por meio da plataforma Tainacan. Uma vez que o oratório no qual está exposta imagem de Nossa Senhora do Rosário faz parte do acervo do museu, sua ficha de inventário se encontra na plataforma e pode ser acedida por meio do link https://museuregionalcasadosottoni.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/oratorio-6/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=25%2F88&pos=0&source_list=collection&ref=%2Facervo-museologico%2F (acesso em julho de 2021). Nota-se que a informação acerca da localização da peça não está atualizada.

[156] Ver o Anexo 4 - Ficha de Inventário de Nossa Senhora do Rosário, presente nesta dissertação.

Como pode ser constatado, as peças citadas são apresentadas ao visitante apenas a partir dos seus aspetos formais: título, procedência, material e/ou época. Dessa forma, não é feita uma correlação com os festejos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e pode-se dizer que a Festa do Rosário não está contemplada no acervo e na exposição de longa duração do MRCO.

A presença dos festejos, no museu, encontra-se restrita às ações temporárias, sejam elas de cunho continuado ou pontual. Em um recorte temporal, tomado a partir da constituição do IBRAM e consequente ampliação do corpo técnico do MRCO, a festa tem sido um tema constantemente presente na agenda do museu. No que diz respeito a exposições de curta duração, ela foi objeto central da exposição "Rosário em Festa", realizada pelo próprio MRCO nos anos de 2011, 2013, 2017 e 2020. A exposição apresenta elementos relacionados com a festividade, com destaque para a lenda de Nossa Senhora do Rosário e os grupos de Congado, com seus significados e atributos (vestimentas e acessórios). A concepção e execução dessa exposição parte de uma perspetiva de envolvimento com a comunidade, uma vez que o MRCO não possui acervo diretamente relacionado à festa e porque as festas são da responsabilidade de muitos. Praticamente todo o acervo exposto pertence à comunidade e, assim, está sob salvaguarda do museu no período da exposição a título de empréstimo. Esse fato determina as datas da exposição, que nunca podem coincidir com os dias de festa propriamente ditos, uma vez que as roupas e instrumentos serão utilizados nos festejos – ou seja, a representação das Festas pelo e no museu tem uma plasticidade invulgar, porque se adapta à dinâmica da Festa.

A exposição ocupa as salas "Imagens de Roca", "Igreja Nossa Senhora da Purificação" e "dos Oratórios", todas localizadas no primeiro pavimento do MRCO. Cada uma das edições, no entanto, possui especificidades no que tange à sua expografia, aos objetos expostos e à narrativa adotada. Não foram localizados documentos específicos sobre a organização das exposições, tais como projetos ou relatórios, mas os informativos organizados no âmbito do MRCO e outros documentos (como textos de abertura e etiquetas) são importantes para fornecerem uma ideia acerca do desenvolvimento dessas exposições. A primeira vez em que a exposição foi organizada se deu no ano de 2011 e, segundo o Informativo MRCO,

> antes de realizar a exposição, a equipe do museu envidou esforços em pesquisar o histórico da festa do rosário [sic], buscou as fontes primárias: os participantes da festa. O trabalho, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, contou também com a colaboração dos comerciantes

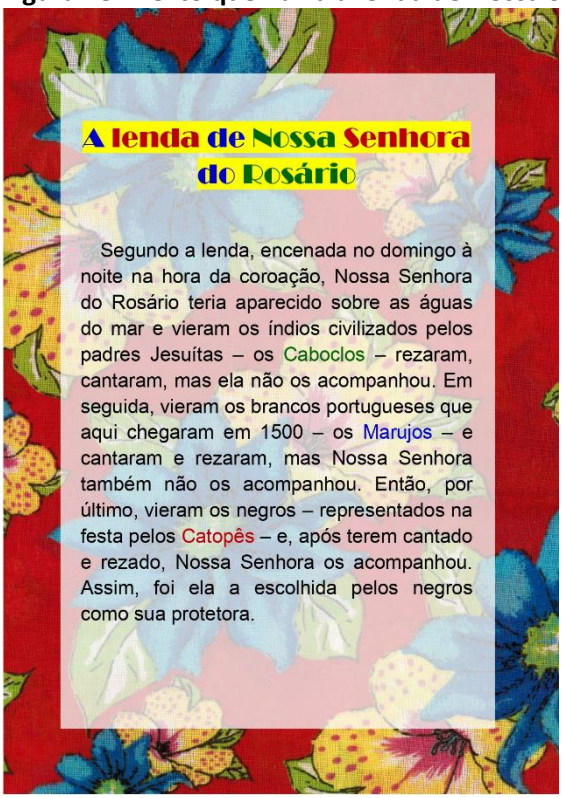
> da cidade, que doaram os materiais cênicos para compor a expografia. A partir das conversas com membros dos grupos de dançantes, com o presidente da Irmandade, os próprios funcionários locais do museu (que conhecem muito bem e participam dos festejos), buscou-se representar os elementos mais significativos da festa. Optou-se por não utilizar muitos textos explicativos – há apenas uma poesia escrita por uma moradora da cidade e participante ativa da festa – dando ênfase aos instrumentos musicais, as roupas dos dançantes, representação do reinado através do trono e do sistema de votação, além de fotos, pintura e a música, muito marcante nesta celebração. A abertura da exposição no dia 20 de junho às 19hs [sic] foi marcada pela presença da comunidade local – principalmente dos moradores vizinhos ao museu – e contou com uma apresentação bastante rica do Grupo de Caboclos Mirins que desfila nas ruas do Serro durante a festa do Rosário. (MRCO, 2011, p.3-4)

A partir do texto sobre a exposição, percebe-se que a metodologia adotada privilegiou aqueles que, de alguma forma, já possuíam um vínculo com a festa, tal como dançantes e membros da Irmandade. É interessante observar que alguns dos funcionários do museu também foram contemplados no que diz respeito ao seu conhecimento e às suas memórias acerca dessa manifestação cultural. Todo esse trabalho de pesquisa, calcado nas vivências associadas aos festejos, enriqueceu a pesquisa feita à época e, certamente, contribuiu para viabilizar o empréstimo dos objetos que compuseram a exposição. O Museu ganhou a função de mediador com e entre a(s) comunidade(s). Com efeito, é comum que tais objetos estejam carregados de valor afetivo para aqueles que os guardam e, portanto, a sua cedência, ainda que apenas a título de empréstimo, está diretamente relacionada com a confiança depositada no museu e na sua equipa. Por fim, a opção por não utilizar textos explicativos, para além da razão explicitada no relato, pode ser também um indicativo de que os públicos prioritários da exposição eram compostos por aqueles que, de alguma forma, já possuíam um vínculo com a festa ou que, pelos menos, tivessem algum conhecimento acerca dos festejos. Nesse sentido, falar sobre ritos, símbolos e significados da festa poderia ser algo redundante para pessoas que os vivenciam, ano a ano, que com eles se identificam.

Em 2013 e 2017, no entanto, os textos explicativos passaram a ser adotados. A exposição de 2013, especificamente, ocorreu durante a sétima edição da Primavera dos Museus. Naquele ano, o tema proposto pelo instituto era “Museus, Memória e Cultura Afro-Brasileira”, pelo que o museu procurou desenvolver ações voltadas para essa temática. Novamente, a equipa do MRCO se mobilizou para organizar o empréstimo dos objetos que comporiam a exposição: fardas e instrumentos de cada um dos grupos e capas, roupas e demais objetos para representar o trono dos reis do Rosário. Possivelmente por integrar uma agenda mais ampla que a do próprio MRCO, o olhar sobre os públicos se alargou e passou a considerar também aqueles que não conheciam a festa. Desta forma, foram adotadas legendas para apresentar

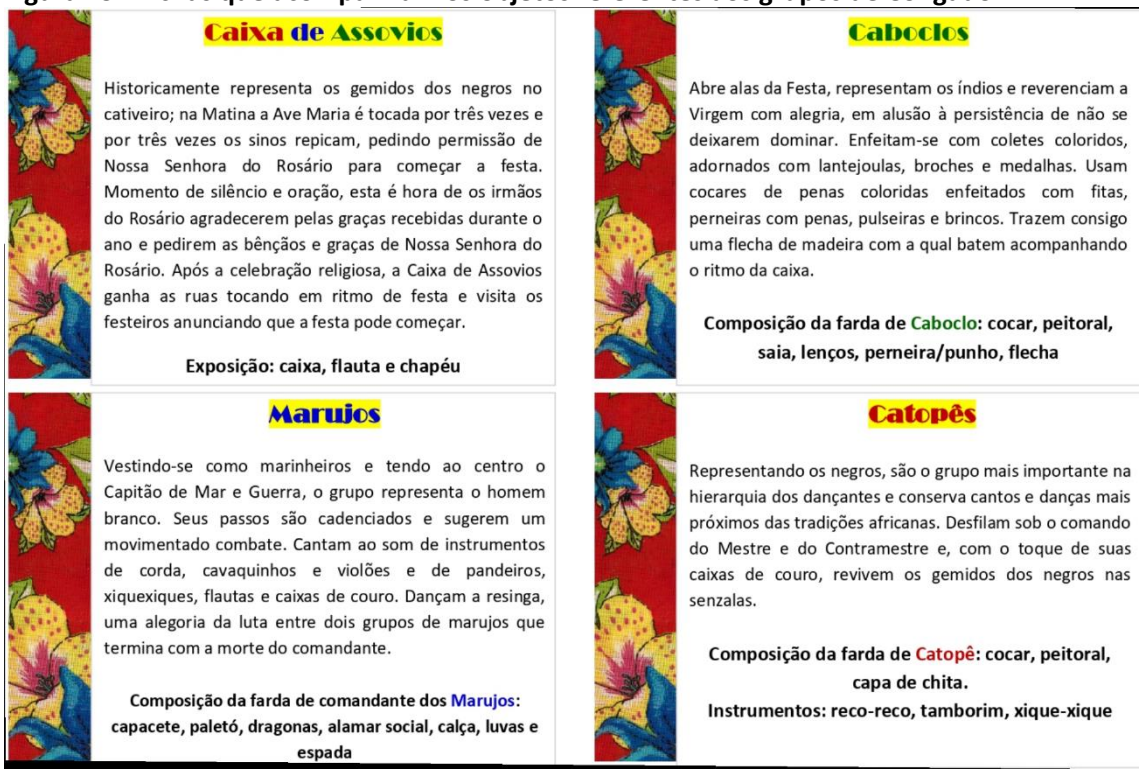
os significados dos Caboclos, Marujos, Catopês e Caixa de Assovios, tendo como fio condutor a lenda e alguns ritos da festa (Figuras 28 e 29). Contudo, não obstante os objetos expostos serem de propriedade de participantes da festa e pessoas vinculadas a ela, é interessante perceber que, em momento algum, isso é mencionado na narrativa adotada. Assim, o visitante não é convidado a relacionar aquele acervo com as memórias e significados pessoais que ele poderia evocar e, sim, com um contexto mais alargado e distante sobre a Festa do Rosário. Ademais, a festa é vista apenas da perspetiva formal dos ritos e não do ponto de vista da experiência que ela representa para aqueles que a vivenciam, seja por meio da dança, da devoção, do lazer ou da junção de todos esses elementos.

Figura 28 - Texto que narra a lenda de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: acervo do MRCO

Figura 29 - Fichas que acompanham os objetos referentes aos grupos de Congado



Fonte: acervo do MRCO

Uma nova representação das Festas foi adotada devido à pandemia de Covid-19.[157] O MRCO, assim como outros museus e instituições culturais, envidou esforços no sentido de manter uma comunicação com seus públicos a partir das ferramentas digitais. Nesse contexto, tiveram destaque as redes sociais que, no caso do MRCO, reduzem-se ao Facebook e pelo Twitter,[158] além de um site, https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/. Assim, em 2020, a exposição "Rosário em Festa" aconteceu em ambiente virtual, composta por fotos das outras edições, bem como de outros eventos relacionados à festa que aconteceram no

[157] A pandemia de Covid-19 teve início a partir do surgimento de casos de pneumonia na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019. Foi constatado que a doença era provocada pelo SARS-CoV-2, um novo coronavírus que se espalhou rapidamente pelo mundo e passou a emergência sanitária em nível internacional. Uma de suas consequências foi a necessidade de isolamento social, o que culminou no fechamento total ou parcial de escolas, estabelecimentos comerciais, instituições culturais, entre outros. Sobre a pandemia de Covid-19, ver https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19, acesso em agosto de 2021.

[158] Conforme consta no perfil do MRCO no Twitter, este foi criado em junho de 2017. Já a página do Facebook, embora não existam registos de sua criação, foi uma iniciativa dos servidores que ingressaram no IBRAM e, mais especificamente, no MRCO em 2010. Quando da entrada da autora desta dissertação para o corpo técnico do museu, em 2012, a página já era utilizada. É possível aceder ao Twitter e ao Facebook do MRCO, respetivamente, por meio dos links https://twitter.com/Casa_dos_Ottoni e https://www.facebook.com/museucasados.ottoni/. Acesso em setembro de 2021.

âmbito do MRCO. Ademais, fotógrafos[159] foram convidados a enviar algumas de suas imagens para compor a exposição que repetiu, à guisa de contextualização, os textos anteriores (figuras 28 e 29). Não houve divulgação de chamada pública de fotógrafos ou interessados para envio de imagens, de modo a compor a exposição. Todavia, a marca d'água em algumas das fotografias mostra a sua autoria. Desse modo, constata-se que estão presentes trabalhos de Lori Figueiró,[160] Joyce Costa[161] e Rangel de Carvalho.[162] A plataforma escolhida para a exposição foi o Facebook, provavelmente devido à facilidade de inserir as imagens e legendas, bem como o acesso amplo aos públicos: os perfis do MRCO no Facebook e no Twitter agrupam um total de 216 e 31 seguidores, respectivamente.[163] Dessa forma, optou-se por usar o Twitter e o site com o intuito de ampliar a visibilidade da ação.

Também em ambiente virtual, ocorreu em outubro do mesmo ano uma *live* sobre a Festa do Rosário do Serro e de Diamantina. A atividade foi resultado de uma parceria proposta pelo Museu do Diamante, também vinculado ao IBRAM e localizado em Diamantina, cujo intento era o de desenvolver atividades nas duas unidades museológicas. Firmada em fevereiro de 2020, a parceria antecedeu o período de pandemia, o qual obrigou ao fechamento dos dois museus, e tinha como projeto inicial uma edição da exposição Rosário em Festa no Museu do Diamante. Assim, de maneira a adaptar a proposta, as instituições promoveram uma *live*[164] com o formato de roda de conversa[165] que contou com cinco convidados: Marcelo Brant,

---

[159] Não houve divulgação de chamada pública de fotógrafos ou interessados para envio de imagens de modo a compor a exposição. Todavia, a marca d'água em algumas das fotografias mostra a sua autoria. Desse modo, estão presentes trabalhos de que estão presentes fotografias

[160] Lori Figueiró é um fotógrafo diamantinense que procura, em seu trabalho, registar a cultura, os modos de vida, os saberes e as memórias do Vale do Jequitinhonha por meio da fotografia. Dedica-se especialmente ao retrato e realizou várias exposições sobre esses temas. Ver: https://lori.upping.com.br e https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/artista/lori-figueiro/, acesso em agosto de 2021.

[161] Joyce Costa é nascida no Serro e atua como agente cultural e guia de turismo. Seu interesse pela cultura serrana, que ela atribui à convivência com a avó Dona Laura, personalidade marcante da história recente do Serro, está sempre presente em seus poemas e fotografias. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=NdyWxxypDlo, acesso em agosto de 2021.

[162] Artista plástico e fotógrafo residente no Serro.

[163] Os dados foram retirados dos perfis do MRCO no Facebook e do Twitter em agosto de 2021.

[164] O termo *live* é proveniente do inglês e, entre outros significados, pode caracterizar as transmissões "ao vivo" (Brasil) ou "diretas" (Portugal). No contexto digital, a palavra passou também a designar genericamente as transmissões em tempo real realizadas por meio das diversas redes sociais, recurso bastante usado por artistas, produtores de conteúdo digital e instituições culturais no contexto da pandemia. Ver: https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/03/o-que-e-uma-live-saiba-tudo-sobre-as-transmissoes-ao-vivo-na-internet.ghtml, acesso em agosto de 2021.

[165] É importante ressaltar que, aqui, a expressão "roda de conversa" não deve ser interpretada apenas pelo prisma de uma metodologia de pesquisa cujo objetivo primeiro é o de produzir dados sobre um determinado

artista diamantinense que participa da confecção de estandartes, figurinos e altares para as festas que acontecem em Diamantina e Milho Verde; Erildo Nascimento, pesquisador diamantinense da festa; Rubens Alexon Bruno, presidente da Associação dos Congados de Serro; Zara Simões, pesquisadora serrana da festa e membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro, e Luiz Cláudio Gotardo, atual presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro. Mediada por Sandra Farias, então diretora do Museu do Diamante, a *live* teve ainda a participação de Carlos Xavier, diretor do MRCO, e dos espectadores, que puderam enviar comentários e fazer perguntas. Não houve um protocolo de questionamentos pré-definidos feitos aos convidados e, na primeira parte, cada um deles teve alguns minutos nos quais pode falar sobre sua relação com a Festa do Rosário, mesclando aspetos históricos e formais às suas vivências pessoais e seus vínculos afetivos com os festejos. Em seguida, a participação da audiência trouxe alguns temas para os participantes, de modo que o diálogo foi, em boa parte, motivado pelos espectadores. Assim, debateram-se temas como a existência, no passado, de uma relação entre a Festa do Divino (Espírito Santo, em Diamantina)[166] e a Festa do Rosário, a importância do alimento para a realização dos festejos, a discriminação da história da Festa do Rosário e os desafios atuais para a sobrevivência e continuidade dessa manifestação cultural.[167]

Para além da exposição "Rosário em Festa", o tema da Festa do Rosário também esteve presente no projeto "Fotografia - Janela - Mundo", realizado pelo MRCO, concebido com o objetivo de retratar moradores do Serro de modo a representar a diversidade cultural da cidade e valorizar essa comunidade dentro do MRCO. Assim foram selecionadas pessoas que

tema. De facto, o intuito da ação foi o de dar visibilidade ao tema das festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário ocorridas em Diamantina e no Serro, destacando os seus pontos de confluência e de distanciamento e a perceção dos participantes a partir da sua vivência pessoal nos festejos. No entanto, tal como apontam Moura e Lima (2014), a roda de conversa é um evento coletivo. Por um lado, pressupõe vários atores que, à medida que se expressam, também ouvem um ao outro e têm a oportunidade de fazer conexões com as próprias experiências e construir um conhecimento coletivo (Moura e Lima, 2014, p.100-101). Por outro lado, cada um dos participantes não está só e carrega consigo memórias, saberes e vozes de outras pessoas, compartilhadas ao longo da sua vida ou contadas por seus antepassados.

[166] Sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina, ver https://museudodiamante.museus.gov.br/2020/05/26/saiba-mais-sobre-a-festa-do-divino/, acesso em setembro de 2021.

[167] A live encontra-se salva no canal do YouTube do Museu do Diamante e pode ser acedida pelo link https://www.youtube.com/watch?v=BT2Nr9wUuDg. Acesso em agosto de 2021.

exerciam ofícios tradicionais (como sapateiro, seleiro, alfaiate, benzedeiros,[168] entre outros) e que constituíam uma referência pelas suas memórias, histórias e estórias acerca da cidade e de seu cotidiano recente e passado. Dentre os participantes, vários se relacionavam à festa: o chefes da Caixa de Assovios, dos Catopês, da Marujada e dos Caboclos Mirins[169] e Sebastião Lopes Ramos, o dançante mais antigo da festa.

A primeira fase do projeto consistiu em mapear e contactar as pessoas a serem retratadas, o que foi realizado pela equipa do MRCO. Para tanto, foi importante priorizar os funcionários nascidos no Serro, de forma a facilitar a construção de uma relação de confiança entre os participantes a serem fotografados, o MRCO e Lori Figueiró, o profissional contratado para realizar o trabalho. Assim, teve início a fase seguinte, na qual foram feitos os registos fotográficos, concomitantes a oficinas de fotografia. Nesse sentido, foram disponibilizadas vagas para alunos da educação básica, os quais acompanharam o fotógrafo e puderam aprender sobre técnicas fotográficas, conhecer e interagir com as pessoas a serem retratadas. Como conclusão do trabalho, foi organizada a exposição temporária "Faces do Serro", com abertura em janeiro de 2015 e duração de um mês. No coquetel de abertura, estavam presentes o chefe da Caixa de Assovios e membros dos Catopês e dos Caboclos, que se apresentaram e manifestaram satisfação e orgulho em se ver retratados em uma exposição do museu (Figura 30).[170] Além deles muitas das pessoas registadas, acompanhadas de suas famílias, compareceram ao evento, resultando em recorde de público para o MRCO. As fotografias resultantes do projeto passaram a integrar o acervo do MRCO, porém não se encontram inventariadas.[171]

---

[168] Os benzedeiros exercem a prática social da benzeção, que mescla saberes populares, conhecimento de ervas medicinais e religiosidade com o intuito de curar um indivíduo de males de natureza física ou de origem marcadamente mística. Seu poder reside, sobretudo, na oração, que tanto pode ser dita para a pessoa a ser curada, como pode ser realizada durante a confeção de algum remédio (chá, beberagem, dentre outros). Sobre benzeção, ver: Cunha, C. G e Gonçalves, C. R. (2018) "Benzeção: uma prática social". (262-278). In *Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo01/Cad_CNLF_XXII_Textos_completos.pdf. Acesso em maio de 2021.

[169] Jadir Pereira da Fonseca, Nelson Eugênio da Silva, Joaquim da Silva e José da Paixão Barbosa, respetivamente.

[170] Os únicos registos feitos na abertura da exposição foram de natureza fotográfica. A informação aqui veiculada resulta da perspetiva da autora como testemunha ocular do evento.

[171] A documentação das peças, no momento, se restringe ao processo de contratação do trabalho, no qual constam informações sobre os objetivos do trabalho, a metodologia a ser adotada, quantidade de imagens a compor a exposição, entre outros. Além disso, há os documentos produzidos para a organização da exposição "Faces do Serro", tais como as etiquetas, o cartaz de divulgação e a relação de imagens escolhidas para compor a exposição (Anexo 5).

Figura 30 - Membros do Congado se apresentam no MRCO durante a abertura da exposição "Faces do Serro"



@Lori Figueiró, 2015
Fonte: https://www.facebook.com/museucasados.ottoni

Ainda em 2015 (de 30/06/2015 a 02/08/2015), o MRCO recebeu a exposição temporária "Congada: canto de fé e liberdade", do fotógrafo e jornalista Sidney Dutra.[172] Nesse caso, o museu não foi responsável pela organização da exposição e sua participação se deu no sentido de ceder o espaço para a sua realização. Além da Festa do Rosário do Serro, a exposição retratou outras duas festas em homenagem à santa nas cidades de Goiânia, especificamente na Vila João Vaz,[173] e Catalão,[174] localizadas no estado de Goiás. A abertura da exposição aconteceu na semana anterior à Festa do Rosário e, na ocasião, os Caboclos realizaram o ensaio de preparação para a festa no jardim do museu. Assim, naquele ano, o MRCO optou por não realizar a exposição "Rosário em Festa", privilegiando uma perspetiva sobre os festejos que leva em conta a sua relevância em outros locais do Brasil, além do Serro.

[172] Sidney Dutra é fotógrafo e possui particular interesse em festas de Congado ocorridas em Minas Gerais e em Goiás, seu estado natal. Seu primeiro contacto com as festas de Congado se deu ainda na década de 1990, porém foi apenas em 2012 que conheceu a Festa do Rosário do Serro. Ver: https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/mostra-fotogr%C3%A1fica-homenageia-congadas-1.1364217, acesso em agosto de 2021.

[173] Sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Goiânia, ver: Carvalho, C S. (2019). "Memória e identidade na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Vila João Vaz - Goiânia (GO)." (315-327). In *Revista Mosaico*, 12. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/6568. Acesso em agosto de 2021.

[174] Sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Catalão, ver: Katrib, C. M. I. (2004) "Batuques entrecruzados: a (re)inauguração da vida através da festa em louvor a Senhora do Rosário de Catalão-GO." (35-50). In *OPSIS - Revista do NIESC*, 4. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9267. Acesso em agosto de 2021.

Todavia, esse cenário delineado, no qual a Festa do Rosário não encontra ressonância na exposição de longa duração do MRCO e está praticamente restrita às ações temporárias, já foi alvo de escrutínio dentro da instituição. Em 2012, foi elaborado o "Projeto de modificação expográfica para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni", cuja autoria é de Daisy Conceição dos Santos, museóloga do MRCO à época (Anexo 6).[175] A proposta contou com o apoio institucional do IBRAM, uma vez que teve a colaboração da Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia, vinculada ao Departamento de Processos Museais.[176] A justificativa para a reformulação se ancorou na ideia de que o exercício pleno do potencial museológico passa pela revisão expográfica, entendendo-a como principal meio de comunicação do museu (Projeto Modificações expográficas para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni, p.7). Em especial, o texto aborda a necessidade de trazer temáticas pouco exploradas na exposição de longa duração do MRCO, tais como

> o processo de manufatura do queijo (patrimônio imaterial da cidade do Serro), **a Festa do Rosário** (tradicional da região atraindo turistas e antigos moradores da cidade) a Procissão de Cinzas (extinta na década de 50) ou a Igreja da Purificação (demolida na década de 20). (Projeto Modificações expográficas para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni, p.7, grifo nosso)

No que diz respeito à Festa do Rosário, o projeto em questão apresenta como proposta a remodelação de duas salas, atuais salas "Igreja Nossa Senhora da Purificação" e "dos Oratórios",[177] as quais seriam dedicadas exclusivamente à temática. O planeamento para esses ambientes é detalhado no seguinte trecho:

> na primeira sala (sala 04) [atual Sala Igreja Nossa Senhora da Purificação] haveria uma TV onde seria exibido um vídeo sobre a festa, confeccionado anualmente por meio de um concurso, por pessoas da localidade (escolas, grupos comunitários etc.); já a segunda sala (sala 05) [atual Sala dos Oratórios] estariam expostas fotos e textos plotados além de elementos materiais da festa; conteria uma vitrine de vidro e base em madeira para acondicionar de forma adequada a capa do Rei (elemento marcante da festa). A primeira sala contaria com a ausência de iluminação pontual ou de preenchimento, dando assim destaque apenas ao vídeo; já a iluminação da segunda sala seria predominantemente artificial e

[175] As propostas de modificação expográfica constam no acervo administrativo do MRCO.

[176] O Departamento de Processos Museais (DPMUS) integra a estrutura organizacional do IBRAM e tem como competência "subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, desenvolvimento e a atuação dos museus brasileiros". A ele estão atreladas coordenações específicas. Atualmente, a Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia (CEMAE) é chamada de Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura (CEMA). Sobre a estrutura organizacional do IBRAM, ver: https://www.museus.gov.br/estrutura-do-ibram/. Sobre o DPMUS, ver: https://www.museus.gov.br/quem-e-quem/departamento-de-processos-museais-dpmus/. Acessos em agosto de 2021.

[177] O projeto prevê que a exposição sobre a Igreja Nossa Senhora da Purificação, por sua vez, estaria concentrada na atual sala "Imagens de Roca". Compondo o acervo dessa sala, estariam expostos os santos de roca, que no passado pertenceram à Arquiconfraria do Cordão de São Francisco da Vila do Príncipe, oratórios e objetos litúrgicos, de modo a abarcar o contexto da religiosidade.

> cênica, com pontos luminosos dentro e fora das vitrines. (Projeto Modificações expográficas para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni, p.21-22)

Ao final, é assinalada a necessidade de restauro da edificação que abriga o MRCO e da construção de um anexo ao museu como condição para que o projeto seja colocado em prática. A construção do anexo possibilitaria a reorganização das reservas técnicas o que, por sua vez, viabilizaria a reformulação expográfica proposta. Já o restauro da casa se mostrava importante para oferecer maior segurança para o acervo e para os visitantes, com destaque para a adequação do sistema elétrico do prédio e para a adoção de medidas de acessibilidade.

A inclusão do Serro no já referido PAC-Cidades Históricas se mostrou uma alternativa viável para realizar as obras necessárias e implementar as mudanças expográficas mencionadas. Conforme publicação no Diário Oficial da União, datada de 16 de outubro de 2014, foi licitada a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares para a construção do anexo do MRCO (Anexo 7).[178] Concluídos os estudos técnicos, a proposta apresentada pela empresa trouxe como novidade a transferência de toda a área técnica do museu para o anexo, incluindo a reserva técnica. Desta monta, houve uma ampliação considerável do espaço expositivo e, nesse contexto, a museóloga em exercício no período iniciou os estudos para uma nova proposta expográfica. Partindo do projeto de 2012, a ideia de inclusão de temáticas não contempladas na exposição atual foi mantida, sendo destinada uma sala para a Festa do Divino, festividade religiosa relevante no contexto serrano, e outra para a manutenção da Festa do Rosário tal como já havia sido aventada (Anexo 8).[179]

3.2. Para lá do museu: propostas exploratórias

Se por um lado, os elementos acima demonstram que o lugar da Festa do Rosário, no MRCO, encontra-se restrito às ações de cunho temporário, em contrapartida, eles também assinalam um movimento, dentro da instituição, no sentido de torná-la mais presente em sua

[178] O projeto de restauro do casarão do MRCO foi contratado no mesmo processo, porém o aporte financeiro partiu do IBRAM. Assim, não constituiu formalmente uma ação vinculada ao PAC-Cidades Históricas.

[179] A proposta desenhada nesse momento é de autoria de Rosalina Neves de Assis, museóloga do MRCO entre 2016 e 2019. O projeto envolve algumas alterações expográficas importantes, a começar pela transferência da receção para a sala onde hoje está localizada a "Sala de Jantar". Além da receção, esse espaço seria dedicado à família Ottoni. A ambientação da sala de jantar seria transferida para o atual "Quarto de Solteiro", que, por sua vez, passaria para a sala onde hoje está instalada a Reserva Técnica.

prática museal cotidiana. A inclusão dessa festividade como temática de sua exposição de longa duração é um sinal bastante claro desse objetivo. No entanto, festa e exposição são dimensões diferentes entre si, cada uma delas com recursos narrativos, objetivos, contextos e dinâmicas próprios. Assim, de que forma a multiplicidade de significados históricos, culturais e patrimoniais estará contemplada? Organizar exposições sobre a Festa do Rosário, sejam elas de longa ou de curta duração, garante que a festa esteja, *de facto*, representada? E mais: como "traduzir" a perspetiva da experiência para uma proposta de mediação da Festa do Rosário do Serro dentro de um contexto museológico?

A partir desses questionamentos, pode-se apontar o aprofundamento da pesquisa sobre a festa como necessidade primeira para desenvolver uma exposição dedicada ao tema, seja ela de longa ou de curta duração. Assim, propõe-se o projeto "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro".[180] Os antecedentes e a justificativa para sua realização foram amplamente discutidos nas seções anteriores deste trabalho, pelo que centraremos, nesse momento, na sua metodologia.

Em linhas gerais, a proposta está centrada na realização de um inventário da Festa do Rosário realizado pelo MRCO e a formação de uma coleção sobre o tema a partir do processo de inventariação participativo. Considerando as características dessa manifestação cultural, ressalta-se o potencial das ferramentas de inventário participativo no processo de identificação, investigação e construção de conhecimento acerca do tema. Acredita-se que essa perspetiva apresenta um caminho promissor para contemplar os olhares, as multiplicidades e os desencontros inerentes a um património vivo, como é o caso da Festa do Rosário do Serro. De alguma forma, embora pareça não haver risco de perda de envolvimento dos que organizam, participam, assumem as Festas, a verdade é que o registo, não sendo sistemático, e sincrónico, como se exige a um inventário, pode transformar-se num conjunto de iniciativas avulsas, como ocorreu nos últimos anos.

[180] O título foi inspirado no poema "Meu Rosário", de autoria de Conceição Evaristo (1946-), linguista e escritora brasileira. Sua obra literária trata sobretudo de temas relacionados à discriminação, seja ela por razões raciais, de gênero ou de classe. No poema em questão, a autora fala sobre as vidas e os significados que lhe remetem as contas do rosário, relembrando a escravidão negra e denunciando o racismo existente no Brasil, bem como as injustiças e sofrimentos dele decorrentes. Na sua poesia, as contas do Rosário são contas vivas, pois contam História e estórias. Sobre Conceição Evaristo e sua obra, ver: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo e https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/, acessos em agosto de 2021.

3.2.1. Inventário Participativo

É fundamental que um dos primeiros passos para se organizar exposições seja conhecer o território pelo qual se pretende caminhar. Uma importante ferramenta de identificação e reconhecimento de bens patrimoniais e que pode oferecer uma direção válida nessa busca é o inventário. Lia Motta e Maria Silva (2016) assinalam que a trajetória de desenvolvimento do campo da preservação patrimonial sempre teve nos inventários um instrumento de sistematização de informações sobre quais bens eram passíveis de proteção e o porquê da sua classificação como bem patrimonial. Destarte, para além de possibilitarem a identificação desses bens, são também importantes na construção de saberes acerca deles: como se caracterizam, quais os valores são a eles atribuídos, entre outros. Ao mesmo tempo, refletem as noções patrimoniais vigentes no momento de sua elaboração, sendo organizados a partir de recortes, critérios, objetivos e metodologias delimitados por aqueles que procuram compreender o bem e as dinâmicas a ele associadas. Para Motta e Silva (2016, p.6),

> inventariar é, pois, construir um saber, por meio do conhecimento que os suportes expressivos de qualquer manifestação cultural informam sobre ela, mas sempre numa relação dialética com o que os homens desejam se perguntar sobre o mundo e sobre o seu modo de estar nele.

Retomando brevemente a problemática da transformação do conceito de património apresentada no primeiro capítulo, vale ressaltar que as concepções de inventário e o desenvolvimento de metodologias para a sua elaboração se inseriram nesse processo. Assim, gradativamente, passou-se de um entendimento em que o foco da coleta de informações era voltado para os materiais, as técnicas construtivas, as características estilísticas e os aspetos históricos para uma perspetiva menos ethic, que adiciona a esses elementos a preocupação com os valores simbólicos do património e a participação dos vários atores[181] envolvidos com os bens culturais. Nomeadamente no que diz respeito ao PCI e à sua salvaguarda, a reunião de especialistas do Centro Cultural da Ásia e do Pacífico (ACCU-UNESCO), ocorrida em Tóquio, 2006, teve como tema o envolvimento da comunidade na proteção do património cultural imaterial como diretriz para a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003. Como ponto de partida, os especialistas buscaram definir quem seriam os sujeitos relacionados ao PCI, uma vez que a convenção de 2003 não o faz. Assim

[181] falar sobre convenção comunidade, grupo e indivíduo

sendo, são apresentadas três categorias e seus respetivos conceitos, os quais foram debatidos e acordados na reunião:

> **Comunidades** são redes de pessoas cujo senso de identidade ou conexão emerge de uma relação histórica compartilhada que está enraizada na prática e transmissão do, ou envolvimento com, seu PCI;
> **Grupos** compreendem pessoas dentro das, ou entre as, comunidades que compartilham características como habilidades, experiências e conhecimentos especiais e, por isso, desempenham funções específicas na prática presente e futura, recriação e/ou transmissão de seu PCI como, por exemplo, guardiões culturais, praticantes ou aprendizes;
> Os **indivíduos** são aqueles dentro das, ou entre as, comunidades que têm habilidades conhecimento, experiência ou outras características distintos e, por isso, desempenham funções específicas na prática presente e futura, recriação e/ou transmissão de seus PCI's como, por exemplo, guardiões culturais, praticantes e, quando apropriado, aprendizes. (ACCU-UNESCO, 2006, p.9, tradução nossa, grifos originais)

Ao tratar de forma mais detida sobre os inventários do PCI, o relatório realça a importância de estruturá-los de acordo com uma abordagem *bottom up* e segundo um processo de negociação. Dessa forma, há a recomendação para que os Estados Partes desenvolvam estratégias próprias para encorajar o envolvimento dos vários atores (comunidades, grupos e indivíduos) tendo como objetivo identificar bens culturais, elaborar estratégias de salvaguarda apropriadas e criar metodologias adequadas às especificidades da inventariação.

Em 2011, o Instituto dos Museus e da Conservação[182] publicou o "Kit de recolha de património imaterial", um manual com orientações para se proceder à investigação sobre os bens patrimoniais de natureza imaterial. Ao passo que seja uma ferramenta de educação patrimonial cuja aplicação se destina à escala local, o *kit* constitui também um importante instrumento para a sistematização do conhecimento acerca de um património cultural em particular. Como material pedagógico, seu contexto de aplicação é, preferencialmente, o escolar. No entanto, também pode ser utilizado no âmbito de museus, com destaque para os seus serviços educativos, e demais instituições culturais. O manual procura esclarecer o que se entende por património imaterial, destacando o facto de este estar sempre associado às pessoas. Além disso, ao tratar sobre a sua salvaguarda, a ênfase recai sobre a necessidade de se permitir as transformações ao longo do tempo e de se registar esses bens, com vista a

[182] O Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) foi criado em 2007 a partir da união do Instituto Português de Museus e o Instituto Português de Conservação e Restauro. Tinha como missão preservar e valorizar 28 museus e cinco palácios nacionais distribuídos pelo território português. Em 2011, uma nova reforma fundiu o IMC ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, formando a Direção-Geral do Património Cultural. Sobre o IMC, ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_dos_Museus_e_da_Conserva%C3%A7%C3%A3o, acesso em agosto de 2021.

manter preservadas memórias e significados relativos a eles para as gerações futuras. Assim, o *kit* fornece uma série de modelos de fichas e orientações sobre o seu uso, além de instruções gerais sobre o desenvolvimento do projeto (Apêndice 3).

Também nesse sentido, têm ganhado destaque os inventários participativos, cuja premissa fundamental é a inclusão desses sujeitos. Em 2016, o IPHAN disponibilizou a publicação "Educação patrimonial: inventários participativos", um manual elaborado a partir de ferramentas desenvolvidas anteriormente pelo próprio IPHAN, sobretudo o Inventário Nacional de Referência Culturais (INRC)[183] e o Inventário Pedagógico[184] (Motta e Silva, 2016, p.26 e IPHAN, 2016, p.5-7). O material traz orientações sobre como identificar o que é património, o que é inventariar, quais as características dos inventários participativos e como desenvolvê-los. Em termos conceptuais, o inventário participativo é um instrumento de pesquisa, recolha e organização de informações a partir de um "um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local" (IPHAN, 2016, p.7). No entanto, deve ser visto da perspetiva do exercício da cidadania e da participação social, sem se confundir com as formas oficiais de atuação do estado para a salvaguarda do património cultural brasileiro, ou seja, o tombamento e o registo. Desta monta, os inventários participativos são importantes como valorização das referências culturais e como construção de conhecimento. A metodologia proposta aponta três momentos importantes para que a pesquisa seja realizada adequadamente: planeamento, desenvolvimento e ações devolutivas (Apêndice 4). Além disso, traz modelos de fichas para serem preenchidas no decorrer da recolha de informações acerca do bem patrimonial em estudo (Apêndice 5).

Ainda que se perceba a ênfase dada ao património de natureza imaterial, os manuais têm em comum uma perspetiva que procura extrapolar, na prática, a dicotomia entre material e

[183] O INRC foi desenvolvido em 2000 como metodologia para a pesquisa e produção de conhecimento sobre bens de natureza imaterial e material pela perspetiva dos sentidos e valores que têm para os grupos sociais que a eles se identificam. Sobre o INRC, ver Motta, L.; Silva, M. B. R. (2016). "Inventário". (1-39). In: Grieco, B.; Teixeira, L.; Thompson, A. (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2ed., v.01 e http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/, acesso em agosto de 2021.

[184] O Inventário Pedagógico foi elaborado em 2012, no âmbito do programa Mais Educação, e é fruto de uma parceria entre Ministério da Educação e IPHAN. Por meio da adaptação do INRC ao contexto escolar, a proposta tinha como objetivo viabilizar o mapeamento das referências culturais locais a partir do envolvimento da comunidade escolar, em especial os alunos. Sobre o Inventário Pedagógico, ver: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/, acesso em agosto de 2021.

imaterial. Assim, ambos sublinham as interações entre saberes, objetos, lugares, territórios, pessoas, significados, memória e toda a complexa gama de elementos concernentes ao património cultural. Em vista disso, sua aplicação pode configurar um contexto profícuo para a reflexão crítica acerca de temas como identidade e o próprio conceito de património, ainda comumente relacionado a "um senso de conservação ethic" (Guillaume, 2003; Smith,2006; Duarte, 2010). Mesmo que ambos incluam a preocupação com as ameaças e riscos aos quais estão submetidos esses bens patrimoniais, ressaltam também o dinamismo que lhes é inerente e sinalizam que sua continuidade só é possível na medida em que os processos de transformação e de adaptação sejam garantidos. Esse posicionamento localiza o valor do património cultural nos processos e significados que ele possui junto às comunidades, aos grupos e aos indivíduos que a ele se associam e não no património em si como uma classificação realizada por organismos e instituições .

A comparação entre o "Kit de recolha de património imaterial" e o "Educação patrimonial: inventários participativos" permite dizer que os dois materiais apresentam metodologias de desenvolvimento do projeto de inventário participativo bastante semelhantes entre si. Uma diferença conceitual entre eles, no entanto, diz respeito ao facto de que o material elaborado pelo Instituto dos Museus e da Conservação tem um foco bem delimitado no património imaterial. Já o manual brasileiro não se volta de forma tão explícita para essa temática e apresenta o conceito de património cultural por meio da ideia de referências culturais, um conceito herdado do INRC:

> Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, como citado por IPHAN, 2016, p.8)

Não obstante o INRC tenha sido uma ferramenta desenvolvida para o património cultural como um todo, em uma tentativa de superar a dicotomia entre tangível e intangível, Motta e Silva (2016, p.25) indicam que o seu fortalecimento se deu no campo do estudo de bens de natureza imaterial. Outra diferença se apresenta na inclusão das fichas de categorias, o que deriva, provavelmente, das políticas de salvaguarda dos bens patrimoniais de cada país. Assim, em Portugal, são elencadas as categorias "Saberes e Ofícios Tradicionais", "Tradições

Festivas" e "Tradições Orais". Por sua vez, o IPHAN apresenta as seguintes tipologias "Lugares", "Objetos", "Celebrações", "Forma de Expressão" e "Saberes". Em todo caso, os princípios de identificação e construção de conhecimento norteadas por postura *bottom up* são uma constante nos dois materiais.

O projeto de inventário "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro" será estruturado tendo como guia as orientações dos materiais apresentados. O manual elaborado pelo IPHAN, por ser uma publicação brasileira, está alinhado às políticas de preservação patrimonial do país, em especial no que diz respeito às categorias. Já o "Kit de recolha de património imaterial", por seu turno, trará contribuição no que diz respeito às fichas e às orientações de como fazer uma árvore genealógica, dada a relevância da questão familiar no contexto da Festa do Rosário.[185] Esses dois manuais serão importantes para a realização do inventário participativo. Além deles, foi consultado também o documento de trabalho REDUF, utilizado na elaboração do planeamento do projeto.[186]

É importante salientar, de princípio, duas questões. A primeira diz respeito à estrutura proposta, a qual está aqui apresentada em caráter inicial, pois, após constituída a equipa de trabalho, as etapas serão discutidas e (re)alinhadas em conjunto. De modo a sistematizá-la melhor, na secção de apêndices (Apêndice 6), a proposta está ordenada tendo como orientação a ferramenta de organização de desenvolvimento de projetos "Modelo de enquadramento lógico de desenvolvimento operacional de um programa de educação" (Semedo, 2019, p.127). A segunda delas é concernente à duração de um inventário participativo. É preciso se ter em mente que o inventário, em si, nunca termina, sobretudo quando tem como objeto de interesse patrimónios vivos. A proposta aqui apresentada, organizada em um cronograma de cinco anos, constitui o início desse processo e seu término não significa, necessariamente, a conclusão do inventário participativo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro.

[185] A exemplo das chefias dos grupos de Congado, por vezes concentradas em núcleos familiares específicos e da atuação de várias gerações de famílias enquanto festeiros ou trabalhadores da organização.
[186] O documento em questão foi inicialmente proposto no âmbito do projeto "Raízes da Educação para o Futuro" (REDUF). A abordagem de inventário participativo está ancorada em uma metodologia divida em cinco etapas, que vão desde o desenvolvimento de parcerias até a criação de condições de sustentabilidade.

No primeiro momento, a equipa de inventário será definida dentro do próprio museu e deverá contar não apenas com técnicos vinculados ao IBRAM mas, também, com outros colaboradores que se interessarem pelo projeto, de modo a ampliar as percepções sobre a festa. Todavia é válido salientar a necessidade do engajamento dos técnicos em relação à proposta, devido a questões de cunho institucional. Isso acontece porque os técnicos são servidores públicos e, como tal, possuem um vínculo de trabalho, regido pela estabilidade.[187] Os demais trabalhadores são contratados por empresas que prestam serviços para administração pública, configurando o que se chama terceirização dos serviços.[188] Dessa forma, com vistas a preservar a continuidade dos projetos, é preciso que seja designado um servidor público na condição de responsável pela ação.

A proposta delineada foi pensada a partir de uma perspetiva participativa, na qual o museu seja um incentivador do protagonismo dos detentores da Festa do Rosário enquanto bem cultural. Assim, possui como princípios norteadores a tolerância, o respeito à democracia e a relação de portas abertas entre museus e comunidades. O inventário da festa configura uma oportunidade exemplar para o MRCO se aprofundar no processo de envolver os serranos e reforçar a função social como um valor e um objetivo institucional. O lugar de gestor assumido pelo museu, assim, não invalida ou diminui a importância da participação de comunidades, grupos e indivíduos associados à Festa do Rosário. Pelo contrário, parte-se dessa integração para desenvolver uma abordagem adequada para o projeto em questão.

Pela envergadura do projeto, que envolve várias etapas, tais como mobilização da comunidade, processos de recolha e de sistematização de informações, elaboração de ações devolutivas, entre outras, nossa sugestão de duração do projeto é de cinco anos. Propostas dessa natureza, que envolvem tantos atores e processos, não podem ser desenvolvidas de maneira abrupta, sob o risco de provocarem o distanciamento e gerar ressentimentos para com o museu ou entre os participantes. Ademais, faz-se necessário o acompanhamento de mais de uma edição da festa para acompanhamento da organização da festa, registos audiovisuais, recolha de testemunhos de participantes de tipologia diversa (festeiros,

[187] De acordo com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988, o servidor público nomeado para cargo em virtude de concurso público é considerado estável após três anos de efetivo exercício.

[188] Em Portugal, o termo equivalente é externalização. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o, acesso em agosto de 2021.

trabalhadores, dançantes, devotos, frequentadores da festa, entre outros públicos a serem definidos como prioritários para o projeto). O património vivo se assenta em uma delicada e complexa rede, a qual exige sutileza e persistência para aqueles que busquem acessá-la.

O desenvolvimento do projeto está organizado seguindo a metodologia de trabalho adotada no projeto REDUF. Dessa forma, são propostas cinco etapas, as quais subdividem-se em doze fases:

a) Etapa 1 – Desenvolvimento de parcerias e definição do âmbito do inventário

   Composta por quatro fases, a etapa inicial procura constituir a equipa de trabalho do projeto, apresentar a proposta aos atores associados à Festa do Rosário, esclarecendo sobre o inventário e alinhando as expectiativas, e elaborar o plano da investigação. Outro passo importante para tornar o projeto uma realidade é o fomento de parcerias. Dado o contexto do MRCO, do Serro e da Festa do Rosário, alguns dos parceiros possíveis são a Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do município, o escritório técnico do IPHAN, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro, a Associação de Congados e as lideranças dos grupos de Congado.

b) Etapa 2 – Desenvolvimento do projeto de inventário participativo

   A etapa se desenvolve em duas fases e tem como foco principal a pesquisa em trabalhos anteriores sobre a Festa do Rosário e a elaboração da metodologia, tendo como base os manuais apresentados anteriormente e outros que vierem a ser mapeados e considerados adequados para o projeto. A presença das comunidades, dos grupos e dos indivíduos é fundamental nesse momento, visto que o inventário é um processo dialógico entre todos os envolvidos, sejam eles *experts* ou não. É nesse momento que se inicia o debate sobre os temas do inventário e as categorias a serem investigadas. No que diz respeito às categorias definidas pelo IPHAN, a Festa do Rosário se enquadra na tipologia de celebrações, uma vez que marca significativamente a vivência religiosa e social do Serro, figurando como elemento identitário coletivo.[189] Quanto aos possíveis temas a serem delimitados como objeto de estudo do inventário, a pesquisa realizada no capítulo 2 demonstrou a vastidão do universo associado à festa. No entanto, alguns pontos chave apontados por estes estudo são: os rituais para a

[189] Conforme demonstrado no documento de trabalho REDUF (Semedo, [2019?], p.3-5), ao se considerar os domínios da convenção de 2003, os motivos assinalados mostram que a Festa do Rosário é condizente com a categoria de práticas sociais, rituais e festivas.

realização da Festa do Rosário do Serro; as transformações ao longo dos anos; as memórias e vivências associadas à realização da Festa do Rosário do Serro. Os tópicos apontados levam a outros temas, mais amplos e fundamentais para a investigação acerca da própria festa e, sobretudo, das comunidades, dos grupos e dos indivíduos que a experienciam: formas de expressão da religiosidade; relação com o sagrado; práticas cotidianas relacionadas à festa; transmissão de valores e de conhecimento; questões raciais e sociais; identidade cultural e senso de pertencimento. O enfoque metodológico, aqui, são as pessoas e os processos simbólicos do património cultural.

c) Etapa 3 – Implementação do projeto: recolha de dados (fichas de inventário)

Essa etapa diz respeito à realização da recolha de dados propriamente dita, segundo uma metodologia que abarca a realização de entrevistas, levantamento de informações e documentos pessoais dos entrevistados (fotografias, recortes de jornal, anotações), observação participante[190] e registos em cadernos de campo (notas, desenhos, impressões, observações). Nesse momento, tem início o preenchimento das fichas de inventário e demais instrumentos de pesquisa elaborados na etapa anterior e a produção da documentação do inventário, tais como gravações audiovisuais, registos fotográficos e textuais, árvore genealógica, mapa da comunidade, entre outros que se fizerem necessários.

A identificação de indivíduos chave para o desenvolvimento do projeto é fundamental. Ainda que de caráter inicial, a pesquisa apresentada no segundo capítulo desta dissertação possibilita a pertinência, para o projeto, da indicação das seguintes pessoas:

- Festeiros – rei, rainha, juízes, juízas e mordomo(s) do mastro;
- Chefia da Marujada;
- Chefia dos Caboclos;
- Chefia dos Caboclos Mirins;
- Chefia dos Catopês;
- Chefe da Caixa de Assovios;
- Irmãos do Rosário que estudam a festa;

[190] O documento de trabalho REDUF destaca a observação participante como um recurso útil para uma investigação que vai além dos estereótipos sobre os bens culturais e a comunidade imaginada. Para tanto, a caminhada e a deriva são consideradas enquanto técnicas de pesquisa, cuja prática inclui deambular pelos espaços frequentados por esses atores, sempre com um olhar atento ao que acontece nesses locais e disposição para dialogar de maneira espontânea com as pessoas (Semedo, [2019?], p.13).

- Artista(s) responsável(is) pela ornamentação do mastro e do andor de Nossa Senhora do Rosário para a procissões;
- Zeladora da Igreja de Nossa Senhora do Rosário;
- Indivíduos provenientes de famílias que se dedicam aos preparativos da festa, seja pelo vínculo com algum grupo de Congado, seja por se responsabilizar pelos preparativos da festa;
- Alguns frequentadores da festa, visitantes que, não sendo moradores da cidade, retornam todos os anos por ocasião dos festejos (essa é uma percepção diferente da festa, talvez menos religiosa, porém igualmente ritualística, pois repleta de significados para aqueles que se enquadram nesse perfil).

d) Etapa 4 – Organização, análise e interpretação

A quarta etapa possui duas fases e descreve atividades que devem ser desenvolvidas ao longo do projeto e que, nesse momento, devem ser realizadas com maior atenção. Tratam-se da normalização no preenchimento das fichas e nos outros suportes utilizados; sistematização do material à luz dos temas propostos para o projeto; organização dos conteúdos para a produção do almanaque; revisão e validação pelos parceiros. Também nesse momento, tem início a seleção de suportes materiais para compor a exposição sobre a festa a ser realizada no MRCO e a organização do plano interpretativo a ser adotado na exposição. Esses processos devem partir da premissa de uma curadoria compartilhada entre museu e os atores relacionados à Festa do Rosário.

e) Etapa 5 – Criação de condições de sustentabilidade: desenvolvimento de produtos e disseminação de resultados

Por fim, esta etapa se subdivide em duas fases, cujos objetivos se relacionam à elaboração de ações que divulguem os resultados obtidos e promovam oportunidades de reflexão sobre o projeto e avaliação da experiência e dos aprendizados proporcionados ao longo do processo. Dessa forma, a quinta etapa permeia todo o projeto, uma vez que as avaliações devem ser contínuas, de modo a reconhecer as boas práticas, alinhar estratégias e rever procedimentos que se mostraram inadequados ao serem aplicados no terreno. Todo esse esforço de análise se concentra no desenvolvimento de condições de sustentabilidade do projeto, por meio dos produtos propostos – a criação de um almanaque sobre a Festa do Rosário e a organização

de uma exposição sobre o tema no MRCO – e da constituição de espaços de referência para a sociedade, entre eles, o próprio museu.

À guisa de conclusão deste capítulo é importante, ainda, registar alguns apontamentos sobre a documentação do projeto "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro". Como já foi dito, o processo do inventário participativo tem como produto importante o conhecimento acerca de um determinado bem cultural. Como tal, são necessários diversos suportes para o registo das informações, como mídias diversas (vídeos, fotos, gravações de áudio) e de documentos (fichas, cadernos de campo, roteiro de entrevistas, relatórios). Esse material deve ser organizado e acondicionado de forma segura, de modo a configurar fontes de informação sobre o bem investigado. Cada um desses elementos, individualmente, possui um valor e um significado em si mesmo, no entanto, os demais materiais adicionam-lhe camadas de sentido, pois o localizam dentro de um contexto mais alargado. É fundamental, portanto, que a organização da documentação resultante do processo de inventário da Festa do Rosário seja feita tendo em conta a noção de conjunto, de sorte que sejam preservadas todas as possibilidades de inter-relações entre as mídias e a documentação. O projeto apresentado nesta dissertação, no entanto, não contemplou a elaboração da estrutura de sistematização da informação produzida. Da mesma forma, não prevê a utilização de plataformas digitais para salvaguardar os dados e assume que o MRCO, enquanto promotor dessa iniciativa, será o responsável primeiro pela documentação. Considerando os recursos atuais do MRCO e do IBRAM, em termos de equipamentos de armazenamento e possibilidades de desenvolvimento e manutenção de sites, ressalta-se que essa é uma das dificuldades a serem contornadas para viabilizar a execução do projeto. Nesse sentido, o Taincan afigura como uma solução possível, a exemplo do teste efetuado com a coleção "Pessoas e Memórias", desenvolvida a partir de um projeto de inventário participativo colocado em prática no Museu de Arqueologia de Itaipu, também pertencente à rede de museus federais vinculados ao IBRAM (Miranda, 2020, p.286-289). Esse trabalho também se debruçou sobre o tratamento dos dados resultantes do referido inventário e se mostra como uma referência inicial para que, no futuro, sejam estabelecidos os critérios de sistematização e organização a serem aplicados para o caso da Festa do Rosário.

Considerações Finais

Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques do meu povo
e encontro na memória mal-adormecida
as rezas dos meses de maio de minha infância.
(...)
As contas do meu rosário são contas vivas.

Trechos do poema "Meu Rosário",
de Conceição Evaristo[191]

A presente dissertação teve como motor uma série de inquietudes de ordem pessoal e profissional. Se, a princípio, tais impressões não se delineavam com muita clareza, com o passar do tempo se tornaram grandes dilemas e, assim, tornou urgente o desejo de se aprofundar nessas questões em busca de respostas, caminhos possíveis e alternativos na jornada de mediar patrimónios. Este trabalho constitui o resultado desse esforço de reflexão, tendo como campo de estudo o Serro, o MRCO e a festa do Rosário que acontece, anualmente, na cidade.

O estudo das transformações dos conceitos de património cultural e museus mostrou uma guinada metodológica nessa seara do conhecimento. O contexto, comumente caracterizado como um momento de crise e autoanálise, mostrou-se bastante renovador naquilo que diz respeito às práticas patrimoniais e museológicas. No passado, o foco se localizava sobretudo na preservação e na conservação, em uma percepção menos atenta aos significados do que se pretendia "salvar" da ação do tempo. A ideia de autenticidade do património cultural se respaldava em uma prática que atribuía ao património um valor em si mesmo (Varine, 2012, p. 20). A partir da segunda medade do século XX, no entanto, essa aura sagrada do património passou a objeto de crítica entre os teóricos da área, o que levou a questionamentos sobre a natureza e o papel do património cultural dentro das sociedades. O debate, que ainda não arrefeceu, culminou com o reconhecimento da imaterialidade como ponto chave para se pensar o património. A análise, assim, passou a se ancorar no simbolismo e no valor que os bens patrimoniais têm junto aos seus portadores. Nesse processo, a noção de PCI foi elaborada, imputando-lhe o status de algo a ser preservado.

[191] O poema pode ser lido na íntegra no site "Literafro – o portal da literatura afro-brasileira" (http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/11-textos-dos-autores/924-conceicao-evaristo-meu-rosario, acesso em setembro de 2021).

Todo esse debate não passou ao largo do contexto museológico e tomou dimensões próprias ao se somar às especificidades desse campo. Embora a dicotomia entre material e imaterial não tenha se desenvolvido com a mesma força no ambiente dos museus (é preciso lembrar que, nesse ambiente, o objeto musealizado é bastante visto em sua dimensão imaterial, como testemunhos e documentos de diversas realidades), a questão da função social dos museus se mostrou de maneira mais relevante. A "Mesa Redonda de Santiago do Chile", ocorrida em 1972, e o movimento da "Nova Museologia", organizado na década de 1980, são exemplos emblemáticos nesse contexto de reflexão pautado pela crítica à exclusividade dos *experts* nos processos de musealização e curadoria e pela visão do museu como um agente de desenvolvimento social. Dessa forma, as relações entre museus e comunidades, embora não constituissem uma novidade, assumiram novos contornos sob a ótica do conceito de museu como ágora em oposição ao de museu-templo.

Essas são as condicionantes que guiaram, do ponto de vista teórico, o estudo do MRCO como elemento central de uma reflexão que envolveu o território em que o museu se localiza (com enfoque na cidade do Serro) e uma das manifestações culturais mais significativas nele existentes. Tal como o património e os objetos musealizados, o museu, aqui, representa esse factor de conexão que associa muitos e diversos sujeitos, desde a família Ottoni, que empresta o nome à instituição, a temas como religiosidade, mineração, passado colonial, modos de ser e estar no mundo. Por meio do histórico de constituição do MRCO, procurou-se perceber o processo pelo qual tais elementos se plasmaram nesse espaço. Um destaque especial foi dado para a Festa do Rosário do Serro, devido à constatação da sua (quase) inexistência na prática museológica cotidiana da sua presença nos planos futuros para a instituição. Tais discussões apontam para a necessidade de compreender as comunidades, o seu percurso e o porquê de ocorrer uma Festa como a que seguimos neste estudo. Por isso, o capítulo segundo foi um esforço que permitiu descodificar o porquê das festas e localizar os vários participantes. De maneira semelhante, colocou em evidência algumas de suas transformações, nomeadamente o papel das mulheres e a participação de brancos nos festejos. Como património vivo, a Festa do Rosário é também um microcosmo dinámico que, em simultâneo, reflete e influencia a sociedade à sua volta.

Assim sendo, o objetivo maior do trabalho foi elaborar uma proposta de mediação da festa para ser aplicada no âmbito do MRCO, tendo como arcabouço teórico as discussões que têm

transformado o conceito de património cultural. O projeto apresentado, cujo título sugerido é “Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro”, foi desenhado a partir da metodologia de inventários participativos. Essa abordagem reúne em si um grande potencial para identificar, produzir conhecimento e valorizar um determinado bem ou manifestação cultural, sejam eles classificados ou não.[192] Ademais, as ferramentas utilizadas na metodologia se sustentam no protagonismo dos detentores do bem estudado, pavimentando um caminho em que predominam a participação de diversos sujeitos, o intercâmbio de experiências e a construção de um saber plural. Como resultados do projeto, estão indicadas a elaboração de um almanaque sobre a Festa do Rosário e a organização de uma exposição que comunique não apenas essa manifestação cultural mas, também, o processo de elaboração do seu inventário.

Espera-se que a proposta seja capaz de trazer a linguagem simbólica do Rosário que, conforme a epígrafe desta secção, é formado por contas vivas. Importa ressaltar que não se trata de procurar reproduzir a experiência de se deixar levar pelas ruas do Serro no primeiro final de semana de julho, guiado pelas cores e pelos sons do Congado; ou a de trabalhar arduamente para a realização da Festa; nem mesmo a de conhecer a Festa do Rosário do Serro. Procura-se, antes, sublinhar seus significados, colocar em evidência o seu valor para a identidade dos seus portadores e perceber melhor os seus contextos históricos e a sua prática. Desta feita, o projeto apresenta uma gama importante de contributos, da qual serão destacados quatro. (A) Primeiro, a proposta de mediação foi elaborada de forma a buscar a valorização da festa por meio da identificação de elementos a ela associados e da produção de conhecimento sobre ela. (B) Em segundo lugar, a experiência do inventário participativo constitui, por si só, uma ferramenta de educação patrimonial, uma vez que promove a sensibilização dos participantes em relação ao objeto estudado. Ela possibilita um processo de aprendizagem ativa, em que os envolvidos são convidados a refletir sobre os significados do património cultural, a sua relevância na vida cotidiana e o seu papel na constituição de laços de pertencimento. Ao mesmo tempo, também é uma oportunidade para a tomada de consciência de que esses laços não são absolutos, de que sempre existem os “outros”, os quais devem ser respeitados (o património cultural pode ser um instrumento valioso de

[192] Vale lembrar que a Festa do Rosário do Serro foi registada como património cultural municipal em 2016.

coesão social). (C) Terceiro, ao reconhecer e valorizar o protagonismo dos atores envolvidos com a festa, o trabalho oferece um contributo para a elevação da autoestima desses sujeitos. É preciso referir que a devoção a Nossa Senhora do Rosário, no contexto que trata esta dissertação, tem como pano de fundo violências físicas e simbólicas, discriminações de diversas naturezas, não apenas a racial. Tal incute a ideia de inferioridade desses sujeitos, reforçada diuturnamente nas relações sociais. Por essa perspetiva, o ato de ouvi-los é um passo na caminhada de ultrapassar esse triste paradigma. (D) Por fim, no quarto ponto, o projeto apresenta um planejamento cuja aplicação pode representar uma alternativa para que o MRCO amplie sua rede de parceiros e envolva pessoas variadas em torno de um objetivo em comum. Dessa forma, trabalhará no sentido de reforçar o seu papel de agente social integrador e promover um espaço aberto à participação da sociedade, indo ao encontro das novas conceções de museus.

Os contributos acima elencados dizem respeito à aplicação do projeto apresentado no terceiro capítulo. Pode-se ainda destacar que, no campo acadêmico, a pesquisa tem como contribuição o esforço de reunir elementos até então pouco explorados. Muito se tem falado sobre a Festa do Rosário do Serro, porém a perspetiva da mediação e do seu registo a partir de uma metodologia participativa ainda não foi objeto de análise. Trata-se de um enquadramento prático, uma vez que voltado para a elaboração de um projeto, ancorado em uma discussão teórica atual que associa museus e património cultural. Ana Carvalho (2009, p.105) destaca o potencial dos museus na salvaguarda do património intangível, porém um cuidado importante é aceitar as transformações inerentes aos chamados patrimónios vivos. Este trabalho aponta as potencialidades das metodologias dos inventários participativos como um caminho viável diante do impasse.

Como contraponto ao potencial assinalado acima, é preciso refletir sobre os limites da pesquisa. De início, aponta-se um elemento que perpassa muitos dos trabalhos desenvolvidos nessa época: a pandemia de Covid-19. A confeção de um trabalho académico possui como predicado o facto de ser um tanto quanto solitária, porém essa característica foi elevada a grau máximo durante o contexto pandémico. Assim, este estudo traz em si a contradição de investigar património, museus e comunidade por uma perspetiva gregária e ter sido desenvolvido em tempos de isolamento social. Como corolário, outro limite da pesquisa é a ausência de estratégias como formação de um grupo focal ou realização de inquéritos e/ou

entrevistas, que poderiam ser de grande valia para sondar a aplicabilidade do projeto e ajustar algumas ações propostas.

Tais limites, contudo, apontam para a necessidade de se continuar o trabalho a partir de um viés principalmente experimental. As iniciativas de cunho participativo guardam em si a especificidade de serem únicas e de constituírem um laboratório de práticas, tomadas de decisões, elaboração de conhecimento, desenvolvimento de vínculos e construção de ideias. Considerando a natureza individual desse projeto, talvez o seu potencial não resida em constituir um modelo a ser seguido, mas em sugerir caminhos e soluções possíveis e em representar inspiração para profissionais e estudiosos do campo. Além disso, há muito a se investigar sobre a Festa do Rosário: o presente trabalho mostrou que são muitas as perguntas a serem feitas. Quais mudanças aconteceram na festa ao longo dos anos? Qual a percepção sobre a festa dos diversos perfis que a frequentam? E aqueles que, conhecendo-a, não a prestigiam, por quê não o fazem? Na prática, quais foram os impactos do registo? De que forma os participantes veem a patrimonizaliação desse bem? É possível que nem todas elas tenham respostas, no entanto, o exercício da pesquisa académica sempre tem como ponto de partida o exercício da indagação.

Um desdobramento futuro diz respeito à reflexão acerca de se constituir, no MRCO, uma coleção voltada para a Festa do Rosário. Seria interessante que o o museu, tendo como objetivo compor exposições sobre o tema, desenvolvesse uma política de aquisição de objetos dessa natureza? Qual a extensão do impacto de retirá-los totalmente do seu contexto de utilização no que diz respeito aos seus significados? Como manter as nuances de um património vivo em uma coleção estática? Desvallées e Mairesse (2016, p.34) salientam ainda que a tomada de consciência acerca do património imaterial acarretou transformações no campo das coleções ao exigir novos mecanismos de aquisição de acervo e atribuir valor especial aos processos de recolha. Uma forma de equilibrar essas questões consiste na adoção do comodato como estratégia para a constituição desse acervo, de forma a manter o direito de uso das peças por parte de seus proprietários. Esse procedimento encontra um antecedente no próprio MRCO, que abriga peças provenientes da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, um acervo composto por paramentos religiosos e imaginária sacra. Entre essas peças, há a imagem de roca do Senhor dos Passos, a qual todos os anos compõe um dos

andores da Procissão do Encontro, que ocorre no contexto da Semana Santa.[193] Para tanto, é preciso que o termo de salvaguarda dos objetos elaborado tenha em seu bojo essa possibilidade, bem como discrimine os procedimentos e as condições para que isso ocorra. Da mesma forma, é possível também prever o rodízio de objetos, alternativa interessante para modificar e renovar a exposição de acordo com as transformações pelas quais passa a Festa do Rosário. Assim, a coleção estará em consonância com o património vivo a que faz referência.

Tendo isso posto, pode-se dizer que esta dissertação se encerra como um pequeno capítulo no universo mais alargado da pesquisa académica. Em sua trajetória, a autora visitou conceitos e debates teóricos e metodológicos, reaprendeu sobre o Serro e o MRCO, redescobriu a Festa do Rosário, com toda a sua força que, sobrenatural, guia aqueles que nela depositam seus anseios. Um momento emblemático no processo foi o dia 4 de julho de 2021, domingo, dia de festa. Devido à pandemia ainda em curso, é claro que ela não aconteceu da forma como é usual, mas em menor escala e de uma maneira simplificada. Pela primeira vez, em tantos anos, foi possível assistir à devoção à Senhora do Rosário de uma forma mais intimista e ouvir os catopês com mais presença do que o habitual, pois todos os grupos estavam em número reduzido. Pela última vez, Sebastião Lopes Ramos, dançante há quase 80 anos, prestou sua homenagem a Nossa Senhora do Rosário.[194] Mas como, naquele dia, saber disso? Talvez ele desconfiasse, diante da sua insistência em pedir a outro dançante, mais jovem, que tocasse o seu reco-reco para Ela, enquanto ele descansava ao lado da Igreja do Rosário.[195] O caminho aqui trilhado procurou trazer novas perspetivas para a prática

[193] A Semana Santa é uma festa religiosa também bastante relevante no contexto serrano. Seu calendário festivo conta com procissões, além de bênçãos, missas, atendimentos confessionais e encenações da morte e ressurreição de Cristo. A título de conhecimento, a agenda das celebrações de 2019 está disponível no link https://www.serro.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/1107/semana-santa-2019-em-serro, acesso em agosto de 2021.

[194] Sebastião Lopes Ramos faleceu em 6 de agosto de 2021. Sempre morou no Serro, em um lugarejo chamado Lages, pelo que era conhecido na cidade como Bastião das Lages.

[195] Esse episódio foi presenciado pela autora, que teve a oportunidade, nesse dia, de passar algum tempo conversando com o velho catopê. Sebastião falou brevemente sobre a sua vida, sua trajetória pela festa (ele já havia passado pelos três grupos de Congado) e da sua ascendência escrava (seus antepassados pertenciam ao Barão do Serro). A conversa aconteceu de maneira informal, sem que tenham sido feitos registos; um lembrete de que o tempo não espera.

profissional da autora, mas fez-se acompanhar de um exercício de aprendizado, dedicação e de superação. Encerra, assim, um pequeno grande capítulo na sua vida.

Documentação consultada

Assis, R. N. ([2018?]). [Planta de modificações expográficas para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni]. Arquivo administrativo do MRCO (Pasta Plantas baixas & layout MRCO), Serro, Brasil.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS No 21/2014 - UASG 343013 (2014, 16 de outubro) (Brasil). *Diário Oficial da União*, *Seção 3*(200), p.16. https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2014/Outubro/

Carvalho, E. S. (1991). [Comunicado interno endereçado à Sra. Regina Celi Cardoso – Coordenadora Regional da 13ª CR em 21/08/1991]. Arquivo morto (Pasta Comunicados Internos Enviados - 1989). Escritório Técnico do IPHAN/Casa de General Carneiro, Serro, Brasil.

[Convênio que entre si celebram a Fundação Nacional Pró-Memória, com interveniência da Subsecretaria do Património Histórico e Artístico Nacional; a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; o Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico - IEPHA/MG; a Prefeitura Municipal do Serro e a Arquidiocese de Diamantina]. (1984). Acervo do MRCO, Serro, Brasil.

Exposição Rosário em Festa. (2011, Junho). *Informativo MRCO*, *Ano I*(06), 2–4.

Ficha de inventário de Nossa Senhora do Rosário. (n.d.). Arquivo administrativo do MRCO (Pasta Objetos pertencentes às igrejas atualmente salvaguardados no MRCO), Serro, Brasil.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro. (1990). *Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Serro/MG (reformado)*.

Livro Casa dos Ottoni. (1991). Arquivo morto. Escritório Técnico do IPHAN/Casa de General Carneiro, Serro, Brasil.

Motta, A. B. S. (1989). [Correspondência endereçada ao diretor do GMCH em 07/12/1989]. Arquivo morto (Pasta Ofícios Enviados - 1989). Escritório Técnico do IPHAN/Casa de General Carneiro, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2010). *Estudo de público do MRCO*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2018). *Estudo de público do MRCO*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2008). *Plano Museológico*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2012). *Plano Museológico*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2019-2022). *Plano Museológico*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Museu Regional Casa dos Ottoni. (2014). *Relação de fotos da exposição "Faces do Serro"*. Arquivo administrativo do MRCO, documento digital, Serro, Brasil.

Pinheiro, T. (n.d.). *Hymno (cantado por occasião da inauguração do "Asylo e Lyceu da Casa dos Ottoni" na cidade do Serro, a 6 de janeiro de 1913)*. Arquivo Administrativo do MRCO, documento digital (foto), Serro, Brasil.

[Projeto expográfico do Museu do Serro]. [1983?]. Acervo do MRCO, Serro, Brasil.

Santos, D. C. (2012). *Projeto modificações expográficas para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni*. Arquivo administrativo do MRCO (Pasta Projetos), Serro, Brasil.

Silva, J. M. (1935, 16 de março). [Carta ao prefeito do Serro em que notifica sobre o funcionamento de uma maternidade para parturientes pobres no solar dos Ottoni]. Arquivo Administrativo do MRCO, documento digital (foto), Serro, Brasil.

Termo de doação. (2019). Arquivo administrativo do MRCO (Pasta Termos de doação), Serro, Brasil.

Materiais Pedagógicos

Semedo, A. (2019). "Ferramentas de mudança, modelo de enquadramento lógico e avaliação de programas de educação". (115-175). In *Museu. Educação. Princípios e estratégias para uma política de educação do Museu da Cidade / Porto*. [manuscrito não publicado].

Semedo, A. ([2019?]). REDUF – Inventariar saberes [manuscrito não publicado]. Faculdade Letras da Universidade do Porto, Projeto Raízes da Educação para o Futuro.

Referências Bibliográficas

Anderson, B. (2008). "Introdução". (p.26-34). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Andrade, F. E. (2008). "Introdução". (15-26). In *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC Minas.

Azzi, R. (1977). “Segundo período: a instituição eclesiástica durante a primeira época colonial” (153-242). In Hoornaert, E.; Azzi, R.; van der Grijp, K. & Brod, B. (1977). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo - Tomo II*. Petrópolis: Editora Vozes.

Barbosa, G. H.. (2010). “O movimento penitencial franciscano e a Ordem Terceira de São Francisco: surgimento e expansão no reino e em Minas colonial”. (20-59). In *Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas colonial: Os membros da Ordem terceira de São Francisco de Mariana (1758-1808)*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Mestrado em História - linha História Social da Cultura. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-8BJRWB/1/disserta__o_revisada.pdf. Acesso em maio de 2021.

Barile, J. P. (2019, Junho). “Rui Mourão: o homem, suas histórias e a História de Minas” (Caderno). *Suplemento Literário*, Ed. Especial (1), 1-40. Disponível em http://bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/suplemento-litelario/edicoes-suplemento-literarios/edicoes-especiais-1/135--112. Acesso em junho de 2021.

Bissio, B. (2009).”O uso do espaço como categoria nas Ciências Sociais. Percepção e representação do espaço na sociedade árabe-islâmica a partir de fontes medievais: um estudo de caso”. (75-92). In *Desigualdade & Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, 5. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=77&sid=13. Acesso em maio de 2021.

Boschi, C. C. (1986). *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática.

Brasil. (1937). *Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do património histórico e artístico nacional*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em fevereiro de 2021.

Brasil. (2000). *Decreto-Lei n° 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem património cultural brasileiro, cria o programa nacional do património imaterial e dá outras providências*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Brasil. (2009a). *Lei nº 11.904, de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em junho de 2021.

Brasil. (2009b). *Decreto-Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de*

Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em junho de 2021.

Brito, J. P. de. (2006). "Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente". In Peralta, Elsa & Anico, Marta (org.). (p.43-51) In *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

Bulfinch, T. (2002). "Os monstros: gigantes, a esfinge, Pégaso e a Quimera, centauros, grifos e pigmeus". (p.150-158) In *O livro de ouro da mitologia (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis* (26ª edição). (D. J Júnior, Trad.). Rio de Janeiro: Ediouro (Obra original publicada em 1855).

Carrara, A. A., & Machado, P. J. de O. (2020). "Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVII-XIX". (1-54). In: *Almanack*, 24. ea03918. Epub Abril, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-463324ea03918. Acesso em abril de 2021.

Carvalho, A. A. R. (2009). "Os museus e património cultural imaterial: a procura de boas práticas". (p.105-174). In *Os museus e património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Tese de Mestrado, Universidade de Évora, Programa de Mestrado em Museologia. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/296327495_Os_Museus_e_o_Patrimonio_Cultural_Imaterial_Estrategias_para_o_Desenvolvimento_de_Boas_Praticas. Acesso em janeiro de 2021.

Carvalho, C S. (2019). "Memória e identidade na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Vila João Vaz - Goiânia (GO)." (315-327). In *Revista Mosaico*, 12. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/6568. Acesso em agosto de 2021.

Chagas, M. (2006). *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos.

Chuva, M. (2003). "Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado." (p.313-333). In *Revista Topoi*, 4 (7). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2003000200313. Acesso em fevereiro de 2021.

Corrêa, J. (2018). *No Rosário tem cuenda: vida e morte nos reinados em Minas Gerais*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/34/teses/872605.pdf. Acesso em maio de 2021.

Costa, P. F. (2011). *Kit de recolha de património imaterial*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. Disponível em:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imaterial/kit-de-recolha-de-patrimonio-imaterial/. Acesso em agosto de 2021.

Costa, P. F. (2013). "O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades". (93-115). In *Atas do Colóquio Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural.

Crooke, E. (2007). "The appeal of community, museums and heritage" e "Understanding community". (p.7-40). In: *Museums and community: ideas, issues and challenges*. London, Routledge.

Cunha, C. G e Gonçalves, C. R. (2018) "Benzeção: uma prática social". (262-278). In *Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo01/Cad_CNLF_XXII_Textos_completos.pdf. Acesso em maio de 2021.

Del Priore, M. & Venâncio, R. (2010). "Quilombos e quilombas". (59-69). In *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta.

Desvallées, A. e Mairesse, F. M. (2016). *Conceitos-chave de Museologia*. (Soares, B. B. e Cury, M. X., Trad.). Belo Horizonte: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Superintendência de Museus e Artes Visuais; Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Di Benedetto, R. (1996). "Reflexões primeiras sobre a Teoria do Espaço Social e da Gênese do Estado de Pierre Bourdieu". (259-264). In *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, 29 (29). Disponível em: https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9397. Acesso em maio de 2021.

Dias, R. S. (2011). "Entre Antígona e Creonte: a construção do poder régio nas Minas do Ouro". (1-14). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26. Acesso em abril de 2021.

Duarte, A. (2010). O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial . In , _____., Semedo, A. *Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (SIAM)*. (p. 42-61). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8108.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. (99-117). In *Revista Museologia e Património*, 6 (1). Disponível em http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248. Acesso em fevereiro de 2021.

Ferreira, L. O. B. (1998). *Os Ottoni: descendentes e colaterais*. Rio de Janeiro: Autor.

Figueiredo, L. R. A. e Campos, M. V. (Coord.) (1999). “História da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e de extrair o cascalho”. Documento 129. (845-850) (v.1). In: *Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2v. Disponível em:http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53683. Acesso em maio de 2021.

Furtado, J. F. (2003). “Terra de estrelas”, “Diamante negro” e “A vida no arraial”. (27-46, 103-127 e 157-182). In *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2020). “Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII”. (1-49). In *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 1 . Disponível em: https://doi.org/10.48038/revlatt.n1.1. Acesso em maio de 2021.

Gomes, D. G. (2009). “As Ordens Terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano” (1844-1875). In *Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades, Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH*. 1 (3) 1-10. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/as_ordens_terceiras_em_minas_gerais.pdf. Acesso em maio de 2021.

Guarnieri, W. R. (1989). “Museologia e identidade”. (176-185). In Bruno, M. C. O. (Coord.). (2010). In *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (1). São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Disponível em https://www.sisemsp.org.br/publicacoes-do-sisem-sp/. Acesso em fevereiro de 2021.

Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

ICOFOM-LAM. (2001). *Museología y Patrimonio Intangible en América Latina y el Caribe: actas del X Encuentro del Subcomité Regional del ICOFOM para América Latina y el Caribe*. Disponível em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/lam_2001.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

ICOM. (1972). *Mesa redonda sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo Contemporâneo*. Disponível em: http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

ICOM. (2004). *Resolutions adopted by ICOM’s 21st General Assembly*. Disponível em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_2004_Eng.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

ICOM-ASPAC. (2002). *Shanghai Charter*. Disponível em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Shanghay_Charter_Eng.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

IEPHA-MG. (2013). Dossiê de registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/3/bens-registrados-festa-de-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio-dos-homens-pretos-de-chapada-do-norte

IPHAN. (2016). *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=. Acesso em agosto de 2021.

Julião, L. (2009). O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. (141-161). In *Estudos Históricos*, 22(43). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100008. Acesso em fevereiro de 2021.

Katrib, C. M. I. (2004) "Batuques entrecruzados: a (re)inauguração da vida através da festa em louvor a Senhora do Rosário de Catalão-GO". (35-50). In *OPSIS - Revista do NIESC*, 4. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9267. Acesso em agosto de 2021.

Lefebvre, H. (2013). "Prefácio – a produção do espaço". (123-132). In *Estudos avançados*, 27 (79). Disponível em:https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706. Acesso em maio de 2021.

Lima, D. P. (2018). *Como é em cima, é embaixo: simbologias, mito e resistência dos Homens Pretos do Rosário do Serro*. Tese de Mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2025. Acesso em maio de 2021.

_____. (2020). *Contas e cantos do Rosário: história dos símbolos da Festa do Rosário do Serro*. Belo Horizonte: Ancestre.

Magalhães, D. L. (2009). "Caixa de Assovio". (106-154). In: *Pipiruí e Caixa de Assovio: Tocadores de pífanos e caixas nas festas de reinado*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação da Escola de Música, linha de pesquisa Estudo das Práticas Musicais (Musicologia). Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/GMMA-7XNFTX. Acesso em junho de 2021.

Martins, R. B. (2015). "Tesouro revelado". (80-105). In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 81(1). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1179&op=1. Acesso em abril de 2021.

Meneses, J. N. (2000). "Produção de alimentos e atividade econômica na Comarca do Serro Frio no século XVIII". (123-146). In *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, 1.

Disponível em: https://econpapers.repec.org/bookchap/cdpdiaman/200005.htm. Acesso em maio de 2021.

Meneses, U. T. B. de. (2009). "O campo do património cultural: uma revisão de premissas". (p.25-39). In *I Fórum Nacional do Património Cultural*. Vol.1. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus. (2010). *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2010*. Brasília, DF: MinC/IBRAM. Disponível em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Relatorio-de-Gestao-2003_2010.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Miranda, R. M. (2020). "Trançando os fios". (p.250-289). In *Tecendo novas tramas sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal cidadã*. Tese de doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Programa de Doutorado em Museologia. Disponível em: https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/11528. Acesso em setembro de 2021.

Miranda, T. C. P dos R. (2006). "Na vizinhança dos grandes". (106-117). In *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 42(2). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=949. Acesso em abril de 2021.

Moraes, E, J. (1988) Modernismo revisitado. (p.220-238). In *Revista Estudos Históricos*, 1(2). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2165. Acesso em fevereiro de 2021.

Motta, L. ; Silva, M. B. R. (2016). "Inventário". (1-39). In: Grieco, B.; Teixeira, L.; Thompson, A. (Org.). *Dicionário IPHAN de Património Cultural*. [versão digital]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural. Acesso em agosto de 2021.

Moura, A. F. e Lima, M. G. (2014). "A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível". (98-106). In *Revista Temas em Educação*, 23(1) Disponível em: https://www.proquest.com/openview/23ac2587640666ea1799b2197c7b1f00/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812. Acesso em agosto de 2021.

Nery, A. A. M. (2006). "A Regeneração da Infância pela Educação e pelo Trabalho entre os Séculos XIX e XX e a Gestação do Projeto dos Patronatos Agrícolas". (8-22). In: *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no Início do Século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas Práticas Educativas*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós Graduação em Educação. Disponível em: https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/559/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Marco%20Arlindo.pdf

Oliveira, A. C. C., Xavier, C. A. S., Assis, R. N. e Rodrigues, D. M.(2018). *Museu Regional Casa dos Ottoni*. Brasília, DF: IBRAM. Disponível em: https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/publicacoes/.

Paiva, C. A. & Godoy, M. M. (2002). "Território de contrastes economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX". (1-58). In *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira.* 1. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/6519798.pdf. Acesso em maio de 2021.

Paiva, E. F. "Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo". (1-15). Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemesticagemnonovomundo.pdf. Acesso em maio de 2021.

Pelegrini, S. C. A. (2008). A gestão do património imaterial brasileiro na contemporaneidade. (p.145-173). In *Revista História*, 27(2). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200008. Acesso em janeiro de 2021.

Peralta, E. & Anico, M. (2006). "Introdução". (p.1-11) In Peralta, E. & Anico, M. (org.). *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

Prefeitura Municipal do Serro. (2016). Processo de Registro de Bens Imateriais na Esfera Municipal – Celebrações – Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro. Serro (MG): Deliberação Normativa Vigente 01/2006.

Raffaini, P. T. (1993). "Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades". (159-164). In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (3). Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-3VNAPJD07UJ:https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109170/107661/+&cd=3&hl=en&ct=clnk&gl=pt. Acesso em setembro de 2021.

Ramos, M. J. (2003). "E tudo o fumo levou: as memórias e as identidades". In *A matéria do Património: Memórias e Identidades (Seminário)*. (p.48-57). Lisboa: Edições Colibri. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3717. Acesso em janeiro de 2021

Reginaldo, L. (2009). "África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII". (289-319) In *História*, 28(1). Disponível em https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100011. Acesso em maio de 2021.

Saint-Hilaire, A. (1850). *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*. 1er tome. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98747b.texteImage. Acesso em maio de 2021.

Santos, P. F. (2007). "Imbricando forças: os braços do Estado e os poderes da Igreja". (75-117). In *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, Programa de Mestrado em História Social. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022008-132352/pt-br.php. Acesso em maio de 2021.

Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). “É ouro!” e "Revoltas, conjurações, motins e sedições no paraíso dos trópicos” (107-128 e 129-150). In *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Semedo, A. (2004). “Da invenção do museu público : tecnologias e contextos”. (129-136). In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, (3). Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8086. Acesso em setembro de 2021.

Silva, A. L. (Org.). (2021). *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe do Serro do Frio 1728 - Edição Fac-similar*. Belo Horizonte: Ponto de Cultura Caboclos de Nossa Senhora do Rosário do Serro MG.

Silva, G. S & Silva, V. J. (2014). “Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil”. (191-200). In *Revista Mosaico*, 7(2). Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120). Acesso em abril de 2021.

Silva, M. L. e Tourinho, H. L.Z. (2017). “Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA”. (96-109). In: *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9(1). Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/6PymgxZHVysfPDbZBjmGkZJ/abstract/?lang=pt#. Acesso em maio de 2021.

Smith, L. (2006). “Introduction”, “The discourse of heritage” e “Labour heritage: performing and remembering”. (p.1-43 e 195-236.). In *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge.

Soto, M. C. (2014). Dos gabinetes de curiosidades aos museus comunitários: a construção de uma conceção museal a serviço da transformação social. (57-81). In *Cadernos de Sociomuseologia*, 48. Disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/270167417.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

Souza, M. E. (1999). “Casa dos Ottoni – 1” e “Casa dos Ottoni – 2”. (207-215). In: *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG.

Souza, M. M. (2014). ”A conversão da corte congolesa”. (51-62). In Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG. Disponível em: https://www.academia.edu/40189903/REIS_NEGROS_NO_BRASIL_ESCRAVISTA_Hist%C3%B3ria_da_festa_de_coroa%C3%A7%C3%A3o_de_Rei_Congo, Acesso em junho de 2021.

Teixeira, K. A. (2014). “Introdução”, “Sobre as noções do património cultural: entre o tangível e o intangível” e “Considerações Finais” (p.12-47 e 126-133). In *O património imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas*. (Tese de mestrado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia). Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-27042015-162323/publico/KarinaTeixeiraORIGINAL.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

Tolentino, Á. B. (2014). Entre políticos e mestres de cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus. (p.43-70) *Cadernos de Sociomuseologia*, 47(3). Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4531. Acesso em abril de 2021.

Val, A. V. C.; Soares R. V.; Soares S. K. & Viana C. K. R. (2010). Estudo Histórico da Divisão Administrativa, Judiciária e Eclesiástica das Minas Gerais: Nota Histórica. (p.13-20) In: Revista Jurisprudência Mineira, 195. Disponível em: https://bd.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/31. Acesso em abril de 2021.

Varine, H. (2012). "Introdução metodológica", "Introdução ideológica", "Introdução pragmática", "Introdução política", "O conhecimento do património" e "Um instrumento do desenvolvimento: o museu". (p. 15-82 e 171-206). In: *As raízes do futuro: o património a serviço do desenvolvimento local*. (M. L. P. Horta, Trad.). Porto Alegre: Mendianz.

Watson, S. (2007). "Museums and their communities". (1-23). In _____ (Ed.) *Museums and their communities*. London, Routledge.

Anexos

Anexo 1 – Página do jornal "A voz do Serro", na qual consta o "Hymno cantado por ocasião da inauguração do 'Asylo e Lyceu da Casa dos Ottonis', na cidade do Serro, a 6 de janeiro de 1913"



A VOZ DO SERRO

HYMNO

(CANTADO POR OCCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO "ASYLO E LYCEU DA CASA DOS OTTONIS," NA CIDADE DO SERRO, A 6 DE JANEIRO DE 1913).

Exultae, nobres filhos do Serro!
Coroae vossa fronte de rosas!
Ao trabalho e ao combate do erro,
Surge um campo de flores mimosas!

Exultae, afanosos, que a vida
Já sorri entre applausos e flores!
Nossos lares resplendem, que dita!
Nossas plagas rescendem odores!

Dos Ottonis na illustre linhagem
Um rebento broton e cresceu!
Sob a sombra de grata ramagem,
Com amor, a orphandade acolheu!

Eil-o, grande entre os grandes da terra
De seu pae consagrando a memoria:
Lega ao Serro um Instituto que encerra
Um padrão de triumpho e de gloria!

Eil-o, heroe de tam grande nobreza
Com mãos cheias de pão e de luz,
Entre bençãos do Céo, a pobreza
E a orphandade á abastança conduz!

Quem o officio aspirando aprender,
Quem das lettras amando a belleza,
Quem das artes querendo viver,
No trabalho assentando a riqueza,

No Instituto acham todos guarida,
Onde a Deus se consagra o ideal:
E' de officios e artes escola,
De trabalho e sciencia o fanal!

Nos conselhos da Fé se destina
Deste povo sagrar o futuro!
O pharol que loje o Serro illumina
De bonança e de paz é o augurio!

Exultae, caros filhos Serranos!
Coroae vossa fronte de rosas!
Aos altares de Christo ide unanos
Bemdizer essas mãos dadivosas!

Theophilo Pinheiro.

Tremores de terra no Serro

Do Almanach de Minas Geraes de 1897, encontra o interessante publicação do nosso apreciado e illustrado Dr. Nicoláo de Senna, extrahimos o seguinte, ácerca de muitos pessoas dos tremores nesse districto.

Depois phenomenos similares aos de mais data e que mais consequencias em Minas Geraes foi o que se deu, na noite de 11 de novembro de 1872, na comarca e municipio do Serro Frio, antigo Conghos, pouco mais ou menos no centro do Estado, em zona serrana, edificada á margem do Rio do Peixe, que corre naquella commarca. Os portuguezes trouxeram de terra foram acompanhados de um verdadeiro terremoto, havendo tambem assombrosa e assustadora inundação do Rio do Peixe e regatos affluentes deste, após um temporal medonho, que echia nesta região terrestre.

Muitas casas cahiram, outras ficaram e se arruinaram, muitos animaes, todos recebidos, crianças levadas pela enchente ou encontradas nas escombros do solo, recolhe ela o quadro dantesco desse verdadeiro terremoto em Minas, descripto a muitos annos, entre nos jornaes do tempo, e de que vem um ligeiro resumo no vol. V das *Ephemerides Mineiras* (dia 21 cindo).

E' bastante dizer que no local nada mudou de aspecto, segundo o testemunho dos escriptores: montanhas coladas, montes serrados, desmoronamentos sem conta, tendo o phenomeno começado por 2 grandes estrondos, quasi juntos, e logo a terra estremeceu, como abalada em seus fundamentos, começando 15 minutos depois a inundação, com a subida das aguas do rio a 90 palmos acima do nivel natural.

O terreno, uma legua em roda, ficou revolvido a tapas, rochedos e brenhas, após o terrivel cataclysma.

O phenomeno não se estudou completamente este estranho phenomeno? Não está elle desafiando a investigação criteriosa dos competentes no assumpto?

O *Conclante* dista desta cidade cerca de 2 leguas brasileiras.

E' um logar rico de mineraes, tendo ha 5 annos, empreheiros norte-americanos cousando a experiencia, lá, de plantas.

As suppositões, que parecem fundadas, de existir no *Conclante* o cerrão de pedra.

TE-DEUM

Em acção de graças pelos beneficios do anno findo, foi cantado na nossa Matriz, a 31 de Dezembro, solemne Te-Deum, com numerosa assistencia.

Officiaram monsenhor Moreira e o p.e José Coelho.

Livro de Ouro

Pagaram nos seus assignaturas do passado anno de 1912 as seguintes pessoas:—Henrique Bastos, Emilio Castellar da Fonseca, Balbino Candido Xavier, Rita de Araujo, José Augusto da Silva, Francisco da Cunha Pereira, Pedro Marcos da Silva, João Pinto de Carvalho, José da Rocha Silveira Freire, J. Hildebrando de Paula e Silva, Alcides Horta, Manoel Rodrigues de Miranda, d. Rita de Cassia Ferreira Rabello Isaac Generoso, Modesto Augusto de Salles, Ignacio Barroso, Modesto José Pimenta, Sebastião de Queiróz Nunes, d. Virginia Reis, João Nunes Ribeiro, Galdino José Gonçalves, José Alves Franco, p.e Joviano Alves Diamantino, d. Anna Angelica de Miranda, Theophilo de Pinho, Carlos Rocha, João Gualberto Gonçalves, Sebastião da Costa Rocha, Manoel Ricardo da Costa, Antenor de Albuquerque, João Coelho de Moura, p.e Octavio Domingos da Silva, José Cesario dos Santos, Sebastião da Costa Mourão, Astrogildo do Amaral, d. Rita Campos, José Maria Braga, Venancio Mafra e d. Durcellina Ferreira Rabello.

Gratos.

UNIÃO POPULAR

Organisou-se entre nós, hontem, esta utilissima instituição, destinada a congregar nossas forças catholicas

O acto foi precedido de esplendida conferencia feita pelo rev. [illegible] Matriz perante numeroso auditorio.

Monsenhor Moreira indicou dous delegados de cada uma das associações religiosas da parochia, e indicou tambem dous delegados da "Liga Operaria Beneficente", para formarem a directoria da União. Sentimos a falta de espaço, razão por que não damos mais desenvolvida noticia.

Chronica Social

Visitas

Recebemos as honrosas visitas das seguintes pessoas:

d. d. Maria Rita Xavier Netta, Carmelita de Oliveira Xavier, Odette Xavier, Amelia Xavier, Rita de Cassia Ferreira Rabello, Durcellina Ferreira Rabello, Petrina Lotti, Alice Mata; e srs. Eloy Jasceline Perpetuo, José Bonifacio de Mesquita, prof. Francisco da Cunha Pereira, Domingos Candido Pereira e Said Bahmed.

Nascimento

O venturoso lar do sr. c.el Sebastião Augusto de Lima se enriqueceu mais com um novo rebento,—o seu filhinho nascido a 3 do fluente.

Ao illustre c.el Lima e a sua exm.a consorte as nossas felicitações, juntamente comagradecimentos pela gentileza da participação.

Baptisado

A 4 do corrente foi levado á pia baptismal o innocente José, promugenito do sr. Domingos Candido Pereira e de sua sr.a d. Sebastiana Candida da S. Pereira.

Foram padrinhos o sr. Philareto Nunes de Queiróz e d. Idalina da Costa Coelho.

Consorcio

Uniram-se pelos laços matrimoniaes, a 4 do corrente, o sr. José do Nascimento Costa, filho do finado Feliciano da Costa Coelho, e a senhorita Rita de Araujo, filha do sr. Gabriel de Araujo Padilha.

Tanto o contracto civil como o casamento se effectuaram na casa de residencia dos paes da noiva, que foram de capitanear gentileza para com os numerosos convidados que festejaram com expansões affectuosas o auspicioso enlace do jovem par

Boas-Festas

Agradecemos as que, pela entrada do novo anno, nos enviaram os seguintes cavalheiros e exm.as srs. e srs.: José Guimarães, residente em S. João Evangelista; Epaminondas de Queiróz Guerra, advogado Angelo Ribeiro de Miranda, Adelardo de Miranda, Julio Pinto da Fonseca, Antonio Camillo de Almeida, Vitalino Lopes Campos, Domingos Candido Pereira e sua exm.a esposa d. Sebastiana C. da S. Pereira, Benedicta de Araujo Pinto, d. Christina Amelia de Queiroga, Secundo Baptista Junior, residentes nesta cidade; Zacharias Manoel da Silveira, residente em Lassance; Rufino Paulo, Benjamin Brandão Nunes, Antonio da Silva Franco, de Diamantina; Marciano J. de Araujo residente em Araxá; Eloy da Silveira e d. Regenalda T. Silveira, residentes, em Villa Parapeba; Francisco Lucas de Serxas, residente em Taubate; Joaquim Xavier da Trindade Serrano, residente em Jahú; Alberino Salles, residente em Livramento; d. Honorina Leal e Luiza Leal, residentes em Cataguazes; Amynthas Affonso Benevenuto, guarda civil no Rio de Janeiro, e Januario C. Ribeiro, residente em Pirapora; Arcadio do Nascimento Moura, Director do G. Escolar Cel. Gaspar, residente em Villa da P. Branca-Minas.

Anniversarios

Fizeram annos:

—A 25 de Dezembro, a interessante Maria de Lourdes, filha do sr. José Lopes de Oliveira, importante negociante da praça do Rio.

—A 31, o nosso illustre conterraneo rev.mo p.e Augusto da Fonseca Salgueiro, membro da Congregação da Missão, residente na capital da Bahia.

—No dia de Anno Bom, o sr. Antonio Lopes Affonso, honrado commerciante de nossa praça.

—A 3 de Janeiro corrente, o sr. Sebastião José Ferreira Rabello, distinctissimo ornamento de nossa sociedade.

—A 4, o pequeno João, filho do benemerito serrano João Generoso.

—A 5, o sr. Secundo Baptista Junior, activo representante de casas commerciaes do Rio.

—Celebrou, hontem, a sua data anniversaria a ex.ma sr.a d. Maria Lotti de Oliveira, virtuosa esposa do sr. José Lopes de Oliveira.

—Anteontem foi o dia natalicio do pequenino Hermogenes, filho do Zezé Generoso.

—A 6, o distincto jovem Carlos da Cunha Pereira, filho da veneranda d. Julia Nunes da Cunha e Silva.

—No mesmo dia, o pequeno Moacyr, outro filho do João Generoso.

—A 8 deste celebrará o seu natal a interessante menina conceição, filha do distincto sr. Simão da Cunha Pereira.

Hospedes e Viajantes

A cidade hospedou o eminente p.e Desiderio Deschand, provecto educador, publicista e orador, e digno reitor do Seminario de Diamantina.

—Vindos de S. Sebastião dos Correntes, acham-se entre nós o sr. José Benedicto de Paula Pinto e sua exm.a esposa d. Judith Amelia de Araujo, e Zezé Generoso.

Tambem estão entre nós o sr. Athenagoras Café, e a ex.ma snr.a d. Maria Stael de Araujo.

Após longa ausencia, regressou de Abaeté, aonde fôra a serviço de sua nobre profissão, o intelligente advogado Angelo Ribeiro de Miranda.

Regressaram para S. Sebastião o illustre sr. c.el Theotonio de Magalhães e Castro e sua exm.a familia.

Estiveram entre nós os srs. Fausto e Clymo da Matta.

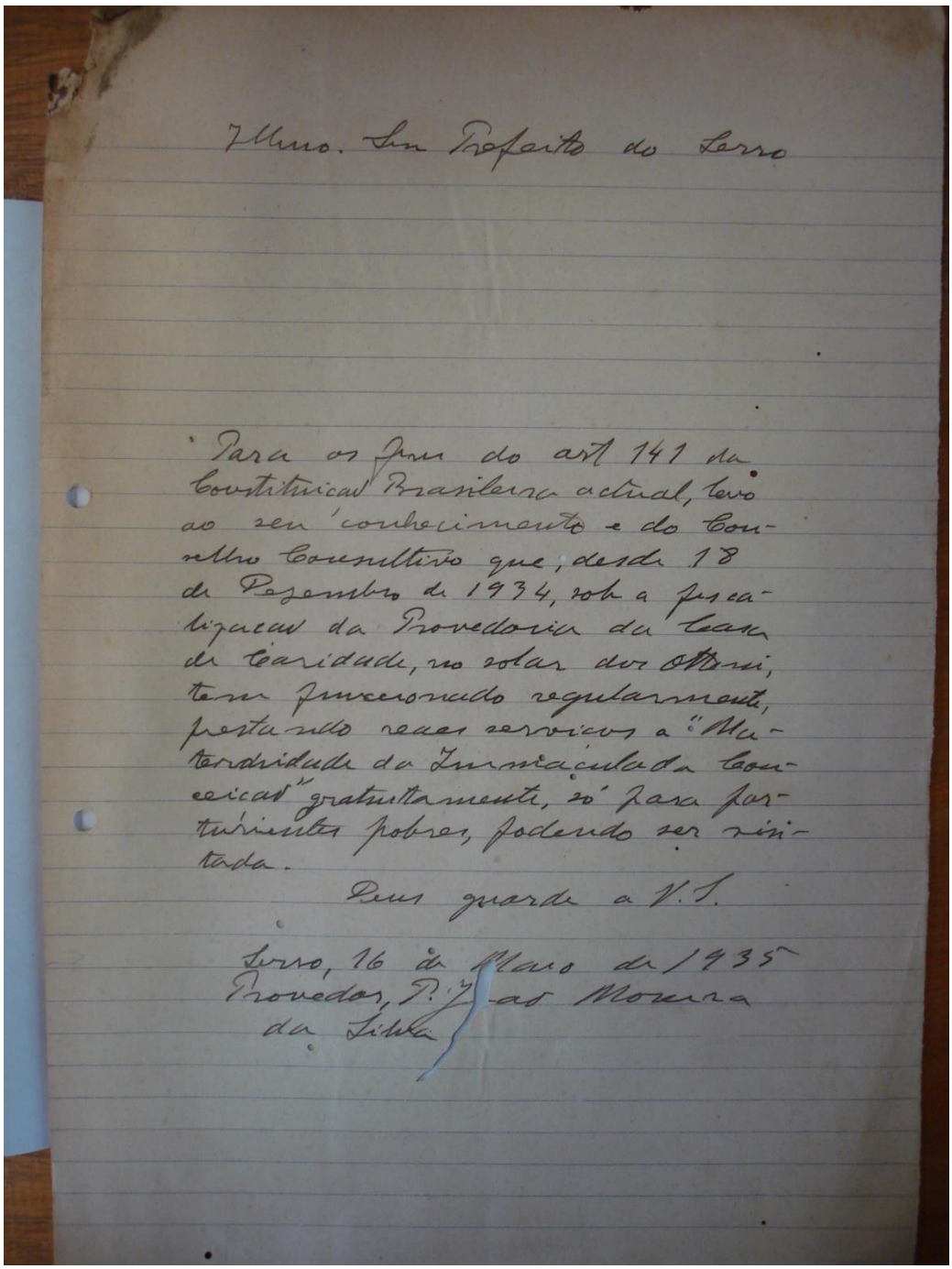
SECÇÃO LIVRE

GUARDA NACIONAL

O Collector federal previne aos srs. officiaes que foram nomeados por acto de 12 de Setembro, que finda o prazo a 12 de Janeiro do corrente anno para extrahirem suas patentes, sem multa, sendo o sello dos mesmos o seguinte:

Commando superior ou Coronel 4:268$000
1.o Coronel 3:768$000
Major 3:132$000
Capitão 1:974$000
Tenente 300$000
Alferes 300$000

Anexo 2 – Correspondência relativa à abertura de uma maternidade no "solar dos Ottoni"



Illmo. Snr Prefeito do Serro

Para os fins do art 141 da Constituição Brasileira actual, tenho ao seu conhecimento e do Conselho Consultivo que, desde 18 de Dezembro de 1934, sob a fiscalização da Provedoria da Casa de Caridade, no solar dos Ottoni, tem funcionado regularmente, prestando reaes serviços a "Maternidade da Immaculada Conceição" gratuitamente, só para parturientes pobres, podendo ser visitada.

Deus guarde a V. S.

Serro, 16 de Maio de 1935
Provedor, P. J. [illegible] Moura
da Silva

Anexo 3 – Termo de Doação da Foto Panorâmica do Serro

Ministério da Cidadania		
ibram instituto brasileiro de museus	IBRAM/MRCO	Data: 02/05/2019

Instituto Brasileiro de Museus
Museu Regional Casa dos Ottoni

TERMO DE DOAÇÃO

Eu, **Helton Antônio Magalhães,** brasileiro**, Presidente da Associação de Amigos de Serro,** sediada a rua Timbiras, 1560/707, Lourdes, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais - Brasil, CEP: 30140-061, de livre e espontânea vontade, dôo gratuitamente e em caráter perpétuo e sem restrições de uso, a peça abaixo relacionada, ao **MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI** – UNIDADE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, com sede na Praça Christiano Ottoni, n 72, Bairro da Praia, Serro, MG CEP: 39150-000, para integrar o acervo desta Instituição.

Nº	DESCRIÇÃO	IMAGEM
01	**Identificação:** Tela panorâmica da cidade de Serro, foto de Felix Tolentino **Origem/ Procedência:** Belo Horizonte, Brasil. **Datação:** 2005 (por volta)	

Serro, 02 de maio de 2019

Helton Antônio Magalhães (Presidente da Associação de Amigos de Serro)

Testemunhas:

Ana Cláudia Pereira de Oliveira

Anexo 4 – Ficha de Inventário de Nossa Senhora do Rosário

Ministério da Cultura - **MinC**
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - **IPHAN**
13ª Coordenação Regional - **MG**

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS

LOCALIZAÇÃO

01. UF/MUNICÍPIO
MG / SERRO

02. CIDADE/LOCALIDADE
SERRO

03. ENDEREÇO
PÇA. PRESIDENTE VARGAS S/Nº

04. ACERVO
IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

05. LOCAL NO PRÉDIO
MUSEU REGIONAL CASA DOS OTONI

06. PROPRIETÁRIO
MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA
PARÓQUIA DE N. S. DA CONCEIÇÃO

07. RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO
PE. GUSMÃO / RUA NELSON DE SERRA, Nº 8

IDENTIFICAÇÃO

05. DESIGNAÇÃO
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

09. ESPÉCIE
IMAGINÁRIA

10. NATUREZA
ESCULTURA

11. ÉPOCA
SÉCULO XVIII

12. AUTORIA
NÃO IDENTIFICADA

13. MATERIAL/TÉCNICA
MADEIRA / ESCULTURA, POLICROMIA, DOURAMENTO.

14. NÚMERO
MG-96.133.254

15. Nº DE INVENTÁRIO
02-038-068

16. ORIGEM
MINAS GERAIS

17. PROCEDÊNCIA

18. MODO DE AQUISIÇÃO/DATA
SOB GUARDA



19. MARCAS/INSCRIÇÕES/LEGENDAS

20. DIMENSÕES (cm)

ALTURA:	72	LARGURA:	29
COMPRIMENTO:	0	PROFUNDIDADE:	25,5
DIÂMETRO:	0	PESO (g):	0
CIRCUNFERÊNCIA:	0		

21. DESCRIÇÃO:
Figura feminina, meia idade, posição frontal, de pé, cabeça e olhar direcionados para frente, cabelos longos, castanhos, com mecha caída à direita para frente, braços flexionados à frente, sem as mãos; perna direita levemente flexionada e a esquerda reta; veste túnica branca cingida; com padronagem em ramos vermelhos, dobrada à altura dos cotovelos, de onde sai outra manga vermelha; manto azul escuro, de forro vermelho, passsando em diagonal pela parte mediana do corpo, com uma dobra sendo debaixo do braço esquerdo; padronagem em elementos goticulados; mantelete vermelho, com confetes dourados; sobre a cabeça um véu esvoaçante em dourado e branco; base atributiva, em tufos de nuvens azul e vermelho, com confetes dourados; frente com cinco cabeças de anjos, dispostos em pares; o anjo central tem o rosto voltado à esquerda; cabelos marrons; asas em azul e vermelho com estrias douradas. Peanha oitavada, de laterais em moldura côncavo-convexa, e marmorizado azul e vermelho.

22. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA/LOCALIZAÇÃ
FOTOS: MG-96.133.254
CONTATO: 133.051 NEGATIVO: 6,7,8
OPERADOR/DATA: Paulo Henrique - 01/96

96
133254
R001
Sob Módulo / ao fundo
Próx ao relógio

PROTEÇÃO

23. PROTEÇÃO LEGAL
OBS:

☐ FEDERAL ☐ ESTADUAL ☐ MUNICIPAL
☐ TOMB. INDIVIDUAL ☒ TOMB. EM CONJUNTO ☐ NENHUMA

24. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA
☐ BOA ☒ RAZOÁVEL ☐ RUIM

25. ESTADO DE CONSERVAÇÃO
☐ EXCELENTE ☐ BOM ☒ REGULAR
☐ MAU ☐ PÉSSIMO

Anexo 5 – Relação de fotos da exposição “Faces do Serro”

Relação de fotos - Exposição Faces do Serro

1. (7,9 x 12)
Geraldo Barbosa da Silva (Seleiro)
Luiz Antonio Meireles (Sapateiro)

2.
Gentil Araújo Costa (Alfaiate e Músico)
José Wandeir de Paula (Sapateiro)

3. (PLACA MAIOR: 11,7 x 17,5)
Edvaldo da Costa Ferreira (Catador de Material Reciclável)
Corina Rodrigues dos Santos (Lavadeira)
Mara de Jesus Santos (Artesã)
João Aparecido Moreira dos Santos (Artesão)
Dauro Moreira da Silva e Geraldo Pereira de Lima (Barbeiro e Lavrador)

4.
Pedro Simões (Mestre das Tradições de Cura)
Maria Teodora Silva e João Marcos Alves Cardoso (Mestre das Tradições de Cura - Fotógrafo)

5.
Maria de Lourdes Moreira Pires (Educadora e Escritora)
Afonso Leôncio dos Santos (Mecânico e Poeta)

6.
Jadir Pereira da Fonseca (Marceneiro e Chefe da Caixa de Assobios)

7.
Nelson Eugênio da Silva (Chefe dos Catopês)

8.
José da Paixão Barbosa, João Gabriel Silva Guimarães,
Pedro Lucas Silva Guimarães, e João Pedro Cunha Oliveira de Avila Pimenta
(Chefe dos Caboclinhos e Lavrador – Integrantes dos Caboclinhos e Estudantes)

9.
Sebastião Lopes Ramos e Helena Paula Ramos (Integrante dos Catopês, Lavrador e Benzedor - Doméstica)

10.
Joaquim da Silva (Comandante da Marujada)

11.
José Lino Gomes e Carlina Maria Morais Gomes (Sanfoneiro e Lavrador - Doméstica)

12.
José de Paula Silva (Comerciante)
Clipson Luis Pinto de Almeida (Mensageiro e Contador de Histórias)

13.
Paulo dos Santos Oliveira (Artesão e Lavrador)
Waldir da Costa Coelho (Artesão e Lavrador)

14.
Teresinha Silvestre de Jesus Cunha (Lavadeira e Artesã)

15.
Anisia Gabriela de Jesus Brandão (Parteira e Lavradora)

Anexo 6 – Projeto de modificação expográfica para os espaços expositivos do Museu Regional Casa dos Ottoni (2012)

Justificativa

> "Entendemos *exposições* como estratégias comunicacionais com lógicas e sentidos próprios, relacionados com o processo de produção de fatos, eventos e bens sociais, reconhecidos por sua materialidade, revelando redes de relações entre acontecimentos, idéias e indivíduos (...)"
>
> (CUNHA, Marcelo Bernardo. *Teatro de Memória, palco de esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras nas exposições.* São Paulo, PUC, 2006. Tese de Doutorado)

Um programa de exposições para o Museu Casa dos Ottoni pretende levar adiante um projeto reformulador para as exposições. Pensado na dinâmica possível com a sociedade, espera-se do museu, e de seu principal meio de comunicação – a exposição – o exercício pleno de seu potencial. Com isso, o desejo de integrar o museu com seu entorno reveste-se de caráter definidor do lugar da instituição. O processo de manufatura do queijo (patrimônio imaterial da cidade do Serro), a Festa do Rosário (tradicional da região atraindo turistas e antigos moradores da cidade) a Procissão de Cinzas (extinta na década de 50) ou a Igreja da Purificação (demolida na década de 20) são pouco exploradas ou não fazem parte da montagem expográfica atual da instituição.

Por isso, o programa proposto estará focado na possibilidade de trabalhar com a comunidade da região, no espaço do museu, as suas questões e as suas manifestações culturais (que vão além das citadas acima), de forma a reforçar os vínculos entre instituição e comunidade, trazendo legitimidade e representatividade para o espaço museal. Dessa forma, o museu pretende impor um ritmo de trabalho capaz de reconfigurar o estado atual de suas exposições, de modo a imprimir seu discurso, baseado na necessidade de preservação da memória da comunidade e no potencial cultural e educacional da mesma, tanto para o público visitante quanto para o exercício da museologia contemporânea.

Objetivos

Geral:

- Revitalização do espaço expositivo do Museu Casa dos Ottoni, no Serro (MG), por meio de execução de um novo projeto museográfico para os espaços destinados às exposições temporárias e de longa duração.

Específicos:

- Inserção das representações culturais significativas da região nas exposições;
- Buscar uma maior interação com a comunidade local;
- Aumentar o número de visitas a instituição;
- Buscar nas representações comunitárias, parcerias para desenvolvimento de atividades na instituição;
- Fazer com que a instituição torne-se um exemplo de Museu voltado para comunidade, desempenhando um papel significativo para museologia social;
- Diversificar o trabalho educativo da instituição, oferecendo as escolas da região várias possibilidades de trabalho e abordagem com os alunos das mais variadas faixas de idade.

Benefícios a serem produzidos

Culturais

- Maior identificação cultural da comunidade com o museu;
- Visibilidade para as manifestações culturais locais;
- Resgate e resignificação de manifestações culturais esquecidas ou em desuso;
- Trabalho com o patrimônio imaterial e o processo identitário;

Sociais

- Aumento da visitação do museu pela comunidade e por turistas;
- Aumento das atividades educativas desenvolvidas no museu;
- Maior participação das representações comunitárias nos projetos do museu;
- Possibilidade de parcerias com as escolas, utilizando o museu como extensão ou participe constante do processo educacional;
- Identificação do Serrano com a instituição e consequente valorização da mesma;

Financiamento e fomento

- Maior arrecadação por meio das visitas ao museu;
- Possibilidade de estabelecer parcerias com empresários locais, estatais, universidades e órgãos municipais a fim de desenvolver novos projetos para o museu;

Impactos Institucionais

Acredita-se que a presente proposta de mudança, trará benefícios e visibilidade (na área museológica e cultural) para a instituição além de adequar-se perfeitamente a Missão da Instituição, descrito *no Plano Museológico* da mesma, da seguinte forma:

"Ao Museu Casa dos Ottoni foi atribuída a missão de salvaguarda e divulgação do passado histórico e cultural do Serro e da família Ottoni, dedicando-se também a discutir o que possa se relacionar, nesse contexto, com os mais diversos aspectos da cultura atua. Nesse plano, podemos identificar a necessidade de concentrar as atenções para o cumprimento pleno do exercício museológico na sociedade onde está inserido, procurando incrementar e propor atividades no campo cultural, de forma que a instituição seja pólo de discussão constante sobre o passado, o presente e o futuro." (Museu Regional Casa dos Ottoni, Plano Museológico, 2012)

Descrição atual das Salas Expositivas, área administrativa e área externa

Salas Expositivas

Sala 01

Funciona como a recepção do Museu; lá os visitantes são recebidos pelos monitores que os acompanham na durante a visita; possuem duas mesas e quadros com mapas e história de alguns membros da família Ottoni.

Sala 02

Possui 10 painéis contendo informações sobre a cidade do Serro e da família dos Ottoni, cobertos por vidros e dispostos na parede. Há também três (03) bateias (instrumento de garimpo, confeccionados em madeira e em formato circular). A iluminação da sala é artificial com luminárias presas ao teto, direcionadas para os painéis.



Sala 03

Possui 10 imagens sacras pertencentes às igrejas da região (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja da Santa Rita e Igreja Bom Jesus do Matozinhos) sobre módulos de madeira de tamanhos variados, dispostas nas paredes e em frente às colunas existentes na sala; há também duas portas de madeira (provavelmente pertencentes à Igreja da Purificação, demolida na

década de 1920), expostas na sala. Todas as peças de imaginária possuem plaquetas de idenficidação com nome e uma pequena descrição histórica das peças. Há iluminação artificial (reduzida) e natural, por meio das janelas.



Sala 04 e 05 – Igreja da Purificação

São duas salas, contendo objetos que remetem a Igreja da Purificação, que, como já explicitado foi demolida. Estão expostos oratórios, partes de retábulos, partes de confecionários e uma Urna dos Pré-Santificados (única com identificação e que pertence a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição).





A sala possui iluminação artificial e natural, por uma porta que dá acesso a área externa do museu.

Sala 06 – Cozinha

Sala de dimensões menores que as demais salas expositivas do museu; compõe a estrutura de uma cozinha do século XIX, contendo um fogão de lenha, pilão e pés de pilão, gamelas, tachos, pedra de assar farinha, formas de queijo e forma de doce, mesa de queijo, balança, ferrete, coador de café e algumas panelas de pedra e de ferro. A sala possui apenas um ponto de iluminação artificial e iluminação natural adivindas da janela e da porta, respectivamente.



Sala 07 – Sala de Jantar

Com o tema também relacionado a cozinha e aos modos alimentares está sala traz a exposição um trempe (utilizado para alimentação dos tropeiros no século XIX), a cabeçada e o peitoral (objetos utilizadas nos animais que seguiam junto aos tropeiros), uma grande mesa de jantar com bancos sem encosto, um cabide de parede, um banco com encosto e um armário contendo objetos de louça como pratos (rasos e fundos), xícaras de chá e travessas decoradas. A

sala possui iluminação natural proporcionado pelo grande número de janelas presentes na sala, que estão todas cobertas por cortinas.



Sala 08 – Quarto de Viúva

Representação do quarto da família Ottoni. Cama de madeira, colchão de capim. Cobertores de algodão, três cadeiras entalhadas em madeira e com palinha. Na sala estão expostos ainda uma arca grande de madeira, dois baús pequenos, um gomil e uma bacia para higiene pessoal. Há ainda uma cômoda-papeleira contendo outros objetos menores expostos sob o mesmo (como palmatórias e carimbo-selos). Existem na sala dos quadros com representação de membros da família e um contendo a imagem de Nossa Senhora do Carmo. As duas grandes janelas presentes na sala fazem com que a iluminação seja, predominantemente, natural.





Sala 09 – Rosália Ottoni

A sala contem duas mesas de encostar encimadas por luminárias e uma mesa de centro, também encimada por luminária; cinco cadeiras com entalhe em madeira e palinha nos assentos; duas cadeiras de balanço também em madeira e com assento e encosto confeccionados com palinha; há ainda um sofá, de três lugares, no mesmo formato, um relógio de madeira entalhada e um lustre também em madeira entalhada; o destaque dessa sala são os quadros de membros da família Ottoni, confeccionados por Jordão de Oliveira, a pedido do diretor do então SPHAN Rodrigo de Mello Franco de Andrade. A iluminação da sala é natural, contendo duas janelas uma porta com saída para a varanda da casa e outra porta que dá acesso a uma sala administrativa (está porta conservasse fechada nos horários de visitação no museu).





Áreas Administrativas

Reserva Técnica 01

Sala em frente à escada de acesso ao segundo andar do edfício, cotendo maior parte do acervo que não está em exposição. Possui iluminação artificial (com apenas um ponto de luz) e natural – a partir da janela ao fundo da sala. Na reserva também se encontram os equipamentos técnicos específicos para o desempenho das atividades musólogicas: balança de precisão, escalímetro digital, exaustor, desumidificador, rolos de plástico bolha, rolos de TMT, papel

de seda, luvas de látex, máscaras de proteção, trinchas para higienização, trena, lupa de aumento óptico e lanterna.

Reserva Técnica 02

Localizada mais ao fundo do segundo andar do edifício a reserva técnica 02 tem uma dimensão bem reduzida em relação a reserva técnica 01, armazenando assim apenas objetos de menor porte. Há iluminação artificial, mas a natural prevalece devido à localização da janela.

Escritório

Sala ocupada pelo Diretor do Museu e pelos assistente administrativos. Nessa sala também está a mapoteca que contem algumas peças em papel do acervo.

Sala Administrativa/Servidores

Localizada ao lado da sala Rosália Ottoni e próxima também a varanda da casa a sala é utilizada para o desenvolvimento das atividades do administrador, da educadora, do historiador, da musóloga e do assistente administrativo. Possui cinco computadores e outros equipamentos de escritório (mesas e cadeiras); funcionava como sala expositiva, porém a exposição contida teve que ser desmontada para acomodação dos servidores recém-chegados.

Possui iluminação natural adivinda das duas janelas e duas portas – sendo que uma das portas, que da acesso a sala Rosália Ottoni, em dias e horários de visitação permanece fechada.

Área Externa

Varanda

Extensão da edificação com vista de boa parte da cidade, a varanda possui uma ampla área, contendo dois bancos (que fazem parte do acervo), que podem ser utilizados pelos funcionários e visitantes para descanso.

Jardim

O Jardim do Museu, que vem sendo bastante trabalhado desde 2008, pode ser considerada uma área de conforto visual e físico para visitantes e também funcionários. Possui uma área extensa com gramado bastante conservado, diversidade em sua flora (papiro, mangueira, ortências, pés de limão, amora, goiabeiras, bananeiras etc.) uma pequena ponte sob a nascente do riacho, que vinda do bosque, perpassa todo o jardim. Possui caminhos de pedra delineados, bancos para descanso e uma pequena construção, de bases de madeira e cobertura de telhas de argila, que é utilizada como garagem pelo carro do IPHAN.





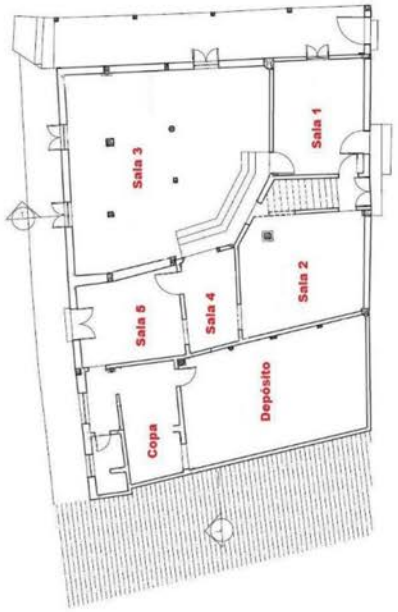
Bosque

Além do jardim, o museu conta com um bosque de 36.139,00 m² de extensão, com grande diversidade de flora, possuindo um caminho que pode ser percorrido em forma de circuito fechado. Ao longo do trecho há uma fonte de água corrente do advinda da nascente do riacho.



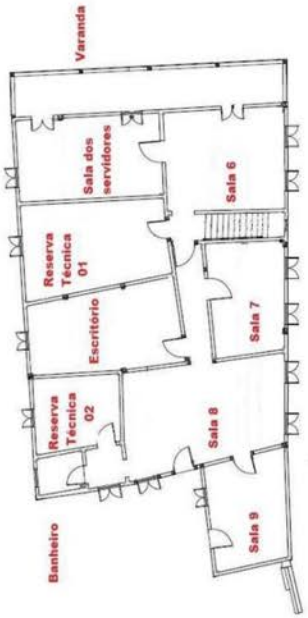


Planta do Museu 01: Espaço Térreo



Sala 1: Recepção do Museu, com quadros expositivos sobre as personalidades da Família Ottoni.
Sala 2: Painéis contendo a história da cidade do Serro
Sala 3: Exposição das imagens sacras das Igrejas da cidade
Sala 4: Exposição de peças pertencentes a Igreja da Purificação, demolida na década de 20
Sala 5: Exposição de peças pertencentes a Igreja da Purificação, demolida na década de 20

Planta do Museu 02: Pavimento superior



Sala 6: Exposição de mobiliário do século XVIII/XIX e pinturas de membros da Família Ottoni
Sala 7: Exposição de mobiliário do século XVIII e XIX
Sala 8: Exposição de mobiliário, especificamente a utensílios domésticos e de cozinha
Sala 9: Exposição de fogão de lenha, tachos e outros elementos da típica cozinha mineira

Modificações Expográficas Sugeridas

Em vista, do explicitado acima, e das etapas de trabalho já executadas, pode-se considerar que os pontos analisados que devem refletir diretamente na montagem expográfica a ser reelaborada, são:

- Manifestações culturais que identifiquem os moradores da cidade
- Inserção da oralidade e da cultura imaterial nos espaços expositivos, por meios multimídia.
- Elaboração de exposições temáticas que embasem as atividades educativas a serem desenvolvidas.
- Inserir o Bosque dos Ottoni no roteiro de visitação do Museu.

Dentro desta perspectiva, seguem abaixo as modificações expográficas sugeridas para melhor atender a demanda institucional.

Salas Expositivas

Sala 01 - Recepção

Funcionaria como a recepção do museu onde seria cobrada a entrada, apenas constando os folhetos do museu, mapa da casa e da visitação à mesma e informações sobnre outras áreas turísticas da região. Dessa forma a sala contaria com ampla bancada, com um guarda-volumes para bolsas e outros pertences dos visitantes além de alguns assentos; A entrada seria lateral, dando acesso de direto a sala dos painéis. A outra entrada seria isolada por vidro blindex.

Sala 02 – Entendendo o Serro e o Museu Regional Casa dos Ottoni

Contendo painéis explicativos, com o layout diferenciado, contando com um pequeno contexto histórico da cidade do Serro (que possui 296 anos de história) e da Casa dos Ottoni. Haveria também a opção de explanação áudio-visual por meio de pequeno documentário (com legenda) para os portadores de necessidades especiais ou com limitações visuais, além da opção de atendimento e explanação dos mediadores do museu. Ao centro haveria uma composição lúdica com as bateias do acervo referindo-se a mineração.

Sala 03 – Igreja da Purificação e suas memórias

Seria uma sala com exposições das imaginárias sacras, fragmentos de retábulo, santos de roca, oratórios e outros objetos litúrgicos das igrejas da região, contando, além dos textos explicativos sobre as obras apresentadas. O principal foco da referente sala seriam os fragmentos de retábulo da Igreja da Purificação, demolida na década de 1920; aos fragmentos daria-se uma idéia de continuidade a partir de desenhos ou plotagens da parede que, partindo do fragmento exposto, remetessem a uma idéia geral do que seria um retábulo. Os desenhos acompanhariam as estruturas do retábulos dando assim essa idéia de continuidade. Além disso, o lado direito da sala seria contemplado com uma espécie de tablado que destacando às peças de chão. Alguns santos de roca seriam expostos nesse tablado, contemplados – do lado esquerdo da sala – por texto e fotografias plotadas especificando as questões e curiosidades da procissão de cinzas. As imaginárias do século XVIII e XIX (que, hoje, se encontra em exposição de caratér temporário) destacar-se-iam através de módulos expositivos adaptados às quatro pilastras presentes na sala com vitrines de vidro vasada na parte superior.

Salas 04 e 05 – Festa de Nossa Senhora do Rosário

As seguintes salas seriam dedicadas a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece no mês de julho e tem grande significado cultural para a cidade; na primeira sala (sala 04) haveria uma TV onde seria exibido um vídeo sobre a festa, confeccionado anualmente por meio de um concurso, por pessoas da localidade (escolas, grupos comunitários etc.); já a segunda sala (sala 05) estariam expostas fotos e textos plotados além de elementos materiais da festa; conteria uma vitrine de vidro e base em madeira para acondicionar de forma adequada a capa do Rei (elemento marcante da festa). A primeira sala contaria com a ausência de iluminação pontual ou de preenchimento, dando assim destaque apenas ao vídeo; já a iluminação da segunda sala seria predominantemente artificial e cênica, com pontos luminosos dentro e fora das vitrines.

Sala 06 – Cozinha mineira

Os objetos expostos permaneceriam (em uma quantidade reduzida), enfatizando, por meio de textos plotados nas paredes e fotografias as formas da cozinha mineira, os igredientes mais usados e os pratos mais tradicionais. O fogão seria encostado na parede; o pilão seria colocado abaixo da janela; reduziríamos o número de gamelas na sala; a porta, que dá acesso a sala de jantar, também seria removida, ganhando mais espaço; o queijo seria enfatizado a partir do objeto já existente – a mesa de queijo – acrescentando algumas plotagens com fotografias e pequenos textos.

Sala 07 – Modos de comer

Pequena modificação na estrutura da sala enfatizando as diferenças no modo de comer (dos tropeiros e de famílias mais abastadas, por exemplo). A mesa deverá se colocada de uma forma mais central que permitiria maior circulação – incluindo aqui a circulação de cadeirantes. Já o armário contendo as louças e faianças teria suas portas retiradas para a colocação de um vidro (evitando assim o desgaste da peça, que a cada visita tem as suas portas manuseadas). A sala passaria a contar com textos plotados referindo-se aos modos de comer dos senhores e dos tropeiros. Daríamos mais destaque aos tropeiros tendo os objetos colocados em cima de módulos e plotagens com imagens de suas rotas, por exemplo.

Sala 08 – Quarto de Viúva

Seria mantida, sofrendo apenas algumas mudanças na iluminação (que seria mais pontual de caráter cênico) e na disposição dos objetos. Retirar objetos excessivos da escrivaninha, diminuir o número de cadeiras, iluminação interna do oratório e retirar o gomil e a lavanda colocando sob a cama a bacia de cobre recentemente doada à instituição.

Sala 09 – Rosália Ottoni

Nesta sala o destaque dado seria a família Ottoni. Os quadros dos mesmos seriam colocados em uma única parede com as identificações próprias. No

centro utilizando a mesa que lá já está – sobreposta por uma vitrine de vidro – ficariam as medalhas comemorativas da Família. Além de destacar o histórico da família, também estariam presentes nesse módulo expositivo informações sobre o Jornal *Sentinela do Serro* idealizado e criado por Teófilo Ottoni.

Reserva Técnica 01

Mantida como reserva técnica dos acervos salvaguardados que não se encontram em exposição.

Reserva Técnica 02 – Sala "das descobertas"

A reserva técnica 02 seria transformada na Sala de exposição de apenas um objeto ou tema sendo modificada mensalmente. Seria chamada Sala "das descobertas". Essa exposição teria o caratér educativo explorado ao máximo, tendo diversas atividades desencadeadas a partir de cada exposição.

Escritório – Reserva Técnica 02

O escritório seria transformado na reserva técnica 02, com espaço amplo para o armazenamento de obras de maior dimensão, desafogando, dessa forma, a reserva técnica 01.

Sala administrativa/servidores – Sala de Exposições Temporárias

Sala dedicada às exposições temporárias; também nessa sala seriam desenvolvidas outras atividades como exibição de filmes, palestras, tardes literárias etc. As atividades expositivas e educativas seriam intercaladas, seguindo calendário anual pré-estabelecido pela equipe do museu. A iluminação – artifical ou natural – nesse caso dependeria da atividade a ser desenvolvida no local.

Varanda – Ponto de descanso visual e físico

Continuaria da mesma forma, funcionado como um ponto de descanso visual e físico após a visitação das salas expositivas.

Bosque – Trilha ecológica

Segundo descrição constante no *Plano Museológico* do Museu Regional casa dos Ottoni, o Bosque pode ser definido como:

> "(...) um espaço fundamental a ser desenvolvido nos projetos de expansão do museu. Pretende-se fazer do bosque não apenas uma área livre de lazer para os visitantes do museu, mas um conjunto integrado com a casa, estendendo o corpo expositivo para a área externa ao edifício, considerando-se o conjunto de espécies vegetal e animal que se encontra no bosque como parte do acervo a ser conservado, estudado e divulgado pela instituição. Assim, o bosque ganha importância própria no corpo do museu, transformando-se em local específico de atuação. Vários fatores colaboram para a importância do bosque, como a variedade encontrada de plantas, a localização muito próxima ao centro urbano – em um lugar privilegiado historicamente, por ser parte da área onde surgiram os primeiros assentamentos que vieram a dar origem ao arraial que deu origem à formação da cidade – a possibilidade de intervenção cultural ativa e constante, devido à integração ao museu, além de resquícios – principalmente à beira dos córregos que nascem no terreno – que remontam as manifestações da ação mineradora na região. Dessa forma, a ação integrada entre bosque-museu é também extensiva à cidade, podendo ser entendida como uma das colunas de um projeto maior de integração entre o museu e a comunidade." (Museu Regional Casa dos Ottoni, Plano Museológico, 2008, p.21-22)

Portanto a criação de uma trilha ecológica contando com placas de identificação dos espécimes da flora existentes, a ser realizado com as escolas e o público infanto-juvenil que visite o museu, seria além de uma extensão expositiva e um diferencial a ser alcançado pela instituição, um trabalho de preservação do patrimônio ambiental que não pode em hipótese alguma ser negligenciado pela instituição.

Acessibilidade

As questões de acessibilidade a edificação e exposições estão previstas no Projeto de Reforma da Edificação que contará com auxílio técnico do MinC/Ibram/ Cemae e com a normatização técnica do IPHAN. Estão previstos assim novos acessos a casa, assim como soluções de aparelhagem que viabilizem o acesso de visitantes com limitações físicas.

Segurança

Sobre a segurança do acervo, dos visitantes e dos funcionários do Museu Casa dos Ottoni os mesmos estão previstos no Projeto Elétrico e no Projeto de Reforma da Edificação.

Viabilidade de execução do projeto

Para execução do mesmo é necessário que os seguintes projetos ocorram em concomitância:

- Construção de edificação Anexa ao Museu Casa dos Ottoni: A construção de um anexo surge como solução definitiva para os problemas de espaço para preservação dos objetos e organização de exposições. Passando toda parte administrativa para uma edificação anexa o espaço museal contaria com mais espaços para elaboração de uma nova reserva técnica assim como a reformulação do espaço expositivo. Dessa forma, atendendo melhor o seu público visitante, o Museu Casa dos Ottoni suscitaria atividades e projetos mais dinâmicos no que tange as principais funções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação.

- Reforma da Edificação: A reforma da edificação que abriga o Museu Casa dos Ottoni, vai além de uma obrigação normativa técnica em consequência do tombamento realizado por órgão responsável ainda na década de 50 do século XX. Trata-se de uma forma de auxiliar na preservação do acervo museológico, na melhor acomodação e segurança dos funcionários e visitantes que circulam na Casa dos Ottoni diariamente e na garantia de acessibilidade aos portadores de qualquer tipo de limitação física –prevista em lei. Inclui também a preservação do patrimônio material e imaterial da cidade do Serro já que a edificação em questão está localizada no Arraial de Cima, onde a cidade em questão (antiga Vila do Príncipe) iniciou-se. Dessa forma a reforma da edificação justifica-se por seu valor cultural e de funcionalidade a serviço também da difusão do patrimônio cultural.

- Execução do Projeto Elétrico: Projeto encontra-se em fase de empenho para execução.

- Levantamento Planialtimétrico: A proposta deste projeto se justifica pela necessidade básica do MRCO de possuir o levantamento de sua área total, de forma que possa dar andamento a todos os projetos que tenham como requisito a manipulação do espaço aberto da instituição

- Levantamento Botânico-Zoológico do Bosque do Museu Regional Casa dos Ottoni

Anexo 7 – Publicação no Diário Oficial da União, de 16 de outubro de 2014

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 1/2014

A Superintendência do IPHAN em Alagoas torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa TEC CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.185.771/0001-40, foi a vencedora da Concorrência nº 001/2014, referente a contratação de empresa especializada para a execução da obra de Requalificação Urbana da Área Comercial e do Largo de São Gonçalo, em Penedo/AL, prevista no Programa PAC-CII - Plano de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas, para o Município de Penedo/AL, instruída através do Processo nº 01403.000975/2013-91, por ter atendido os requisitos do Edital e seus respectivos Anexos e ter apresentado Proposta de Preços de menor valor global, no montante de R$ 7.904.334,38 (Sete milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centtavos).

SANDRO GAMA DE ARAÚJO
Substituto

(SIDEC - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 343007

Número do Contrato: 8/2014.
Nº Processo: 01502000523201471.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 02999652000107. Contratado : DOMO ARQUITETURA ENGENHARIA E -PROJETOS CULTURAIS LTDA -. Objeto: Prorrogação de vigência do contrato nº08, de 28 de maio de 2014, firmado com empresa especializada para elaboração de projeto executivo de restauração e adaptação de monumentos e de implantação de novos equipamentos urbanos em sítios históricos integrantes do PAC Cidades Históricas -Salvador/BA. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 25/09/2014 a 24/12/2014. Data de Assinatura: 25/09/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2014 - UASG 343003

Número do Contrato: 10/2011.
Nº Processo: 01494000467201179.
PREGÃO SISPP Nº 4/2011. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 03599095000108. Contratado : COPIAR CENTER LTDA - ME -Objeto: Fica altera a vigência, constante da cláusula nona, do contrato originalmente celebrado em 19 de setembro de 2011, com fundamento no Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, republicada, ficando acordado entre as partes o prazo de 12 (doze) meses, com início em 20 de setembro de 2014 e termino em 19 de setembro 2015. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93 Vigência: 20/09/2014 a 19/09/2015. Data de Assinatura: 19/09/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 343003

Número do Contrato: 16/2011.
Nº Processo: 01494000296201188.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2011. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 09654059000178. Contratado : FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA --ME. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a majoração do valor inicial do contrato 16/2011, com fundamento no artigo 58, parágrafo 2º da Lei 8.666/93, ficando o valor original do contrato acrescido em R$ 312.108,99 (trezentos e doze mil, cento e oito reais e noventa e nove centavos). Fundamento Legal: Art. 58, ÷ 2º, da Lei 8.666/93. Vigência: 07/10/2014 a 19/03/2015. Valor Total: R$312.108,99. Fonte: 100000000 - 2014NE800061. Data de Assinatura: 07/10/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2014 - UASG 343013

Nº Processo: 01514001444201449 . Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração e compatibilização de projeto arquitetônico para a futura obra de Anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni, com a devida proteção e valorização do sítio arqueológico, caso o mesmo seja existente no local. Os projetos técnicos necessários para esse objeto são: Projeto Paisagístico, incluindo a Recuperação da Ponte; Projeto Arquitetônico do Anexo Administrativo do Museu e Projetos Complementares (Estrutural, Drenagem, Hidrossanitário e PPCI); Levantamento Planialtimétrico do terreno e Serviços de Arqueologia (Projeto, Pesquisa, Execução e Relatório; além da curadoria). A guarda do material obtido nas escavações será efetivada pelo próprio Museu Casa dos Ottoni.O museu Regional Casa dos Ottoni está localizado na Praça Cristiano Ottoni nº 072 Bairro Praia- Serro/MG - CEP: 39.150-000. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 16/10/2014 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Rua Januária,130 Floresta-uasg:superintendência do Iphan M.gerais Floresta - BELO HORIZONTE - MG. Entrega das Propostas: 03/11/2014 às 14h00. Informações Gerais: Vistoria Técnica.

RICARDO DE OLIVEIRA PIMENTA
Pregoeiro

(SIDEC - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2014 - UASG 343002

Número do Contrato: 12/2010.
Nº Processo: 01492000399200943.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2010. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 04550406000107. Contratado : CONSTRUTORA HABITARE LTDA -Objeto: Aditivo de acréscimo de serviços e reajuste de preços. Fundamento Legal: Artigo 57, ÷ 1º, e 65, incisoii, ÷ 1º e 8º da lei 8.666/93. Valor Total: R$1.944 346,21. Fonte: 100000000 - 2014NE800112. Data de Assinatura: 15/10/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 343032

Número do Contrato: 3/2014.
Nº Processo: 01480001610201333.
PREGÃO SISPP Nº 1/2014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 11233125000130. Contratado : ACROPOLE COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME - ME. Objeto: RETIFICACAO: na publicacao do extrato do contrato nº 3/2014, publicado no DOU de 4/09/2014, onde se le vigencia 01/09/2014 a 01/04/2014 leia-se 01/09/2014 a 01/09/2015. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 01/09/2014 a 01/09/2015. Data de Assinatura: 31/08/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2014 - UASG 343010

Nº Processo: 01508000456201435.
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 76535764000143. Contratado : OI S.A. -Objeto: Prestação de serviços de telefonia fixa comutada para:chamadas fixo-fixo local e fixo-móvel local; e serviço de comunicação multimídia. Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I da Lei nº 8666 de 21/06/1993. Vigência: 30/09/2014 a 31/10/2015. Valor Total: R$14.772,44. Fonte: 100000000 - 2014NE800090. Data de Assinatura: 30/09/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2014 - UASG 343010

Nº Processo: 01508000460201401.
PREGÃO SISPP Nº 7/2014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 09125593000197. Contratado : EVOLUTION GERADORES LTDA - EPP -Objeto: Prestação de serviços de empresa especializada para locação de contêiner, incluindo fornecimento e instalação do equipamento na sede do IPHAN/PR e devida manutenção preventiva e corretiva. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 c Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/10/2014 a 18/12/2015. Valor Total: R$46.800,00. Fonte: 100000000 - 2014NE800110. Data de Assinatura: 14/10/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 343011

Número do Contrato: 13/2012.
Nº Processo: 01510001805201225.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2012. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 01746007000110. Contratado : ARCHAIOS ENGENHARIA CONSULTORIA -PROJETO E RESTAURACAO L. Objeto: Serviços Técnicos especializados de engenharia e arquitetura para execução da 2ª etapa da obra de restauração do Cine Teatro Mussi localizado no Centro Histórico de Laguna. Fundamento Legal: art. 57, inciso I, ÷1º, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93 e art. 65, inciso II, alínea d e ÷1º da Lei n.º 8.666/93 . Vigência: 21/10/2014 a 15/12/2014. Valor Total: R$1.318.628,16. Fonte: 100000000 - 2014NE800218. Data de Assinatura: 10/10/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 3/2014 - UASG 343011

Nº Processo: 01510001951201412 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresas especializada,pessoa jurídica, para aquisição de moveis de escritório para equipagem da SLDE do IPHAN SC. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 16/10/2014 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Praça Getulio Vargas, 268 - Centro FLORIANOPOLIS - SC. Entrega das Propostas: a partir de 16/10/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.. Abertura das Propostas: 29/10/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

SOLANGE INES SIGLINSKI DANDOLINI
Pregoeira

(SIDEC - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2014 - UASG 343008

Nº Processo: 01504000771201401.
PREGÃO SISPP Nº 5/2014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 18752694000189. Contratado : DEMAX PROMOCOES E EVENTOS LTDA - -ME. Objeto: Contratação de pessoa jurídica, capacitada para fornecimento de serviços de apoio a Oficina "Filhos da Maré - Artesanato em Modelismo Naval" vinculada à casa do Iphan em São Cristóvão/SE. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 29/09/2014 a 28/09/2015. Valor Total: R$77.969,80. Fonte: 100000000 - 2014NE800212. Data de Assinatura: 29/09/2014.

(SICON - 15/10/2014) 343026-40401-2014NE800041

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

EXTRATOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.064595/2014-95, Ministério da Cultura e o Município de AGROLÂNDIA/SC, CNPJ nº 83.102.582/0001-44. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 15/10/2014. Assinaturas: MinC: BERNARDO MATA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município AGROLÂNDIA/SC: JOSÉ CONSTANTE, CPF: 624.958.529-04, prefeito.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.041143/2014-35, Ministério da Cultura e o Município de ALEGRETE/RS, CNPJ nº 87.896.874/0001-57. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 15/10/2014. Assinaturas: MinC: BERNARDO MAIA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município ALEGRETE/RS: LRASMO GUTERRES SILVA, CPF: 199.741.400-72, prefeito.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.041092/2014-41, Ministério da Cultura e o Município de ARAGUANÃ/TO, CNPJ nº 25.063.892/0001-09. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 15/10/2014. Assinaturas: MinC: BERNARDO MAIA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município ARAGUANÃ/TO: ALAN BRASIL ALVES DE SOUSA, CPF: 490.943.511-53, prefeito.

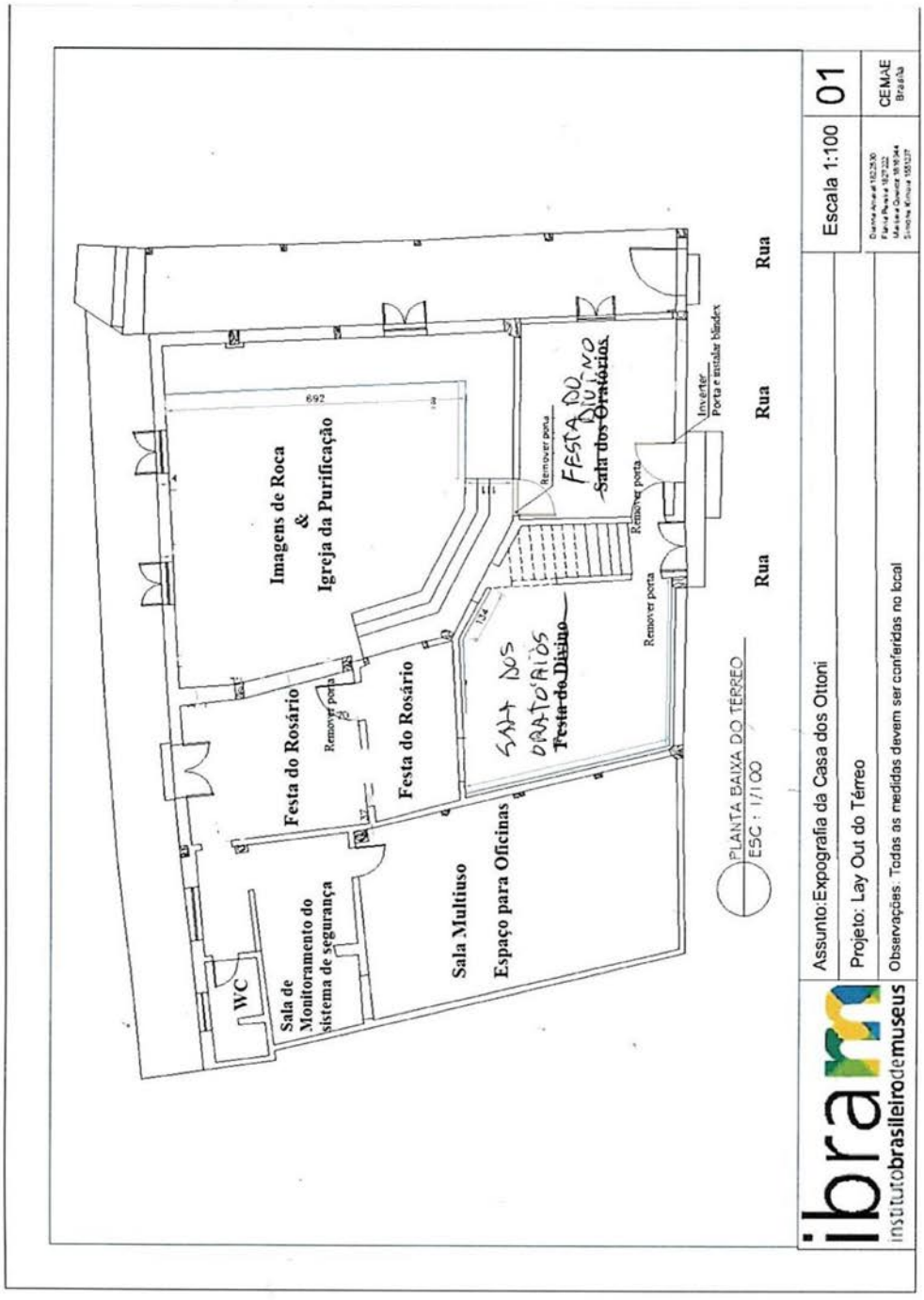
Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.064598/2014-29, Ministério da Cultura e o Município de BARUERI/SP, CNPJ nº 46.523.015/0001-35. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 15/10/2014. Assinaturas: MinC: BERNARDO MAIA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município BARUERI/SP: GILBERTO MACEDO GIL ARANTES, CPF: 492.736.988-91, prefeito.

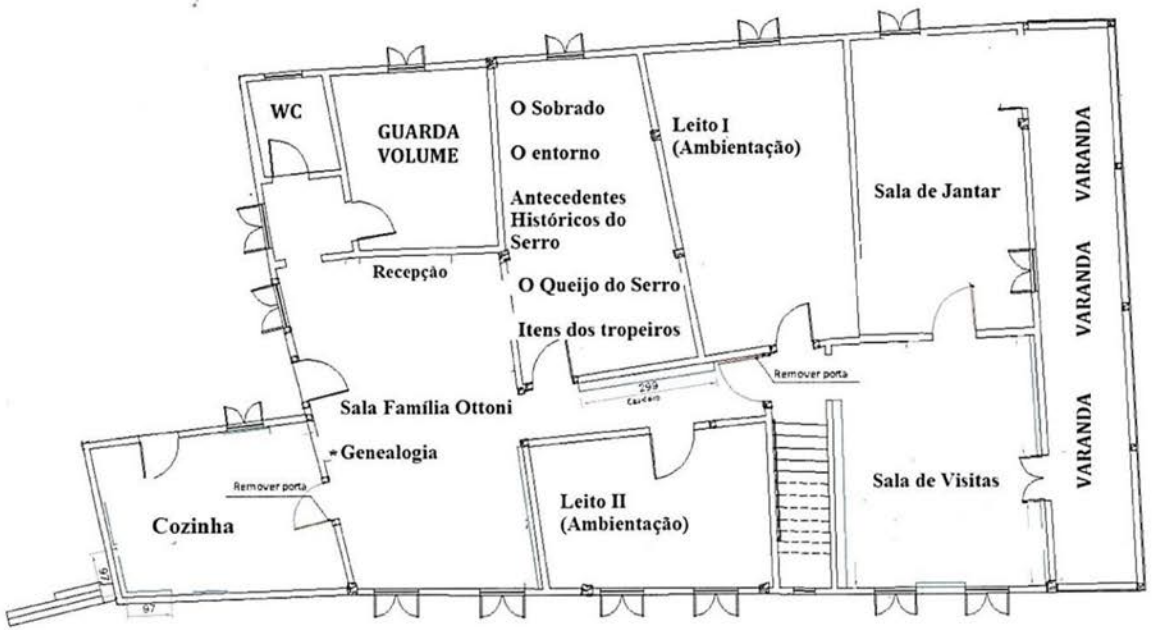
Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.064578/2014-58, Ministério da Cultura e o Município de BOM DESPACHO/MG, CNPJ nº 18.301.002/0001-86. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 15/10/2014. Assinaturas: MinC: BERNARDO MAIA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72, Secretário de Articulação Institucional - Substituto; Município BOM DESPACHO/MG: FERNANDO JOSÉ CASTRO CABRAL, CPF: 124.366.666-87, prefeito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032014101600016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 8 – Planta de modificação expográfica [2017?] Relação de fotos da exposição “Faces do Serro





PLANTA BAIXA DO 1º Pavimento
ESC : 1/100

ibram
instituto brasileiro de museus

Assunto: Expografia da Casa dos Ottoni

Projeto: Lay Out do Primeiro Pavimento

Observações: Todas as medidas devem ser conferidas no local

Escala 1:100

02

CEMAE
Brasília

Apêndices

Apêndice 1 – Festeiros da Festa do Rosário do Serro e suas funções para a festividade

Festeiros	Vinculação à irmandade	Funções na festa
Mordomo	Não obrigatória	Responsável pela ornamentação da bandeira do Mastro e pelo repique de fogos no seu hasteamento. Deve oferecer comida aos Caboclos nos ritos que envolvem o Mastro.
1º Juiz	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Caboclos durante a festa.
1ª Juíza	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Caboclos durante a festa.
2º Juiz	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Marujos durante a festa.
2ª Juíza	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Marujos durante a festa.
Rei	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Catopês durante a festa.
Rainha	Obrigatória	Compor o Reinado e providenciar meios para oferecer comida para os Catopês durante a festa.

Fonte: autoria própria, com base nas informações do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Serro (reformado), 1990 e Corrêa, 2018, p. 85-86

Apêndice 2 – Calendário de eventos relacionados à Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro

Data / Período	Evento
1º domingo de maio	Assembleia da Irmandade, na qual são eleitos os festeiros e o mordomo do mastro
Nove dias antes do 1º domingo de julho	Início da Novena
Sábado (último dia da novena)	Matina Levantamento do Mastro
1º domingo de julho	Formação do 1º Reinado Santa Missa Almoço nas casas dos festeiros Procissão Luminosa Jantar nas casas das festeiras
Segunda-feira	Formação do 2º Reinado (posse dos festeiros do ano seguinte) Distribuição de doces (durante a formação do 2º Reinado) Missa Descida do Mastro Entrega da Bandeira de Nossa Senhora do Rosário na casa do mordomo eleito para o ano seguinte

Fonte: autoria própria, com base nas informações do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Serro (reformado), 1990.

Apêndice 3 – Síntese dos instrumentos e orientações disponibilizados no "Kit de recolha de património imaterial"

Fichas para Património Imaterial	Ficha de Saberes e Ofícios Tradicionais: dedicada à investigação sobre os saberes e ofícios tradicionais, apresenta tópicos sobre os detentores do saber em questão, descrição das etapas compreendidas pelo saber/ofício praticado, as formas de transmissão de conhecimento e as ameaças para a sua continuidade.
	Ficha de Tradições Festivas: voltada para as festas tradicionais, sejam elas de caráter religioso ou não, deve ser preenchida de modo a esclarecer sobre os participantes da festa, a descrição dos seus ritos, os locais em que acontece e as ameaças à sua continuidade.
	Ficha de Tradições Orais: tem como tema lendas, provérbios, expressões orais, cantigas, entre outras manifestações orais; a ficha procura fazer o levantamento sobre os sujeitos envolvidos, os locais relacionados, formas de aprendizagem e as ameaças à sua continuidade.
Fichas para Património Material	Ficha de Lugares: utilizada em adição às fichas acima, no caso de o bem possuir uma relação bem demarcada com algum lugar específico, ou apenas para a caracterização de um lugar em função de seu valor para um grupo ou comunidade; deve ser preenchida com dados históricos sobre o lugar, localização, função e descrição.
	Ficha de Edifícios: usada de maneira acessória às fichas da categoria acima, caso o bem imaterial esteja associado com algum(ns) edifício(s) em particular; deve ser preenchida com dados históricos sobre o edifício, localização, função e descrição.
	Ficha de Objetos: também utilizada caso se verifique a necessidade, tem como tema os objetos relacionados ao bem investigado; deve ser preenchida com dados históricos sobre o(s) objeto(s), função, utilização, materiais e descrição.
Fichas complementares	Ficha de Pessoas: caracteriza as pessoas a serem entrevistadas durante o processo de recolha no terreno que compõe uma etapa fundamental na investigação sobre patrimónios imateriais; além de dados pessoais, como nome, telefone de contacto e escolaridade, a ficha apresenta ainda campos voltados para a sua atuação profissional e a maneira como o entrevistado se associa ao bem.

	Ficha de Entrevista/ História de Vida: apresenta alguns dados objetivos sobre a entrevista, tais como o nome do entrevistado e do entrevistador, local, data e horário em que foi realizada, e um campo para o resumo da entrevista; além disso, há orientações sobre como organizar e realizar as entrevistas, bem como formas de tratamento das informações coletadas.
	Como Desenhar uma Árvore Genealógica: instruções sobre como elaborar uma árvore genealógica, para o caso de esse ser um recurso adequado à investigação.
	Ficha de Projeto de Recolha: sistematiza as informações sobre o projeto, tais como o nome, a composição da equipa, o período de realização, o objeto investigado, fichas utilizadas, documentação produzida (horas de gravação em vídeo ou sonora, transcrições realizadas, quantidade de fotos e/ou desenhos, caderno de campo) e bibliografia consultada.
Manual para recolha no terreno	Orientações sobre o planeamento do projeto, tais como pessoas e instituições integrantes, locais a serem explorados, equipamentos disponíveis, prazos e escolha e estudo das fichas pertinentes ao projeto. Além disso, há instruções acerca das entrevistas, que devem ser feitas de forma paciente, respeitando o perfil e a disponibilidade do entrevistado. É também importante garantir que o entrevistado autorize o uso da sua entrevista e de sua imagem. Por fim, as informações devem ser confrontadas com outras fontes (livros, mapas, periódicos). É preciso ainda apresentar organizar o trabalho e apresentá-lo aos colegas e ao monitor.

Fonte: Síntese elaborada com base nas informações disponíveis em Costa, 2011

Apêndice 4 – Etapas para a realização de um inventário participativo de acordo com o manual "Educação patrimonial: inventários participativos"

Planeamento	• Organização da equipe que fará o inventário; • Construção do objeto e do recorte da pesquisa; • Levantamento de fontes, dados previamente compilados e outros trabalhos relacionados ao objeto da pesquisa; • Levantamento de sujeitos relacionados ao património investigado (comunidades, grupos e indivíduos); • Investigação e desenvolvimento da metodologia do projeto (instrumentos de pesquisa, delimitação do território, entre outros); • Estabelecimento do cronograma da pesquisa; • Levantamento de demandas e recursos disponíveis para o projeto (necessidade de autorização, deslocamentos, instituições parceiras, equipamentos para os registos, entre outros).
Desenvolvimento	a) Pesquisa de campo • Aplicação dos instrumentos de pesquisa desenvolvidos b) Documentação • Documentar o património investigado de maneira detalhada, por meio do preenchimento de fichas, registos áudio-visuais, desenhos, anotações diversas; • Organizar a documentação produzida: transcrever as entrevistas, sistematizar as informações (pontos de encontro e dissonâncias entre os registos, especificidades, curiosidades), armazenar os dados de forma segura.
Ações devolutivas	Debater e organizar ações que divulguem a pesquisa realizada de forma a validar os dados coletados junto aos detentores do património inventariado e possibilitar a apropriação dos resultados por parte deles. Algumas sugestões do manual são: • criação de blogs com os conteúdos do inventário; • envio de cópias do inventário; • organização de exposições; • realização de atividades de educação patrimonial sobre os resultados obtidos no inventário.

Fonte: Síntese elaborada com base nas informações disponíveis em IPHAN, 2016

Apêndice 5 – Modelos de fichas disponibilizados no manual "Educação patrimonial: inventários participativos"

Ficha do Projeto	Considerada uma ficha estruturante, tem como intuito organizar os dados do projeto e a documentação produzida no processo. Devem ser preenchidos o nome do projeto, os nomes dos integrantes da equipe, bem patrimonial pesquisado, nomes dos entrevistados, instituições participantes do inventário, período de realização, documentos produzidos (horas de gravação, transcrições realizadas, quantidade de fotos e/ou desenhos, entre outros), quantidade de fichas produzidas em cada categoria utilizada. A produção dessa ficha se dá ao longo do inventário e de forma coletiva pela equipe.
Ficha do território	A ficha do território apresenta o local onde será realizado o inventário e sistematiza informações sobre ele. Para tanto, são apresentados como campos a serem preenchidos nessa ficha imagem, mapa, denominação do território, outras referências de localização, descrição, história e dados socioeconômicos.
Fichas das categorias	As categorias apresentadas no manual são Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes. Cada uma delas possui um modelo a ser preenchido composto pelos tópicos identificação, descrição, avaliação e recomendações Esses itens, por sua vez, estão subdivididos de acordo com as especificidades da categoria a que se refere. As fichas de categorias devem ser utilizadas conforme a necessidade apresentada no processo de inventário.
Ficha das fontes pesquisadas	Para o preenchimento do inventário, é necessária a pesquisa em fontes diversas: textos acadêmicos, textos literários, sites, fotos, jornais, mapas, relatos orais, diários, objetos, entre outros. Na ficha das fontes pesquisada são informadas quais as fontes utilizadas na pesquisa e o local de sua procedência.
Ficha do relatório de imagem	No relatório de imagens são inseridos as imagens produzidas no projeto e dados relativos a elas, tais como título/assunto, autor, data e local.
Ficha do roteiro de entrevista	Essa ficha sistematiza os assuntos a serem abordados durante as entrevistas realizadas ao longo do projeto, cujo intuito deve ser sempre o de perceber a relação do

	entrevistado em relação ao bem patrimonial, assim como a sua percepção acerca da manifestação cultural, suas transformações ao longo do tempo, seus significados e outras informações pertinentes. A orientação é que a entrevista aconteça de forma fluida, sem seguir à risca a ordem e as perguntas do roteiro, e respeitosa para com o entrevistado. Além disso, é importante garantir que o entrevistado autorize a veiculação da entrevista e o uso da sua imagem.

Fonte: Síntese elaborada com base nas informações disponíveis em IPHAN, 2016

Apêndice 6 – Enquadramento lógico do projeto "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro"

Duração prevista: 5 anos

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
Equipa de trabalho constituída no âmbito do MRCO	Dar início ao projeto de inventário participativo "Rosário de contas vivas: memórias e identidades da Festa do Rosário do Serro"	(1) Constituição da equipa de trabalho responsável pelo projeto no MRCO	Trabalhadores do MRCO (equipa de inventário)	Fase 1 (engloba as atividades 1 a 5): 3 meses	Constituição de equipa de trabalho	Fortalecimento / criação de vínculos entre os profissionais envolvidos e entre eles e o MRCO	Melhoria do ambiente de trabalho; maior engajamento profissional	Equipa de trabalho constituída; desenvolvimento de ações para o MRCO; participação da equipa em outras atividades do museu
Parcerias com Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente, escritório técnico do IPHAN, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	Reunir condições de sustentabilidade para o projeto; construir uma rede participativa e colacorativa	(2) Realização e formalização de parcerias	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente; IPHAN; Irmandade de Nossa Senhora do Rosário; Associação dos Congados; grupos de Congado		Constituição de parcerias	Fortalecimento / criação de vínculos institucionais	Constituição de uma rede de apoio entre as instituições participantes	Formalização das parcerias; realização de ações em parceria; apoio institucional entre os parceiros

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
Equipa de trabalho; parceiros; local e infraestrutura para as formações; participação dos CGI's	Apresentar o projeto para os CGI's, despertar o interesse sobre o projeto; ampliar a rede de participantes; alimentar uma relação de porta aberta entre o MRCO e os CGI's	(3) Desenvolvimen-to e implementação de plano de formação	Equipa de trabalho; parceiros; CGI's		Apresentação do projeto; apresentação da matodologia dos inventários participativos	Aquisição de conhecimento sobre ferramentas de inventário participativo e de como utilizá-las	Aprendizado acerca de projetos culturais participativos (o que são, como são organizados, execução)	Participação na formação; adesão ao projeto; aplicação de questionários sobre a formação; interesse em integrar a equipa de inventário; iniciativa de criação de projetos semelhantes
Equipa de trabalho; parceiros; CGI's capacitados no plano de formação e com interesse no projeto	Identificar pessoas-chave; integrar os CGI's ao projeto; alimentar uma relação de porta aberta entre o MRCO e os CGI's	(4) Identificação de pessoas-chave e estabelecimen-to de um grupo consultivo da comunidade	Equipa de trabalho; parceiros; CGI's		Mapeamento de pessoas-chave no contexto da Festa do Rosário; criação	Valorização e reconhecimento dos CGI's enquanto detentores de conhecimento sobre a Festa do Rosário	Aumento da autoestima e autoconfiança dos CGI's	Participação e engajamento ao longo do projeto; testemunhos (escritos e/ou gravados)
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões	Dar conhecimento, a todos, de ferramentas de inventário participativo	(5) Divulgação de manuais-base	Equipa de inventário*		Apresentação das ferramentas a serem utilizadas no inventário	Apropriação das ferramentas de inventário participativo	Adaptação das ferramentas para o projeto / elaboração de novos instrumentos de pesquisa	Desenvolvimento da metodologia do projeto em questão e de seus instrumentos de investigação

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões	Firmar compromissos, definir respon-sabilidades; organizar a gestão do projeto	(6) Definição de funções e responsabili-dades	Equipa de inventário*	Fase 2: 1 mês	Organização da equipa; definição de compromissos	Promoção do desenvolvimento individual e coletivo a partir de uma perspetiva democrática	Reforço dos valores democráticos e do exercício da cidadania social	Formalização dos compromissos firmados por meio de documento construído coletivamente
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões	Definir e ajustar conceitos de partida	(7) Definição de conceitos e delimitações	Equipa de inventário*	Fase 3: 1 mês	Definição de conceitos e delimitações a serem utilizados no projeto	Ampliação do olhar sobre a questão patrimonial e sobre a Festa do Rosário enquanto bem cultural	Apropriação desses conceitos, relacionando-os a outros contextos	Formalização das definições por meio de documento construído coletivamente; testemunhos dos participantes
Equipa de inventário*; local e infra-estrutura para rodas de conversa e reuniões	Estruturar o plano de investigação; ajustar metodologia	(8) Desenvolvimen-to de plano de investigação	Equipa de inventário*	Fase 4: 1 mês	Constituição do plano de investigação	Aprendizado acerca de projetos culturais participativos (gestão e organização); desenvolvimento humano por meio do intercâmbio de experiências e da convivência (empatia, inteligência emocional,	Valorização do trabalho em equipa; apropriação de ferramentas de gestão e de organização	Formalização do plano por meio de documento construído coletivamente; testemunhos dos participantes

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	**Participantes**	**Tempo**	**Curto prazo**	**Médio prazo**	**Longo prazo**	
						tolerância, etc.)		
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; materiais diversos sobre a Festa do Rosário	Localizar fontes e informações sobre a festa; perceber lacunas a serem preenchidas; recolher informações sobre a festa ; ampliar o conhecimento sobre a festa	(9) Levantamento de fontes sobre o tema (outros inventários, trabalhos académicos, produções audiovisuais, etc.)	Equipa de inventário*; CGI's; estudiosos da festa	Fase 5 (engloba as atividades 9 e 10): 3 meses	Aquisição de conhecimento sobre a festa (histórico, contextos de realização, ritos, transformações); produção de conhecimento sobre a festa	Desenvolvimento de habilidades relacionadas à investigação (pesquisa de fontes, validação de informação, sistematização e produção de conhecimento)	Desenvolvimen-to de uma visão crítica sobre os documentos, fontes e o trabalho de pesquisa	Rodas de conversa para avaliação das estratégias de pesquisa e resultados; produção de relatório de pesquisa; testemunhos dos participantes
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; materiais diversos sobre a Festa do Rosário	Perceber e determinar categorias de maior e menor interesse para o inventário	(10) Mapeamento de temas / tópicos / categorias	Equipa de inventário*; CGI's; estudiosos da festa		Definição de categorias de interesse para o inventário	Desenvolvimento de habilidades relacionadas à investigação (pesquisa de fontes, validação de informação, sistematização e produção de conhecimento)	Desenvolvimen-to de uma visão crítica sobre os documentos, fontes e o trabalho de pesquisa	Rodas de conversa para definição das categorias; produção de relatório; testemunhos dos participantes
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de	Corrigir o plano de investigação à luz das informações	(11) Ajuste e validação do	Equipa de inventário*	Fase 6: 3 meses	Constituição do Plano de Investigação, da metodologia e do	Aprendizado acerca de projetos culturais participativos	Valorização do trabalho em equipa; apropriação de	Formalização do Plano de investigação por meio de

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
conversa e reuniões	obtidas sobre a festa e das categorias de pesquisa prioritárias	Plano de Investigação, da metodologia e do cronograma do inventário			cronograma do inventário; desenvolvimento de instrumentos de investigação	(gestão e organi-zação); desenvol-vimento humano por meio do inter-câmbio de expe-riências e da com-vivência (empatia, inteligência emo-cional, tolerância, etc.)	ferramentas de gestão e de organização	documento produzido coletivamente; testemunhos dos participantes
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; equipamentos de gravação (câmeras e gravadores de áudio); profissional de audiovisual (ou alguém que tenha conhecimento na área); transporte; alimentação	Registar testemunhos associados à festa; identificar significados dessa manifestação social	(12) Trabalho de campo (cami-nhadas na comunidade; entrevistas; le-vantamento de dados; registo da experiência de campo; orga-nização de no-tas de campo; preenchimento das fichas de inventário; construção do mapa da comunidade)	Equipa de inventário*; CGI's; estudiosos da festa; frequentadores da festa	Fase 7 (engloba a atividade 12): 36 meses	Registos da Festa do Rosário; recolha de testemunhos sobre a festa; fichas de inventário parcialmente preenchidas; aprendizado de habilidades audiovisuais; desenvolvimento / reforço de vínculos entre os entrevistados e a equipa de inventário	Construção de visões mais complexas e abrangentes sobre a Festa do Rosário; produção de conhecimento sobre a Festa do Rosário do Serro; desenvolvimento humano por meio do intercâmbio de experiências e da convivência (empatia, inteligência emocional, tolerância, etc.)	Valorização da festa como bem cultural do Ser-ro; promo-ção de condi-ções de sustentabi-lidade para a manifestação cultural; reforço de vínculos identitários e senso de per-tencimento; aumento da autoestima e autoconfiança dos CGI's; refor-ço da cidadania e da democracia enquanto	Registos efetua-dos; recolha de testemunhos sobre a festa; início do preenchi-mento de fichas; mapa da comunidade; ro-das de conversa periódicas para avaliação e ajuste das estratégias de investigação e acompanhamento dos resultados; testemunhos sobre o processo de inventário e seus resultados

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
							valores	
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões	Finalizar / efetuar o preenchimento das fichas; organizar / padronizar os suportes de dados	(13) Organização das fichas de inventário e dos demais suportes de dados coletados	Equipa de inventário*	Fase 8 : 4 meses	Organização dos dados coletados e da documentação produzida; desenvolvimento de habilidades de organização de informação	Produção de conhecimento sobre a Festa do Rosário do Serro; construção de visões mais complexas e abrangentes sobre a Festa do Rosário	Valorização da festa como bem cultural do Serro; constituição de documentação que seja fonte de informação e referência para estudiosos da festa	Fichas de inventário preenchidas; normalização dos dados; rodas de conversa periódicas para avaliação e acompanhamento dos processos
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; política de sistematização da informação; parceria com IBRAM -Sede (tratamento da informação)	Tratar os dados coletados durante o trabalho de campo; sistematizar a informação reunida	(14) Categorização e análise de conteúdo	Equipa de inventário*; IBRAM-Sede		Tratamento dos dados coletados e da documentação produzida; desenvolvimento de habilidades de organização de informação	Produção de conhecimento sobre a Festa do Rosário do Serro; construção de visões mais complexas e abrangentes sobre a Festa do Rosário	Valorização da festa como bem cultural do Serro; constituição de documentação que seja fonte de informação e referência para estudiosos da festa	Organização da documentação e sistematização das informações; rodas de conversa periódicas para avaliação e acompanhamento dos processos
Equipa de inventário*; local e infraestrutura	Elaborar um almanaque sobre	(15) Organização dos	Equipa de inventário*		Elaboração de conteúdos almanaque sobre	Construção de visões mais complexas e abran-	Apropriação e utilização do almanaque co-	Versão do almanaque a ser apresentada aos

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
para rodas de conversa e reuniões; computador(es)	a Festa do Rosário	dados para compor almanaque sobre a Festa do Rosário do Serro			a Festa do Rosário	gentes sobre a Festa do Rosário ; produção de conhecimento sobre a festa; desenvolvimento / melhoria de habilidades de escrita	mo fonte de informação sobre a Festa do Rosário; valorização da festa; divulgação da festa para outros públicos	parceiros; rodas de conversa e reuniões periódicas para desenvolvimento dos conteúdos
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; versão inicial do almanaque	Ter a validação, por parte dos parceiros, da proposta inicial para o almanaque	(16) Revisão e validação pelos parceiros	Equipa de inventário*; instituições parceiras		Ter a validação, por parte dos parceiros, da proposta inicial para o almanaque	Elaboração da versão do almanaque a ser disponibilizada para os públicos	Apropriação e utilização do almanaque como fonte de informação sobre a Festa do Rosário; valorização da festa; divulgação da festa para outros públicos	Provação da versão preliminar do almanaque; apoio para a impressão (se for o caso) e divulgação do material
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; computador(es); CGI's	Organizar plano interpretativo de materiais para exposição a acontecer no MRCO; selecionar os objetos e materiais de forma participa-	(17) Identificação, seleção e organização de plano interpretativo de materiais para exposição	Equipa de inventário*, CGI's	Fase 9: 3 meses	Organizar plano interpretativo de materiais para exposição a acontecer no MRCO; selecionar os objetos e materiais de forma participa-	Posicionamento do MRCO como agente promotor da interlocução entre sujeitos variados (museu ágora); produção de conhecimento sobre a festa,	Valorização do MRCO como agente de desenvolvimento social; empoderamento dos CGI's; valorização da	Adesão de CGI's à proposta de cocuradoria; testemunhos sobre o processo de inventário e seus resultados; Análise do impacto do

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
	tiva (cocuradoria)	no MRCO a partir de processo de cocuradoria com comunidade, grupos e indivíduos			tiva (cocuradoria)	divulgação da festa para outros públicos	Festa do Rosário	projeto na prática museal do MRCO (verificou-se aumento de demanda do MRCO por parte de outros grupos ou instituições? Quais? De que tipo?); impacto na visitação do MRCO
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; computador(es); parceria com IBRAM -Sede (diagramação, emissão do ISBN, se for o caso)	Elaborar a versão do almanaque a ser disponibilizada para os públicos; disponibilizar resultados do inventário	(18) Desenvolvimento de almanaque com a identificação da Festa do Rosário do Serro e de protagonistas coletivos e individuais; caracterização de seus elementos / temas; percepções dos CGI's; transfor-mações ao lon-go do tempo; diagnóstico e riscos, estraté-	Equipa de inventário*; parceiros	Fase 10: 3 meses	Publicar almanaque sobre a Festa do Rosário	Produção de conhecimento sobre a festa; embasamento para a realização de diagnóstico sobre a festa e para a tomada de decisões quanto à sustentabilidade	Apropriação e utilização do almanaque como fonte de informação sobre a Festa do Rosário; valorização da festa; empoderamento dos CGI's ; divulgação da festa para outros públicos; auxílio para promover a condições de sustentabilidade para a festa	Rodas de conversa e para desenvolvimento do almanaque e avaliação; versão final do material a ser disponibilizada para os públicos; interesse e acesso ao almanaque; existência de impacto do almanaque para as decisões administrativas relativas à festa; avaliação de leitores; testemunhos sobre o processo de inven-

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
		gias e ações propostas						tário e seus resultados
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de conversa e reuniões; local e infraestrutura para exposição; recursos de divulgação (cartazes, *flyers*, anúncio em rádios, mídias sociais); material gráfico informativo (folder); parcerias (recursos financeiros para a exposição)	Realizar a exposição sobre a Festa do Rosário no MRCO; disponibilizar resultados do inventário	(19) Cocuradoria de exposição sobre a Festa do Rosário do Serro no MRCO	Equipa de inventário*; parceiros; CGI's	Fases 11 e 12: 2 meses	Realizar a exposição sobre a Festa do Rosário no MRCO	Posicionamento do MRCO como agente promotor da interlocução entre sujeitos variados (museu ágora); produção de conhecimento sobre a festa, divulgação da festa para outros públicos	Valorização do MRCO como agente de desenvolvimento social; empoderamento dos CGI's; valorização da Festa do Rosário	Rodas de conversa e para desenvolvimento da exposição e avaliação; adesão dos CGI's à exposição; testemunhos sobre o processo de inventário e seus resultados; análise do impacto do projeto na prática museal do MRCO; impacto na visitação do MRCO (e, especificamente, na exposição); avaliação das visitas (livro de opiniões, redes sociais, observação)
Equipa de inventário*; local e infraestrutura para rodas de	Apresentar resultados obtidos; avaliar globalmente o	(20) Apresentação	Equipa de inventário*; parceiros; CGI's		Apresentar resultados obtidos; avaliar globalmente o	Posicionamento do MRCO como agente promotor da interlocução	Valorização do MRCO como agente de desenvolvimen-	Participação nos eventos de divulgação de resultados; aplicação

INPUTS	OBJETIVOS	ATIVIDADES E OUTPUTS		CRONOGRAMA	RESULTADOS			INDICADORES DE RESULTADOS
		Atividades e produtos diretos	Participantes	Tempo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	
conversa e workshops	processo	de resultados			processo	entre sujeitos variados (museu ágora); produção de conhecimento sobre a festa, divulgação da festa para outros públicos	to social; empoderamento dos CGI's; valorização da Festa do Rosário	de questionários; rodas de conversa sobre os resultados e impactos do projeto; testemunhos sobre o processo de inventário e seus resultados; engajamento em relação às ações (em geral) do MRCO

Tabela elaborada a partir do modelo de enquadramento lógico de desenvolvimento operacional apresentado por Semedo, 2019, p.127

Legenda

* A equipa de inventário deve ser composta por trabalhadores do MRCO (sendo obrigatória a presença de um servidor), preferencialmente associados à Festa do Rosário, e pessoas relacionadas à festa (CGI's). O ideal é que haja pelo menos um representante de cada grupo e um da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

	Etapa 1
	Etapa 2
	Etapa 3

	Etapa 4
	Etapa 5